



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

SARA SOARES COSTA

**BOCAPIU, ESTEIRA E GIBÃO: OS PROCESSOS EDUCATIVOS CONSTRUÍDOS
NAS RESISTÊNCIAS DE SUJEITOS-TRABALHADORES(AS) NA FEIRA LIVRE
DO CENTRO DE FEIRA DE SANTANA (BA)**

Salvador

2022

SARA SOARES COSTA

**BOCAPIU, ESTEIRA E GIBÃO: OS PROCESSOS EDUCATIVOS CONSTRUÍDOS
NAS RESISTÊNCIAS DE SUJEITOS-TRABALHADORES(AS) NA FEIRA LIVRE
DO CENTRO DE FEIRA DE SANTANA (BA)**

Relatório de Tese apresentado à Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do grau de doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), na área de Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca de Paula Santos da Silva

Salvador
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

C837b

Costa, Sara Soares

Bocapiu, esteira e gibão: os processos educativos construídos nas resistências de sujeitos-trabalhadores(as) na feira livre de Feira de Santana(Ba) / Sara Soares Costa. - Salvador, 2022.

234 fls : il.

Orientador(a): Profª Drª Francisca de Paula Santos da Silva.

Inclui Referências

Tese (Doutorado)- Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Campus I. 2022.

1. Educação popular. 2. Comunicação popular. 3. Processos educativos. 4. Feira Livre. 5. Resistências.

CDD: 374

FOLHA DE APROVAÇÃO

BOCAPIU, ESTEIRA E GIBÃO: OS PROCESSOS EDUCATIVOS CONSTRUÍDOS NAS RESISTÊNCIAS DE SUJEITOS- TRABALHADORES NA FEIRA LIVRE DO CENTRO DE FEIRA DE SANTANA (BA)

SARA SOARES COSTA

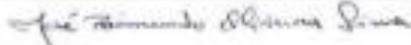
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, em 30 de novembro de 2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:


Prof. Dra. Francisca de Paula Santos da Silva
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil


Prof. Dra. Alessandra Oliveira Teles
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Doutorado em Geografia
Universidade

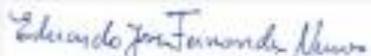
 Documento assinado eletronicamente
EDNA CASTRO DE OLIVEIRA
Data: 2012/02/13 09:15:3008
Verifique em <https://verificador.gov.br>

Prof. Dra. Edna Castro de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Doutorado em Educação Brasileira
Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil


Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Brasil


Prof. Dr. Mário Procopiuck
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR
Doutorado em Administração
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil


Prof. Dr. Washington Luis Lima Drummond
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil


Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona, UB, Espanha

Dedico este trabalho aos meus filhos, Camila e Lee, por serem comigo em todos os momentos. Amo vocês!

À minha mãe, Isabel Soares Costa, pelo incentivo ao longo de minha vida, pelo amor incondicional e por me fazer acreditar que eu poderia realizar os meus sonhos. Aos(às) feirantes, camelôs, ambulantes, artesãos, artesãs e apoiadores(as) que resistem às opressões e lutam por justiça.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, lucidez, saúde e força para estar aqui.

Aos meus amores Camila e Lee pelo amor, parceria e apoio incondicionais.

À minha mãe, Isabel Soares, aos meus familiares e todos os meus ancestrais por me ajudarem a ser quem sou.

Aos anjos, na terra, Rosana Soares, minha prima e presente de Deus na vida da minha família; e Keitiane Nicolau por me ajudarem nos cuidados com mainha e com tantas outras coisas que me possibilitaram realizar essa pesquisa.

Aos amigos que contribuíram com presença e saídas estratégicas. Um agradecimento especial para Wilds pelas risadas e ajuda na saúde mental, nós bem sabemos o valor de um CAPS; Cláudia, gratidão pelas partilhas na caminhada da vida.

À professora Francisca de Paula por acolher a mim e esta pesquisa em Feira de Santana. Agradeço, em especial, por me deixar livre para encontrar meu tempo e meu caminho, essenciais para minha saúde mental, emocional e para realização deste trabalho.

Agradeço ao professor Mario Procopiuck pela ajuda na caminhada, pelas correções e sugestões; e a todas as pessoas da banca pelas contribuições primorosas, gentis e amorosas para aperfeiçoar esta pesquisa.

Aos amigos Maria Rita Santos (Ritinha), Juliana Martins (Juli) e Renato Pontes (Jovem) pelo socorro nos dias de angústia, pela escuta e conselhos preciosos. E ao amigo Janivaldo Cordeiro (Jan), um amigo-irmão que o doutorado trouxe para minha vida, agradeço por me receber em sua casa em Salvador, pela generosidade, acolhida, escuta e cumplicidade.

À amiga-irmã Ângela Carla Rezende pela leitura amorosa, pelos poemas, poesias e muitas trocas generosas que ajudaram a suavizar os dias de inverno.

Ao amigo Elísio Silva por me ajudar com as piadas necessárias para colorir os dias e à professora Bianca Franchini da Silva pelo socorro de última hora, agradeço o carinho e acolhida.

Aos(às) camelôs Flávia Priscilla Moreira, Adélia Bispo, Rogério Gutemberg e Elisabete de Jesus (Bete Camelô) e às feirantes Edneide Santos (Mocinha), Sheila do Camarão e Sônia Santos por me permitirem estar com vocês nesta caminhada.

Ao Gabriel Cavalcante, ao Wallace dos Santos, à Ana Paula Santos (Paulinha), à professora Alessandra Teles pela parceria nessa jornada, pelas partilhas e generosidade.

Aos(às) ambulantes, feirantes, camelôs, artesãos e artesãs de Feira de Santana pela insurgência e resiliência registradas na história desta cidade.

A todas as pessoas que participam dos movimentos de resistência: A feira da Marechal é Patrimônio; camelôs e ambulantes no *Shopping* Popular, através da Associação em Defesa dos Empreendedores e Camelôs do Centro Comercial Popular (ADECAM); e Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade.

Aos(às) colegas da turma 2019.1 do doutorado em Educação e Contemporaneidade, da UNEB, por estarmos juntos(as) nesta caminhada, pela acolhida e pelas partilhas. Um agradecimento especial para Anália Santana, pelo carinho e amizade. Pela preocupação em enviar a música sobre Lucas da Feira, cantada por sua mãe e tia, inserida neste trabalho. Gratidão a essa família linda e generosa.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre o Cuidar/ Cuidado (NUPEC/UEFS), através das professoras Rita da Cruz Amorim e Márcia Sandra Lima pelo incentivo e olhar sensível para a Saúde no ambiente das feiras livres.

À Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS, através do professor José Raimundo Oliveira Lima.

À Associação Baiana dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Mercado Informal (ABATIS) através de Pitty, sua presidente, pela parceria e partilhas na defesa desta categoria profissional. Ao IF Baiano por me oferecer condições para me dedicar exclusivamente a esta pesquisa; e a todos(as) os(as) Técnicos Administrativos que lutaram para que o direito ao afastamento para capacitação fosse uma realidade para mim e tantos outros(as).

Por último, mas não menos importante, agradeço aos(as) participantes dos grupos Luta Camelô, Marechal Resiste e GT de Comunicação da Luta por colaborarem com tempo, talento e empenho na resistência pela permanência dos(as) trabalhadores e trabalhadoras do Centro de Feira de Santana. Agradeço, em especial, aos membros do GT de Comunicação da Luta por construir e compartilharem ações de Comunicação Popular, realizando uma resistência coletiva, colaborativa e significativa para o fortalecimento dos movimentos acompanhados nesta pesquisa.

RESUMO

O cenário desta pesquisa é o município de Feira de Santana, na Bahia, que surge, segundo o imaginário popular, a partir de uma feira livre e de gado. A feira livre foi marcada por momentos de apogeu, glória e resistências, passando por um declínio fundamentado nos ideais Desenvolvimentistas e de Colonialidade. Atualmente, as resistências opõem-se ao Executivo Municipal e seu projeto unilateral e excludente de requalificação do Centro daquela cidade. Neste contexto, o objeto de pesquisa fixa-se nos processos educativos produzidos por trabalhadoras e trabalhadores que lutam contra as exclusões em favor da permanência de uma prática social ancestral. Destas resistências, emerge a pergunta central desta pesquisa: quais processos educativos podem ser produzidos por sujeitos-trabalhadores, em seus movimentos de resistência para permanecerem na feira livre do Centro de Feira de Santana? Tendo essa pergunta como direção, o objetivo principal traçado foi investigar os processos educativos produzidos por trabalhadores e trabalhadoras em suas resistências para permanecerem no Centro de Feira de Santana, com vistas a construir propostas colaborativas que fortaleçam estes movimentos. Para tanto, o percurso metodológico adotado fundamenta-se em propostas que permitem a participação efetiva dos atores sociais, tais como a pesquisa-ação e outras abordagens participativas, numa busca por conhecer e transformar a realidade. Inscrita numa abordagem qualitativa de pesquisa, esta pesquisa utilizou-se de coletas das informações que aconteceram mediante entrevistas, questionários, conversas, anotações de campo, que foram coletadas durante a participação orgânica no *lócus* da pesquisa, além de contar com a pesquisa documental e bibliográfica. Os fundamentos teóricos deste trabalho estão ancorados na Educação Popular e na Resistência, enquanto busca por direitos, tendo os estudos de Paulo Freire como eixo central para imersão numa educação experimentada fora dos muros da escola, permeada de cultura popular e de processos que podem colaborar para formação de cidadãos emancipados, autônomos e críticos, capazes de empreender esforços para dizerem a sua própria palavra, assumindo uma Comunicação Popular, constituída a partir dos sujeitos em situação de exclusão e em luta por seus direitos. Os resultados apontam a existência de movimentos de resistência efetivada por trabalhadores e trabalhadoras em luta para permanecerem num determinado *lócus*, a área central de uma cidade, trazendo de forma subjacente, a manutenção de parte da história, cultura, identidade e memória deste município, evidenciando a luta e organização de feirantes, ambulantes, camelôs e apoiadores(as) contra a exclusão. Assim, a conclusão indica que os movimentos de resistência investigados se configuram como processos educativos que contêm outros processos igualmente educativos, constituídos a partir da luta por direitos, contribuindo para pensar as opressões impostas àquelas pessoas, marcadas por estruturas de racismo, exclusão e desigualdades. Além disso, a pesquisa evidencia processos educativos voltados para o protagonismo feminino negro; a organização de trabalhadores(as) de diversas categorias em solidariedade e ação conjunta; a conscientização; a politização; a produção e a difusão de conteúdos construídos pelos excluídos, no exercício do direito (re)conquistado de dizerem as suas próprias palavras, percepções da realidade e versões dos fatos; e a apresentação de valores e saberes significativos para os movimentos de resistência, seus sujeitos e para sociedade em geral.

Palavras-chave: comunicação popular; educação popular; feira livre; processos educativos; resistência.

ABSTRACT

The scenario of this research is the municipality of Feira de Santana, in Bahia, which, according to the popular imagination, arises from an open and cattle fair. The free fair was marked by moments of apogee, glory, and resistance, going through a decline based on the ideals of Development and Coloniality. Currently, resistance is opposed to the Municipal Executive and its unilateral and excluding project of requalification of the Center of that city. In this context, the object of research focuses on the educational processes produced by workers who fight against exclusion in favor of the permanence of an ancestral social practice. From these resistances, the central question of this research emerges: what educational processes can be produced by subject-workers, in their resistance movements to remain in the open market of the Feira de Santana Center? Having this question as a direction, the main objective outlined was to investigate the educational processes produced by workers in their resistance to remain in the Feira de Santana Center, intending to build collaborative proposals that strengthen these movements. Therefore, the methodological approach adopted is based on proposals that allow the effective participation of social actors, such as action research and other participatory approaches, in a search for knowing and transforming reality. Inscribed in a qualitative research approach, this research used the collection of information that took place through interviews, questionnaires, conversations, and field notes, which were collected during the organic participation in the locus of the research, in addition to relying on documentary and bibliographic research. The theoretical foundations of this work are anchored in Popular Education and Resistance, as a search for rights, with Paulo Freire's studies as the central axis for immersion in an education experienced outside the walls of the school, permeated by popular culture and processes that can collaborate to the formation of emancipated, autonomous and critical citizens, capable of making efforts to say their word, assuming a Popular Communication, constituted from subjects in a situation of exclusion and struggle for their rights. The results point to the existence of resistance movements carried out by workers fighting to remain in a certain locus, the central area of a city, bringing in an underlying way, the maintenance of part of the history, culture, identity, and memory of this municipality, evidencing the struggle and organization of market vendors, street vendors, street vendors and supporters against exclusion. Thus, the conclusion indicates that the resistance movements investigated are configured as educational processes that contain other equally educational processes, constituted from the struggle for rights, contributing to thinking about the oppressions imposed on those people, marked by structures of racism, exclusion, and inequalities. In addition, the research highlights educational processes aimed at black female protagonism; the organization of workers from different categories in solidarity and joint action; awareness; the politicization; the production and dissemination of content constructed by the excluded, in the exercise of the (re)conquered right to say their own words, perceptions of reality and versions of the facts; and the presentation of values and knowledge that are significant for resistance movements, their subjects, and society in general.

Keywords: educational processes; popular communication; popular education; urban street. resistance.

RESUMEN

El escenario de esta investigación es el municipio de Feira de Santana, en Bahía, que, según el imaginario popular, surge de una feria abierta y ganadera. La feria libre estuvo marcada por momentos de apogeo, gloria y resistencia, pasando por un declive sustentado en los ideales de Desarrollo y Colonialidad. Actualmente, se opone resistencia al Ejecutivo Municipal y su proyecto unilateral y excluyente de recalificación del Centro de esa ciudad. En este contexto, el objeto de investigación se centra en los procesos educativos producidos por trabajadores que luchan contra la exclusión a favor de la permanencia de una práctica social ancestral. De esas resistencias surge la pregunta central de esta investigación: ¿qué procesos educativos pueden ser producidos por los sujetos-trabajadores, en sus movimientos de resistencia para permanecer en el mercado abierto del Centro Feira de Santana? Teniendo esta pregunta como dirección, el objetivo principal trazado fue investigar los procesos educativos producidos por los trabajadores en su resistencia a permanecer en el Centro Feira de Santana, con miras a construir propuestas colaborativas que fortalezcan esos movimientos. Por lo tanto, el enfoque metodológico adoptado se basa en propuestas que permitan la participación efectiva de los actores sociales, como la investigación acción y otros enfoques participativos, en la búsqueda de conocer y transformar la realidad. Inscrita en un enfoque de investigación cualitativa, esta investigación utilizó la recolección de información que se dio a través de entrevistas, cuestionarios, conversaciones, notas de campo, las cuales fueron recolectadas durante la participación orgánica en el locus de la investigación, además de apoyarse en la investigación documental y bibliográfica. Los fundamentos teóricos de este trabajo están anclados en la Educación Popular y la Resistencia, como búsqueda de derechos, con los estudios de Paulo Freire como eje central para la inmersión en una educación vivida fuera de los muros de la escuela, permeada por la cultura popular y procesos que pueden colaborar a la formación de ciudadanos emancipados, autónomos y críticos, capaces de esforzarse por decir su propia palabra, asumiendo una Comunicación Popular, constituida a partir de sujetos en situación de exclusión y en lucha por sus derechos. Los resultados apuntan a la existencia de movimientos de resistencia protagonizados por trabajadores que luchan por permanecer en un determinado locus, la zona central de una ciudad, trayendo de manera subyacente, el mantenimiento de parte de la historia, cultura, identidad y memoria de la ciudad. Este municipio, evidenciando la lucha y organización de los vendedores del mercado, vendedores ambulantes, vendedores ambulantes y simpatizantes contra la exclusión. Así, la conclusión indica que los movimientos de resistencia investigados se configuran como procesos educativos que contienen otros procesos igualmente educativos, constituidos a partir de la lucha por los derechos, contribuyendo a pensar las opresiones impuestas a esas personas, marcadas por estructuras de racismo, exclusión y desigualdades. Además, la investigación destaca procesos educativos dirigidos al protagonismo femenino negro; la organización de trabajadores de diferentes categorías en solidaridad y acción conjunta; conciencia; la politización; la producción y difusión de contenidos construidos por los excluidos, en ejercicio del derecho (re)conquistado a decir sus propias palabras, percepciones de la realidad y versiones de los hechos; y la presentación de valores y saberes significativos para los movimientos de resistencia, sus sujetos y la sociedad en general.

Palabras clave: comunicación popular; feria libre; la educación popular; la resistencia; procesos educativos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reformulação do desenho metodológico pós-pandemia	43
Figura 2 - Localização do município de Feira de Santana - Bahia.....	70
Figura 3 - Ilustração gráfica do Projeto do Shopping Popular de Feira de Santana.....	92
Figura 4 - Desigualdades de gênero e raça no Brasil	95
Figura 5 - Projeto de Requalificação - Ruas Marechal Deodoro e Sales Barbosa	98
Figura 6 - Projeto Alternativo Requalificação com Inclusão para Rua Marechal Deodoro...	139
Figura 7 - Processos Educativos nas e das resistências	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pesquisas identificadas sobre a feira livre com filtros	51
Gráfico 2 - Período temporal de produção das pesquisas localizadas	51
Gráfico 3 - Dispêndio Nacional em Ciência e Tecnologia - PIB, setor/período	52
Gráfico 4 - O que você mais compra no comércio informal do Centro da cidade?	129
Gráfico 5 - Publicações no <i>Instagram</i> – ago./2020 até mar./2021	169
Gráfico 6 - Publicações no <i>Instagram</i> – abr./2021 até abr./2022	170
Gráfico 7 - Categorias identificadas - abr./21 até abr.22.....	171

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Feira livre em Feira de Santana na década de 1950	73
Imagem 2 - Último dia da feira livre em 1977	80
Imagem 3 - <i>Print</i> compartilhado em grupo de <i>WhatsApp</i> em 15 nov. 21	90
Imagem 4 - Reunião Euterpe Feirense em 08 jan. 2020.....	111
Imagem 5 - Manifestação na Câmara de Vereadores	126
Imagem 6 - Greve de Feirantes, Ambulantes e Camelôs no Centro de Feira de Santana	128
Imagem 7 - Assembleia Pública na Praça Bernardino Bahia	130
Imagem 8 - Prefeitura remove barracas da Rua Sales Barbosa	136
Imagem 9 - Manifestação contra Remoção da Feira livre da Marechal Deodoro	138
Imagem 10 - Manifestação em Frente à Prefeitura Municipal	140
Imagem 11 - Comitiva de feirantes visita a Rua Joana Angélica em Salvador (BA).....	141
Imagem 12 - Camelôs no Shopping Popular fazem Protestos por 72 horas no Centro.....	142
Imagem 13 - Descrição da conta no <i>instagram</i>	150
Imagem 14 - Página <i>Facebook</i> “Em defesa do Trabalho no Centro – Feira de Santana”.....	151
Imagem 15 - Reunião de discussão sobre Comunicação.....	157
Imagem 16 – Produção e correção de textos e <i>cards</i>	163
Imagem 17 - <i>Card</i> convite para o Seminário publicado nas redes sociais	164
Imagem 18 – <i>Print</i> sobre contatos com a mídia local	165
Imagem 19 - Cobertura do Seminário sobre Potencial Econômico da feira da Marechal.....	166
Imagem 20 - Manifestações ocorridas em nov. 2021	172
Imagem 21 - Apresentação do Projeto Alternativo para Requalificação da Marechal	173
Imagem 22 - Depoimento de Feirante e Freguesa	174
Imagem 23 - De quem é a culpa pela falta de limpeza?	175
Imagem 24 - Imagem positiva da feira livre.....	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das fases da Pesquisa e vinculação com os objetivos	47
Quadro 2 - Dissertações não localizadas	59
Quadro 3 - Elementos que marcam os estudos a respeito das feiras livres	63
Quadro 4 - Posição dos interlocutores nos registros analisados	83
Quadro 5 - Argumentos a favor da permanência da feira livre.	85
Quadro 6 - Elementos que marcam o passado de Feira de Santana	103
Quadro 7 - Elementos que marcam o presente da feira livre do centro.....	104
Quadro 8 - Processos Educativos identificados nas resistências	106
Quadro 9 - Processos Educativos identificados nas resistências	145
Quadro 10 - Plano de Ação parcial.....	156
Quadro 11 - Elementos Positivos e Negativos que afetam a Feira Livre	158
Quadro 12 - Ações do GT de Comunicação para cobertura do Seminário	162
Quadro 13 – Processos Educativos no contexto do GT de Comunicação da Luta.....	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil das pessoas entrevistadas.....	40
Tabela 2 - Teses defendidas entre 2015 e 2016 por área/região do país	53
Tabela 3 - Teses defendidas entre 2015 e 2016 por Área do Conhecimento	53
Tabela 4 - Dissertações defendidas de 2012 a 2018.....	54
Tabela 5 - Produções por área de Concentração.....	54
Tabela 6 - Atividade econômica em Feira de Santana: Produto Interno Bruto (PIB)	70
Tabela 7 - Trabalhadores de rua, produtos e serviços vendidos (2018)	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFS	Associação dos Artesãos de Feira de Santana
ABED	Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia
ABJD	Associação Brasileira dos Juristas pela Democracia
ADECAM	Associação em Defesa dos Empreendedores e Camelôs do Centro Comercial Popular
ADUFS	Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana
AFEVA	Associação Feirense dos Vendedores Ambulantes
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CF	Constituição Federal
CIS	Centro Industrial Subaé
CNE	Conselho Nacional de Educação
COVID-19	Corona Vírus Disease
CPI	Comissão Parlamentar de Inquéritos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EP	Educação Popular
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
GT	Grupo de Trabalho
IBDU	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAC	Instituto de Ação Cultural
IEPS	Incubadora de Inciativas da Economia Popular e Solidária
IF BAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPESE	Índice de Performance Socioeconômica
MAFRISA	Matadouro Frigorífico de Feira de Santana
MEC	Ministério da Educação

MP	Ministério Público
NPJ	Núcleo de Prática Jurídica
NUPEC	Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre o Cuidar/ Cuidado
OMS	Organização Mundial de Saúde
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PPGEduC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
PRAJÁ	Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SESI	Serviço Social da Indústria
SINCOMFS	Sindicatos dos Trabalhadores das Feiras Livres, Sindicato do Comércio
SINDICAME	Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana
STTDE	Secretaria de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEF	Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAB	União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil

SUMÁRIO

1 UM COMEÇO DE CONVERSA	20
1.1 CONHECENDO A AUTORA: CAMINHOS ATÉ A FEIRA	24
1.2 NO CAMINHO TEVE UM GOLPE E UMA PANDEMIA	27
1.3 PERCURSO METODOLÓGICO	31
2 A FEIRA LIVRE NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS.....	49
2.1 PANORAMA GERAL: UM MOSAICO DAS PESQUISAS.....	50
2.2 AMPLIANDO O OLHAR: O QUE DIZEM AS TESES E DISSERTAÇÕES	56
2.2.1 A feira livre nas Teses	56
2.2.2 A feira livre nas Dissertações.....	58
2.3 CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS PARA SEGUIR PENSANDO	63
3 FEIRA DE SANTANA: O CONTEXTO.....	65
3.1 FEIRA DE SANTANA E SUAS ORIGENS	65
3.1.1 As Feiras de Feira de Santana: Uma Identidade Sertaneja.....	71
3.1.2 Cidade Comercial e Moderna: Uma Outra Identidade	75
3.2 A FEIRA LIVRE NA ATUALIDADE	79
3.2.1 Contra ou a Favor da Retirada da Feira Livre?.....	82
3.2.1.1 Sai a feira livre! Vozes a favor da retirada	83
3.2.1.2 Fica a feira livre! Vozes contra a retirada.....	85
3.3 NOVA PROPOSTA HEGEMÔNICA PARA RETIRADA: O PACTO DA FEIRA	86
3.4 PROCESSOS EDUCATIVOS: PASSADO E PRESENTE EM DIÁLOGO	101
4 A HISTÓRIA AGORA É OUTRA: RESISTÊNCIAS PELA PERMANÊNCIA.....	109
4.1 RESISTIR PARA EXISTIR: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA	110
4.2 A RESISTÊNCIA É “MUTIRÃO DE MUITOS”: OS MOVIMENTOS APÓS A EXPULSÃO DOS(AS) CAMELÔS	137
5 GT DE COMUNICAÇÃO: AÇÃO PARA APOIAR AS RESISTÊNCIAS.....	148
5.1 A CONSTITUIÇÃO DO GT, A ADESÃO E PERFIL DOS PARTICIPANTES	154
5.2 O FUNCIONAMENTO DO GT: CONSTRUÇÕES NA EXPERIÊNCIA	160
5.3 A CONTA NO <i>INSTAGRAM</i> : DENÚNCIAS, COBERTURAS E NOVOS DISCURSOS	167
5.3.1 Primeira fase – agosto de 2020 até março de 2021.	168
5.3.2 Segunda fase – abril de 2021 até abril de 2022.	170

5.3.3 Os posts do perfil: novos discursos construídos e difundidos	173
5.4 A EXPERIÊNCIA NO GT: PROCESSOS EDUCATIVOS E OUTRAS CONSIDERAÇÕES	177
6 CONCLUSÃO.....	182
REFERÊNCIA.....	196
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	218
APÊNDICE B – Questionário para membros do GT.....	219
APÊNDICE C – Teses e Dissertações por área do conhecimento	220
APÊNDICE D – Roteiro turístico feira livre do centro de Feira de Santana: passado e presente	224
APÊNDICE E – Reportagens analisadas	225
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)	226
ANEXO B – Música sobre Lucas da Feira	228
ANEXO C – Ações do projeto para o edital: resistindo com quem resiste	229
ANEXO D - Cartilha NUPEC/UEFS.....	230
ANEXO E - Sistematização das questões jurídicas referente à luta dos camelôs	232

1 UM COMEÇO DE CONVERSA

O momento do encontro desta pesquisadora com o tema da pesquisa aconteceu no ano de 2016, durante uma atividade de campo na disciplina *Currículo e Cultura*, ministrada pelo prof. Dr. Marco Barzano, no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na qual era aluna regular. Durante a atividade, deparei-me com a cultura e a educação que acontece na feira livre da área central da cidade de Feira de Santana na Bahia. Olhar para aquele município, com sua história tecida a partir de uma grande “feira” (livre e do gado) e como este tem tratado aquele espaço de trabalho e seus feirantes, foi ponto de reflexão naquela atividade acadêmica. Nas conversas, explicava o propósito do estudo e as falas que os(as) feirantes traziam, referendavam à imagem da Universidade como um lugar eivado de legitimidade e reconhecimento, socialmente validado, e que por isso, poderia defender as suas causas: “*Fala bem da gente, porque querem nos tirar daqui*”, solicitou um jovem, negro, pouco menos de 30 anos, feirante na Praça Bernardino Bahia. Aquele pedido guardava em si a situação de opressão e uma súplica por apoio para continuar dizendo a sua palavra de ação em favor da permanência.

As palavras daquele jovem ecoavam em minha mente. Comecei a pensar que permanecer no Centro de Feira de Santana, a própria luta daqueles sujeitos, suas formas de existir e resistir, faziam da feira livre um espaço educativo repleto de ensino e aprendizagens, para além da aparente desorganização e “feitura” observadas por alguns. Foi inevitável pensar que, mesmo fora dos muros escolares, aquele lugar e aquelas pessoas produziam processos educativos que colaboraram, inclusive, para manter viva a identidade e a cultura de Feira de Santana. Estudar estes processos, produzidos por aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras poderia ser um caminho para conhecer melhor aquela realidade, para quem sabe atender àquela solicitação.

Aquele inusitado pedido fez emergir memórias de momentos da vida em que a minha história cruzou com a feira livre, conforme contarei mais adiante. Olhava a luta daqueles(as) sujeitos-trabalhadores(as) e meu coração ficava cheio de orgulho ao ver o povo em movimento, em luta por seus direitos e por aquilo que acreditava: o direito ontológico de trabalhar e de exercer um ofício num determinado lugar. Olhava aqueles movimentos de idas e vindas e me lembrava de Thompson (2008) e de como ele via as revoltas em sua economia moral da multidão, na Inglaterra do século XVIII. Pretexto para o crime e a desordem, diriam naquela época e agora, mas Thompson ajudaria a olhar para as revoltas como uma forma de protestar contra as injustiças legitimadas pelas leis e por uma nova ordem econômica.

Voltando novamente para aquele pedido, ponderei que pareceria pretensioso falar em uma Universidade ou uma pesquisa, ajudando quem quer que seja, em função da neutralidade da Ciência. No entanto, parece que além de questionada, a “neutralidade” está desvendada como irreal. Nesse sentido, Becker (1967, p. 239) pergunta “de que lado estamos?”, e Flick (2009, p. 22) traz, por sua vez, uma certa “[...] autorização moral para assumir o lado dos menos favorecidos, das minorias ou das vítimas [...]”. Dessa forma, o objetivo intrínseco desta pesquisa é produzir conhecimentos que tenham uma função social, buscando atender aos desafios encontrados na própria comunidade – distante do utilitarismo e mais próximo de um novo paradigma da Ciência que, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 74), seria um “[...] paradigma de uma vida decente”, constituindo-se uma nova forma de fazer ciência, voltada para os problemas reais da comunidade, um novo paradigma social.

Partindo dessas compreensões, uma **indagação** permaneceu: mas, afinal, quais processos educativos podem ser produzidos por sujeitos-trabalhadores, em seus movimentos de resistência para permanecerem na feira livre do Centro de Feira de Santana? Diante desta questão, o objeto deste estudo passou a ser os processos educativos produzidos na resistência de trabalhadores para permanecerem atuando na feira livre do Centro de Feira de Santana, sendo o **objetivo geral**: investigar os processos educativos produzidos por trabalhadores e trabalhadoras em suas resistências para permanecerem no Centro de Feira de Santana, com vistas a construir propostas colaborativas que fortaleçam estes movimentos. Para tanto, alguns **objetivos específicos** foram definidos: a) verificar as produções científicas (teses e dissertações), elaboradas no Brasil e vinculadas ao tema, que favoreçam a compreensão do fenômeno pesquisado; b) contextualizar a origem de Feira de Santana em sua vinculação histórica com a feira livre; c) apresentar as resistências nos dias atuais; d) identificar os processos educativos construídos por trabalhadores e trabalhadoras nas resistências para permanência na feira livre do Centro de Feira de Santana; e) construir, colaborativamente, ações educativas para o fortalecimento da resistência existente; f) acompanhar o desenvolvimento das ações educativas definidas. Assim, a tese defendida é que os movimentos de resistência, empreendidos por trabalhadores e trabalhadoras para permanecerem atuando no Centro de Feira de Santana, produzem processos educativos.

A presente tese está dividida em seis capítulos. Na introdução é apresentada a história por trás do encontro com o fenômeno a ser investigado, bem como a pergunta de pesquisa, o objeto, os objetivos, além de um breve memorial para situar o leitor e a leitora em relação a esta autora, deixando explícito meu lugar enquanto sujeito histórico e as minhas implicações com esta pesquisa. Serão apresentadas também algumas notas referentes ao contexto de escrita deste

documento, atravessado por um golpe político e uma pandemia. Neste momento, é apresentada a metodologia. Inserida numa abordagem qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986), a metodologia fundamenta-se na ideia de conhecer para transformar. Dessa forma, o percurso metodológico foi construído tendo como referência e inspiração a Pesquisa-ação (THIOLLENT, 2012); as experiências do Instituto de Ação Cultural (IDAC), com base nos estudos de Freire *et al.* (1984) e as Metodologias Participativas (SANTOS, A., 2005). As análises das informações têm como base a Análise de Conteúdo qualitativa, segundo Bardin (2011) e Moraes (1999).

O segundo capítulo apresenta uma revisão de literatura sobre a feira livre, num esforço para trazer contribuições de outras pesquisas para este estudo (CASSUNDÉA *et al.*, 2018; SOARES *et al.*, 2014; UNESP, 2015). Essa busca ajudou a identificar, por meio de outras pesquisas científicas, pontos positivos sobre as feiras livres e as oportunidades de melhoria necessárias à preservação daquela prática social na atualidade.

Na sequência, o terceiro capítulo apresenta o contexto do fenômeno estudado, numa retrospectiva histórica do município de Feira de Santana, na Bahia, e sua relação ancestral com a feira livre, perpassada por reconhecimento e negação. Nesse momento, também são apresentadas reflexões atuais a respeito do contexto da feira livre, no cenário local, elaboradas a partir das análises de matérias de jornais locais; das entrevistas, realizadas em 2021 com feirantes, camelôs e apoiadores(as); e dos diálogos e interações desta pesquisadora com o campo. Poppino (1968), Andrade (1990), Ana Oliveira (2008), Dussel (2005, 2009, 2016), Davis (2016), Contreras (1999), Rolnik (1999, 2002), Gonzalez (2020), Saffioti (2006), Nascimento (1978) e outros contribuíram para as discussões deste capítulo que incluíram: a história de surgimento de Feira de Santana; a modernidade e desenvolvimento; a exclusão territorial e outras formas de opressão experimentadas por feirantes, ambulantes e camelôs no Centro de Feira de Santana. Neste capítulo, os processos educativos começam a ser identificados e discutidos, tendo como base os estudos de Oliveira *et al.* (2014), Ribeiro Júnior *et al.* (2013), além de Freire (1986, 1987, 1996) e outros. A compreensão de Processos Educativos adotada nesta pesquisa refere-se aos processos de ensino e de aprendizagem que são construídos a partir da inserção das pessoas nos movimentos de resistência investigados, sendo efetivados através da construção das ações práticas e educativas implementadas como forma de resistir. Cumpre também informar que as discussões sobre os processos educativos, produzidos e identificados nas resistências, são apresentadas no subcapítulo que trata do percurso metodológico e a partir deste terceiro capítulo, na medida em que as resistências e as respectivas análises são apresentadas aos(as) leitores(as).

O quarto capítulo contém análises realizadas a partir da aproximação com o campo de estudo, quando são apresentados alguns movimentos de resistência em favor da permanência dos(as) trabalhadores e trabalhadoras do Centro de Feira de Santana. Concentrado em acontecimentos atuais, as análises revelam a luta por direitos e o combate à exclusão territorial, imposta pelo projeto de requalificação do Centro daquela cidade. Freire (1967, 1981, 1987, 1996), Dussel (2005, 2009, 2016), Quijano (2013), Mignolo (2017), Giroux (1986), Almeida (2019, 2020) e outros(as) autores(as) contribuíram para as discussões sobre resistência, evolução, exclusão e transformação da realidade abordadas neste capítulo, que também apresenta outros processos educativos contidos nas resistências, os quais foram sistematizados a partir do diálogo com sujeitos feirantes, camelôs e apoiadores que atuam ou atuaram na liderança das resistências e a partir das observações feitas, por esta pesquisadora, em campo.

O quinto capítulo traz algumas considerações sobre a ação prática, ainda em curso, para atuação na realidade, que se deu através do Grupo de Trabalho (GT) criado para Comunicação da Luta, fundamentado na Educação Popular (ARROYO, 2009; FREIRE; NOGUEIRA, 1993; GADOTTI, 2012; LEIS, 2006); na Comunicação Popular (BARBOSA E PERUZZO, 2017; FREIRE, 1967, 1981, 1983, 1987; PERUZZO, 2009, 2013) e apoiado nas demais discussões desta pesquisa. Neste capítulo é apresentada a forma de atuação prática, construída durante a execução desta pesquisa, que teve como inspiração metodológica a Pesquisa-ação, as experiências do IDAC e a Pesquisa Participativa. Nesse contexto, foi apresentado o Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação da Luta, desde a sua constituição até o processo de funcionamento, suas notícias e discursos produzidos por trabalhadores, trabalhadoras e apoiadores(as) ligados aos movimentos de resistência estudados, na busca por contar as suas próprias histórias e narrar os fatos a partir da voz dos excluídos.

Por fim, o sexto e último capítulo discorre sobre a conclusão deste estudo, mergulhando nos objetivos propostos, reafirmando a tese inicial desta pesquisa, de que as resistências empreendidas por trabalhadores e trabalhadoras feirantes, ambulantes e camelôs, contra as opressões experimentadas no Centro de Feira de Santana, produzem processos educativos importantes para aqueles sujeitos e para a sociedade em geral. Nesse sentido, foi possível acompanhar discussões de raça, de gênero, de luta de classe, de judicialização e de terceirização da luta, perpassadas por valores positivos de solidariedade, companheirismo, responsabilidade, valorização de saberes e do outro, empenho e a própria capacidade de sonhar enquanto componentes valiosos do processo de ensinar e aprender depreendido dos movimentos de resistência e do povo em luta contra as opressões. Protagonismo feminino negro, conscientização, cidadania, politização, autonomia, diálogo e comunicação popular foram

processos educativos identificados naquelas resistências investigadas. Porém, em última instância, o processo educativo mais significativo que se pode observar nesses movimentos de resistência é a luta – contra o preconceito, as classes dominantes e o poder público local – para manter viva uma prática social ancestral, que dá origem à cidade de Feira de Santana e representa história, cultura, identidade e memória para este lugar.

1.1 CONHECENDO A AUTORA: CAMINHOS ATÉ A FEIRA

Esta brevíssima nota tem como objetivo apresentar um pouco da trajetória desta autora, com destaque para alguns percursos pessoais, acadêmicos e profissionais, vinculados ao universo da feira livre e ao objeto desta pesquisa. Cumpre lembrar que, da nossa história, buscamos contar o melhor ângulo e aqueles fragmentos capazes de alimentar nossa alma de esperança. Assim, algumas coisas foram suprimidas ou simplesmente contadas com os olhos cheios de amor, sendo, em certa medida, atenuado, mesmo que inconscientemente, o fardo das dores, das contradições e das desigualdades que sentimos ao longo da vida.

Elizeu Clementino de Souza (2008, p. 122) afirma que os memoriais “[...] revelam modos discursivos construídos pelos sujeitos em suas dimensões histórico-sociais e culturais numa interface entre memória e discursos de si”. É nesse movimento, histórico, social e cultural que vou acordando memórias e construindo um discurso de mim para, neste processo, apresentar aspectos da minha trajetória que estabelecem relação com esta pesquisa e a linha de pesquisa Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Assim, começo pedindo licença para narrar duas experiências vivenciadas por mim que revelam minha implicação com *lócus* e o objeto de estudo desta pesquisa. Nasci num município cuja origem está ligada a uma feira (livre e do gado) e que a carrega em seu próprio nome: Feira de Santana. Somente este acontecimento me incluiria num cenário permeado de feiras, compras, trocas, num emaranhado de culturas que perpassam este município, um dos maiores entroncamentos rodoviários do país, mas que ainda possui certo ar de cidade pequena.

Vivi parte da minha infância sob os cuidados dos meus avós e tias, na zona rural de Riachão do Jacuípe, semiárido baiano, porque minha mãe precisava trabalhar em Feira de Santana e não havia quem pudesse cuidar de uma criança pequena perto dela. História comum para famílias pobres, pretas e nordestinas. Não foi diferente com minha mãe que, tendo a vida marcada pela resistência, criou sozinha a mim e meus dois irmãos, formou-se em magistério, tendo sido antes manicure, doméstica e babá. Fez Graduação e Pós-Graduação quando já era

professora municipal em Feira de Santana. Portanto, a minha segunda memória mais remota que me aproxima das “feiras” vem desse cenário de luta e resistência familiar.

Todas as férias escolares passei na roça, com meus avós, tios, tias e muitos primos e primas. Lá, acompanhava a minha avó, Carlinha Maria Costa, junto com meus primos, na coleta de cipó e palhas do “licuri” para confecção de esteiras, bocapiús, chapéus e cestos. No retorno da coleta, ficávamos na sala brincando enquanto minha avó preparava o material e tecia aqueles objetos tradicionais, aprendidos com seus ancestrais. Meu avô, Júlio Martins Soares, vaqueiro, carreiro de carro de boi e agricultor familiar, levava aqueles artefatos e outros produtos típicos da roça, como ovos, galinha de quintal etc. para serem vendidos em Feira de Santana. Cresci com meus pés e cabeça entre a cidade e a roça.

Ingressei no curso de Pedagogia (UEFS), em 1993, sendo a primeira, de todas as gerações que me antecederam, a ingressar numa universidade. Naquela época, a vida não era fácil e, por isso, vendia biscoitos e, às vezes, precisava contar com a ajuda de anjos até para almoçar. Na UEFS, tive meu primeiro contato com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em 1997, no Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (PRAJÁ). Naquele momento, tive a oportunidade de conhecer a, então, invasão do Jussara, atualmente, um bairro com o mesmo nome. De porta em porta me aproximava das necessidades e dos pensamentos correntes daquelas pessoas, experimentando aquela educação freireana discutida na academia. “– *Papagaio véio não aprende a falar, minha fia*”, repetiam. Mas, aos poucos, fomos estabelecendo as conexões para assegurar um retorno à sala de aula. Comumente declaravam-se fracassados, mas seguiam acreditando na Educação.

Através do PRAJÁ, conheci o universo da EJA, seus sujeitos e suas demandas históricas. Destaco, porém, que a EJA, na atualidade, é desenvolvida enquanto modalidade da Educação Básica, seja na alfabetização, seja no ensino fundamental e/ou médio, seja para elevação da escolaridade na Educação Formal. No entanto, historicamente, a EJA desenvolveu-se em outros espaços educativos, como igrejas, associações, organizações não governamentais, feiras livres etc., não sendo, necessariamente, para elevar a escolaridade.

Com a conclusão das atividades de formação inicial, na UEFS, atuei por oito anos como gestora do Programa de Educação do Trabalhador, no Serviço Social da Indústria (SESI). Foi um tempo de aprendizagens, num esforço para elevar a escolaridade de trabalhadores e trabalhadoras, mesmo não percebendo com tanta clareza, naquela época, que se tratava de uma lógica para manutenção do *status quo*, por ser uma educação realizada por empresários, estando, de certa forma, a serviço dos seus mantenedores. Contraditoriamente, aquele espaço também se constituía, para a maioria daqueles(as) trabalhadores(as), a única oportunidade de acesso à

Educação Básica. Ainda no SESI, participei do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), instituído pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), e concluí a especialização em Supervisão Escolar pela UEFS (2003) discutindo a educação do trabalhador, cujo título é *A Educação de Jovens e Adultos na vida profissional de trabalhadores da Indústria*, em parceria com a Especialista Aline Rocha, sob orientação da Profa. Dra. Irlana Jane Menas da Silva. Na gestão do Programa Educação do Trabalhador da Indústria, no SESI - Feira de Santana, firmamos parceria com a Prefeitura local para implantar turmas de EJA que serviram de referência para outras unidades do Sistema S, por articular empresas privadas, o SESI e o Executivo Municipal com o objetivo de levar educação formal para um maior número de trabalhadores e trabalhadoras.

Após a minha saída do SESI (2006), trabalhei como consultora no Ministério da Educação para o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), através da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A consultoria visava acompanhar municípios com altos índices de analfabetismo entre a população jovem e adulta no Nordeste, parte do Norte e Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Nesse trabalho, o diálogo com os(as) gestores(as) municipais representava a possibilidade de inclusão educacional para brasileiros e brasileiras excluídos do direito constitucional à educação. Representava, por vezes, a primeira oportunidade de incluir a EJA na agenda daqueles(as) gestores(as) (COSTA; MAMONA, 2010).

Dessa experiência junto ao Ministério da Educação (2007-2009), na gestão do Fernando Haddad, alguns pontos me chamaram a atenção: a manutenção de vários técnicos, oriundos da gestão Fernando Henrique Cardoso; e a escuta dos movimentos sociais e universidades. As medidas eram, por vezes, reeditadas para atender às demandas discutidas com os interessados. Naquela experiência, vi uma gestão democrática, construída com diálogo e participação social.

Posteriormente, após aprovada em concurso público (2009), deixei o trabalho no Ministério da Educação e fui servir no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) em Porto Seguro, Sul da Bahia. Naquela ocasião, participei da elaboração de uma proposta para execução do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), no qual atuei como coordenadora. Em 2011, fui nomeada, por concurso público, para o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), *Campus* Governador Mangabeira, onde trabalho atualmente, num desafio diário de construir uma Educação Profissional pública, gratuita e de qualidade para jovens e adultos trabalhadores e seus filhos. No IF Baiano, estive envolvida com cursos pós-médio nas áreas técnicas para formação em Alimentos, Agropecuária e Cozinha. De 2015 a 2018, participei do

Fórum de EJA do Recôncavo Baiano, território de identidade do município de Governador Mangabeira, buscando aprender e contribuir com a EJA na perspectiva dos movimentos sociais. O afastamento das atividades diretas do Fórum no Recôncavo se deu em função da licença para estudo, apesar de manter contato com os(as) membros do referido Fórum.

Em 2017, concluí o Mestrado em Educação (UEFS) investigando a EJA, sob a orientação do Prof. Dr. Wilson Pereira de Jesus com quem pude compartilhar aprendizagens e, principalmente, pude pensar a vida para além da produção científica, numa perspectiva holística de existir. Nesse período, encontrei-me com o tema desta pesquisa doutoral, conforme dito anteriormente, cumprindo destacar que, mesmo não sendo feirante, o meu lugar epistemológico e social de mulher, negra, trabalhadora e nordestina me credenciam para dialogar com aqueles sujeitos. Como lembrou Demo (2002, p. 77) o “olhar epistemológico” nos capacita para vermos a realidade “[...] a partir dos excluídos do conhecimento [acadêmico/formal] e do poder”.

Nesse contexto, reencontrei-me com os sujeitos da Educação de Adultos, trabalhadores(as) que produzem outras pedagogias, outras formas de viver e estar no mundo, a despeito do imposto pela sociedade capitalista excludente. Vejo-me em um espaço educativo singular, a feira livre, repleto de vivências capazes de retroalimentar a própria Educação Popular (ARROYO, 2009). Nesta pesquisa, encontro-me com a possibilidade de discutir sobre problemas contemporâneos vinculados a discussões sociais, políticas, culturais e de desenvolvimento local. Deparo-me com a possibilidade de discutir sobre algo precioso para a cultura popular nordestina: a vida existente na feira livre e aquilo que podemos aprender com ela e seus sujeitos. É este universo, repleto de memórias, de elementos da cultura nordestina, ligado à identidade dos sertanejos, permeado de trocas e saberes que trouxe para o centro das minhas reflexões.

1.2 NO CAMINHO TEVE UM GOLPE E UMA PANDEMIA

Como toda produção traz as marcas de seu tempo histórico, torna-se relevante trazer alguns aspectos que marcam o contexto de produção desta tese. O campo político, que afeta de forma direta ao povo, foi marcado pelo fim da era Lula/Dilma, após um golpe político ocorrido através do *impeachment* da presidenta Dilma em agosto de 2016. E, por outro lado, a extrema direita, ultraconservadora, chega à presidência da República com a eleição de Jair Bolsonaro, 2018. Os coletivos populares se mantiveram, porém a tônica dos governos Lula/Dilma, marcada pela escuta dos movimentos sociais, foi extinta durante o governo Bolsonaro, cedendo lugar a uma escuta seletiva, destinada aos aliados do governo e em função da repercussão nas mídias.

Inclusive, o início da gestão Bolsonaro foi marcado por um temor, mantido na atualidade, em função da ameaça de retorno à ditadura, com base em seus discursos e práticas controversas.

Antes do golpe de 2016, questões como diversidade, liberdades, direitos, movimentos sociais, responsabilidade ambiental, liberdade de expressão e tantas outras pautas, que perpassam a democracia, faziam parte do cotidiano dos(as) brasileiros(as), mesmo com grandes dificuldades, embates e desafios. No entanto, a ascensão da extrema direita, fato ocorrido em diversos países ao redor do mundo (NEVES, 2018), impôs uma agenda neoliberal austera, conservadora, ostensiva, privatista, restritiva de direitos trabalhistas, tendo como suas expoentes as reformas trabalhista e previdenciária, além da redução dos investimentos em serviços básicos de saúde e educação; ampliando, em contrapartida, a pobreza, o desemprego, as desigualdades, os discursos de ódio, a violência e a perseguição às minorias.

Toda organização do golpe de 2016, com novas roupagens, diferente daqueles ocorridos na América do Sul entre as décadas de 1960 - 1990, tinha como principal objetivo “[...] concretizar um processo de concentração de renda e retirada de direitos duramente conquistados pelas camadas mais pobres do país ao longo de anos de luta” (JINKINGS *et al.*, 2016). E o golpe foi estabelecido, contra a própria democracia e o Brasil, num cenário permeado de singularidades como a ascensão do conservadorismo, do conflito de classes, dos problemas econômicos e políticos, a participação efetiva de múltiplos personagens nas disputas por poder – partidos políticos, empresários, membros do judiciário, oligarcas, interesses estrangeiros, além de tantos outros –, contando também com uma classe média instável que, segundo Chauí (JINKINGS *et al.*, 2016, p. 20), tem o sonho de “[...] tornar-se parte da classe dominante” e o pesadelo de “[...] tornar-se proletária”.

Além dos eventos políticos ocorridos no país, a elaboração desta tese aconteceu em meio a um evento sanitário de proporções mundiais: uma pandemia, provocada por um vírus, com alto contágio e letalidade, provocando a doença Corona Vírus *Disease* (Covid-19). A maior parte do mundo buscou alternativas, chegando à única fórmula eficaz para conter o vírus, antes da produção de vacinas, que era o distanciamento social e o uso de máscaras. O que parecia simples, revelou-se dramático para uma parcela significativa da população do mundo e em especial para a brasileira, com enormes desigualdades econômicas e sociais. A doença atingiu a todos, mas não igualmente. Alcançou primeiro as pessoas ricas que, em viagens internacionais, trouxeram o vírus para o Brasil, ampliando-se para as demais classes, sem escolher vítimas. O vírus não nos colocou em condição de igualdade. Afinal, quem tinha condições econômicas ótimas ou razoáveis passou pela pandemia com maior segurança, com

acesso ao que falta para grande parte da população brasileira: saneamento básico, moradia, alimentação, assistência à saúde, segurança financeira etc.

Questões como saúde pública, acesso à água potável e aos itens de higiene básica, falta de moradia, desemprego, alimentação diária, por exemplo, foram expostas como uma ferida aberta em uma sociedade classista, elitista e desigual. Os donos do capital, grandes empresários e bancos, por exemplo, organizaram-se para acessar recursos do Estado, através do Governo Federal, na ordem de 1,2 trilhão de reais, ficando com o equivalente à 14% do Produto Interno Bruto (PIB) gerado no Brasil, no ano de 2021 (IBGE, 2022; MARTELLO, 2020). O Governo, que tem a obrigação de cuidar do povo, especialmente dos menos favorecidos, colocou-se numa disputa entre o Ministério da Saúde – defendendo o distanciamento social horizontal, à época sob a gestão de Luiz Henrique Mandetta (jan./2019 - abr./2020) –, e o chefe do Executivo, Jair Bolsonaro, defendendo o retorno à “normalidade”, com distanciamento seletivo, para pessoas acima de 60 anos e/ou com doenças crônicas; e com abertura das atividades produtivas, adotando uma postura negacionista defendida até a atualidade. O embate de ordem política levou mais risco à vida dos(as) brasileiros(as) e não assegurou as condições para enfrentamento efetivo do vírus.

O mesmo governo que liberou, em tempo recorde, ajuda aos bancos, propôs um auxílio emergencial para brasileiros pobres no valor de R\$ 200,00 (GOVERNO..., 2020a). Porém a proposta aprovada pelo Congresso Federal, sugerida por partidos de esquerda, foi no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), contrariando a projeção do Governo Bolsonaro, (2019 - atual), que demonstrou enorme morosidade para realizar os pagamentos – até maio de 2020, ainda havia quase 10 milhões de pedidos em análise ou reanálise, e os valores não haviam sido liberados em sua totalidade (AUXÍLIO..., 2020). Em 2020 foram atendidas 66 milhões de pessoas com parcelas R\$ 600,00, e, posteriormente, os valores diminuíram para R\$ 300,00, e o número de brasileiros atendidos foi reduzido para cerca de 42 milhões. O valor disponibilizado através do auxílio emergencial em 2020 totalizou R\$ 295,2 bilhões, cerca de 3% do PIB de 2021, bem inferior ao 1,2 trilhão de reais disponibilizados para socorrer aos bancos que, na disputa, ficaram com quase 5 vezes o valor destinado à população pobre do Brasil (CORONAVÍRUS..., 2020; GOVERNO..., 2021; IBGE, 2022; MARTELLO, 2020; PANDEMIA..., 2021).

Em função do vírus, governos de todo o mundo foram compelidos a fortalecer os sistemas de saúde, socorrer os seus pobres e vulneráveis, repassar recursos financeiros para as pessoas, prover abrigos para sem-teto etc. Em maior ou menor grau, todas essas questões passaram a ser pauta das discussões dos governantes diante da necessidade de uma estrutura

mínima para proteção contra o vírus. O governo Bolsonaro assumiu posição antagônica, ficando na contramão do mundo, negando a existência do vírus e seus impactos na vida das pessoas. A maioria dos estados brasileiros, caso da Bahia, adotou uma postura em favor da vida, portanto favorável ao distanciamento social, salvo as exceções referentes aos serviços essenciais, como saúde, segurança, transporte público, alimentos e outros. A classe empresarial ficou dividida, havendo ruidosa defesa do retorno ao trabalho, principalmente por aqueles alinhados ao Governo Bolsonaro e à sua política, na qual a economia está acima das vidas (MOTA, 2020).

Neste contexto, estão os sujeitos desta pesquisa, ambulantes, feirantes e camelôs, obrigados a deixar sua forma de subsistência em função da pandemia e ao mesmo tempo lutando por permanência em seus locais de trabalho, por causa do projeto de requalificação do Centro de Feira de Santana, prevendo obras em ruas centrais da cidade e a expulsão de todas as formas de economia informal daqueles espaços. Por terem seu trabalho não formalizado, não possuem direitos trabalhistas e proteção quando há descontinuidade do trabalho por qualquer motivo, inclusive de saúde e sanitária. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgados em 2021, os trabalhadores por conta própria foram os mais prejudicados pela pandemia em 2020, no que se refere às perdas de rendimentos (IPEA, 2021). Mesmo os cadastrados na prefeitura local não foram atendidos por programas assistenciais municipais visando ao enfrentamento à Covid-19. Pelo contrário, em meio a pandemia, camelôs e ambulantes de diversas ruas centrais da Cidade de Feira de Santana foram expulsos de seus locais de trabalho. Assim, a luta pela permanência no Centro esteve suspensa durante um certo período da pandemia, sendo, posteriormente, ressignificada diante do inédito da doença e em função das ameaças e retiradas sofridas pelas trabalhadoras e trabalhadores.

Dessa maneira, existir, trabalhar, produzir uma tese ou qualquer outro escrito, tornou-se uma questão a ser enfrentada diante de uma nova rotina, novas formas de sobreviver e ressignificar-se diante dos dramas narrados 24 horas pelos telejornais – até o fechamento deste texto, o Brasil havia registrado a morte de 670.900 pessoas por Covid-19 (MORTES..., 2022). É um refazer-se em meio aos afazeres de casa; cuidados com as crianças fora das escolas por quase dois anos; idosos(as) sem cuidador(a); criando novas formas de trabalho e lidando com as questões de ordem emocional, vinculadas a viver uma pandemia, em meio ao caos instaurado em todo o mundo, com milhares de mortes e histórias aterrorizantes de luta pela vida; além das desigualdades extremas que a pandemia revelou. Nesse cenário, caótico também surgiram possibilidades de reinvenção das formas de viver e, principalmente, o fortalecimento das redes de apoio, sem as quais nada seria possível. À vista disso, esse contexto precisava ser lembrado, considerando a nossa condição humana, com conflitos e dores, e, principalmente, a nossa

condição de sobreviventes numa sociedade capitalista, desigual e excludente como a brasileira, em que, mesmo sendo a 8ª economia do mundo, ocupa o 7º lugar no *ranking* mundial da desigualdade social, chegando ao 2º lugar em concentração de renda, quando 10% de pessoas ricas ficam com 41% de toda a riqueza do país (BRASIL..., 2019; FUNAG, 2019). Portanto, estamos imersos(as) nesta conjuntura que afeta, principalmente, os vulneráveis e a classe trabalhadora, na qual estão ambulantes, camelôs, feirantes, pesquisadores(as), estudantes e outros(as) tantos(as) profissionais.

1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para alcançar o objetivo desta investigação, instaurada num contexto de opressões e lutas, buscou-se uma metodologia significativa capaz de permitir a mobilização de um coletivo na resolução de seus próprios problemas; eficaz na ação e transformação da realidade, quando ela se faz opressora. Nessa perspectiva, foram tomados alguns pressupostos da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2012); das contribuições desenvolvidas pelo IDAC, com base na Pedagogia do Oprimido (FREIRE *et al.*, 1984); e as contribuições de Metodologias Participativas, segundo nos apresenta Ailton Dias dos Santos (2005).

Vinculada à Pesquisa Social, numa abordagem qualitativa, alguns pontos são basilares nesta pesquisa: o rigor e a ética necessários a toda pesquisa; a construção de ações para atuação numa realidade social, proposta a partir de um problema real de interesse do coletivo pesquisado; a valorização das aprendizagens trazidas por este tipo de pesquisa para todos os sujeitos implicados; a possibilidade de os sujeitos falarem a sua palavra, como diria Freire (1987), tendo os participantes “[...] voz e vez”, conforme lembra Thiollent (2012, p. 14).

Inscrita no campo da experimentação, esta pesquisa reafirma a utilização do quadro teórico para a compreensão do fenômeno estudado; o papel ativo do(a) pesquisador(a), ligando-se à construção, acompanhamento e avaliação dos processos realizados para enfrentar uma situação-problema, além da produção de conhecimento com base nas análises desses processos. Mesmo havendo uma interação entre pesquisador(a) e os(as) participantes da pesquisa, a atitude daquele(a) será sempre de escuta e diálogo, sem impor suas concepções (THIOLLENT, 2012). A pesquisa-ação contribui com esse percurso enquanto método de pesquisa social “[...] concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a **resolução de um problema coletivo**, no qual, os **pesquisadores e os participantes** representativos da situação ou do problema **estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo**” (THIOLLENT, 2012, p. 20, grifo nosso). Desse modo, a presente pesquisa buscou ser um espaço no qual “[...]”

as pessoas implicadas tenham algo a ‘dizer’ e a ‘fazer’ [...]” e o pesquisador possa “[...] desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados” (THIOLLENT, 2012, p.22). Este tipo de pesquisa traz como essência a resolução de problemas sociais; a participação efetiva dos(as) pesquisadores(as) e sujeitos da pesquisa; e, o respeito aos saberes do povo e aqueles conhecimentos construídos cientificamente.

A Metodologia Participativa (SANTOS, A., 2005) foi pensada para melhoria dos espaços públicos. Fundamentada na participação democrática, considera as pessoas como o principal elemento para as transformações, na medida em que deixam de ser beneficiárias das ações para serem protagonistas, agentes promotores de decisões e soluções. Afinal, seria ingenuidade acreditar que o Estado, sempre inclinado para as burguesias, faria uma gestão para os(as) desfavorecidos(as), para as minorias e os(as) socialmente excluídos(as). Neste cenário, passa a ser fulcral para a construção de novas sociedades, mais participativas e justas, que os sujeitos comuns se percebam agentes de mudança e transformação do mundo, capazes de produzir alternativas para a exclusão social, no tempo em que também podem exercer um controle social sobre o Estado, tensionando os próprios agentes políticos e o aparelho estatal, sem esperar que o Estado, espontaneamente, resolva as demandas urgentes das classes subalternizadas. Esse tipo de participação tem fundamento em Freire (1987) quando propõe refletir a respeito da realidade de exclusão, junto com os excluídos, para superação da visão fatalista da realidade. Pensar junto com eles e não para ou por eles; valorizar o que sabem e como enxergam o mundo, isso faz diferença na hora de pensar soluções para uma dada realidade excludente.

As principais características desse tipo de pesquisa, segundo Ailton Santos (2005), são a valorização do diálogo e da diversidade, reconhecendo a existência de saberes populares capazes de serem mobilizados em favor das aprendizagens e da participação social; a produção do conhecimento acontecendo na ação e participação dos sujeitos de forma ativa; o estímulo à participação por compreender os sujeitos enquanto fonte de conhecimento, agentes de leitura e análise da realidade e promotores das mudanças necessárias. É característica, ainda, a reflexão sobre a realidade e a intenção de promover ações para superação das opressões.

Cabe reafirmar que essas metodologias de investigação-ação participativas, assim como a própria Educação Popular, estão fundamentadas na perspectiva de “[...] produzir conhecimentos que permitam aos setores subalternos da sociedade latino-americana compreender sua complexa realidade a fim de poder transformá-la”, possuindo uma forte intenção política ao optar pelos excluídos; pela transformação da realidade desigual e injusta; e pelo diálogo entre os saberes populares e aqueles produzidos nos ambientes acadêmicos

(ORTIZ; BORJAS, 2008, p. 617, tradução livre). A investigação-ação participativa, sistematizada por Fals Borda (1993), é marcada pela produção de conhecimentos, atrelada a uma responsabilidade do(a) pesquisador(a) com a ação, na medida em que busca a transformação social. Essa metodologia traz uma relação horizontal entre pesquisador(a)-pesquisado(a), na qual a perspectiva sujeito-objeto é abandonada, passando a ser ancorada numa relação sujeito-sujeito. Borda (1993, p. 17, tradução livre) propõe quatro técnicas a serem consideradas nesse tipo de pesquisa: a pesquisa coletiva, na qual as informações são coletadas e sistematizadas em reuniões e atividades realizadas coletivamente; a recuperação histórica que busca, na memória coletiva, os elementos do passado que podem ser úteis para a defesa da classe explorada; avaliação e uso de elementos da cultura popular visando recorrer aos valores inerentes à cultura de cada pessoa e região; e, por último, a comunicação dos resultados na qual os conhecimentos produzidos, coletivamente, devem ser devolvidos à comunidade com linguagem apropriada aos segmentos que colaboraram para aquela produção.

Outra contribuição, inspiradora para este trabalho, veio do IDAC, Instituto criado por brasileiros em exílio na Suíça, com base na Pedagogia do Oprimido. Dentre as experiências compartilhadas em Freire *et al.* (1984) será tomada aquela descrita no capítulo dois, *Conhecer para transformar*, síntese de um trabalho formativo realizado com operários italianos. O cerne do trabalho era elaborar uma ação político-pedagógica capaz de experimentar uma prática “[...] educativa em que, partindo-se sempre da realidade e dos interesses daqueles com quem trabalhávamos, buscávamos um processo de aquisição de conhecimentos e de instrumentos que aumentassem seu poder de intervenção sobre a realidade” (FREIRE *et al.*, 1984, p. 09).

Naquela experiência, conduzida por Miguel Darcy de Oliveira, foi o movimento de trabalhadores que identificou suas próprias demandas, passando a construir seu processo formativo, executado em 150 horas, tornando-se uma “[...] conquista coletiva dos trabalhadores”, para a construção de capacidade crítica (OLIVEIRA, M., 1984, p. 19). A ação do IDAC, naquele contexto, foi organizada em quatro etapas: a) definição dos objetivos através de assembleias de trabalhadores com igualdade de voz e voto; b) histórias individuais para chegar em um plano de trabalho, compartilhadas em grupos menores formados por trabalhadores e os professores mediadores do curso, destacando que “[...] a grande maioria dos principais problemas que afetaram e afetam a vida de cada um são problemas comuns a todos” (OLIVEIRA, M., 1984, p. 25); c) decomposição e estudo do tema gerador; nesta etapa, buscou-se compreender qual o entendimento dos trabalhadores sobre os problemas enfrentados e as possibilidades de trabalho; d) síntese e relatório final compuseram a última etapa. Houve uma avaliação, expressa num relatório, constando o itinerário formativo do grupo, uma síntese em

torno da temática definida, além das contribuições das equipes. A avaliação, em última instância, buscou compreender o impacto daquela formação na conscientização e produção de saberes, capazes de contribuir para a transformação daqueles trabalhadores-explorados em sujeitos democráticos (OLIVEIRA, M., 1984).

Nesse contexto, será tomada a ideia precípua de que as “[...] teorias, descobertas empíricas, sabedoria e conhecimento colaborativo comunitário e popular, inspiração e experiências [...]” (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014, p. 27) são fontes para a construção de ações factíveis para atuar em uma determinada realidade opressora, a fim de transformá-la. Nesta pesquisa, os saberes populares e acadêmicos possuem o mesmo *status* na construção de ações coletivas; não havendo uma busca pelas generalizações, pois as ações foram personalizadas com um determinado grupo e para uma situação específica, com soluções possíveis, tendo como base os problemas encontrados.

Dessa maneira, essas experiências e esses estudos foram tomados como “bússola” para elaboração dos passos desta pesquisa de conhecimento-ação-transformação – numa perspectiva de pesquisa efetivada com a participação de todos os envolvidos, firmada nas trocas responsáveis, na comunhão e união entre as pessoas, como diria Freire (1987), mediante aproximação cuidadosa e fundamentada na ideia de fazer “junto com”. Desse modo, deixa-se o lugar distante de um(a) pesquisador(a) convencional para assumir um papel na construção de uma determinada prática social, na qual a pesquisadora deixa-se acolher, ser acolhida e colaborar.

Originalmente, o *locus* da pesquisa era o entorno da praça Bernardino Bahia, lugar onde aquele jovem solicitou apoio contra as retiradas, conforme relatado nesta introdução. No entanto, em função do Projeto Novo Centro, que atingiu todo o coletivo de trabalhadores(as) que atua na feira livre do Centro, o *locus* deixou de ser definido por rua, passando a ser os movimentos de resistência pela permanência da feira livre e seus(suas) representantes – ambulantes, feirantes e camelôs – no Centro de Feira de Santana. Nesse sentido, cumpre fazer algumas considerações, tendo como base os estudos empreendidos nesta tese, a fim de alinhar alguns entendimentos. A feira livre do Centro é entendida como toda prática social realizada por ambulantes, feirantes, camelôs e artesãos indistintamente. Por conseguinte, todos estes sujeitos são compreendidos como feirantes, por serem herdeiros da feira livre ancestral que deu origem à Feira de Santana. No entanto, os trabalhadores e as trabalhadoras do *locus* pesquisado autodenominam-se, distintamente, em função de algumas peculiaridades, sendo denominados(as) de feirantes aqueles(as) que atuam na venda de frutas, verduras e hortaliças da Marechal Deodoro e ruas do entorno; os(as) ambulantes são aqueles(as) que atuam de forma

itinerante com produtos diversos e/ou aqueles(as) que, mesmo tendo ponto fixo, armam e desarmam suas barracas, diariamente, como reconhecem-se os(as) vendedores de frutas, verduras e hortaliças da Praça Bernardino Bahia e outros pontos da cidade; os(as) camelôs possuem pontos fixos e atuam, via de regra, com a venda de confecções, sapatos, capas de celular e produtos diversos. Esta diversidade de nomenclaturas profissionais, para fins desta pesquisa, será denominada de trabalhadoras e trabalhadores do Centro. Como será visto, neste relatório, mesmo tendo uma atuação feminina importante na construção e liderança das resistências investigadas, observa-se que os movimentos de resistência não são construídos somente por mulheres, havendo a participação de um número expressivo de homens. Por isso, a opção por usar os termos “trabalhadores e trabalhadoras” ao invés do uso exclusivo de um dos termos, marcando a força e representatividade das mulheres, verificadas no contexto desta pesquisa.

Inicialmente foram acompanhadas as ações de resistência desenvolvidas no âmbito do Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade, composto por ambulantes, artesãos, artesãs, camelôs e feirantes, que atuavam em diversas ruas do Centro de Feira de Santana, como Sales Barbosa, Marechal Deodoro, Sr. dos Passos e outras, mantenedores de uma prática social remanescente da antiga feira livre e ameaçados(as) de deixarem seus locais de trabalho. Posteriormente, foram incluídas as resistências que surgiram no processo: “A feira da Marechal é Patrimônio” e os(as) camelôs realocados(as) para o *Shopping* Popular. Os sujeitos envolvidos são esses, supramencionados, sem desconsiderar, neste âmbito, trabalhadores(as) de outras categorias aglutinados(as) em prol de uma mesma bandeira, formando o que foi denominado de apoiadores(as) na articulação das resistências. Dentre estes, estavam estudantes e professores(as) universitários(as), membros de sindicatos e outros(as) profissionais com atuação em diversas áreas como economia, geografia, educação, arquitetura, direito etc., desempenhando um papel importante nesse processo de construção das resistências, na medida em que participavam da organização dos movimentos, junto com as categorias de trabalhadoras e trabalhadores afetados pelas obras de Requalificação do Centro, demonstrando um envolvimento, compromisso e participação quase que diária na luta com aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras. A inclusão de outros(as) trabalhadores(as), conforme descrito acima, é compatível com o caráter interdisciplinar e intersetorial inerentes à Educação Popular e que pressupõem a participação de sujeitos de diferentes formações (GADOTTI, 2012), unidos por laços ideológicos e de afinidade, conforme destaca Gohn (2012).

A importância da atuação e da presença desses(as) apoiadores(as) surgiu de forma direta nas entrevistas, quando uma camelô relatou que foi, dentre os benefícios em participar do

movimento de resistência, o fato de ter conhecido pessoas, apoiadores(as) do movimento, com as quais ela se relacionou naquele momento de luta, citando várias pessoas, e completou “[...] *Teve uma outra doutora também [...], ela nos encontrava quando a gente ia na Defensoria Pública. Foram muitos benefícios sim, inúmeros benefícios*” (Camelô1, entrevista, 2021).

Na prática, os movimentos de resistência acontecem em solidariedade, quando os sujeitos unidos lutam “[...] pela restauração de sua humanidade”, tentando “[...] a restauração da generosidade verdadeira” (FREIRE, 1987, p. 20). Assim, esses(as) apoiadores(as) estiveram presentes em todo o movimento, assumindo papéis diferentes e significativos na luta contra a opressão. Vale registrar a participação ativa de militantes, estudantes, pesquisadores(as), professores(as) universitários, dentre outros(as).

*[...] esse **suporte**, por exemplo, **intelectual** que a Universidade dá, **técnico**, é muito importante. [...]. No sentido de estratégia, um suporte político que as organizações podem dar é também algo [...] que deve ser mantido. E na medida em que a gente conseguir avançar e articular isso [interrompe]: a tua iniciativa de montar um **núcleo de comunicação**, do pessoal de montar um outro **grupo de urbanismo, de direito**, são coisas que eu acho que a gente está avançando qualitativamente* (Apoiador1, entrevista, 2021, grifo nosso).

A fala deste apoiador aponta para algumas ações desenvolvidas no âmbito do Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade, um dos movimentos relatados nesta pesquisa, que colaboraram na organização e estruturação da luta coletiva. A formação desses Grupos de Trabalho (GTs), citados no relato, aconteceram nas áreas jurídica, urbanística e de comunicação. Porém, a atuação dos(as) apoiadores(as) demonstrou ser relevante no planejamento, na organização e na concretização das resistências empreendidas pelos(as) trabalhadores e trabalhadoras, na medida em que foi possibilitado, entre outras questões: o diálogo entre técnicos e profissionais de outras áreas, com feirantes, ambulantes e camelôs; o favorecimento da troca de saberes e de conhecimentos produzidos por aqueles sujeitos e as universidades; a colaboração com as suas experiências; a busca por apoio econômico para as mobilizações sociais, possibilitando que o movimento de resistência pudesse se consolidar e ganhar visibilidade; a contribuição para articular aquelas resistências com outros setores da sociedade “[...] *conectar eles, a voz deles, aquilo que eles queriam, com outros setores, com outros sindicatos, com setores da mídia*” (Apoiador2, entrevista, 2021) – destacou outro apoiador ao refletir sobre sua colaboração no movimento. O trabalho anônimo daqueles(as) apoiadores(as) ajudou a alicerçar o caminho empreendido naquelas resistências populares, com a compreensão, repetida diversas vezes, de que “*somente a luta muda a vida*” (notas de campo, 2021). Em última instância, a presença dos(as) apoiadores(as) acenou para a solidariedade e colaboração entre uma mesma e única categoria: trabalhadores e trabalhadoras de Feira de

Santana. Este trabalhador social, como Freire (1981) costuma chamar, quando não reacionário, possui papel relevante na organização e na consolidação da luta coletiva e, por conseguinte, da transformação da realidade. Um papel que é político, refletido em uma prática igualmente política.

Dessa e de outras maneiras, o campo e a fala das pessoas foram dando pistas quanto à necessidade de uma estrutura de suporte, de apoio e de apoiadores(as) para esses movimentos populares, em várias frentes, quer seja material, econômica, intelectual, seja até mesmo emocional – “*eu fui para o momento da remoção [dos(as) camelôs da Sales Barbosa e adjacências]. Quando eu cheguei lá, ela [Camelô3] me abraçou*” relatou Apoiador2 (entrevista, 2021) ao narrar o momento mais marcante, para ele, nessa jornada de luta. E prosseguiu:

Então eu achei que foi um momento que me marcou foi esse. Porque ela me abraçou. Porque talvez eles achassem que a gente estava ali com eles, mas no momento em que eles precisassem mesmo, que era um momento das remoções, talvez eles achassem que a gente não estaria junto. Então ela ficou feliz quando eu cheguei, porque eu estava ali naquele dia, naquele momento com eles. Ela ficou tão feliz que ela me abraçou

Lembrar que este momento aconteceu em meio a dor da remoção dos(as) camelôs e ambulantes do Centro, mais bem detalhado em capítulos a seguir, e em meio a uma pandemia na qual a recomendação era o afastamento social, possa dar uma dimensão do significado deste abraço para essas pessoas. Nesse contexto, todo o apoio se torna relevante quando as estruturas de luta ainda estão sendo consolidadas e é igualmente necessário, a qualquer tempo, quando a solidariedade é expressa na busca da própria humanização e da vocação que as pessoas possuem de serem mais, conforme lembrado por Freire (1987) em seus escritos.

O Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade de Feira de Santana surge em 2019, marcando seu aparecimento, no cenário local, com a realização da Audiência Pública: “O *Shopping* de Elias e a retirada do meio de vida dos ambulantes de Feira de Santana” pensada para discutir com a sociedade a construção do *Shopping* Popular que resultaria na expulsão de centenas de trabalhadoras e trabalhadores das ruas centrais do município, dentre estes, ambulantes, feirantes e camelôs (CAMELÔS..., 2019). Sem, aliás, esquecerem-se das artesãs e artesãos expulsos do Centro de Abastecimento para a construção do referido *Shopping*.

A atuação do Coletivo reconfigurou-se ao longo do tempo. Antes da pandemia, havia reuniões periódicas e presenciais; durante a pandemia, as reuniões passaram a ser virtuais e tiveram algumas atividades presenciais, em momentos específicos, como foi o caso das mobilizações ocorridas quando houve a remoção das barracas dos(as) camelôs, por exemplo.

As atividades e reuniões eram articuladas a partir de um grupo no *WhatsApp*, chamado Luta Camelô, com número de participantes oscilando em torno de 30 pessoas, contando esta pesquisadora, e através de conversas privadas. Ao longo da existência do coletivo, os objetivos foram sendo desenhados, nos quais a principal proposta era construir formas de resistência em favor da permanência dos ambulantes, feirantes, camelôs, artesãos, artesãs etc. no Centro de Feira de Santana. Para tanto, a luta era por um Projeto de Requalificação do Centro, com inclusão dos(as) trabalhadores e trabalhadoras e a manutenção da feira livre, representante da memória, cultura e identidade do povo feirense.

Após a remoção dos(as) camelôs para o *Shopping* Popular, a luta pela permanência foi reconfigurada e o Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade deixou de atuar sistematicamente, desde o final de 2020, nas ações de resistência, registrando algumas atividades pontuais e permanecendo através das atividades desenvolvidas no âmbito de dois GTs remanescentes, da comunicação e jurídico. Os(as) camelôs realocados(as) para o *Shopping* Popular, no final de setembro de 2020, continuaram resistindo através da Associação em Defesa dos Empreendedores e Camelôs do Centro Comercial Popular (ADECAM), na busca por melhores condições de existência naquele espaço controlado pela iniciativa privada. E, no início de 2021, fortaleceu-se a resistência dos feirantes da Marechal Deodoro e entorno, através da organização do movimento denominado A Feira da Marechal é Patrimônio, ressaltando a participação de pessoas do Coletivo de Trabalhadores nas ações empreendidas nesses outros dois movimentos de resistência específicos, constituídos no decurso deste estudo e que passaram a ser acompanhados, no âmbito desta pesquisa, através das ações do GT de Comunicação da Luta.

A inclusão dos participantes da pesquisa foi feita por adesão à proposta de trabalho, contando com a participação de pessoas envolvidas nas resistências, compondo um conjunto maior de trabalhadoras e trabalhadores (feirantes, ambulantes, camelôs etc.) representantes da feira livre e participantes dos movimentos de resistência acompanhados. Foram incluídos, também por adesão, apoiadores com atuação direta naquelas resistências. Considerando Lakatos e Marconi (2007) e Gil (2002; 2008), da população composta por camelôs, artesãos(ãs), feirantes e ambulantes que atuam no Centro de Feira de Santana (BA) e que compõem os movimentos de Resistência – Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade; camelôs no *Shopping* Popular, sem nome definido, organizados através da ADECAM; e o movimento A Feira da Marechal é Patrimônio – serão consideradas enquanto participantes da pesquisa aquelas pessoas que atuam ou atuaram diretamente, em algum momento, da liderança dos movimentos citados e dentre os(as) apoiadores(as), aqueles engajados direta e

sistematicamente na organização das resistências estudadas, compreendendo terem representatividade dentro o grupo ao qual pertencem e para o fenômeno estudado. Ainda de acordo com os estudos de Gil (2008), a escolha dos(as) participantes também obedeceu aos critérios de conveniência ou acessibilidade, buscando os membros mais acessíveis à pesquisadora dentre aqueles(as) que participavam das resistências; e de cota, quando foi definido, para as entrevistas, um número de dois sujeitos por categoria (feirantes, camelôs e apoiadores/as), totalizando seis pessoas.

Para cada fase da pesquisa, detalhada a seguir, buscou-se desenvolver ações metodológicas capazes de atender às demandas para realização do trabalho. Nesse sentido, para elaboração de algumas destas etapas, a discussão teórica e conceitual por exemplo, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada com base em material produzido anterior ao estudo em questão, tendo como fontes: os livros, composto por obras literárias, científicas, de divulgação, dicionários, anuários etc.; as publicações periódicas como jornais e revistas; e outros impressos. A pesquisa documental, por sua vez, ainda segundo Gil (2002, p. 46), apresenta alguma similaridade com a pesquisa bibliográfica, sendo utilizados documentos de primeira e segunda mão.

Há, de um lado, os documentos ‘de primeira mão’, que não receberam nenhum tratamento analítico. [...] documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Nesse estudo, foram utilizados documentos de primeira mão encontrados em matérias de jornais que foram recolhidos desde a construção do projeto de pesquisa, e ao longo desta, até a escrita final deste relatório; e como documentos de segunda mão, foram utilizados livros e relatórios científicos. Quanto às ações de campo, esta pesquisa contam com entrevistas, questionário, coletas de campo por meio da observação participante, e atividades práticas para atuação na realidade, elaboradas junto com as resistências acompanhadas, a serem mais bem detalhadas em um quadro neste subcapítulo e, posteriormente, nos capítulos quatro e cinco desta tese.

A entrevista consiste em um diálogo entre duas ou mais pessoas com o objetivo de obter informações com “[...] dados descritivos na linguagem do próprio sujeito” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134). São necessários alguns pressupostos para utilização desse instrumento: a confidencialidade, necessária em todo processo investigativo; a clareza na informação dos

objetivos da entrevista; a flexibilidade no que diz respeito à fala da pessoa entrevistada ou quanto ao ocorrido durante o processo; o não julgamento e a não avaliação dos ditos; o estabelecimento de uma relação de confiança com o(a) entrevistado(a); e a evitação de perguntas suscetíveis a respostas sim/não (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

No contexto da pesquisa, as pessoas convidadas para participarem das entrevistas, trazendo novos elementos para compreensão dos processos educativos, foram duas feirantes do movimento de Resistência A Feira da Marechal é Patrimônio; duas camelôs, sendo uma líder da resistência até a remoção deste segmento das ruas, e uma liderança atual da resistência dos(as) camelôs no *Shopping* Popular. Também foram convidados dois apoiadores do Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade, sendo um deles, uma pessoa com atuação presente e sistemática no Coletivo, mas que deixou o movimento após a expulsão dos(as) camelôs do Centro e o outro, que também faz parte do Coletivo, que passou a compor a organização que deu origem ao movimento de resistência na Marechal Deodoro e adjacências: A Feira da Marechal é Patrimônio.

A tabela a seguir, traz algumas informações sobre o perfil das pessoas entrevistadas.

Tabela 1 - Perfil das pessoas entrevistadas

Gênero		Idade	Raça		Religião			Escolaridade			Ocupação		
Masc	Fem.		Negro	Branco	C	E	Sem	E	S	Superior	Feirante	Camelô	Apoiador
.	.				a	v	Religião	n	u	em Curso			Prof.
					t	a		s	p				Liberal
					ó	n		i	e				
					l	g		n	r				
					i	é		o	o				
					c	l		M	C				
					o	i		é	o				
							d	o					
							i	m					
							o	p					
								l					
								e					
								t					
								o					
2	4	30 e 35 anos	5	1	3	2	1	2	3	1	2	2	2

Fonte: própria autora (2022).

Os(as) entrevistados(as) possuem entre 30 e 45 anos de idade; a maioria é do sexo feminino (camelôs e feirantes), sendo do sexo masculino os dois apoiadores. No perfil, nota-se uma prevalência de cristãos, católicos e evangélicas, e uma pessoa declarou não seguir nenhuma religião. A formação acadêmica, por sua vez, varia entre Ensino Médio e formação em Ensino Superior, sendo que uma pessoa ainda cursa licenciatura. Portanto, trata-se de um grupo com formação básica completa e maioria com formação em Ensino Superior. Quanto à raça, há uma

prevalência de negros, sendo somente uma pessoa branca entrevistada, na condição de apoiador, e dentre as negras, uma é quilombola. A ocupação prevalece de feirantes e camelôs, os apoiadores são profissionais liberais e militantes, todos formavam liderança nos movimentos investigados. Importa ressaltar que os trechos das entrevistas utilizadas, neste relatório, foram registrados em *itálico*, como forma de destacar as falas dos sujeitos da pesquisa, adotando-se esse procedimento quando as citações eram de sujeitos feirantes, ambulantes e camelôs, mesmo quando recolhidos em outras fontes. Vale destacar também que as análises e as categorias identificadas, a partir das entrevistas, assim como trechos considerados relevantes foram incluídos ao longo deste documento e não em um capítulo específico.

Pensando nas questões éticas, inerentes a uma pesquisa científica que conta com a participação de seres humanos em sua produção, algumas providências foram tomadas para atenderem a esta dimensão, tais como: a) a preservação da identidade das pessoas participantes – o nome dos(as) feirantes, ambulantes e camelôs foi mantido em sigilo. Pode haver algumas exceções, nas quais o nome desses sujeitos aparecem no texto, isto quando as informações foram coletadas em documentos públicos, como jornais, por exemplo; b) o esclarecimento dos objetivos da pesquisa, realizado durante a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE); c) a ética na análise e na interpretação das informações; d) a submissão dos procedimentos desta pesquisa a um Comitê de Ética.

Em função da pandemia, algumas etapas da pesquisa foram redimensionadas, sendo necessária a inclusão de procedimentos para coleta de informações de forma não presencial. Apesar disso, o rigor com as questões éticas foi mantido a fim de resguardar os sujeitos. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas por telefone (*WhatsApp* ou ligação) ou plataformas virtuais (*Zoom* ou *Google Meet*), por exemplo, só foram gravadas mediante autorização expressa das pessoas participantes, sendo mantidos *downloads* dos dados em *notebook* pessoal e *pendrive*, evitando riscos de vazamento de informações e/ou dados pessoais em função de armazenamento em plataformas virtuais ou em “nuvem”, de acordo com as orientações do Ofício Circular 02/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (BRASIL, 2021).

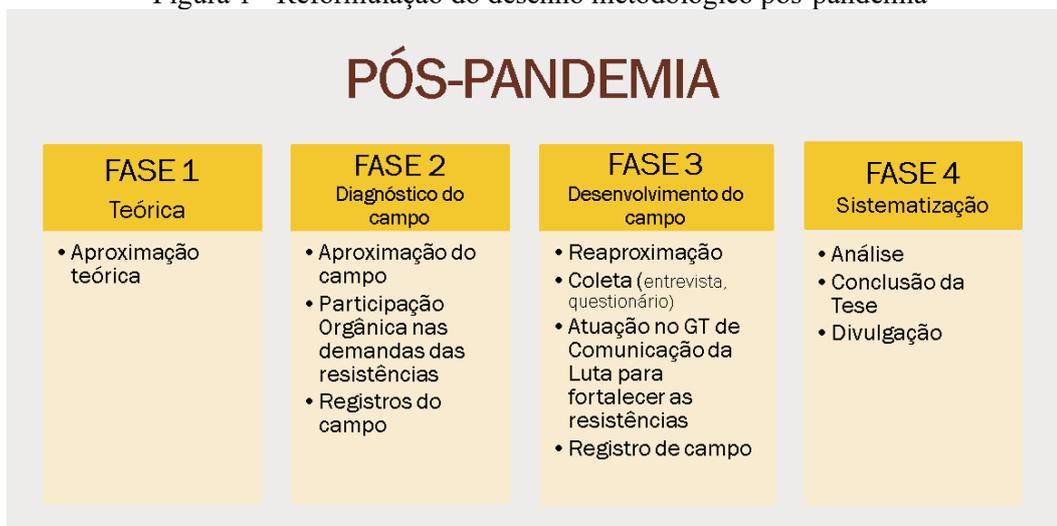
Essa necessária preocupação ética com os sujeitos e com o *lôcus* permeou todo o processo de pesquisa, desde a elaboração e a realização do projeto, passando pela análise das informações e construção do relatório final, isso porque o objetivo de uma produção científica deve ser trazer reflexões, compreensões, críticas e até intervenções, a depender do tipo de pesquisa, capazes de ampliar o conhecimento sobre o fenômeno estudado e contribuir para a sociedade. Assim, o paradigma da pesquisa enquanto função social e política se consolida numa perspectiva mais ampla, englobando a produção de conhecimento sobre e para o mundo.

Além dessas questões postas, uma preocupação inerente às pesquisas com seres humanos diz respeito à responsabilidade com as pessoas envolvidas, uma vez que é comum escutar certo incômodo com a ruptura ocorrida após a conclusão do trabalho. Algo natural em todo trabalho de pesquisa, a saída do campo parece repercutir, algumas vezes, de forma negativa nos sujeitos envolvidos. Pensando nesta questão, algumas medidas foram tomadas para reduzir o impacto dessa saída ao término da pesquisa, destacando, sempre que possível: a temporalidade da pesquisa – quatro anos; o princípio da autonomia, na qual as pessoas envolvidas são gestoras de seus processos emancipatórios, podendo os agentes externos serem apoiadores(as) neste movimento; e, por fim, a disseminação da ideia de que uma pesquisa, desta natureza, busca contribuir na resolução de uma determinada situação indesejada, porém não é possível assegurar a completa resolução delas, considerando a complexidade dos problemas sociais.

A seguir, estão as fases construídas para realização deste estudo, que foram elaboradas com base nos(as) autores(as) estudados(as) para a construção deste caminho metodológico. Essas fases foram reelaboradas em função da pandemia, que teve início em março de 2020 e segue no decurso de 2022. Assim, alterar as fases da pesquisa tornou-se imprescindível, a fim de assegurar a conclusão dos trabalhos, sem prejuízos quanto aos prazos e à qualidade da produção.

No redesenho, a principal mudança passa pela divisão das atividades de campo em duas fases. Havendo, na fase três, a necessidade de uma reaproximação com o campo, mesmo que não presencial; novas coletas de informações com o uso da entrevista e questionários; e construção da proposta de atuação, junto aos movimentos de resistência, para atender a parte prática do objetivo geral, conforme sintetizado na figura abaixo. Vale destacar que essas fases e etapas foram assim distribuídas para fins didáticos, considerando que algumas delas se integram, interagem e avançam no tempo, independente da delimitação didática imposta pelo desenho apresentado.

Figura 1 - Reformulação do desenho metodológico pós-pandemia



Fonte: própria autora (2021).

Isto posto, segue o detalhamento de cada uma das fases desenvolvidas.

A **Fase 1**, iminente teórica, foi marcada pela construção das principais discussões teóricas, conceituais e de um diagnóstico do *lôcus* da pesquisa, algumas investigações, com base em jornais, e aproximações referentes às situações que envolvem o fenômeno estudado. Frisando que alguns(as) autores(as) foram trazidos *a priori* nesta fase e outros(as) foram escolhidos (as) a partir das entrevistas, questionários e das interações desta pesquisadora com o *lôcus* e com os sujeitos da pesquisa. Portanto, *a posteriori*.

A **Fase 2**, chamada de **Diagnóstico do campo**, foi subdividida em algumas etapas apenas para efeito didático. Na **primeira etapa** ocorreu uma **Aproximação com o campo** que se estabeleceu através da participação desta pesquisadora em reuniões da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (IEPS), da UEFS, num diálogo com Projeto de Pesquisa: Camelôs em Feira de Santana (Ba): ordenamento territorial e desenvolvimento local através da coordenadora e professora Dra. Alessandra Oliveira Teles. Através desses contatos foi possível uma aproximação com o movimento de resistência: Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade e demais resistências que se sucederam. A observação participante aconteceu, nessa medida, desde essa primeira aproximação com o campo e perpassa toda a pesquisa. Esse tipo de técnica acontece, de acordo com Cruz Neto (1994, p. 59-60), “[...] através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado” para obter informações dos próprios sujeitos que fazem parte daquele contexto estudado. Nesta pesquisa, especificamente, a participação desta pesquisadora é “[...] plena”, sendo “[...] caracterizada por um envolvimento por inteiro em todas as dimensões de vida do grupo a ser estudado” (CRUZ NETO, 1994, p. 60) como pode ser observado neste relatório.

A **segunda etapa** foi a construção da **Participação Orgânica** desta pesquisadora nas ações dos movimentos. A palavra “orgânico” pode ser entendida como “Próprio de organismos vivos [...]. Desenvolvido naturalmente [...]” (MICHAELIS, 2020). No contexto desta pesquisa, essa definição é utilizada como algo que acontece naturalmente, sem roteiro programado. Num movimento que objetivava estabelecer conexões de confiança com as pessoas; entender o funcionamento dos movimentos; e, ainda, colaborar com o desenvolvimento das ações em andamento. A ideia era uma inserção no ambiente, na luta, nos movimentos a fim de participar e contribuir nas demandas advindas do Coletivo, sem que houvesse, por parte desta pesquisadora, um planejamento prévio para atuar naqueles acontecimentos. A referida participação orgânica aconteceu, na prática, através das discussões em grupos de *WhatsApp*; da participação em reuniões periódicas que aconteciam com os(as) camelôs, ambulantes e demais membros do Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade; da produção de vídeos, textos e materiais; da organização das ações e mobilizações do Coletivo; da ida em rádios para divulgação da resistência; da participação nas manifestações de rua; e de outras atividades demandadas pelo coletivo ao longo da pesquisa. O registro de campo, didaticamente apresentado nesta etapa, foi utilizado durante toda a pesquisa e contém observações, anotações de conversas informais e acontecimentos, além de impressões coletadas durante as interações desta pesquisadora nas atividades descritas ou não neste relatório.

Com o advento da pandemia, algumas atividades que estavam sendo realizadas presencialmente foram interrompidas. Desse modo, a **Fase 3** marca a reinserção no campo, quando foram realizadas coletas de novas informações e início das atividades para alcançar os objetivos da ação, através da elaboração de uma proposta de atuação construída coletivamente na perspectiva da Comunicação Popular. Essa fase foi subdividida em três etapas. A **primeira** constou de uma **Reaproximação com o campo** considerando o cenário pandêmico e o receio de continuar com as ações presenciais que marcaram a Fase 2 da pesquisa. Desse modo, o formato *online/remoto* passou a ser utilizado, quando foram estabelecidas conversas privadas com possíveis participantes para realização das entrevistas, considerando que a maioria das pessoas contatadas possuíam uma relação próxima com esta pesquisadora, construída antes da pandemia.

A **etapa da Coleta de informações** serviu para dirimir dúvidas inerentes à fase anterior e realizar as entrevistas objetivando: identificar os processos educativos construídos por trabalhadores e trabalhadoras nas resistências para permanência na feira livre do Centro de Feira de Santana. Nesta pesquisa, a voz dos representantes da prefeitura e da classe dominante, em favor da retirada dos(as) trabalhadores(as), foi escutada através dos jornais locais, não havendo

entrevistas com aqueles que, normalmente, escrevem a história hegemonicamente contada. Afinal, existe uma demanda por contar a história sob a perspectiva dos excluídos(as), daqueles(as), momentaneamente, vencidos(as) na guerra de classes. Nesse sentido, a perspectiva adotada nesta pesquisa desde a análise até os relatos e fatos históricos foi contá-los “a contrapelo”, na perspectiva dos(as) excluídos(as), como diria Walter Benjamin (LOWY, 2002, p. 203).

As **entrevistas** foram, então, realizadas através de ambiente virtual, na plataforma *Zoom*, e foram gravadas após consentimento dos(as) entrevistados(as) (BRASIL, 2021) para facilitar a transcrição. Nesse momento, os(as) entrevistados(as) tomaram conhecimento do TCLE, conforme modelo aprovado pelo Comitê de Ética¹ (Anexo A), que foi assinado pelos(as) entrevistados(as), posteriormente, em meio físico. Ainda com base em Bogdan e Biklen (1994), as entrevistas foram exploratórias, com questões abertas para entender melhor a forma como os entrevistados organizam os temas abordados. Foram definidas, desse modo, perguntas sobre o tema em questão, num modelo semiestruturado (Apêndice A - Roteiro de Entrevista trocar), para que os mesmos itens fossem percorridos por diferentes sujeitos, podendo haver posterior comparação.

A **terceira etapa** desta fase foi construída na **Participação** desta pesquisadora nas produções demandadas pelos movimentos de resistência. Esta participação iniciada desde 2019, ainda na fase orgânica do processo de pesquisa, permaneceu durante a pandemia e ganhou novos contornos com a inauguração das reuniões remotas, através das plataformas virtuais, e das *lives* inauguradas também com o advento da pandemia e incorporada aos processos de divulgação das ações das resistências. A participação, descrita nesta etapa, aconteceu em três perspectivas ao longo da pesquisa: a) nas reuniões presenciais e/ou virtuais e nas manifestações presenciais com trabalhadoras, trabalhadores e apoiadores(as) dos movimentos de resistência; b) participação na sistematização de documentos demandados pelos movimentos desde ofícios, cartas, convites etc.; c) na publicização de documentos, conforme definição do coletivo, nas redes sociais *WhatsApp* e *Instagram*. Os dois últimos pontos ficaram concentrados, a partir de abril de 2021, principalmente, através do GT de Comunicação da Luta. Esse espaço de trabalho foi instituído enquanto ação para aumentar o poder de atuação daquelas trabalhadoras e trabalhadores na realidade de exclusão experimentada, sendo concebido e iniciado nesta fase da pesquisa. Um ano após o início das ações empreendidas nesse GT, foi aplicado um

¹ Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia, sendo aprovado sob número de parecer consubstanciado nº 4.551.719 em 23 de fevereiro de 2021. Outras informações através do *e-mail*: cepuneb@uneb.br

questionário (Apêndice B – Questionário para membros do GT) com o objetivo de compreender qual a percepção que os sujeitos envolvidos no GT, efetivamente, possuíam sobre as suas aprendizagens, experiências compartilhadas e a importância do GT para os movimentos de resistência. Para responder ao questionário, foi considerado o critério de representatividade quando foram convidados uma feirante e um apoiador, ligados ao movimento A Feira da Marechal é Patrimônio; e uma camelô do movimento de camelôs no *Shopping Popular*. Os três são membros do GT de Comunicação da Luta desde a fundação e participaram das entrevistas citadas anteriormente. Segundo Gil (2008, p. 121), o questionário é uma técnica que comporta um “[...] conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado”, podendo ser auto aplicados, quando o próprio entrevistado responde diretamente às perguntas, e com questões abertas. Essas foram as formas escolhidas neste trabalho de pesquisa.

A **Fase 4**, intitulada de **Sistematização**, foi constituída da análise das informações coletadas; da elaboração da versão final deste relatório; e, posteriormente, da divulgação dos resultados que acontece em três momentos: a publicização dos documentos construídos coletivamente, de acordo com as demandas dos movimentos, que ocorre rotineiramente no âmbito do GT; a defesa da tese; e, por fim, a publicação dos resultados da pesquisa e da própria tese em revistas científicas. A análise das informações ocorreu ao longo do processo de pesquisa, sendo intensificada ao final da coleta, tendo como base os contributos de Bardin (2011) e Moraes (1999) para Análise de Conteúdo, sem dispensar a criatividade da pesquisadora na interpretação das informações coletadas (GIL, 2008). Segundo Moraes (1999), o processo de análise ocorre seguindo algumas etapas, apresentadas a seguir.

- a) preparação das informações. As entrevistas coletadas foram transcritas pela própria pesquisadora, possibilitando que partes relevantes fossem destacadas para posterior consulta. Após a transcrição, aconteceu a impressão de todo o material para proceder a técnica de leitura flutuante. A atividade consiste em “[...] estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2011, p. 96). Este momento serviu para o registro das primeiras impressões sobre o material, as ideias emergentes, as indagações, as estranhezas, as dúvidas e as vinculações com o quadro teórico;
- b) transformação dos conteúdos em unidades. Após a leitura flutuante, os trechos mais relevantes são destacados, dentro do contexto das perguntas feitas. Cada fala significativa fica reservada e as unidades devem ter um significado completo em si

mesmas, conforme Moraes (1999), sendo compreensíveis mesmo quando deslocadas do seu contexto;

c) categorização ou classificação das unidades em categorias. Esse é um procedimento que consiste em “[...] agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles” (MORAES, 1996, p. 6). Após a identificação da unidade de análise, realizada na etapa anterior, o próximo passo foi buscar as marcas comuns para proceder a categorização. A escolha da categoria é feita de forma criativa e deve traduzir, segundo Gil (2002), a semelhança encontrada entre as informações coletadas. As categorias surgem quando se verifica semelhança entre as informações. Para atender ao critério de validade da categoria, destacam-se duas perspectivas: os critérios de exaustividade e exclusividade (GIL, 2002). Para ser considerada válida, a categoria precisa ser exclusiva e exaustiva. O critério de exaustividade é atendido quando uma categoria consegue abarcar todas as respostas, sendo importante não se elencar uma quantidade grande de categorias para não dificultar a análise e a interpretação das informações. O critério da exclusividade pressupõe a inclusão de uma unidade de análise somente em uma das categorias;

d) descrição e Análise. Nesse momento, ocorreu a descrição da categoria, seus componentes e análises na busca por compreender quais informações são mais relevantes; os destaques necessários de serem dados naquela categoria; e onde ela dialoga com o referencial teórico produzido, indicando os conceitos e os(as) autores(as) abordados(as). Caso o referencial teórico, construído *a priori*, não contemple todas as categorias emergentes, caso desta pesquisa em tela, esta pesquisadora realizou novas leituras para fundamentação. Dessa forma, o quadro teórico pode ser elaborado *a priori* e/ou *a posteriori*, conforme Moraes (1999). Nessa ocasião, foram incluídas notas dos fragmentos de textos, autores(as) e conceitos para dar suporte às interpretações. Segundo Moraes (1999), essa etapa envolve a construção de um texto com as compreensões contidas nas categorias, com uso das citações diretas das unidades de análises utilizadas e o diálogo com os(as) autores(as) utilizados(as) no referencial.

A seguir, está um cronograma das fases, com suas etapas e situação de execução, em diálogo com os objetivos definidos nesta pesquisa.

Quadro 1 - Síntese das fases da Pesquisa e vinculação com os objetivos

Fase	Etapas	Descrição/Objetivos	Situação
Fase 1	*Construção teórica	Na construção teórica <i>a priori</i> buscou-se atender aos objetivos: a) verificar as produções científicas (teses e dissertações), elaboradas no Brasil e vinculadas ao tema, que favoreçam a compreensão do fenômeno	Concluída

		pesquisado; b) contextualizar a origem de Feira de Santana em sua vinculação histórica com a feira livre.	
Fase 2	*Aproximação do campo *Participação orgânica *Registro	A aproximação com o campo e o convívio com os sujeitos da pesquisa, configuraram-se nesse momento. Havendo participação nas ações sem, necessariamente, ter interferências para o desenvolvimento da pesquisa, para além do registro das informações.	Concluída
Fase 3	*Reaproximação com o campo *Coleta de informações (entrevista, questionário e notas de campo) *Participação nas ações demandadas pelas resistências	A reaproximação com o campo foi focada na execução de ações para responder aos objetivos abaixo, mediante utilização de entrevistas, de questionários e da participação nas ações demandadas na resistência, com destaque para a participação direta na construção de alternativas para fortalecer as resistências: c) apresentar as resistências nos dias atuais; d) identificar os processos educativos construídos por trabalhadores e trabalhadoras nas resistências para permanência na feira livre do Centro de Feira de Santana; e) construir, colaborativamente, ações educativas para o fortalecimento da resistência existente; f) acompanhar o desenvolvimento das ações educativas definidas.	Concluída Concluída Concluída. As ações do GT seguem acontecendo mesmo com o fechamento deste relatório.
Fase 4	*Análise *Conclusão da tese *Divulgação	Fase final do processo de pesquisa tem seu ápice com a conclusão das análises e escrita da tese. A defesa e publicização dos materiais produzidos.	Concluída

Fonte: própria autora (2022).

O quadro acima sintetiza as etapas realizadas nesta pesquisa, com vistas a alcançar os objetivos previamente definidos. Quanto às etapas inerentes aos objetivos da ação, construídas para atuar na realidade, cumpre relatar que estas seguem acontecendo por meio do GT de Comunicação da Luta, mesmo com a finalização deste relatório. Para a construção do capítulo que trata desta experiência, foi realizado um recorte temporal, a fim de analisar as informações referentes ao primeiro ano de funcionamento do referido GT.

2 A FEIRA LIVRE NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

O principal objetivo para elaboração do trabalho produzido neste capítulo é verificar as produções científicas (teses e dissertações), elaboradas no Brasil e vinculadas ao tema, que favoreçam a compreensão do fenômeno pesquisado. Inicialmente, buscou-se mapear essa produção entendendo qual a tendência das pesquisas sobre as feiras livres, as principais temáticas, metodologias utilizadas e as suas contribuições. Posteriormente, o foco foram as produções sobre a feira livre que guardavam relação com os conceitos e objeto desta pesquisa.

Para tanto, o percurso metodológico definido para este estudo combina as técnicas utilizadas na Bibliometria (CASSUNDÉA *et al.*, 2018) e na Revisão Integrativa (SOARES *et al.*, 2014; UNESP, 2015). Na perspectiva da Bibliometria, serão utilizadas as tabelas e gráficos com representações das publicações, buscando uma visão panorâmica, numa primeira aproximação com a temática. Essa forma de apresentar as produções tem sido elogiado na comunidade científica, segundo Cassundéa *et al.* (2018).

Após concluída a etapa de aproximação, foi iniciada a análise dos documentos com base na Revisão Integrativa, que se configura um tipo de revisão de literatura (UNESP, 2015) capaz de identificar, dentre outras questões, conceitos e lacunas nos estudos sobre determinada temática. Soares *et al.* (2014), defendem este método para sintetizar dados de pesquisas com desenhos metodológicos diferentes. A Revisão Integrativa transcorre em seis etapas, conforme descrito a seguir.

Na etapa um, acontece a definição do tema e a questão de pesquisa. A feira livre foi o tema escolhido, e a questão guia deste capítulo foi identificar qual a tendência da produção científica relacionada à feira livre no Brasil? Como a tese de doutorado, da qual este estudo faz parte, é na área de Educação e Contemporaneidade, um olhar atento será dado às pesquisas nas Ciências Humanas, especialmente na área de Educação. A partir das orientações de Soares *et al.* (2014), buscou-se colaborar para a compreensão referente a natureza dos estudos e as abordagens metodológicas utilizadas no estudo dos fenômenos. Ainda nesta etapa, foi definida a Base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), teses e dissertações, entidade vinculada ao Ministério da Educação do Brasil (MEC), que reúne informações de todas as pós-graduações reconhecidas no país. Segundo o sítio oficial da CAPES (2015), todos os cursos reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e Ministério da Educação passam, obrigatoriamente, a enviar informações a respeito de suas atividades e produções acadêmicas. Dessa forma, a CAPES passa a concentrar todas as teses e dissertações produzidas nos diversos cursos de pós-graduação nacional. Nesta etapa houve

também a definição do descritor, ficando estabelecido a utilização da palavra “feira livre”, com opção das aspas duplas, quando se priorizou as pesquisas concluídas.

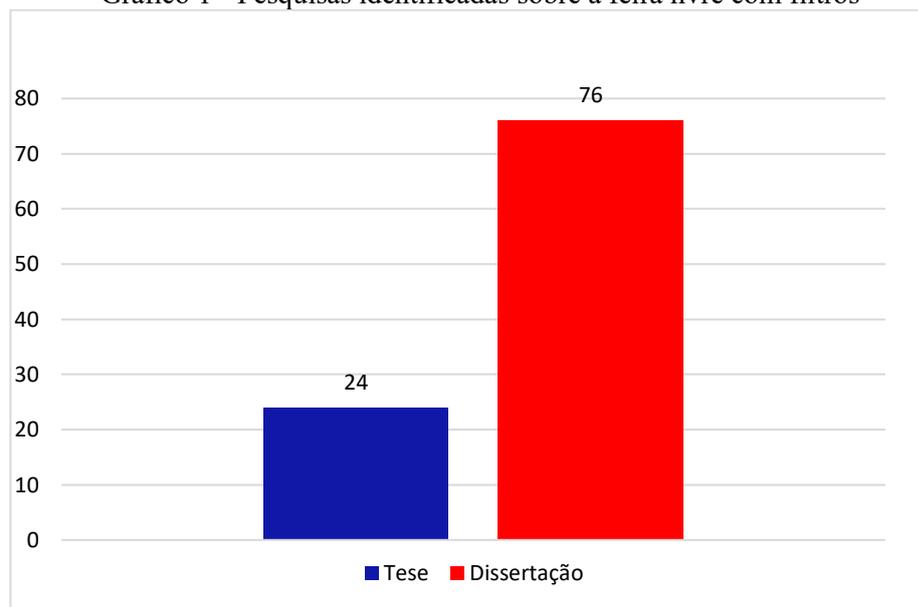
A etapa dois de uma revisão integrativa consiste em definir os critérios de inclusão/exclusão dos trabalhos identificados nas buscas. Neste trabalho, a opção foi construir um panorama geral das pesquisas identificadas e, posteriormente, fixar as análises nos estudos que tratam, especificamente, das feiras livres com alguma relação com esta pesquisa doutoral. A etapa três da Revisão Integrativa conta com a identificação dos estudos pré-selecionados. A etapa prevê a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Quando essa leitura não é suficiente para inclusão no critério definido, o passo seguinte é fazer a leitura da introdução e a conclusão dos estudos. Os quadros são elaborados nesta etapa do trabalho.

A etapa quatro se configura mediante categorização dos estudos selecionados. Neste momento, acontece a análise dos objetos, das metodologias (abordagens e instrumentos utilizados) e os principais resultados são analisados para a construção das categorias. Trechos dos estudos são selecionados para integrar as discussões e apresentação da pesquisa. A análise e interpretação dos resultados acontecem na etapa cinco do estudo integrativo, quando as informações coletadas e tabuladas são analisadas com vistas à identificação das tendências observadas e suas contribuições. A etapa seis consiste na apresentação da revisão/síntese do conhecimento que, neste caso, acontecerá por meio deste relatório.

2.1 PANORAMA GERAL: UM MOSAICO DAS PESQUISAS

A busca na base de dados da CAPES, *locus* deste levantamento, teve como indexador a palavra “feira livre”, tendo sido localizadas 33.464 pesquisas. Como analisar essa quantidade de trabalho seria algo humanamente impossível, e considerando este estudo não se pretender um Estado D’Arte, o indexador recebeu aspas duplas, quando foram identificadas 195 pesquisas. Dentre os estudos doutorais, foram identificadas 24 teses; a opção foi ler todos os resumos independente da área. No caso das dissertações, por outro lado, a opção foi analisar as contribuições nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar. Com estes filtros estabelecidos, o resultado passou a ter a amostra abaixo delimitada.

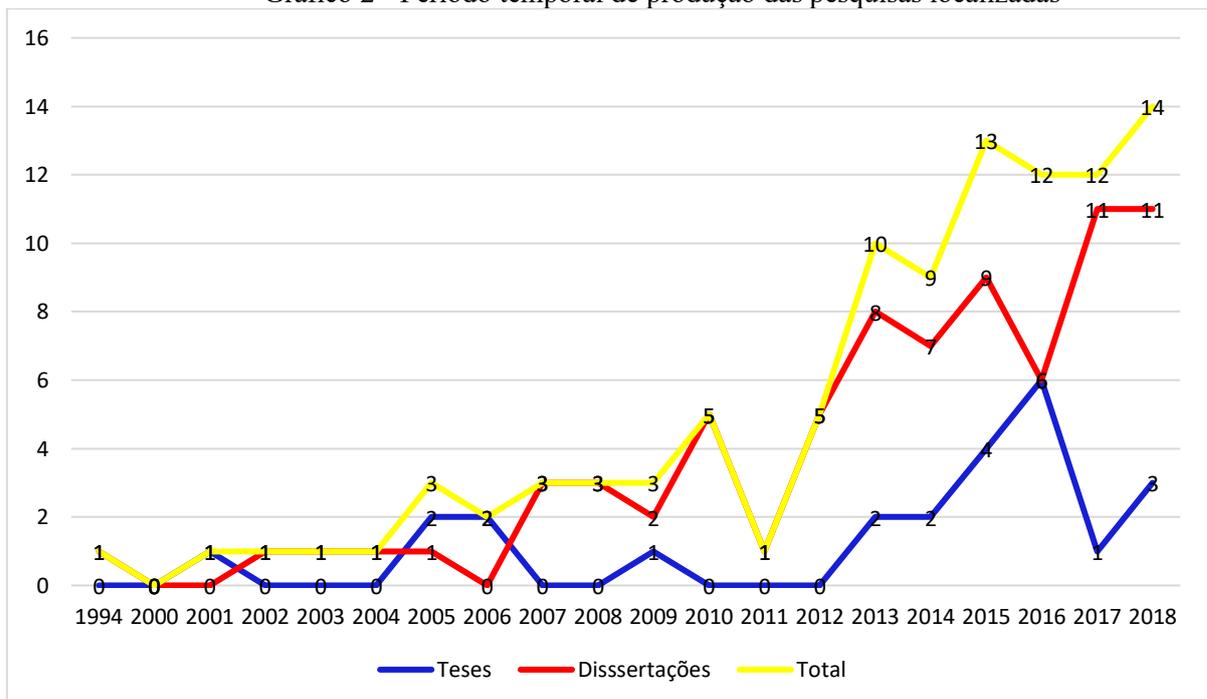
Gráfico 1 - Pesquisas identificadas sobre a feira livre com filtros



Fonte: elaborado pela autora (2019).

As pesquisas identificadas somaram um total de 100 trabalhos que guardavam, em linhas gerais, alguma relação com as feiras livres. O período de produção das pesquisas oscilou entre os anos de 1994 até 2018, considerando ser esse o ano anterior à construção deste estudo, conforme observado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Período temporal de produção das pesquisas localizadas



Fonte: própria autora com dados da CAPES (2019).

Analisando as produções das teses, por exemplo, é possível verificar que houve um contínuo nas produções, oscilando entre uma e duas até o ano de 2014. Os anos de 2015 e 2016 registram um crescimento exponencial, chegando a 10 produções num período de somente dois anos. Esse acumulado representa o total de pesquisas produzidas nos primeiros 13 anos observados. Depois desse período registrado, há um declínio ou um retorno para dentro da curva, com um total de trabalhos variando entre um e três.

O gráfico das dissertações apresenta um contínuo de um a cinco produções até o ano de 2011 e, no ano seguinte, o início de um crescente contínuo alcançando a marca de 11 produções em 2018. O acumulado dos 17 primeiros anos de pesquisa (1994-2011) registra um total de 19 produções, enquanto o período de 2012 até 2018 foi responsável por 75% do total das pesquisas produzidas, ou seja, foram registrados 57 trabalhos. Percebe-se um aumento significativo de produções científicas nos últimos seis anos.

Na análise do total das produções, há um destaque para o período entre 1994 até 2001 quando, em sete anos, houve um total de duas produções, configurando-se uma produção inexpressiva. Por outro lado, no período de 2013 e 2018, em cinco anos, foram registradas 70 produções entre teses e dissertações. Vale lembrar que os quatro primeiros anos antes de 2013, (2009 até 2012), o Brasil esteve sob a gestão dos governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016); essa ressalva se justifica por serem os anos anteriores às publicações e defesas dos relatórios de pesquisa, decisivos para a escolha dos fenômenos a serem estudados.

Gráfico 3 - Dispendio Nacional em Ciência e Tecnologia - PIB, setor/período



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (BRASIL, 2019).

Para ajudar a entender o período, o gráfico acima apresenta os investimentos em Ciência e Tecnologia no Brasil, envolvendo recursos destinados à Pesquisa e Desenvolvimento, além das atividades científicas e técnicas correlatas, no período de 2000 até 2017. É possível observar um crescimento nos investimentos registrados no período de 2006 até 2010, ficando regular no período de 2011 até 2015, havendo uma redução nos dispêndios a partir do ano de 2016. Observa-se que os investimentos nas pesquisas começam a demonstrar seus resultados de forma mais significativas, através das teses e dissertações identificadas, quase quatro anos após o seu início, considerando 2006, início do aumento nos investimentos, e o ano de 2010, quando se registra cinco produções, primeiro registro de maior produção desde o início da série apresentada no gráfico acima.

Das 24 teses identificadas, dez ficaram concentradas nos anos de 2015 e 2016. A seguir, a distribuição dessas pesquisas, neste período e por região do país.

Tabela 2 - Teses defendidas entre 2015 e 2016 por área/região do país

Áreas	Regiões			Total
	Nordeste	Sudeste	Sul	
C. Agrárias.....	0	2	0	2
C. Humanas.....	2	0	0	2
C. Sociais Aplicadas.....	1	1	0	2
Engenharia.....	0	1	0	1
Multidisciplinar.....	0	1	1	2
Saúde.....	0	1	0	1
TOTAL.....	3	6	1	10

Fonte: própria autora com dados da CAPES (2019).

A conclusão das dez teses ficou concentrada na região Sudeste, com seis defesas; uma aconteceu no Sul; e três no Nordeste do país.

Tabela 3 - Teses defendidas entre 2015 e 2016 por Área do Conhecimento

Áreas	2015	2016	Total
Ciências Agrárias.....	1	1	2
Ciências Humanas.....	0	2	2
Ciências Sociais Aplicadas....	1	1	2
Engenharia.....	1	0	1
Estudos Multidisciplinares....	0	2	2
Saúde.....	1	0	1
TOTAL.....	4	6	10

Fonte: própria autora com dados da CAPES (2019).

Já as áreas que colaboraram para este crescimento foram os Estudos Multidisciplinares e as Ciências Humanas, Agrárias e Sociais Aplicadas, notando-se uma pulverização entre as áreas de concentração dos estudos.

As dissertações, apresentadas na tabela a seguir, são consideradas a partir de 2012, quando se registra um aumento nas produções.

Tabela 4 - Dissertações defendidas de 2012 a 2018

Ano	Ciências Sociais	Multidisciplinar	Ciências Humanas	Total
2012	5	5
2013	2	3	3	8
2014	2	1	4	7
2015	3	..	6	9
2016	2	1	3	6
2017	2	6	3	11
2018	3	4	4	11
TOTAL	14	15	28	57

Fonte: própria autora com dados da CAPES (2019).

As 57 dissertações, apresentadas na tabela acima, estão distribuídas nas áreas de Ciências Humanas, responsáveis por 28 trabalhos; Estudos Multidisciplinares, com 15 dissertações e as Ciências Sociais Aplicadas, contribuíram com 14 dissertações. Ainda traçando um perfil geral das produções identificadas, é interessante entender quais áreas foram responsáveis pelas pesquisas mapeadas neste estudo, o que será apresentado na tabela a seguir.

Tabela 5 - Produções por área de Concentração

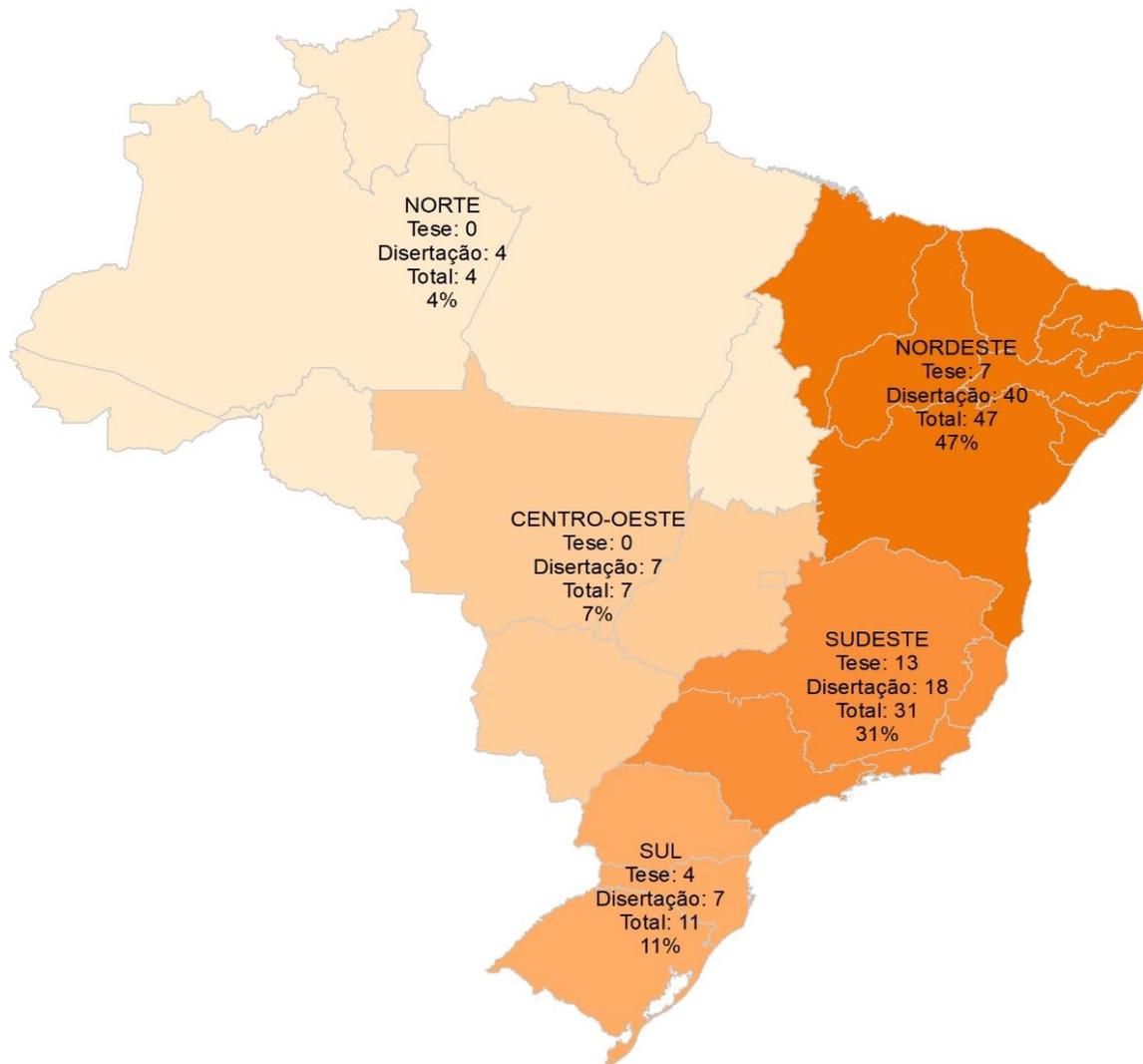
Área do Conhecimento	Tipo		Subtotal
	Tese	Dissertação	
Ciências Agrárias.....	08	..	08
Ciências Biológicas.....	01	..	01
Ciências da Saúde.....	02	..	02
Ciências Humanas.....	04	47	51
Ciências Sociais Aplicadas.....	03	14	17
Engenharias.....	02	..	02
Multidisciplinar.....	04	15	19
Total.....	24	76	100

Fonte: própria autora com dados da Capes (2019).

De acordo com a tabela acima, contribuíram com um maior número de pesquisas sobre a feira livre, às áreas de Ciências Humanas com 51% das produções (04 teses e 47 dissertações);

seguida dos Estudos Multidisciplinar com 19% das produções; Ciências Sociais Aplicadas com 17% e, por fim, as Ciências Agrárias com 8%. No Apêndice C - Teses e Dissertações por Área do Conhecimento, consta a lista das produções analisadas no estudo. A seguir, um mapa com o panorama geral das pesquisas por região do país.

Mapa 1 - Distribuição das Teses e Dissertações por região no Brasil



Fonte: própria autora, com colaboração Procopiuck (2019).

O mapa acima diz respeito às pesquisas localizadas na busca geral, considerando a universidade de realização do estudo. Neste caso, o Nordeste do Brasil possui 47% do total de produções identificadas, sendo a região que mais produziu teses e dissertações vinculadas à temática da feira livre. O Sudeste possui a segunda maior produção, juntos, lideram a produção nacional de pesquisas sobre a temática, com 78%.

2.2 AMPLIANDO O OLHAR: O QUE DIZEM AS TESES E DISSERTAÇÕES

Neste subcapítulo serão apresentadas as análises das produções em separado. Primeiro as teses e depois dissertações, considerando aquelas produções que discutam a feira livre em conexão com as discussões empreendidas nesta Tese, de modo que se possa ampliar a compreensão a respeito do fenômeno estudado. Sendo, 11 teses analisadas e, posteriormente, 20 dissertações.

2.2.1 A feira livre nas Teses

Nas Ciências Sociais Aplicadas, foram identificadas três teses que apresentavam vinculação com a feira livre, tendo como foco a dignidade da pessoa humana e o desenvolvimento econômico e urbano. As pesquisas ficaram concentradas nos anos de 2014, 2015 e 2016, os objetos de estudo listados nas áreas de Administração e Desenvolvimento Regional e Urbano contribuíram com discussões vinculadas aos valores relacionais como solidariedade, amizade, confiança e sinceridade, presentes nas relações entre “[...] feirantes, fornecedores, clientes e até os representantes do governo”, favorecendo na superação de dificuldades e para a construção da dignidade entre as pessoas que frequentam uma determinada feira livre, analisada na tese de Francilene Araújo de Moraes (2016, p. 179); a importância da feira livre para desenvolver socioeconomicamente os municípios, em função de ser parte do escoamento da produção agrícola das famílias, foi a contribuição identificada nos estudos de Leandro Rivelli Teixeira Nogueira (2014). A pesquisa de Eufrozina de Azevedo de Cerqueira (2015) buscou entender os “[...] fatores que contribuíram para a aceleração urbana de Feira de Santana através da influência do sistema rodoviário”, trazendo elementos sobre a feira livre, apesar de não tratar especificamente do tema.

As Ciências Biológicas contribuíram com um estudo sobre as propriedades medicinais da planta nativa Erva-de-bicho (*Polygonum acre* H. B. K. var. *aquatile*), comercializada em feiras livres, que apresentou propriedades antidematogênica e o uso popular da planta através dos estudos de Sharon Santos de Lima (2005).

As Ciências da Saúde produziram duas teses, apresentadas nos anos de 2001 e 2015. O trabalho de Bruna Vieira de Lima Costa (2015), único trabalho localizado para análise, apontou para a necessidade de políticas públicas que fomentem o consumo de alimentos saudáveis nos territórios, principalmente de frutas e hortaliças, a fim de promover a saúde das pessoas ficando

demonstrado, como ponto positivo em seu Índice de Acesso a Alimentos (IAA), o comércio de alimentos em feiras livres e sacolões.

A área Multidisciplinar nos anos de 2016 e 2018 apresentou duas teses. A sustentabilidade nas feiras livres foi apresentada na pesquisa de Andrea da Silva (2016), trazendo um diagnóstico com pontos a serem melhorados naquele espaço, propondo, por exemplo, a formação para os(as) feirantes; atendimento às suas demandas; investimento em infraestrutura etc. para valorizar aqueles trabalhadores e revitalizar o espaço da feira livre. O estudo de Francisca Carla Silva de Oliveira (2018) trouxe plantas de uso medicinal comercializadas em uma feira livre. Neste estudo, os feirantes são vistos como especialistas no uso daquelas plantas e a feira livre como “[...] um importante espaço de manutenção, (re) construção e difusão da cultura local, acerca do uso de plantas medicinais”, além de sua contribuição para ecologia e a própria economia, apontando a necessidade da manutenção daquela prática social e do uso seguro e sustentável daqueles recursos naturais comercializados.

As Ciências Humanas apresentaram quatro trabalhos, no período de 2016 a 2018, com uma diversidade de abordagens qualitativas, nas quais a história de vida, narrativas orais, análise de documentos e visitas *in loco* foram algumas das possibilidades utilizadas para discutir práticas educativas, a vida de um poeta, o comércio informal, a cultura e o trabalho.

As práticas educativas vinculadas às africanidades no cotidiano de uma feira livre, foram estudadas por Alessandra Flávia Bezerra de Oliveira (2016), apontando que a “[...] tradição oral, as cantigas, provérbios, práticas religiosas etc.” são responsáveis pela transmissão daquelas práticas educativas sustentadas na cosmovisão africana e emergentes no cotidiano daquela feira livre estudada. A autora fortalece a ideia da feira enquanto *lócus* de produção cultural, identitária e educativa, ampliando a percepção de uma educação que acontece em outros espaços para além da escola, e de uma cultura que permeia os espaços através das intervenções humanas, contribuindo, nessa perspectiva, para reforçar a singularidade da feira livre enquanto lugar de reprodução de vida e inclusão social. O poeta da Paraíba, José Costa Leite teve, sua trajetória estudada por Geovanni Gomes Cabral (2016). Nesta pesquisa, “[...] a feira-livre desponta como o centro irradiador, local preferido do poeta para vender seus folhetos, romances e almanaques populares”, inserindo a feira livre como um importante meio de difusão do trabalho do autor e da própria cultura popular.

O comércio informal em Feira de Santana, na Bahia, teve suas permanências e mudanças discutidas na tese de Alessandra Oliveira Teles (2017, p. 248). Aquele tipo de comércio movimenta a economia do município, apontando a “[...] tradição histórica da feira-livre, o desemprego promovido pelas sucessivas reestruturações produtivas, a articulação local,

regional e nacional para a realização da atividade comercial” enquanto elementos fomentadores daquele tipo de comércio, naquele município.

A cultura e o trabalho de feirantes foram discutidos por Hamilton Rodrigues dos Santos (2018), apontando para o valor das feiras livres para municípios brasileiros de pequeno e médio porte, por representar, durante o período estudado (1950-1970), a principal forma de comercialização de mercadorias. No estudo, os aspectos econômicos foram apresentados, mas também a vida dos feirantes, suas lutas e formas de sobrevivência, nas mais diversas dimensões: trabalho, família, cultura, identidade e religião, contribuindo para mostrar a feira livre enquanto lugar de sobrevivência para aquelas pessoas, atendendo às suas necessidades materiais básicas, além de produzir cultura e identidade, mesmo sem o devido reconhecimento.

Com base nos estudos efetivados até este momento, torna-se possível afirmar que os estudos abordados estão diluídos em áreas diversas; a natureza dos estudos, seus temas e olhares revelam um mosaico de interesses, distribuídos em categorias diversas: a) no desenvolvimento, abordando questões econômicas, sociais e sustentabilidade; b) na saúde, o foco foi a alimentação saudável e plantas medicinais; c) as permanências, o trabalho, a cultura e as práticas educativas também foram discutidas. As abordagens metodológicas são diversas, com destaque para as pesquisas qualitativas, com os seus estudos de caso comparativo, pesquisa-ação, pesquisas de campo e o uso das entrevistas, dos questionários, das visitas, da observação etc.

2.2.2 A feira livre nas Dissertações

Este subcapítulo foi elaborado considerando as dissertações que guardavam relação com a feira livre enquanto *locus* central de suas discussões, e apresentavam interface com as categorias temáticas foco desta pesquisa doutoral. Dessa forma, foram identificadas, inicialmente, 76 (setenta e seis) dissertações, algumas delas não foram localizadas para análise e outras não guardavam relação com as temáticas estudadas nesta tese. Dessa maneira, foram analisadas cinco produções com vínculo com a Educação, oito com aderência ao tema resistência e/ou permanência; e, finalmente, foram analisadas sete dissertações relacionadas com a cultura, totalizando vinte produções. A divisão realizada neste momento da análise é meramente didática, considerando que algumas nuances referentes à cultura, permanência e educação podem aparecer em um mesmo estudo. As dissertações não localizadas, mesmo após contato por e-mail e/ou através das páginas das universidades, seguem relacionadas abaixo.

Quadro 2 - Dissertações não localizadas

José Carlos Lage Martins Filho. Fechamento das Ruas: Interesses Privados nos Espaços Públicos no Bairro da Vila da Penha – RJ (2009) Mestrado em GEOGRAFIA. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
Marlene Nascimento Cruzinha. Precarização das condições de trabalho independente e informalidade faces e disfarces (2003). Universidade Federal do Pará, Belém
Galvão, Paulo Francisco Monteiro. A feira livre em João Pessoa: evolução e mudanças sociais (período 60/90) (1994). Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa

Fonte: própria autora (2019).

Algumas produções não foram analisadas por não terem sido localizadas, ou por não terem se adequado ao critério de inclusão, a saber: a educação, resistência/permanência e a cultura.

As Dissertações relacionadas com a Educação apresentam uma tendência para produção de saberes, a socialização e as práticas educativas ocorridas no espaço das feiras livres. As metodologias utilizadas estão inseridas na abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso, pesquisa etnográfica, história oral, ocorrendo o uso de mais de um tipo de pesquisa associada com a pesquisa bibliográfica, por exemplo. Foram comumente utilizadas nos estudos as técnicas de entrevista, diário de campo e observação participante.

Ângela Jasmin Fonseca Reyes (2018) estudou as perspectivas pedagógicas da feira livre, na qual apresenta aquele lugar enquanto gerador de trocas comerciais e, ao mesmo tempo, em que se constitui um espaço educativo capaz de produzir saberes através das narrativas, do fazer diário, da escuta e das interações ocorridas, sendo esses os principais motivos para sua permanência enquanto prática social. Tatiane Alves Ferreira (2018) trouxe a experiência estética em uma feira livre, abordando os tempos e saberes produzidos nas experiências populares e aqueles produzidos na academia. Thiago Isaías Nóbrega de Lucena (2012) discutiu os saberes entrecortados pelas subjetividades no espaço da feira livre, contribuindo para reforçar a ideia daquele lugar enquanto produtor de saberes e de conhecimentos. Já os saberes e as práticas educativas na feira livre foram o foco do estudo de Francisca Eliana Santos da Silva (2014) que contribuiu trazendo elementos para a percepção das feiras livres enquanto lugar de afetividade; produção de saberes e experiência de vida singulares; manifestação de práticas educativas, além de ser uma prática social, cultural e de sobrevivência para as famílias envolvidas. Este estudo em muito se aproxima das investigações propostas nesta tese, considerando as práticas educativas e a produção de conhecimentos construídas naquele ambiente associado à cultura e sobrevivência. No entanto, a autora não o faz na perspectiva da resistência e permanência, conforme pretende o trabalho desenvolvido nesta pesquisa.

Márcia Lázara Pinheiro Silva (2012, p. 38), buscou discutir os jogos discursivos numa feira livre para pensar os saberes e as aprendizagens geradas naquela prática social. Focou no poder-saber, no tempo em que buscou também entender as relações de comunhão entre aqueles sujeitos, os usos e costumes que marcam a resistência e permanência daquele coletivo estudado e daquela prática social. Neste estudo, mesmo não tendo a resistência como foco, ela aparece como pano de fundo defendendo a manutenção da feira livre nas sociedades contemporâneas.

As dissertações que apresentaram um vínculo com a Educação, apontaram os principais resultados para os saberes produzidos a partir da sabedoria popular no ambiente da feira livre, sendo um espaço para socialização e troca de saberes. A feira livre aparece vinculada a ideia de uma escola ao ar livre e como um lugar de construção de práticas educativas mediadas pelas afetividades, saberes, histórias de vida e experiências cotidianas. Por fim, é como constituidora de usos e costumes que a feira livre acaba propiciando, inclusive, uma forma de resistência que favorece a sua permanência ante ao modelo capitalista.

De forma transversal, a permanência e resistência aparecem em alguns estudos, mesmo quando o foco principal não é este. Porém, as dissertações detalhadas a seguir, tratam da feira livre diretamente relacionada com a resistência e permanência. Dentro destas perspectivas, observa-se uma busca dos(as) autores(as) por compreenderem as relações sociais, os conflitos e as formas de negociação com o poder público; as mudanças socioambientais e as transformações espaciais experimentadas. Metodologicamente, esses estudos trabalharam numa abordagem qualitativa, nas quais utilizaram a bibliográfica, a pesquisa documental, história de vida e história oral, podendo ser registrada também o uso da cartografia e iconografia. A entrevista e o questionário foram as técnicas de coleta de informações mais utilizadas pelos(as) pesquisadores(as).

A pesquisa de Larissa Penelu Bitencourt Pacheco (2009) olhou para os feirantes de alimentos na feira livre de Feira de Santana, para perceber as relações, conflitos e negociações perante às políticas públicas direcionadas para o setor, resultando na permanência daquela prática social em um determinado local e apontando para o protagonismo daqueles agentes. Geovany Pachelly Gaudino Dantas (2007) discutiu as modificações na dinâmica socioespacial (1960-2006), numa determinada feira livre, contribuindo na compreensão de que mesmo com as mudanças ocasionadas na contemporaneidade, a permanência das feiras livres marca as cidades representando “[...] um *lôcus* de resistência frente ao surgimento de novas formas de comércio e de consumo na cidade (notadamente dos supermercados) e a difusão de outros vetores da globalização”. Nessa perspectiva, as feiras livres possuem uma relevância econômica para o município e as regiões circunvizinhas, mas também representam um lugar onde as

tradições populares acontecem. Segundo o autor, a feira livre é o lugar “[...] dos encontros e reencontros, das conversas, das manifestações culturais e artísticas, da sociabilidade em todas as suas dimensões” (DANTAS, 2007, p. 20). Emerson Trevisan (2008) objetivou compreender as dinâmicas ocorridas no espaço da feira livre que, na percepção do autor, apresenta uma importância econômica e social para o município, destacando sua centralidade naquela região.

O estudo de Marcio Nicory Costa Souza (2010) lançou um olhar sobre a permanência de uma feira livre tradicional em Salvador, apontou aquela como matriz das demais feiras livres da cidade, tendo sobrevivido através da resistência, mudando e sendo capaz de negociar com forças que tendem para a expulsão ou aglutinação. Izabelle Trajano da Silva (2015) abordou as permanências e transformações num determinado centro comercial marcado pela chegada de redes de negócios e franquias. Os estudos evidenciam a importância da feira livre enquanto lugar social, capaz de trocas que vão para além das relações comerciais.

Os elementos e a dinâmica espacial que marcam uma determinada feira livre, e a atuação dos agentes sociais, foram discutidas nos estudos de Maria Regiane da Costa (2016), trazendo algumas considerações relevantes para compreender que as ruas, praças e avenidas são espaços apropriados pelos feirantes para a construção daquela prática social, atraindo consumidores de lugares diversos. A flexibilidade das feiras livres se apresenta enquanto forma de sobrevivência, segundo a autora, que além de destacar a renda gerada nesta movimentação, também apontou para a capacidade de criar alternativas para permanecer e transformar os espaços urbanos.

Os estudos de Felipe Gerhard Paula Sousa (2015) apontaram a resiliência encontrada nas feiras livres como fator preponderante para a sobrevivência daquela prática social desde o seu surgimento. Imputando a perspectiva social e cultural da feira livre como permeada de valores e práticas capazes de construir o ambiente e a imagem daquela prática social, transcendendo a visão mercadológica da economia convencional. Bruno da Silva Bittencourt (2018) analisou a influência de uma feira livre na organização do espaço urbano da cidade, revelando que a relação dos feirantes e consumidores na feira livre estão para além da compra e venda. Aquele lugar representa a possibilidade do encontro e do entretenimento, marcando o município do ponto de vista econômico, cultural e social, gerando trabalho e sociabilidade.

As dissertações analisadas na perspectiva da permanência e resistência, apontam para compreender estas dimensões como resultado do protagonismo dos feirantes, ao buscarem alternativas e formas de negociar com o poder público para seguirem existindo. O fato de a feira livre ser um lugar de cultura, socialização, arte e de manifestação das tradições populares, contribui para uma visão daquela prática social que vai além da questão econômica e comercial

existente nos mercados, franquias etc. Por fim, a permanência e resistência é percebida através da capacidade de reinventar e criar mecanismos de defesa diante dos desafios encontrados.

As dissertações, inter-relacionando feira livre e cultura, analisadas neste documento, apresentam uma tendência vinculada às trocas sociais e culturais ocorridas no âmbito das feiras livres; o Patrimônio Cultural Imaterial; relações econômicas, culturais e memórias; além da produção de saberes e fazeres. Na perspectiva metodológica houve uma tendência para o uso da história oral, pesquisa bibliográfica e da etnografia. A coleta de informações segue tendo as entrevistas e os questionários como principais instrumentos utilizados.

Alexsandra Flavia Bezerra Oliveira (2013) discutiu a feira livre a partir das memórias e africanidades, apontando para a presença dos negros no processo histórico de constituição daquele povo, na qual as marcas do eurocentrismo podem ser sentidas e indicando que o patrimônio ancestral inerente à africanidade, encontrado naquela feira livre estudada, seja objeto de estudo nas aulas de História, em função da necessidade de valorização da pluralidade presente naquele contexto sócio-histórico e cultural. Andreia Cristina da Silva Barbosa (2013) refletiu sobre os saberes e fazeres numa feira livre, destacando aquele lugar enquanto espaço para as trocas mercantis, mas, principalmente, como lugar carregado de bens simbólicos e práticas culturais que contribuem para a cultura popular, numa intersecção desta com o município e a sociedade contemporânea.

Ariana Salete de Moraes (2013) olhou para a feira livre no Centro Histórico de Penedo e confrontou a percepção dos feirantes a respeito do patrimônio material, edificado na cidade e a manifestação da feira livre enquanto Patrimônio Imaterial. O resultado apontou para a necessidade de romper com a perspectiva atual de perceber os patrimônios material e imaterial de forma dissociada. Sharlene da Silva Bernardino, (2015), filha de feirantes, investigou as relações culturais e econômicas numa determinada feira livre, concluindo, em seus estudos, que a feira livre se constitui num lugar de compras e vendas, mas sobretudo de encontro e vida, na qual identidade, afetividade e fidelidade fazem aquele lugar transcender o simples comércio.

O patrimônio e as práticas sociais na feira livre mais famosa do Pará, Ver-o-Peso, foram discutidos no trabalho de Maria Dorotéa de Lima (2008). Essa feira livre, considerada como Patrimônio Cultural Imaterial, é marcada pela dimensão social múltipla que envolve expressões corporais; sociabilidades, inerentes ao fazer diário; e sentimentos. A manutenção da feira livre ancestral, em sua essência, possibilita uma percepção de pertencimento e identificação dos trabalhadores daquele lugar que, a despeito da negligência institucional, seguem preservando a cultura. Daniela Maria Alves Pedrosa (2015) investigou a feira livre enquanto lugar de trocas sociais, onde existe interação entre as pessoas que trabalham e aquelas que compram;

permitindo ainda uma possibilidade de lazer para os frequentadores; além de configurar a paisagem urbana da cidade onde está inserida. Daniela Pereira de Melo (2018) buscou discutir a feira livre enquanto espaço de mediação entre campo e cidade, apontando aquela como capaz de contribuir na valorização da cultura e produção local. Além do espaço comercial, a pesquisa aponta para as relações afetivas e pessoais presentes naquele ambiente. No que tange à mediação campo e cidade, a feira livre constitui uma alternativa de venda para o pequeno produtor rural e de acesso para a população urbana adquirir produtos de qualidade, possibilitando também o desenvolvimento local.

As pesquisas vinculadas à cultura, acima apresentadas, trazem a importância da feira livre para a sociedade atual, com destaque para preservação da cultura popular, pertencimento e construção da identidade coletiva. As trocas ocorridas nas feiras livres são permeadas de cultura, lazer, afetividades e relações de interação que não são encontradas nas redes de supermercados e franquias, por exemplo. O espaço da feira livre reafirma, através de sua existência, aspectos identitários, afetivos e de memória, tornando aquele lugar único.

2.3 CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS PARA SEGUIR PENSANDO

A partir dos estudos analisados, algumas considerações foram pontuadas, no quadro abaixo, pensando na construção de uma proposta de atuação na realidade, cumprindo o objetivo da ação, elaborada e executada durante esta pesquisa.

Quadro 3 - Elementos que marcam os estudos a respeito das feiras livres

Pontos	Observação
Relação com os fregueses	As negociações vendedor-consumidor são mais próximas e pessoais.
Tradição e Cultura Popular	No caso de Feira de Santana a feira livre vincula-se também a elementos de constituição deste povo, se configurando uma forma de manifestação e preservação da cultura popular.
Difusão do uso de plantas medicinais	O uso de plantas na cura de enfermidades é uma alternativa medicinal que serve também para difundir saberes populares acumulados
Fonte de Renda	Além de gerar trabalho e renda, as feiras livres constituem-se uma das principais formas de escoamento para a agricultura familiar.
Qualidade de vida	Através do fomento ao consumo de frutas e hortaliças há um impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população.
Saberes, fazeres, educação e lazer	O ambiente da feira livre é visto como um lugar de produção e difusão de conhecimentos, principalmente aqueles advindos da sabedoria popular. Além de ser local de lazer, educação e cultura
Desenvolvimento Local	Os estudos apontam a existência de uma prática econômica que incide diretamente no desenvolvimento local do município onde está inserido
Resistências e permanências	A permanência e resistência inerente às feiras livres, segundo as pesquisas, são resultado de processos de negociação e persistência; protagonismo dos seus agentes; e capacidade de se reinventar perante os desafios apresentados.

Lugar de valores (solidariedade, cooperação, afetividade, encontros e trocas)	A feira livre é percebida nos estudos para além das relações comerciais e mercantilistas, sendo compreendida como um lugar de trocas e afetos, solidariedade e cooperação experimentada pelas pessoas que fazem parte daquela prática social.
A construção da Cidade e a Tradição	O crescimento da cidade, no contexto das pesquisas, parece efetivar-se sem a perda ou o banimento das características vinculadas à tradição, presentes através das feiras livres pesquisadas. Nesse sentido, interessante pensar ações para a construção de uma nova visão a respeito da feira livre de Feira de Santana.

Fonte: própria autora, com base nas pesquisas (2020) e quadros de Martins (2020).

Os pontos apresentados, no quadro acima, reforçam a importância da feira livre enquanto prática social no Brasil, com destaque para o fortalecimento da cultura popular; o acesso a alimentos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas; além do acesso à educação, ao lazer, aos encontros, afetos e trocas, presentes naquele lugar; sem deixar de mencionar os valores encontrados, relacionados à solidariedade e cooperação, que são essenciais para a vida em sociedade.

3 FEIRA DE SANTANA: O CONTEXTO

Considerando a necessidade de compreender o ser humano e os fenômenos ocorridos no mundo dentro de um contexto, e daquilo que é produzido coletivamente, o presente capítulo busca responder ao primeiro objetivo específico desta tese que é contextualizar a origem de Feira de Santana em sua vinculação histórica com a feira livre. Ao apresentar a história de Feira de Santana, ficam desnudados os caminhos percorridos pela feira livre, nesta municipalidade, que experimentou em sua trajetória momentos de aceitação, negação e resistências.

3.1 FEIRA DE SANTANA E SUAS ORIGENS

Um dos historiadores tradicionalmente citados na historiografia dominante sobre o surgimento de Feira de Santana é Poppino (1968). Segundo este autor, Feira de Santana teve origem a partir da Fazenda Santana dos Olhos D'água, pertencente ao casal cristão, de origem supostamente portuguesa, Domingos Barbosa de Araújo e sua esposa Ana Brandão ou Ana Brandoa – não há consenso entre historiadores(as) sobre a grafia correta do sobrenome. O casal teria se instalado na localidade por volta do século XVIII, apesar de afirmar que o local já pertencia a Comarca de Cachoeira desde o final do século XVII, sem fazer alusão ao ocorrido na região no período anterior aos Araújo/Brandão. Na versão de Poppino (1968), e de outros historiadores tradicionais, Feira de Santana ergue-se em torno daquela fazenda; de uma igreja erigida pelos proprietários para devoção à Senhora Santana e São Domingos; e, de uma feira (livre e de gado) consolidada na região, por onde passava uma estrada de bois.

Porém, a historiografia mais atual de Feira de Santana indica sua origem no século XVII com uma sesmaria², da família Peixoto Viegas, que compreendia as terras de Itapororoca, Jacuípe e Água Fria. Após a morte de João Peixoto Viegas, o neto, por volta de 1732, as terras teriam sido divididas em fazendas, por herança, tendo sido a Fazenda Santana dos Olhos D'água adquirida pelo casal, provavelmente, no início do século XVIII (ANDRADE, 1990).

Durante o Brasil Colônia, o governo português esperava consolidar a conquista das terras do Brasil através do povoamento, resultando na divisão do território em capitanias. Esse método favorecia o governo português, pois atendia várias demandas: garantia a posse da terra, evitando invasões de outros países; mantinha a extração vegetal, do Pau-brasil, e aumentava o

² Sesmaria era um instrumento jurídico utilizado para cessão de terras que fora amplamente utilizado pelo governo português durante o período colonial no Brasil. Esse instrumento era materializado através de um documento chamado de Carta de Sesmaria (ANDRADE, 1990).

plântio de cana-de-açúcar, havendo a obrigatoriedade de cultivar a terra, sob pena de devolução à coroa, em caso de descumprimento; fundava povoados; arrecadava recursos de dízimos e impostos cobrados aos colonos que exploravam as terras por concessão, através das Sesmarias e cuidavam localmente da justiça.

Os donatários, como eram chamados os capitães-governadores das capitânias, recebiam por doação do Rei de Portugal, a posse das terras, as riquezas por elas geradas, além de “[...] jurisdição civil e criminal” (ANDRADE, 1990, p. 22). Eles eram responsáveis por dividir as terras somente entre os cristãos residentes na Colônia. Essa divisão, através das Cartas de Sesmaria, concedia a posse das terras e algumas obrigações legais, além de prestígio social, poder e regalias. Como precisavam fazer a terra produzir, os sesmeiros dispunham de recursos financeiros e após um tempo determinado, poderiam dispor das terras, conforme sua vontade. Quem empreendia guerra aos indígenas poderia requerer uma Sesmaria à Lisboa.

Na Bahia, o apossamento foi outra forma de adquirir as terras, deixando duas famílias donas de tudo, nas primeiras décadas do século XVI. Dois latifundiários, criadores de gado e sesmeiros: Francisco Dias D’Ávila, da casa da Torre, herdeiro da fortificação em forma de castelo, construída no período entre 1600 e 1624 por Garcia D’Ávila, patriarca da família, para os proteger dos ataques inimigos. O castelo está no local conhecido, atualmente, como Praia do Forte, município de Mata de São João (FREITAS, 2014). E, Antônio Guedes de Brito, da casa da Ponte, que construiu sua fortificação onde se localiza hoje o município de Morro de Chapéu, com o objetivo de dar segurança aos moradores durante as disputas sangrentas para povoamento do Sertão (FREITAS, 2014). Os Dias D’Ávila e os Guedes de Brito ampliaram suas Sesmarias exponencialmente. Para se ter uma ideia, em 1697, uma Sesmaria deveria ter 03 léguas quadradas, porém a Casa da Torre possuía 260 léguas e a Casa da Ponte 160 léguas.

Naquela época, a pecuária constituiu-se uma importante forma de ocupação territorial que, posteriormente, iria ser complementada com o plantio de fumo em função do uso do couro para acondicionar o produto. Como o gado concorria com o plantio da cana-de-açúcar, plantada em larga escala no litoral e recôncavo baiano, no Brasil Colônia, a criação de animais acabou sendo direcionada para o sertão baiano, para longe da cana-de-açúcar que, por servir de alimento para a criação, acabava causando prejuízos ao plantio (LOPES, 2009). Expulsa do litoral e recôncavo, a criação de gado cumpriria o importante papel de desbravar os sertões, fazendo surgir a figura do fazendeiro de gado, suas fazendas e os povoados no entorno. O sertão despovoado que, conforme Carta Régia de 1699, representava prejuízos para desenvolvimento da Colônia, ganhou outras possibilidades (ANDRADE, 1990). Esse período histórico foi permeado de conflitos e sangue derramado, principalmente, em função das guerras

contra os indígenas que lutavam contra a escravização, o aldeamento e o extermínio; e contra os negros que fugiam da escravização e organizavam-se em quilombos (HENRIQUE, 2014).

Aliás, não é possível falar da origem de Feira de Santana, sem falar dos sujeitos indígenas e negros que compõem o povoamento desta região. Segundo Santos e Silva (2016), os conflitos entre brancos e indígenas nas terras do Portal do Sertão, no final do século XVIII, mais especificamente, tinham como principal motivação a escravização dos povos indígenas e a expropriação de suas terras. As autoras marcam o ano de 1687 como dos mais tensos, quando povos indígenas se aliançaram para invadir propriedades dos brancos, ateando fogo e saqueando fazendas, num movimento de resistência às violências e guerras empreendidas para extermínio, escravização e expropriação as quais eram expostos. Por outro lado, negros livres e escravizados viam na região de Feira de Santana, do final do século XIX, uma oportunidade de liberdade através dos aldeamentos jesuítas fundados em meados do século XVII e XVIII. Aqueles que já eram livres e eram ameaçados em seu direito, buscavam agrupamentos entre os seus, favorecendo o surgimento de líderes e quilombos, como forma de resistência e oposição à escravização. Inclusive, nesta época, se registra o aparecimento de Lucas da Feira e seu legado de terror para os brancos e de resistência para o povo negro. De acordo com as autoras, muitos escravos em fuga procuravam apoio junto aos indígenas que, além do abrigo e compartilhamento do espaço territorial, desenvolviam relações de solidariedade.

Os escravos livres eram constantemente ameaçados de serem novamente escravizados, por isso optavam por cultivar a terra em grupos formados por laços de solidariedade e parentesco. A produção gerada na terra servia para o consumo do grupo, havendo uma prática de comercialização do excedente de produção, como exemplo “[...] feijão de corda, mangalô, andu, licuri etc.” e de outros produtos artesanalmente elaborados “[...] cordas, chapéu de palha, balaios, potes e panelas de barro etc.” (SANTOS; SILVA, 2016, p. 42).

Da formação desses quilombos, na região de Feira de Santana, alguns elementos são significativos: a origem marcada por processos de resistência de negros cativos e a formação de famílias escravas; a solidariedade entre indígenas e negros pela permanência nas terras; a formação de bandos e comunidades, de negros em fuga e livres, antes da abolição (SANTOS; SILVA, 2016). Esses elementos, que evocam a solidariedade entre indígenas e negros, livres ou escravizados, e que relembram também a história de resistência experimentada por estes povos contra as opressões e injustiças – legalmente definidas –, interessam a este estudo, especialmente em função de ser possível observar esses elementos presentes, na atualidade, nos movimentos de resistência empreendidos pelas trabalhadoras e trabalhadores do Centro de Feira de Santana em suas, não tão recentes, disputas por liberdade, território e sobrevivência.

As terras que deram origem ao município de Feira de Santana pertenciam a Casa da Ponte, dos Guedes de Brito. Uma parte da Sesmaria de Tocós, que abrangia as terras de Itapororocas, Jacuípe e Água Fria, foi vendida para João Lobo de Mesquita e, posteriormente, para João Peixoto Viegas, em 1653, que era produtor e comerciante de açúcar, além de atuar como consultor para questões sobre a cana-de-açúcar e sua crise (ANDRADE, 1990).

Os historiadores Godofredo Filho e o Monsenhor Renato Galvão são os autores mais polêmicos a compor a historiografia de Feira de Santana, segundo Andrade (1990). O primeiro questionou o fato de as origens do município serem contadas a partir do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão, desconsiderando a Sesmaria doada a Antônio Guedes de Brito e o posterior povoamento realizado por João Peixoto Viegas. O Monsenhor Renato Galvão assume que, durante cento e cinquenta anos, indicando 1619 como marco temporal anterior ao casal Araújo/Brandão, Feira de Santana foi povoada e desenvolveu-se, através dos Viegas, em meio aos currais, engenhos e o cultivo do fumo.

Dessa maneira, antes do casal Araújo/Brandão estabelecer-se em uma das fazendas, que pertencia a família Peixoto Viegas, a região já representava “[...] pouso obrigatório do caminho que dava para o São Francisco e para as minas de Jacobina” (ANDRADE, 1990, p. 128). Em 1733, as terras pertencentes ao casal Araújo/Brandão, que faleceu sem deixar herdeiros, foram incorporadas à capela de Sant’Ana, passando a localidade para o *status* de Arraial. Posteriormente, em 13 de setembro de 1832, foi alçada à condição de Vila de Feira de Santana. Situada na rota do gado, passou a ser o centro da área pastoril na Bahia e uma referência na expansão geográfica e econômica da região.

O fato é que a história, hegemonicamente narrada, viva na memória e imaginário da população de Feira de Santana, contada oralmente por qualquer feirense, é marcada pela presença de uma feira (de gado e livre), que determinaria a vocação comercial daquele povo; surgida em torno de uma capela erigida à Senhora Santana; numa Fazenda, Santana dos Olhos D’água. Conta também com um casal, os Araújo/Brandão, personagens lembrados como bons cristãos, mesmo sem grande destaque no cenário local (ANDRADE, 1990). Por outro lado, a história dominante apaga a existência de João Peixoto Viegas e sua família que, conforme registros históricos, teriam atuado fortemente na colonização do sertão.

O referido casal [Araújo/Brandão] é registrado na historiografia tradicional dominante como “[...] amado e admirado”, virtuoso, feliz, respeitável, capaz de atrair “[...] muitos fazendeiros” que buscavam suas relações de amizade. Em contraposição, João Peixoto Viegas, um cristão-novo, de origem judaica, parece ter recebido dessa mesma historiografia uma carga

de preconceitos de que sempre foram vítimas os cristãos-novos na história da península ibérica e no Brasil Colonial (ANDRADE, 1990, p. 92).

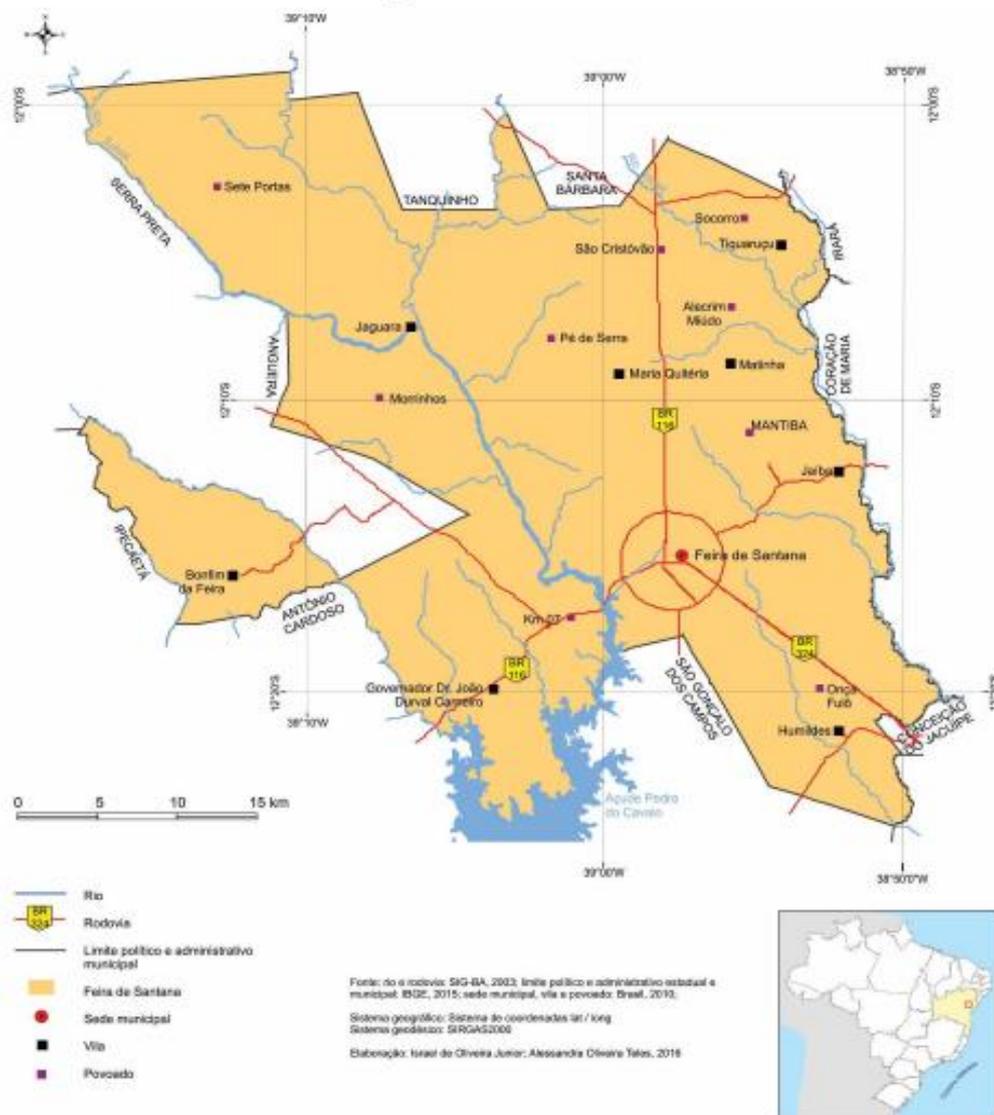
Neste contexto, conforme Andrade (1990), foi construído um verdadeiro mito em torno daquele casal e um silenciamento em torno da família de João Peixoto Viegas, mesmo este tendo sido proeminente senhor, dono de muitas riquezas, com destaque na sociedade local, prestando relevantes serviços à coroa e à própria igreja. Pesava contra ele, conforme os padrões da época, ser imigrante, de origem judaica, cristão novo e filho bastardo de um clérigo [legitimado, posteriormente]. Aquele que, segundo interesses dominantes da época, contribuiu para o povoamento do Sertão e aparecimento de Feira de Santana, hoje a maior cidade do interior baiano e de relevância para a economia da região, foi silenciado pela história local.

É possível que essa distorção, um certo artifício utilizado para apagamento, silenciamento ou construção de mitos históricos, notada na origem de Feira de Santana, tenha sido o mesmo utilizado para apagar as riquezas do sertão [pedras preciosas extraídas na Chapada Diamantina; terras que fizeram dos Garcia D'Ávila e Guedes de Brito ricos e prósperos; e de todas as riquezas enviadas dos Sertões para Portugal] e construir, em contrapartida, um imaginário de terra castigada por estiagens, pobre e sem vida, como querem fazer acreditar (FREITAS, 2014). Quem sabe, esse mesmo artifício tenha sido utilizado para construir uma nova cara para a Princesa do Sertão³, excluindo/apagando de sua história a beleza e a pujança da feira livre e transformando-a em algo indesejável, feio e ultrapassado?

Atualmente, a Princesa do Sertão possui uma população estimada de 624.107 pessoas (IBGE, 2021), concentrada na zona urbana, com uma unidade territorial de 1.304 km², distante da capital baiana 110 km. O município possui, desde a última divisão em 1988, oito distritos: Maria Quitéria, Matinha, Jaíba, Bonfim de Feira, Jaguará, Governador João Durval, Humildes e Tiquarucu (FEIRA DE SANTANA, 2006) e faz parte, atualmente, do território de identidade do Portal do Sertão, junto com municípios como Amélia Rodrigues, Anguera, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e outros, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2010).

³ O apelido de “Princesa do Sertão” foi dado pelo renomado jurista Ruy Barbosa, nos idos de 1919, quando de passagem por Feira de Santana (ROCHA, 2016).

Figura 2 - Localização do município de Feira de Santana - Bahia



Fonte: Teles (2017, p. 21).

Do ponto de vista econômico, Feira de Santana é marcada em suas origens pela pecuária e o comércio em torno do gado. Atualmente, a sua economia tem base no comércio e serviços, chegando a compreender 74,7% da atividade econômica, conforme tabela abaixo.

Tabela 6 - Atividade econômica em Feira de Santana: Produto Interno Bruto (PIB)

Setor	Taxa de Participação (%)
Total	100
Agropecuária	0,5
Indústria	24,8
Comércio e Serviços	74,7

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2014).

A pecuária representa uma parcela reduzida na atividade econômica do município e mesmo se somada com o PIB produzido pela indústria, não se compara ao que representa o comércio e serviço, reforçando a “vocação” de cidade-comércio, construída num certo momento histórico, conforme será visto mais adiante. O  ndice de Performance Socioecon mica (IPESE)⁴, desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que tem por finalidade medir a capacidade dos municípios baianos em ofertar serviços básicos e de qualidade para a popula o, concentra tr s dimensões avaliativas quanto   educa o, saúde e finanças. De acordo com esse  ndice, Feira de Santana está entre os 20 municípios com melhor desempenho na Bahia (SEI, 2014), com destaque na dimensão financeira com desempenho alto, conferindo ao município o 5  lugar no *ranking* geral.

O subcapítulo seguinte tratar  da “feira” (livre e do gado) de Feira de Santana, que se tornou a mais importante da região, destacando o significado dessas feiras para este município e região; o processo de moderniza o, a retirada da feira do gado e posterior, expulsão da feira livre do Centro da cidade e transferência do aparelho para o Centro de Abastecimento.

3.1.1 As Feiras de Feira de Santana: Uma Identidade Sertaneja

Em fun o do movimento em torno do gado, no século XVII, o sítio de Capuame passou a ser utilizado como ponto de paragem para o gado que abastecia Salvador – na atualidade, a Feira de Capuame estaria localizada em algum ponto entre os municípios de Camaçari e Dias D’ vila (HENRIQUE, 2014). Capuame ficava sob a jurisdi o do coronel e sesmeiro Dias D’ vila, sendo essa família apontada, por diversas historiografias, como a criadora da Feira de Capuame. Mesmo que o fato não tenha acontecido dessa forma, certamente a família desempenhou papel relevante, enquanto proprietários e funcionários régios, para consolida o do movimento estabelecido em torno do gado na região. Posteriormente, em fun o de diversos acontecimentos, inclusive passando pela necessidade de tributa o da Colônia para pagamento de dotes de casamento, Capuame foi institucionalizada como Feira, em 1727, tornando-se a primeira Feira do Gado da América Portuguesa (HENRIQUE, 2014).

A feira de Capuame foi considerada a mais importante da região até a consolida o da Feira do Gado de Feira de Santana, local apontado, de acordo com os estudos de Henrique (2014), como sendo uma importante encruzilhada, ligando os sertões ao litoral, cortada por

⁴ Segundo visita ao portal <https://www.sei.ba.gov.br>, em abril de 2019, os últimos dados consolidados são de 2014. Portanto, estes são os dados mais atualizados.

quatro diferentes estradas; uma passagem de cerca de quatro mil pessoas por semana, sendo, em um dado momento, o maior ponto de contrabando de animais do século XVIII. Estes fatores levaram as autoridades a instalarem um registro de entrada de gado na Fazenda Santana dos Olhos D'Água, a fim de assegurar a ida dos animais até Capuame. Posteriormente, foi inevitável o deslocamento daquele aparelho para Feira de Santana, fato ocorrido por volta de 1830.

A feira do gado de Feira de Santana cresceu e consolidou-se sendo necessária a instalação de um Campo do Gado. O primeiro local destinado para comercialização dos animais passou a ser o Campo da Gameleira (atual Praça do Nordeste). No final do século XIX a feira do gado havia crescido tanto que acabou misturando-se com a feira livre, suas barracas, produtos e feirantes. A convivência entre as feiras permaneceu até o período entre 1938-1943, quando foram construídos os currais-modelo, na atual Rua Santos Dumont. Posteriormente, na gestão municipal de Arnold Silva (1959-1962), a feira do gado foi transferida para um bairro mais distante, a Queimadinha. O segundo curral modelo, fora do Centro urbano, o Matadouro Frigorífico de Feira de Santana (MAFRISA), local para abate de reses, foi inaugurado em 1961.

De acordo com os estudos de Ana Oliveira (2008), a feira do gado de Feira de Santana cresceu exponencialmente, chegando a ser considerada, em 1950, a segunda maior feira de gado do Brasil, comercializando mais de 100 mil cabeças de gado/ano. Porém, aquela que simbolizava o comércio pecuário rico, marcada pela figura forte do vaqueiro, dos animais e da ruralidade, foi tornando-se incômoda e inconveniente para os ideais de urbe moderna e próspera, sendo, gradativamente, afastada do Centro para locais mais distantes.

Com a feira do gado ou sozinha, a feira livre de Feira de Santana teve sua história marcada pelo apogeu e glória, até a desvalorização e resistência do tempo presente. Na década de 1950, a feira livre era uma grande festa, conforme pode ser observado na imagem a seguir.

Imagem 1 - Feira livre em Feira de Santana na década de 1950



Fonte: IBGE (1957-1958?).

A cultura sertaneja, através da feira livre, tomava conta das principais ruas do Centro.

Na década de 50 [século passado], o movimento dos feirantes não se limitava à Praça do Comércio (atual Praça da Bandeira) e à Praça João Pedreira; os negócios haviam se expandido pelas ruas **Marechal Deodoro**, Conselheiro Franco, **Sales Barbosa**, Libâneo de Moraes, Benjamin Constant e parte da **Avenida Senhor dos Passos**, além da Avenida Maria Quitéria (atual Avenida Getúlio Vargas) (OLIVEIRA, A., 2008, p. 46-47, grifo nosso).

Na década de 1970, a feira livre tomava “[...] um raio de ação na área de cinco quilômetros, abrangendo as **principais ruas e avenidas de Feira de Santana** (MOREIRA, V., 1997, p. 307, grifo nosso). Já na década de 1950, de acordo com os relatos de Ana Oliveira (2008, p. 46-47, grifo nosso) “**Na feira, encontrava-se de tudo um pouco**. Estavam à venda **alimentos** de todas as espécies, **vestimentas, confecções**, mobiliários, madeira para obras, cancelas, **cerâmicas** variadas, produtos de ferrarias e marcenarias em geral”. De acordo com Moreira (1997, p. 315, grifo nosso), até o ano de 1977 registrava-se a comercialização, na feira livre, de “[...] produtos hortigranjeiros, oriundos dos diversos municípios baianos, derivados de couro e **barro**, produtos avícolas, **confecções, peças de eletrodomésticos**”. Assim, a feira livre, expulsa em 1977, acontecia nas áreas centrais da cidade e a oferta dos produtos era diversa, além de alimentos, era possível encontrar confecções, artesanato e até eletrodomésticos. A partir dessas referências, reafirmamos o local de existência da feira livre no passado e atualmente – o Centro da Cidade; e a confirmação da prática social realizada hoje, por

ambulantes, feirantes, camelôs e artesãos, com aquela prática social ancestral, realizada no passado pelos chamados feirantes.

A feira livre tornou-se um lugar procurado por pessoas de toda a região para vender e comprar. Mas, segundo Ana Oliveira (2008, p. 48), “[...] a grande feira livre era mais que um local para as trocas comerciais: era um ambiente de sobrevivências, de celebração, de costumes, do estabelecimento de redes de solidariedade. [...] um elemento de identidade da cidade”. A autora traz a ideia da feira livre enquanto marca identitária para o povo feirense, constituindo-se o evento econômico e social mais importante da cidade. Havia um imbricamento que vinculava a feira, a cidade e o comércio. Ela representava uma tradição ligada ao surgimento do município. Nesse sentido, Ana Oliveira (2008, p. 50) apresenta a feira livre como uma “[...] prática cultural capaz de orientar as atividades cotidianas e fornecer uma identidade local”. Dessa maneira, a feira livre não se constituía somente em um lugar de comércio (compra e venda de produtos e serviços) mas, também, de trocas culturais.

A “feira” (livre e do gado) esteve tão entranhada na identidade do município que em todos os nomes dados à localidade, até os dias atuais, a “feira” sempre esteve presente, como uma vitória da tradição, e ao mesmo tempo, demonstrando a importância cultural e econômica daquela prática social, conforme evidenciado a seguir: Feira de Santana dos Olhos D’Água (século XVIII). No século XIX chamou-se Feira de Santana, depois Santana da Feira. Sendo, em 1873, novamente rebatizada de Cidade Comercial de Feira de Santana. No século XX passou a ser chamada de “Feira”, para finalmente ser denominada, em 1938, de Feira de Santana como é conhecida na atualidade (OLIVEIRA, A., 2008).

Ao completar 40 anos da expulsão da feira livre do Centro da cidade, a UEFS produziu uma exposição intitulada: “A feira de Feira de Santana: transformações e permanências”

A feira-livre era também um espaço festivo, pontilhado pela presença de cantorias de violeiros; ‘pregão’ de cordéis; cantadores de coco, vai-e-vem de vaqueiros, sanfoneiros, artistas de circo, artesãos, propagandistas que imbuídos de malabarismos artísticos vendiam produtos e artefatos que prometiam verdadeiros milagres, na cura de doenças ou no combate a pragas [...]. Feirantes, fregueses, atacadistas, visitantes, transeuntes, observadores promoviam o fervilhar da feira. Muitos destes vestiam-se especialmente, afinal nunca se sabia ao certo quem encontraria nesse dia. [...] a feira era concomitantemente, um espaço de negócios, de lazer, de interação, de conflitos [...] de ver e ser visto, numa convivência entre feirantes, compradores, comerciantes de lojas, visitantes, transeuntes em geral, calçadas e ruas apinhadas de gente e mercadorias (OS 40..., 2017).

A reportagem corrobora a ideia da feira livre como cultura popular, onde se reuniam, até a década de 1970, cordelistas, contadores de “causos”, repentistas, quitandeiras, malabaristas e tantas outras figuras. Segundo Ana Oliveira (2008), a feira livre tornou-se um

ambiente plural, permeado de cultura, trocas solidárias e um elemento identitário tão forte que acontecia mesmo em dias de feriado, sobrepondo-se a qualquer outra atividade.

Até este ensejo da leitura, pode-se observar que é quase impossível falar de Feira de Santana sem falar das “feiras”. Está registrado no imaginário dos feirenses o surgimento do município a partir de uma feira do gado e de uma feira livre. Porém, num certo momento, instaura-se um processo que culminaria na expulsão daquela que, outrora, seria orgulho para a cidade sertaneja. Da feira originária, sobrou a vocação para o comércio, a arte de comprar e vender, a receptividade e a fama de que em Feira de Santana acha-se tudo.

3.1.2 Cidade Comercial e Moderna: Uma Outra Identidade

Conforme visto anteriormente, a primeira construção da identidade Feirense está ligada a uma Fazenda, “Santana dos Olhos D’Água”, simbolizando as ruralidades em seu apogeu; uma Igreja, símbolo de um dos poderes no Brasil Colônia; e, de uma “feira”, livre e de gado, que se consolidou naquele trecho por onde passava uma estrada de boi. Os dois últimos símbolos identitários deram nome à cidade, orgulhosa de ser a “Princesa do Sertão”.

Porém, outras construções identitárias foram elaboradas. Em um dado momento, para a classe dominante, a nova identidade de Feira de Santana estaria melhor representada pelo “[...] desenvolvimento local, as avenidas retas e largas, seus automóveis, seu casario bem alinhado”, vinculada também a “[...] afinidade com a diversidade, num espírito comercial que propicia o ir e vir de gentes, de uma ‘multidão heterogênea’, [...] que dá-lhe força e harmonia, a harmonia da fluída ambiência negociante” (SILVA, A., 2000, p. 185). Este novo discurso, vinculado à civilidade; ao espírito comercial; ao lugar cortado por rodagens convergentes; formada por uma população diversa, com pessoas de vários lugares, acolhidas de forma harmoniosa, comporá a nova face da construção identitária da cidade comercial e moderna.

Um outro elemento apontado pelos estudos de Rocha (2016, p. 2-3), presente na construção da identidade do povo de Feira de Santana, é o conflito entre a tradição, vista como atraso, e a modernidade, opositora das tradições. A autora aponta que esse fenômeno fora observado no período de 1940-1950, destacando que naquela época a “[...] modernização tornou-se um objetivo a ser alcançado na tentativa de desprender do atraso que impedia a consolidação das práticas urbanas”. À época, o maior símbolo da modernidade seria a construção da cidade: o centro urbano, marcado por praças, avenidas, prédios, enfim, a urbanização. As tradições sertanejas, por outro lado, persistiam em continuar ocupando um espaço, mesmo pequeno e delimitado que “[...] para as elites feirenses deveriam ficar

escondidas nos distritos que representavam o mau gosto e o atraso.” (ROCHA, 2016, p. 03). Aliado à ideia de modernização, estava presente também a industrialização da cidade, sem grande expressividade na época (1940-1950), pois ainda era “[...] incipiente e pouco representava para a economia do município” (ROCHA, 2016, p. 03). Apesar de não transformar a atividade econômica local, a indústria se instalou como parte do projeto desenvolvimentista e modernista esperado por alguns ricos de Feira de Santana. Assim, o Centro Industrial Subaé (CIS) foi construído, em 1970 (FREITAS, 2009), fortalecendo o ideal de cidade moderna e tecnológica.

Nos estudos de Rocha (2016), fica evidente o apagamento das classes populares no processo de construção dos ideais do “novo, belo e moderno”, apontando os jornais locais como principais veículos para consolidação desses ideais escritos para uma classe específica, os ricos, composto por um grupo específico de leitores, do qual as classes do povo não faziam parte. Vale salientar que a ideia de oposição/dicotomia entre novo e velho, tradição e moderno, dentre outras, geralmente, produzem separação, rejeição e desvalorização do diferente em detrimento do diálogo e do convívio possível entre as gerações e as culturas diversas. A situação apontada pela autora ainda se mantém, conforme observado neste estudo, capaz de ser percebida na pergunta retórica feita por uma camelô “– o que é modernidade? O que é a modernização do Centro? A modernidade não pode conviver com a tradição?” (Camelô1, informação verbal, notas de campo, 2019).

Sem a pretensão de fazer uma discussão profunda sobre o tema, ou sequer responder, às indagações sensíveis e complexas daquela trabalhadora, que sente as consequências impostas pela modernidade, traremos algumas considerações à luz dos estudos de Dussel (2005; 2016) para ampliar a compreensão sobre algumas discussões emergentes nesta tese. A Modernidade, estabelecida por volta do ano de 1492, consolidou-se ao longo dos séculos e atravessa o presente de diversas formas, principalmente, quando se pensa todo o mundo como “periferia” e a Europa como “Centro” do mundo e da própria história mundial; quando, durante séculos, a Europa (Eurocentrismo) foi considerada como avançada, superior e capaz de desenvolver os demais povos “[...] primitivos, bárbaros, rudes”, imaturos, atrasados (DUSSEL, 2005, p. 30).

A dualidade entre “civilizado” – a Europa Moderna – e os “incivilizados”, configurada pelos povos dominados – no qual são incluídos os povos originários da América Latina, onde nos situamos –, permite ver o Outro – as civilizações, as culturas etc. –, como inferior e incapaz, validando qualquer violência contra quem se opõe ao “desenvolvimento” e modernização.

Para refutar a ideia de incivilizados, Dussel (2009) traz diversos argumentos construídos a partir dos escritos filosóficos de Guamán Poma, indígena que compila seus textos por volta

de 1616, trazendo uma crítica à modernidade a partir de um pensamento anterior àquela. Dentre as muitas e impecáveis descrições, destacamos para fins desta discussão o recorte abaixo:

Quando nascia uma criança no Império inca atribuía-se-lhe uma parcela de terra para seu ‘alimento e sustento’, que, no caso de a não poder trabalhar, outro o fazia em seu lugar. Ao morrer, esse terreno era redistribuído. Por direito de nascimento não era dada à criança nem um certificado nem um documento, mas os meios para reproduzir a sua vida até à sua morte. É a este tipo de instituições que Guamán se refere como as que não se encontram no sistema civilizado moderno. [...] agora as aldeias estavam cheias de pobres que pediam esmola (como referido, não havia possibilidade de haver pedintes no tempo dos Incas). [...] Isto mostra-nos uma grande miséria entre os índios. A situação do índio tinha piorado visivelmente com a presença da modernidade (DUSSEL, 2009, p. 319, 325).

Conforme dito, há uma diversidade de argumentos que apontam para a incivilidade por parte da Europa conquistadora, inclusive para a idolatria, outrora atribuída aos povos dominados com suas práticas de culto a outros deuses, quando havia entre os cristãos-civilizados uma adoração ao ouro e a prata, abundantemente saqueada daqueles povos. O recorte acima, porém, serve para ilustrar algo precioso para os dias atuais: a dignidade da pessoa humana, que, desde o nascimento, tinha garantido o direito a uma vida sem miséria, sendo garantida, de acordo com o estabelecido por aquele povo e naquele contexto histórico, condições objetivas para assegurar a existência digna para todas as pessoas. Nos dias atuais, a prática de assegurar condições objetivas para que as pessoas tenham uma vida digna, nem de longe é garantida para todas as pessoas, exceto as nascidas ricas, mesmo que essas riquezas e heranças sejam fruto de apropriação indébita.

Segundo essa lógica, que olha o Outro como inferior, é inevitável o uso da força e o sacrifício de alguns “[...] povos ‘atrasados’ (imatuross), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera.”, torna-se não só inevitável como aceitável ver o “[...] índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc.” (DUSSEL, 2005, p. 30, 31, 52). A modernidade trouxe consigo uma forma de pensar e operar configurada pela “[...] dominação, exploração e aniquilação” do Outro (DUSSEL, 2016, p. 52), na qual “[...] Perante povos ‘atrasados’ ficava tautologicamente justificada a guerra de conquista”. Mas sempre sob o argumento que inclui a ‘falácia desenvolvimentista’, segundo Dussel (2009, p. 297). Estas reflexões são relevantes para pensar, por exemplo, a violência e o desrespeito, chancelados através dos discursos de modernização e desenvolvimento, com que são tratados os trabalhadores que atuam nas ruas centrais de Feira de Santana.

Para Dussel (2005; 2016), há algumas formas de superar a Modernidade, uma delas é quando o “Outro” percebe-se vítima, inocente, e julga a Modernidade como violenta e culpada.

Negando o “mito civilizatório” e a “inocência da violência”, desmascara a violência imposta através do “eurocentrismo” e “[...] ‘a falácia desenvolvimentista’ do processo de modernização hegemônico” (DUSSEL, 2005, p. 31). O projeto para a superação da Modernidade é apresentado pelo autor como Trans Modernidade, para além da Modernidade, hoje vista, e que conta com culturas pré-modernas. Neste projeto, a Modernidade e sua “Alteridade negada (às vítimas)” [seja na América Latina, África ou Ásia] realizam, solidária e fecundamente, um movimento

Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc.; não por pura negação, mas por incorporação partindo da Alteridade (DUSSEL, 2005, p. 31).

Inclusive, propondo soluções, “[...] completamente impossíveis para a cultura moderna única” (DUSSEL, 2016, p. 63). Este projeto Trans-moderno passa, conforme visto, por afirmar a exterioridade, valorizando-se enquanto cultura anterior à modernidade e pós-colonial. Depois de afirmar e valorizar as culturas tradicionais negadas pela modernidade, há uma exigência de uma crítica interna, num diálogo entre a tradição e o que há de melhor na cultura moderna. Neste processo, Dussel (2016) considera relevante o tempo para amadurecer, para estudar e refletir. Outro ponto relevante neste projeto passa pelo diálogo intercultural a ser realizado entre os críticos da periferia, sul-sul e não norte-sul. Dessa maneira, o projeto transmoderno não será a criação de uma cultura global, mas sim pluriverso, multicultural, num diálogo intercultural.

Bem longe de traçar um caminho de superação da modernidade, em meados do século XX, por volta da década de 1950, o discurso identitário pretendido para Feira de Santana, que se tornara, à época, o maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste, começou a mudar. Até então, a feira livre permanecia intocada como identidade sertaneja no Centro da cidade. Assim, imbuídos dos ideais desenvolvimentistas de urbanização e modernidade, começou a construção de uma nova identidade, agora de uma cidade comercial (OLIVEIRA, A., 2008). Neste momento, a utilização de barracas de madeira começa a ser apontada como inadequada com a civilidade, devendo ser proibida por não ajudar no embelezamento da cidade. Os jornais, a classe dominante e governantes locais começaram a difundir a ideia de que as barracas do Centro estavam associadas ao feio e sujo e, portanto, dissociadas da urbana e moderna Feira de Santana. A culminância desse discurso sanitarista aconteceu em 1977, quando ocorreu a expulsão da feira livre através de um decreto municipal, instrumento impositivo, adotado para extinguir uma prática social, condizente com o momento político brasileiro que vivia uma ditadura empresarial-militar (1964 a 1985). Em contrapartida, modernas casas comerciais ofereciam produtos industrializados e outros da região, diversificando o comércio para todos os

compradores e fazendo de Feira de Santana uma “Cidade comercial por excelência, onde negociar, comerciar e arrematar eram [...] uma espécie de vocação feirense” (OLIVEIRA, A., 2008, p. 62). Desse jeito, Feira de Santana consolidou-se, no imaginário dos feirenses e da região, enquanto cidade comercial.

É, justamente, após a Segunda Grande Guerra, findada em setembro de 1945, que o projeto de países centrais e de organismos internacionais, se voltam para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, através do crescimento econômico. Santos e Rodriguez (2002) destacam que este projeto de desenvolvimento econômico, pensado e executado sem a participação das classes populares, estava pautado na aceleração do crescimento econômico, através da industrialização e da garantia de resultados macroeconômicos, desconsiderando fatores importantes para o desenvolvimento equânime da vida em sociedade, como por exemplo, os “[...] objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente” (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002, p. 25), fatores garantidores de uma vida digna no tempo presente e também de continuidade para as gerações futuras.

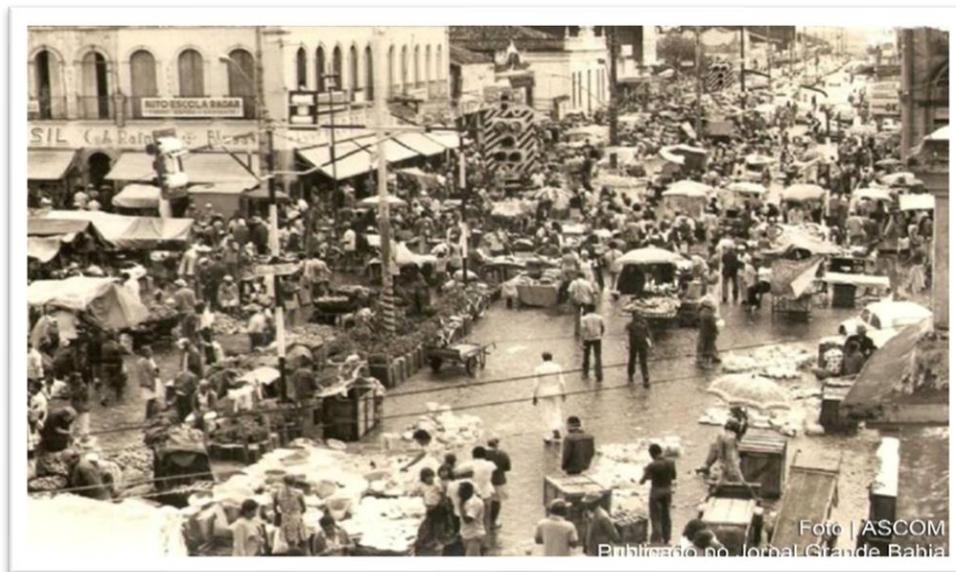
Segundo os estudos de Contreras (1999), é possível inferir que a ideia de modernidade, vivida em Feira de Santana, está imbricada no discurso político e social dominante de desenvolvimento. Para o referido autor, esse discurso reforça a ideia de modernidade como forma de alcançar o desenvolvimento, consolidado através do urbanismo e industrialização que eram, segundo seus defensores, as únicas formas para superação do atraso do subdesenvolvimento. Nesse sentido, Feira de Santana cumpriu esse ideário e adaptou-se à nova realidade imposta pelo discurso da época. Neste modelo, o caminho percorrido passou pelo silenciamento das culturas diversas, neste caso a sertaneja, e por outro lado, pelo fortalecimento e legitimação de uma ideia de urbe moderna, comercial e industrial. Assim, o crescimento econômico para alcançar o sonho do desenvolvimento, e a exclusão do Outro-diferente, visto como inferior e atrasado, pôde ser visto nas longínquas terras do sertão nordestino.

3.2 A FEIRA LIVRE NA ATUALIDADE

Todo o processo de construção da identidade de Feira de Santana, enquanto cidade comercial, bela e desenvolvida, culminou com o apagamento de muitos símbolos que ligavam a cidade, vista como moderna, ao sertão considerado atrasado: o matadouro, os currais, os vaqueiros, os magarefes, a feira do gado, tudo afastado dos olhos da classe dominante, até a

expulsão da feira livre do Centro, em 1977, após construção do Centro de Abastecimento⁵. Neste cenário, os subcapítulos seguintes, continuam buscando contextualizar a origem de Feira de Santana em sua vinculação histórica com a feira livre, porém trazendo uma perspectiva específica sobre a feira livre e como esta municipalidade nega e rejeita parte de sua história.

Imagem 2 - Último dia da feira livre em 1977



Fonte: Simas (2017).

Associada à sujeira, ao feio, ao atraso, e causadora de prejuízos ao comércio local, a feira livre não atendia, segundo a compreensão de alguns grupos, ao modelo de urbe impulsionada pelo processo de industrialização e desenvolvimento desejados. Jornais registravam os sentimentos vividos na época, onde as falas de jornalistas, representantes comerciais e políticos – classe dominante – eram favoráveis à retirada da feira livre do Centro da cidade. A despeito de qualquer consulta que revelasse a participação popular naquelas decisões, aquele grupo construiu um discurso defendido pelo poder público municipal.

Com o passar do tempo, a feira livre de Feira de Santana, após 1977, foi sendo segmentada, perdeu alguns de seus elementos, ganhou novas feições e continuou sendo empurrada para os bairros e distritos. Atualmente, ocupa o lugar onde sempre esteve, até a expulsão em 1977, o Centro da cidade. Hoje, aqueles que atuam na feira livre são chamados de camelôs, ambulantes, artesãos, feirantes ou, simplesmente, trabalhadores informais. Por vezes, não se reconhecem herdeiros da feira livre ancestral, que deu origem à Feira de Santana, na qual, conforme visto anteriormente, as vendas de confecções, água, artesanato, frutas, verduras e outros produtos sempre estiveram presentes (MOREIRA, V., 1997; OLIVEIRA, A., 2008).

⁵ Ver sugestão de roteiro turístico para feira livre de Feira de Santana no Apêndice D.

Assim, na atualidade, a região central da cidade registra a presença de inúmeros feirantes, camelôs e ambulantes. Até pouco tempo, a venda de roupas, miudezas e outros produtos poderia ser encontrada em pontos tradicionais como as ruas Sales Barbosa e Recife, além da avenida Sr. dos Passos. Há feirantes, em maior número, na rua Marechal Deodoro e suas transversais; os ambulantes e feirantes podem ser encontrados em qualquer espaço para qual se olhe no Centro da Cidade. Mesmo fragmentada, a feira livre segue resistindo.

a área central de Feira de Santana parece, ainda, guardar remanescentes da antiga feira livre que ocorria na avenida Getúlio Vargas, nas imediações do Mercado Municipal, hoje, Mercado de Artes. Embora **não haja uma feira no sentido tradicional** da palavra, **a dinâmica desse modo de comercializar na rua permaneceu** ali, justamente com a **predominância do comércio de rua de frutas e verduras bem como da confecção popular** expressa nas alamedas entorno do antigo mercado. O comércio da rua Sales Barbosa, não obstante a grande quantidade de vendedores de confecção, concentra várias bancas de produtos acessórios [...] que podem ser vistos em outras áreas da cidade. [...] **não há como falar que a cidade ainda não vive a memória da feira central.** Ela **ocorre nas práticas** espaciais **dos seus cidadãos, no grande número de barracas e vendedores ambulantes de frutas, hortaliças e cereais espalhados pelas ruas centrais** de Feira de Santana (GONÇALVES, L., 2019, p. 87, grifo nosso).

A fala do pesquisador corrobora com a ideia de considerar o trabalho dos atuais ambulantes, camelôs, artesãos, feirantes e demais trabalhadores informais, como remanescente da antiga feira livre de Feira de Santana, isto em função do perfil e semelhança da prática social que acontece hoje nas ruas do Centro da cidade e aquela ocorrida no passado. Esses “Trabalhadores Informais”, junto com outros tantos, movimentam a economia e, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocupam 2/3 dos trabalhos do mundo. No Brasil esse número representa 46% dos postos de trabalho (OIT..., 2018).

Para traçar um perfil dos trabalhadores informais do Centro de Feira de Santana, serão utilizados os dados da pesquisa de Queiroz (2019, p. 145-147), realizada com 682 trabalhadores que atuam nas ruas centrais da cidade. No que se refere ao gênero, o grupo é formado por homens (54%); ganhando até 26% a mais que as mulheres; não são brancos em 81,38% dos casos, sendo pretos/pretas 50,59% e os pardos somam 29,91%. Portanto, os negros somam 80,5%. Mais da metade, 62,8%, não possui a educação básica; a renda mensal é em média R\$ 1.172,00 – como referência, o salário-mínimo em 2018 era de R\$ 954,00; e, mais da metade dos trabalhadores (55,20%) sobrevivem com menos de 1 salário-mínimo; 61,58% dos trabalhadores são chefes de família. Algo positivo é 70,53% possuir residência própria.

A religião daqueles trabalhadores, majoritariamente, é cristã, quando evangélicos e católicos somam 75,1%. O componente da religião cristã pode mobilizar de diversas formas,

sendo algo positivo no sentido da fé para empreender esforços em lutas diversas e ao mesmo tempo, pode conformar uma visão fatalista da vida, voltada para a vontade de Deus, sem a percepção das opressões de natureza meramente humana, ou ainda a espera por um salvador. Outro discurso, difundido entre os evangélicos, é o de não desobedecer às autoridades por representarem o próprio Deus na terra. Tais perspectivas podem dificultar, ao nosso ver, a articulação coletiva.

O estado civil dos participantes está dividido entre pessoas casadas (41,64%) e solteiras (46,92%); a quantidade de filhos varia entre 01 e 05, dentre os 69% com filhos. O acesso a serviços apareceu na pesquisa de Queiroz (2019, p. 153), com a mesma classificação utilizada pelo DIEESE, apontando uso de *internet* (64,81%); conta em banco (45,31%) e cartão de crédito (43,11%). O acesso mais restrito foi ao cheque especial (5,28%). Um dado preocupante, segundo o autor, foi “[...] 18,62% dos trabalhadores de rua relataram não ter acesso a nenhum desses serviços”. Na tabela abaixo, os produtos comercializados atualmente.

Tabela 7 - Trabalhadores de rua, produtos e serviços vendidos (2018)

BENS/SERVIÇOS	QUANTIDADE	%
Alimentos/Frutas/Verduras.....	149	21,85
Acessórios/Dvds/Brinquedos.....	56	8,21
Bebidas.....	28	4,11
Cosméticos.....	12	1,76
Eletrônicos.....	14	2,05
Serviços.....	40	5,87
Lanches/Doces.....	168	24,63
Outros.....	37	5,43
Roupas.....	98	14,37
Utensílios.....	80	11,73
SOMA	682	100%

Fonte: Queiroz (2019, p. 63, grifo nosso).

A venda de frutas e verduras fica próxima da venda de lanches e doces, representando 46,48% dos produtos comercializados. A venda de roupas ocupa a terceira posição no *ranking*, seguida da comercialização de utensílios. Em síntese, os estudos de Queiroz (2019) apresentam uma massa de trabalhadores, na maioria negros, com baixa formação básica e chefes de família com baixa remuneração. Por fim, a pesquisa aponta para a importância do comércio de rua para a cidade, em função da geração de subsistência, capacidade de consumo e acesso ao trabalho.

3.2.1 Contra ou a Favor da Retirada da Feira Livre?

O ano de 2017 marcou os 40 anos de expulsão da antiga feira livre do Centro de Feira de Santana. Ironicamente, continuavam as ações de retirada contra os persistentes trabalhadores. A partir de análises elaboradas com reportagens, (Apêndice E - Reportagens analisadas), deste período, observa-se o ressurgimento de um velho dilema desta cidade: quem é a favor e quem é contra a retirada da feira livre e seus trabalhadores do Centro de Feira de Santana? Portanto, a análise tem como base os discursos difundidos pela mídia local a respeito desta prática social ancestral.

As palavras que marcam o período são desobstruir e relocar. Assim, imbuídos da necessidade de deslocar a feira livre e “desentupir” calçadas, repletas de trabalhadores e seus produtos, as práticas de retiradas repetem-se, tal como em 1977. Atualmente, também há normativas, a lei 1.613 (FEIRA DE SANTANA, 1992) torna as retiradas eivadas de legalidade.

A seguir, são apresentados os posicionamentos dos interlocutores convidados a falar nas matérias jornalísticas analisadas. Cumpre informar que não foram localizadas matérias, naquele recorte temporal, com posicionamento de membros do Legislativo Municipal.

Quadro 4 - Posição dos interlocutores nos registros analisados

Contra a retirada	A favor da retirada	
Feirantes	Prefeitura	Defesa Civil
		Sec. do trabalho, Turismo e Desenvolvimento
		Guarda Municipal
	Mídia	
	Comerciante	
	Alguns Populares	
	Sindicato	

Fonte: própria autora (2019), com base em reportagens ver Apêndice E.

Um rápido olhar no quadro acima, ajuda a entender a dimensão da situação dos trabalhadores do Centro de Feira de Santana, na atualidade, quando a maioria dos entrevistados, escutados nas matérias, são favoráveis a retirada da feira livre e seus trabalhadores dos seus locais de trabalho. Mas afinal, quem são esses que querem a saída da feira livre?

3.2.1.1 Sai a feira livre! Vozes a favor da retirada

Nas entrevistas, a prefeitura é representada pela Secretaria de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (STTDE); Defesa Civil e Guarda Municipal, trazendo três representantes para reforçar o discurso dominante defendido.

A Secretaria, ao destacar as iniciativas tomadas para retirada da feira livre do Centro da cidade, apresenta como principal elemento as “diversas denúncias recebidas” solicitando a organização do local e o pedido feito por “feirantes idosos” que se sentiriam prejudicados pela

atuação dos mais jovens vendendo nas ruas e calçadas. Para resolver a situação posta, o poder público recorre à legalidade, apontando a legislação reguladora do comércio no Centro, evocando a necessidade de medidas “fortes” para resolver a demanda, incluindo, para isso, o poder coercitivo do Estado: “[...] devido a essas denúncias [...] ficou definido que a prefeitura tem que tomar um posicionamento forte, uma vez que a Guarda Municipal e a própria Polícia Militar buscam a ordem pública” destacou o Secretário da STTDE, reforçando a possibilidade de uma ação mais contundente contra os trabalhadores (CARDOSO, 2017).

Além desse aparato, apontado pelo secretário, a prefeitura conta também com a fiscalização realizada por “empresa especializada” (FEIRA..., 2017). O inspetor da guarda municipal, abordou os “carrinhos de mão batendo nas pernas”, dificultando a passagem das pessoas (TRINDADE, 2017); e destacou também a saída dos feirantes da área limitada pela prefeitura, em um antigo estacionamento adaptado, que comporta cerca de 100 trabalhadores. A defesa civil, órgão ligado ao poder público, apresenta argumentos mais moderados, pontuando a situação das diversas famílias envolvidas e a necessidade de permanecerem no Centro, mas ressaltou a necessidade de regularizar o espaço urbano, analisando a manutenção dos feirantes como “inviável” para a cidade (TRINDADE, 2017), reforçando o discurso dominante, mesmo percebendo o drama das famílias.

O sindicato dos feirantes, através de seu presidente, (CARDOSO; SILVA, 2017), destacou a construção do *Shopping Popular* como algo bom para cidade e os comerciantes, destacando estar “de acordo com tudo que é bom pra cidade”, evidenciando posição favorável ao discurso dominante, defendido pela prefeitura. Nestas análises, a mídia aparece representada por dois veículos de comunicação, sendo o *Acorda Cidade* o de maior abrangência na municipalidade. No que diz respeito à mídia, o principal destaque está na forma como, insistentemente, trata o tema. As reportagens possuem foco nos “transtornos causados”, exceção de uma matéria (OS 40..., 2017). Vejamos trechos de perguntas contidas nas reportagens que reforçam o pensamento dominante:

A Cidade Nova e outras praças foram tomadas pelas barracas. Não existe providência em relação a isso? **O passeio** da antiga loja Esplanada, **na Senhor dos Passos, foi tomado pela feira livre; os carrinhos de mão estão dificultando a circulação de pedestres na Rua Marechal Deodoro** [perguntas ao Secretário da STTDE] (CRUZ, 2017b, grifo nosso); Pedestres e comerciantes relatam **transtornos causados por ambulantes em calçadas** de Feira de Santana (CARDOSO, 2018, grifo nosso).

Os trechos trazidos pela mídia reforçam a ideia de uma feira livre causadora de “transtorno e indesejada por todos”, inclusive o próprio título de Cardoso (2018) reforça o

discurso e não traz nenhuma voz dissonante. Apenas nesta matéria, dentre as 09 analisadas, aparece a voz de populares, para além das “diversas denúncias” apontadas pela prefeitura.

A referida matéria (CARDOSO, 2018) escutou dois populares. Sendo um trabalhador de serviços gerais e um de profissão ignorada. O trabalhador de serviços gerais, relata a dificuldade para andar na rua, e solicita que a prefeitura organize, retire os ambulantes e coloque-os em outro espaço. O homem de profissão ignorada traz os carrinhos atrapalhando os pedestres e os comerciantes pagadores de impostos. Reconhece os altos índices de desemprego e ressalta não se opor ao trabalho informal, desde que em outro local.

A mesma reportagem escutou um Comerciante que reclamou dos ambulantes com cestos e balaios nas ruas “espremendo as pessoas e batendo os **cestos nas pernas dos pedestres**”, discurso idêntico ao representante da guarda municipal na matéria de Trindade (2017, grifo nosso). Outro argumento utilizado é o pagamento de impostos pelos comerciantes formais: “As barracas existem, mas teria que ter uma organização para que elas não tomem a frente das lojas. Pagamos vários impostos caros” (CARDOSO, 2018). Os três homens, apresentam discursos comuns; a dificuldade de circulação dos pedestres e os vendedores ocupando a frente do comércio formal. Parece haver um incômodo, quanto ao não pagamento de impostos e o local, em frente às lojas, gerando “transtorno” e “nenhum” lucro ao município. Alguns destes elementos aparecem também na reportagem de Trindade (2018).

Assim, os oito interlocutores, todos homens, reforçaram um discurso dominante e excludente, que aponta os problemas da feira livre, penalizando os trabalhadores e reforçando a necessidade da retirada, como única opção possível, para resolução do conflito.

3.2.1.2 Fica a feira livre! Vozes contra a retirada

Para falar contra as retiradas, portanto, a favor da permanência da feira livre no Centro, as reportagens escutaram três mulheres, durante uma manifestação [28 ago. 2017], ocorrida após uma das ações de retirada empreendidas pelo Executivo Municipal. A seguir, pode ser visto o que disseram as feirantes, únicas vozes contrastantes, convidadas a falar nas reportagens.

Quadro 5 - Argumentos a favor da permanência da feira livre.

Argumentos	Quem?	Sugestão apresentada
- O espaço destinado pela prefeitura é pequeno (apenas 1 metro) e quem tem barraca no fundo, fica prejudicado. - Tem filhos para sustentar	L.A., 38 anos, comercializa desde os 13 anos de idade. Na época, tinha 25 anos na feira.	A prefeitura organizar e deixar os feirantes no mesmo lugar ou abrir a praça Bernardino Bahia.

- A feira livre é lugar de ressocialização, sendo uma opção de trabalho fora do mundo do crime. - Os ambulantes não podem ficar no prejuízo.	J.R., vendedora, 27 anos.	Não sinalizado.
- O espaço destinado pela prefeitura é insuficiente.	P.O., 23 anos.	A prefeitura arrumasse a calçada para os feirantes trabalharem.

Fontes: Cruz (2017a) e Trindade (2017).

Apenas três mulheres, feirantes, falaram a favor da permanência da feira livre no Centro e trouxeram elementos relevantes sobre o lugar de ressocialização e do exercício de um ofício para a sobrevivência. Importante marcar o gênero e a quantidade pequena de pessoas apoiando a permanência. Restando, nesse sentido, algumas dúvidas: não há outros atores sociais favoráveis à permanência da feira livre no Centro? Há uma intencionalidade na escolha de mulheres, considerando que vivemos numa sociedade machista, patriarcal e sexista? (SAFFIOTI, 2006).

A Universidade, voz relevante na sociedade atual, não foi convidada para falar sobre a temática em si, aparece em única matéria mostrando uma exposição a respeito dos 40 anos da retirada da feira livre do Centro de Feira de Santana, suas “transformações e permanências” (OS 40..., 2017). Fotografias do último dia da antiga feira livre e outras atuais registravam as tradições, transformações e “a resistência do povo que labuta diante dos ditames dos poderes públicos”, destacou Clóvis Ramaiana, Prof. na UEFS.

Conforme visto nestas reflexões, a mídia local hegemônica colabora na construção de um discurso excludente que configura a feira livre como inconveniente, tal como visto em discursos anteriores para justificar a expulsão da feira livre em 1977.

3.3 NOVA PROPOSTA HEGEMÔNICA PARA RETIRADA: O PACTO DA FEIRA

O projeto “Pacto de Requalificação do Centro Comercial de Feira de Santana”, conhecido como “Pacto da Feira” foi anunciado, em 2013, pelo então prefeito José Ronaldo de Carvalho. Segundo matéria do Jornal Grande Bahia (PREFEITO..., 2013), dentre as ações anunciadas, naquele 25 de fevereiro, estava a “padronização das barracas de camelôs, ao longo do calçadão da rua Sales Barbosa e ruas adjacentes”. Inicialmente, o Pacto da Feira trouxe o “*Shopping a Céu Aberto*” como alternativa para o trabalho de rua no Centro, sendo noticiado nos jornais feirenses desde 2009. Segundo informações (PROGRAMA..., 2019), o projeto teria sido idealizado pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), porém, em 2011, aparece como

sendo uma “[...] parceria entre a Prefeitura, a Associação Comercial, [...] a CDL e a Associação dos Vendedores Ambulantes da Sales Barbosa” (CALÇADÃO..., 2011).

O projeto anunciado dizia prevê a permanência dos(as) trabalhadores e trabalhadoras no Centro de Feira de Santana, através da padronização de barracas, troca do piso e iluminação, dentre outras ações. No entanto, em reportagem da Folha do Estado (CAMELÔS..., 2013) representantes sindicais declaravam que o referido *Shopping* contemplaria apenas 500 boxes, quando existiam mais de 10 mil trabalhadores nas ruas centrais da cidade, reiterando a necessidade de criação de outros espaços para receber ambulantes e camelôs.

Em 2013, o projeto do *Shopping* à céu aberto ganhou ações efetivas para concretização, “Dentre os atos assinados pelo prefeito José Ronaldo destacam-se [...], a autorização [...] **para a contratação de uma empresa de consultoria para o planejamento da construção do Shopping a céu aberto da rua Sales Barbosa** (PREFEITO..., 2013, grifo nosso). Segundo a matéria, havia interesse da prefeitura em padronizar e manter alguns camelôs no Centro de Feira de Santana, tendo apoio de diversas entidades ligadas à classe trabalhadora e ao empresariado local, dentre elas: Associação de Ambulantes (AFEVA), Câmara Municipal, CDL, o CIS, Sindicatos dos Trabalhadores das Feiras Livres, Sindicato do Comércio (SINCOMFS) e o Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana (SINDICAME).

Naquele mesmo dia foi publicada outra matéria no Jornal Grande Bahia (SILVA, C., 2013), informando que o SINDICAME seria contrário ao Projeto de “[...] construir barracas no Calçadão da Sales Barbosa com o ‘belo nome de *Shopping* a Céu Aberto’.”. Afirmando, inclusive, que os(as) camelôs esperavam que fossem “[...] criados *Shoppings* populares [...]”.

O sindicato identificou vários terrenos ociosos dentro da cidade. Nós temos apontado alguns para o município, para que eles possam construir *shoppings populares* e colocar os camelôs. **Não shoppings a céu aberto.** Não colocar numa praça, que deixa de ser praça, trazendo desconforto e falta de qualidade de vida para o camelô [...] (SILVA, C., 2013, grifo nosso).

Como o sindicato representa um coletivo, o contexto conduzia ao entendimento de que os(as) camelôs não queriam permanecer nas ruas da cidade. Segundo um ex-dirigente do SINDICAME, o projeto *Shopping* a Céu Aberto, proposto pela CDL, não contemplava todos(as) os(as) trabalhadores e trabalhadoras da Sales Barbosa e adjacências, sendo rejeitado pelo sindicato à época (informação verbal, notas de campo, 2020). A reportagem seguiu criticando o Projeto de permanência no Centro, refletindo o posicionamento de parte da mídia feirense (SILVA, C., 2013) e trazendo outras percepções, igualmente excludentes, como, por exemplo, chamar de “crime contra a sociedade” o fato de a prefeitura regularizar a ação dos(as) camelôs nas ruas e calçadas, considerando a permanência como “privatização de espaços

públicos”. Criticou a prefeitura por ter ocupado “parte do entorno do Mercado de Arte Municipal com barracas”, resultando, segundo a matéria, em “mau cheiro, dificuldade de passagem para pedestres e de acesso para serviços como corpo de bombeiros, segurança e saúde”, evocando o direito de ir e vir e a sujeira, como justificativa para remoção de trabalhadores de seus locais de trabalho e para requalificação do Centro, ao invés de requerer da prefeitura limpeza, serviços públicos regulares e organização. Por fim, convocou o Ministério Público (MP) e “parcelas [da sociedade] com maior capacidade crítica” para observarem os acontecimentos, apesar destes reforçarem um discurso excludente, que confere à cidade uma pertença exclusivista, na qual não cabe todos os feirenses, em especial, trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse sentido, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (1999, p. 107), em seus estudos, aponta a existência de uma “exclusão territorial” que torna “[...] indivíduos, famílias e comunidades particularmente vulneráveis, abrindo espaço para a violência e o conflito”. Essa “exclusão territorial”, segundo a autora, “[...] produz uma vida diária insegura e arriscada, bloqueia acesso a empregos, a oportunidades educacionais e culturais [...]”. Para ela, a dicotomia pobreza-violência está encerrada, abrindo-se uma nova discussão a partir da relação exclusão-violência. Mesmo fazendo análises referentes às moradias urbanas, é possível tomar emprestado a ideia da autora, para pensar a exclusão territorial imposta aos(as) trabalhadores e trabalhadoras do Centro de Feira de Santana. Numa transposição simples, percebe-se que a exclusão do território em que exercem suas atividades laborais de subsistência, abre espaço para outras exclusões, violências e injustiças sociais, inclusive a própria negação ao direito inalienável ao trabalho, conforme preconizado na Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 2016). Sendo, nesta medida, a própria exclusão territorial, imposta pelo Executivo Municipal àqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras, uma forma de violência que é percebida de maneiras diferentes pelos sujeitos dos movimentos de resistência investigados. A violência empreendida ficou evidente por meio da expulsão dos(as) artesãos e artesãs do Centro de Abastecimento para a construção do *Shopping* Popular e, posteriormente, com a expulsão de camelôs e ambulantes da rua Sales Barbosa e adjacências. “*o poder público vem passando como um trator mesmo, passa por cima e ele não quer nem saber*” (Camelô1, entrevista, 2021, grifo nosso). Eles “[...] *passam em cima do povo como um trator e acabam com tudo*” (Feirante2, entrevista, 2021, grifo nosso), destacaram camelôs e feirantes. A referência ao poder público como uma máquina fria, um trator, inumano, com quem é impossível dialogar, ficou registrada na experiência e percepção daquelas pessoas. Munido de um poder ostensivo e repressivo, a prefeitura é descrita através do temor de “*que venham com seguranças, como fizeram [...], a covardia que fizeram*

com a Sales [Barbosa], e tirem todo mundo” (Feirante2, entrevista, 2021), descreveu uma feirante a respeito da experiência vivida por camelôs e ambulantes da rua Sales Barbosa e adjacências. E lembrou a Camelô2: “*Tiraram a gente [...], arrancaram nossos boxes e nossas barracas da rua*” (entrevista, 2021).

Freire (1987), nesse sentido, lembra a perversidade da violência que “[...] fere a ontológica e histórica vocação dos homens – a do ser mais” (FREIRE, 1987, p. 27). A violência, física ou simbólica, se apresenta de diversas maneiras.

[...] era o dia em que eles iriam arrancar a gente da Marechal [...], umas seis e pouca chegaram as viaturas da guarda municipal com o pessoal do Rapa pra levar a gente. A guarda municipal toda armada, parecendo que era um monte de bandido (Feirante1, entrevista, 2021).

Assim, a violência foi sendo constituída através de ameaças, como vista acima, e efetivada através da remoção de parte daqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras. “*O mais forte foi realmente a retirada. Ver arrancando um sonho de mais de 20 anos, você trabalhando, fazendo aquilo*” relatou Camelô1, ao descrever a experiência mais marcante que viveu durante a resistência pela permanência no Centro de Feira de Santana (entrevista, 2021). Há, nesse sentido, a necessidade da violência para assegurar a perpetuação das estruturas de poder. As formas de violência passam, assim, pelo uso da força física, das ameaças e também pela violência emocional, jurídica e/ou institucional “*eu não durmo de noite de tanto pensar na Marechal. Por que a gente saindo daqui, a gente vai pagar nossas contas como? [...] Meio dia a gente vai comer o quê?*” (Feirante3, @trabalhadoresdocentrofsa, 2021, grifo nosso)⁶. Essa insegurança e angústia, experimentada pelas ameaças e retiradas, constituiu-se como uma forma de violência cometida pelo próprio Estado.

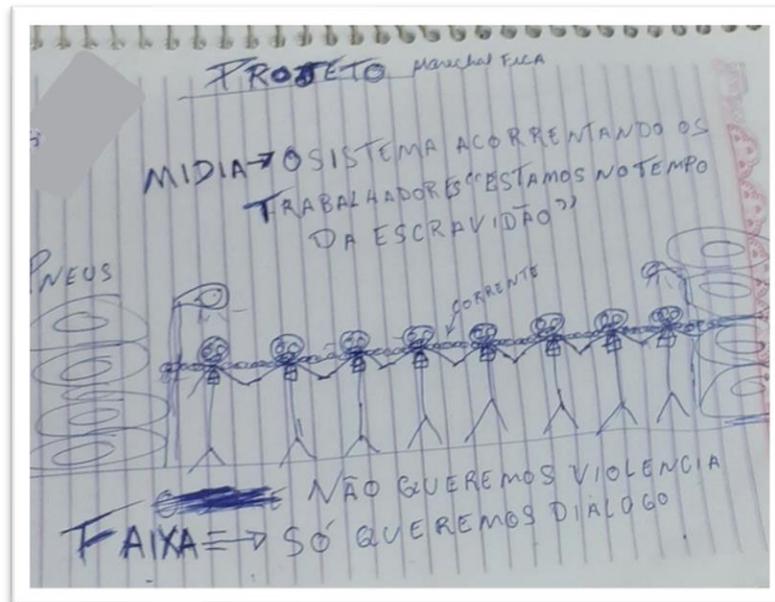
A condição de objetificação, apontado nos estudos de Gonzalez (2020), sinaliza outra forma de violência, identificada também através da falta de diálogo dispensada pelo Executivo Municipal àqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras, no tempo em que são registradas reuniões e diálogos da prefeitura com empresários e outros setores. Para aqueles, restou a violência socialmente tolerável e a indiferença. “*A prefeitura nunca ouve a gente, nunca dá um retorno [...], nunca dialoga com os feirantes da Marechal*” (Feirante1, entrevista, 2021), e nem dialoga com os camelôs: “*se a gente tivesse esse diálogo mais aberto com o poder público, entendendo a situação, nosso contexto e que recebesse nossas propostas*” (Camelô2, entrevista, 2021), ponderaram as representantes de dois distintos movimentos de resistência. A importância do diálogo apresenta-se, justamente, pela sua violenta ausência, onde o silêncio e a indiferença se

⁶ As referências da conta no *Instagram* são relacionadas ao endereço @trabalhadoresdocentrofsa.

configuram como método de atuação. Essa lógica que inferioriza o outro, que usa de força e violência para oprimir, dominar, explorar e aniquilar são compatíveis também, como visto neste capítulo, com o discurso da Modernidade (DUSSEL, 2005; 2016). Nesse sentido, as discriminações manifestam-se como impossibilidade para estabelecer um diálogo com o Outro, diferente, visto como inferior e não digno de ser escutado. Nesta maneira de operar, as mais diversas formas de violência são utilizadas e naturalizadas.

Foi efetivamente na prática diária, que aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras compreenderam a forma de operar das estruturas de poder do Estado, que no contexto investigado, através do Executivo Municipal, naturalizou e validou discriminações e opressões. O próprio processo de desvelamento destas situações passa a ser imprescindível para a transformação da realidade. Assim, a Camelô2, ao refletir sobre as contribuições advindas da resistência, ponderou: “o que deixou de contribuição [em participar da resistência] é entender um pouquinho como funciona a gestão pública, os interesses por trás desses projetos que eles dizem ser público” (entrevista, 2021). Nesse sentido, a forma de operar do Executivo Municipal em Feira de Santana, enquanto espaço de dominação, ficou evidente através de exclusões e opressões diversas.

Imagem 3 - Print compartilhado em grupo de *WhatsApp* em 15 nov. 21



Fonte: própria autora, notas de campo (2021).

A imagem acima, elaborada por um ambulante, que terá a identidade protegida, apresenta alguns elementos sobre essa conscientização. As correntes na imagem, prendendo os(as) trabalhadores e trabalhadoras; a frase fazendo referência à escravização, onde toda forma de violência era cometida contra seres humanos, desconsiderando a sua própria humanidade; a

falta de diálogo e o alerta de que não desejam a violência, marcam a imagem, o pensamento e as frases anunciadas.

A compreensão a respeito de quem é esse outro que oprime, e de como este sistema desumano funciona, é algo fulcral para que os sujeitos percebem “[...] que a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada; que não é algo intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela” (FREIRE, 1981, p. 33). Dessa maneira, na resistência percebe-se uma nova leitura sendo construída, menos ingênua e mais crítica da realidade, forjada na ação-reflexão, no campo da *práxis*.

Assim, o contexto vai dando pistas para perceber que aqueles sujeitos e o comércio ancestral, desenvolvido por eles, são vistos como indesejáveis naquele espaço urbano privilegiado, altamente rentável, de valor imobiliário elevado, que corresponde também ao centro do poder político, financeiro/econômico e simbólico do município, representado, no contexto dos centros urbanos, pela prefeitura, bancos, grandes lojas, igrejas, escolas, patrimônios públicos etc. (CASTELLS, 2002). Aqueles sujeitos e sua forma de sobrevivência não desfrutam da mesma infraestrutura e cuidado destinados para outros sujeitos dentro daquele mesmo espaço. A limpeza, prevenção de incêndios/acidentes, organização incluyente do espaço público, além de ações rotineiras como higienização e prevenção ao coronavírus, por exemplo, não chegam ao local onde aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras desenvolvem suas funções laborais (GOVERNO..., 2020b).

Não foi possível localizar, por não ser objetivo desta pesquisa, como ocorreu a extinção do Projeto “*Shopping a Céu Aberto*” e a participação de outros atores sociais nesta mudança, pontos que podem ser investigados em outras pesquisas. Mas o fato é que em 2014 a prefeitura anunciou: “**Não haverá mais a padronização das barracas**, pois o *Shopping Popular* já atenderá esta demanda” (PACTO..., 2014, grifo nosso). Um ano após o lançamento do Pacto da Feira, a possibilidade de permanência da feira livre no Centro deixou o discurso oficial do governo, sendo direcionada para a construção, sem consenso, de um *Shopping Popular* no Centro de Abastecimento, projeto apresentado em fev./2014 (SOUZA, J., 2014). Assim, se na década de 1970 o projeto hegemônico de retirada da feira livre foi consolidado através da construção do Centro de Abastecimento, na atualidade o projeto da nova retirada foi efetivado com a construção do *Shopping Popular*.

O *Shopping Popular* foi apresentado como um projeto para abrigar trabalhadores e trabalhadoras informais, construído em terreno público, com administração privada e investimento financeiro público-privado. Dentre os principais pontos do projeto, destaca-se: Parceria Público-Privada (PPP) prevendo algumas décadas de exploração de terra pública pela

iniciativa privada; oferta de 1.800 pontos comerciais, desconsiderando o número maior de trabalhadores nas ruas; construção no espaço público, Centro de Abastecimento, após expulsão de artesãos e artesãs; cobrança de altas taxas condominiais e de aluguel; e funcionamento do empreendimento, apesar da obra não ter sido finalizada e das suspeitas e denúncias de ilegalidades e cláusulas abusivas, como por exemplo, lacre de boxe e apreensão de mercadorias por inadimplência, dentre outras (BAHIA, 2020). Obviamente, o projeto do *Shopping Popular*, elaborado para retirar trabalhadores e trabalhadoras das ruas centrais da cidade, foi apresentado como a melhor alternativa para aquelas pessoas.

Figura 3 - Ilustração gráfica do Projeto do Shopping Popular de Feira de Santana



Fonte: Web TV Oficial (2017).

Ao falar do projeto *Shopping Popular*, a prefeitura apresentava uma imagem fascinante, prometendo condições dignas para o comércio informal e “espaço nobre para o artesanato”, expulso para a construção do empreendimento e que, até o fechamento deste relatório, segue em local provisório. Sem nenhuma promessa cumprida, até o momento, e mesmo antes desta

realidade ter sido constituída no tempo, a Camelô1 – líder de um dos movimentos de resistência, antes da remoção desta categoria do Centro – lembrando aquele episódio, avaliou:

[...] o que foi mostrado em reunião ficou melhor que outros Shoppings da cidade. E eu sabia que coisa pública, para pobre, para classe trabalhadora, [...], que é onde tem mais pessoas, mas onde é menos visto pelo poder público, eu sabia que era mentira (Camelô1, entrevista, 2021).

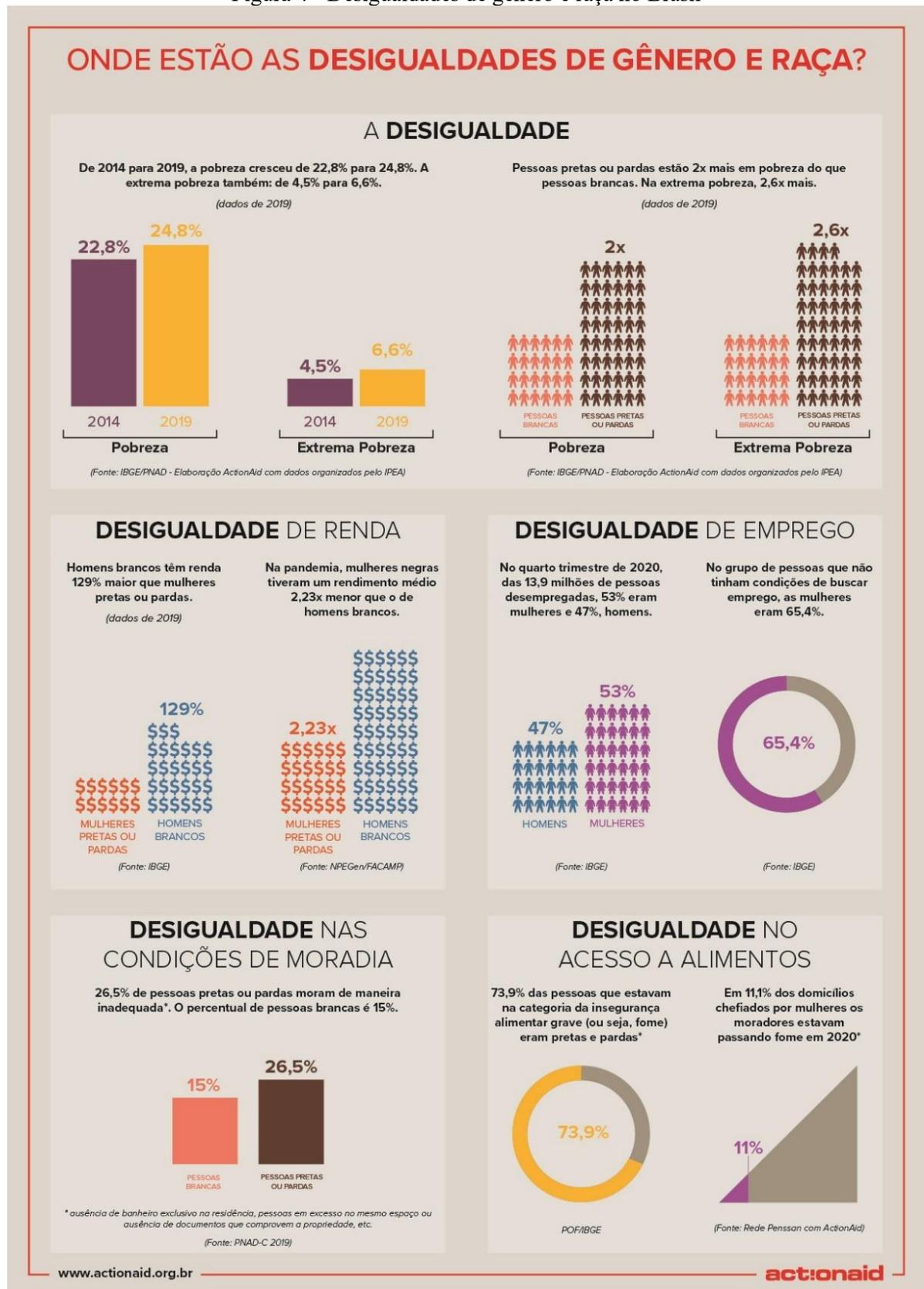
Assim, desconfiadas do poder público e suas benesses, aquela e outras mulheres, organizaram reuniões e protestos contra as opressões experimentadas, lideraram, falaram, buscaram outras e outros para encamparem aquela luta. Ocupar o lugar de “[...] viga mestra de sua comunidade” (GONZALEZ, 2020, p.40) é algo que perpassa o inconsciente coletivo das mulheres, em especial as mulheres negras. “As **mulheres** são muito mais engajadas [...], estão aí para **guerrear**, estão para **lutar** pelo sustento. Tem uma parada do **compromisso** não só com elas mesmas, com a família e tudo mais”, destacou o Apoiador1 (entrevista, 2021, grifo nosso). Esse compromisso assumido na ação da vida cotidiana tem dimensões variadas e ficou manifesta em forma de liderança e protagonismo. Nesta medida, as resistências das trabalhadoras e trabalhadores do Centro traz uma característica peculiar: ser liderada por mulheres. Dentre as camelôs e feirantes entrevistadas, todas eram mulheres e formavam liderança no movimento.

Numa manifestação, uma imagem se destaca: uma camelô “com barrigão, gestante, deitada no meio da pista” (Camelô2, entrevista, 2021), o ato de protesto era para denunciar e buscar o diálogo com o Executivo Municipal. A cena descrita, marcou a memória de outra mulher, aponta para o reconhecimento da luta e força das mulheres que “Quando resistiam estavam lutando pelo direito de sobreviver” (DAVIS, 2016, p. 65). E lutando, tornaram-se líderes daqueles movimentos. Além de mulheres e trabalhadoras, há o fato de serem negras. Mesmo o marcador da raça não ficando explicitado na maioria das entrevistas, há implicações inerentes a esta condição em sociedades como a brasileira, forjada na escravização de pessoas negras. A questão da raça apareceu explicitamente em alguns momentos das entrevistas. Primeiro trazida por um apoiador: “Existe um problema muito grande das pessoas que não tem uma sensibilidade, um letramento racial, de lidar com setores que são, majoritariamente, negros que tem um estilo de vida próprio, uma subjetividade específica da pessoa negra”, ponderou Apoiador1 (entrevista, 2021). Dentre as pessoas entrevistadas, somente uma era branca, um homem, na condição de apoiador. As demais pessoas declararam-se negras, sendo uma quilombola. Dentre estas, uma fez ponderações ao definir sua raça/cor: “eu sou morena. Mas não existe essa coisa de morena [...]. Acho que sou negra mesmo. Branca eu não sou, parda eu não sou. [...] As pessoas falam que é morena, mas na realidade é negra”, refletiu

Camelô1 (entrevista, 2021). E a terceira menção referiu-se à questão da ancestralidade mencionada pela entrevistada quilombola. O fato da questão racial não ter sido abordada de forma contundente nas entrevistas ou registros de campo, e não estar diretamente relacionada com a exclusão imposta a feirantes, ambulantes e camelôs, pode ser um indicativo do racismo brasileiro, marcado por processos complexos que envolvem apagamento, negação e branqueamento da população negra. Sustentando, por exemplo, o antigo mito da democracia racial, um dos mecanismos utilizados para escamotear o racismo estrutural, que naturaliza as desigualdades sofridas por pessoas negras (NASCIMENTO, 1978). Nesse sentido, vale um alerta da Profa. Lélia Gonzalez (2020, p. 234) “[...] não nascemos negros, nos tornamos negros. É uma conquista tornar-se negro”. Ao fazer uma alusão à célebre frase de Simone de Beauvoir, a autora aponta para a violência sofrida por pessoas negras, na qual a própria percepção do sujeito a respeito de si mesmo precisa ser reestruturada.

Mesmo camuflada, a questão racial fica explícita nos números da desigualdade social, conforme pode ser visto na figura logo a seguir.

Figura 4 - Desigualdades de gênero e raça no Brasil



Fonte: Actionaid (2021).

A presença da população negra, duas ou mais vezes maior que a população branca, em condição de pobreza e extrema pobreza; a desigualdade na renda onde mulheres negras ganham 129% a menos que homens brancos; o desemprego que atinge 53% das mulheres ou qualquer outro dado, apresentado na figura acima, revela como as marcas de gênero e raça acentuam as desigualdades no Brasil. Ainda segundo o mesmo relatório (ACTIONAID, 2021, p. 50), em 2019, no Brasil, “O equivalente a 47,4% da população negra em atividade estava na informalidade, enquanto 34,5% da branca era informal”. Na região Nordeste, *locus* deste estudo, “[...] 58,7% da população negra estava ocupada em atividades informais”.

Vale retomar uns dados sobre a raça dos(as) trabalhadores e trabalhadoras pesquisados(as) em que 81,3% daquelas pessoas não são brancas, sendo 80,5% pretos e pardos (QUEIROZ, 2019), confirmando que aquelas pessoas possuem cor e raça definidas: são majoritariamente negras e negros. Portanto, todo o esforço do Executivo Municipal e das elites locais, disfarçado através do Projeto Novo Centro, para “organizar, limpar e requalificar” o Centro de Feira de Santana, serve para excluir feirantes, ambulantes, camelôs, artesãos, artesãs etc., e se constitui, na verdade, em mais uma forma velada de racismo. A professora Lélia Gonzalez (2020, p. 43) nos advertiu que “Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito”. Este racismo se materializa em forma de exclusão territorial, nas diversas formas de violência; na opressão e criminalização dos movimentos; e, na própria forma de tratar os(as) trabalhadores e trabalhadoras que ousam ocupar o metro quadrado mais caro do Centro de uma cidade, conforme pontuado neste capítulo.

Mesmo que as questões de gênero e raça não sejam percebidas, por alguns, enquanto formas de discriminação nas relações sociais, os números da desigualdade ajudam a mostrar “[...] o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher (enquanto raça, classe e sexo)”, conforme apontou Gonzalez (2020, p. 56). Incluindo, todas as implicações possíveis em um movimento liderado por mulheres de classes populares e marcado pela experiência da cor/raça, numa profissão historicamente realizada por negros, como lembrou Vicente Moreira (1988, p. 131):

refletir sobre a escravidão em Feira de Santana contribui para que compreendamos a presença e participação do negro nas feiras livres, seja na condição de escravo fugido – alvo de repressão generalizada – seja como negro-de-ganho e negro-de-ofício, ou ainda como feirante, compondo (em qualquer das hipóteses) elemento étnico de significativa presença no cenário sociocultural, econômico dessas feiras.

Esses fatos históricos fornecem elementos que podem ajudar a compreender a discriminação e exclusão empreendida contra a feira livre de Feira de Santana e seus trabalhadores e suas trabalhadoras. A condição de gênero, raça e classe pode afetar a percepção que os sujeitos têm de si mesmos e a forma como os outros, classe dominante e sociedade em geral, os enxergam. Desse modo, vale reiterar que não é possível deixar de pensar que as ameaças e expulsões contra feirantes, ambulantes, barraqueiras, fateiras, floristas, artesãos, artesãs, camelôs e tantos outros, desde os idos de 1950 até os dias atuais, não estejam relacionadas ao racismo, considerando serem pessoas negras ocupando aquelas funções; à guerra de classes, por serem trabalhadoras e trabalhadores informais; e às questões de gênero, considerando a presença e liderança das mulheres naquela prática social e nas resistências empreendidas.

Ao falar deste Protagonismo, empreendido por mulheres negras e de classe popular, é preciso lembrar que “[...] nossos passos vêm de longe”, como frisou Werneck (2010, p. 13-14) ao descrever as resistências empreendidas por mulheres negras na história do Brasil, das quais se destacam as sociedades secretas, responsáveis pelo “manejo do sagrado”; as irmandades negras responsáveis por articulações políticas e revoltas urbanas anteriores ao fim do regime escravocrata; além da “participação e liderança feminina em diferentes posições de comando, exemplificadas pelas figuras de quilombolas como Aqualtune, Acotirene, Maria Crioula, entre outras”. Com base nesse passado e apoiadas nos mitos sagrados das tradições *Bantu*, *Iorubá* ou indígena, as mulheres negras são vistas como “[...] fortes, guerreiras, [...]. Trabalhadoras, lutadoras”, destacou Werneck (2010, p. 12).

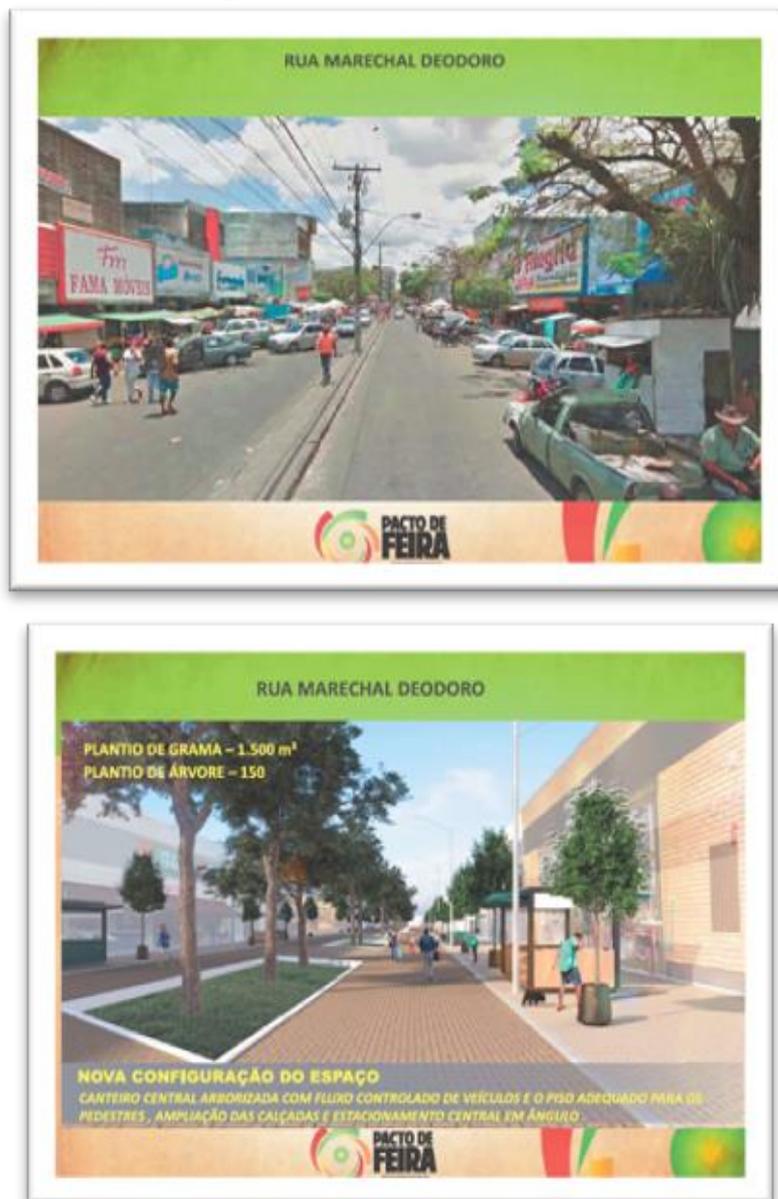
Um outro traço a ser abordado, ao falar de raça, é o reconhecimento da ancestralidade, ocupando um lugar de honra à memória daqueles(as) que vieram primeiro, deixando um legado e um ofício. Esse reconhecimento pode ser visto, pelo menos, em dois momentos. No primeiro, evocado por uma entrevistada, quilombola.

Sabe o que eu aprendi? Que se for para tirar a sandália e andar com pé no chão ali e honrar aquele lugar é isso que eu vou fazer. Porque além de eu ganhar meu pão de cada dia ali, eu amo aquele lugar, amo as pessoas que eu conheço e vejo ali o rosto daquele povo (Feirante2, entrevista, 2021).

E no segundo momento, através da percepção trazida por uma feirante, na qual a feira livre é vista como histórica e ancestral “*tenho orgulho de ser feirante, tenho 32 anos aqui na feira livre. Nasci aqui, me criei aqui. Meus pais foram feirantes, continuam sendo feirantes, aqui é nosso sustento*” (Feirante3, Marechal Deodoro, @trabalhadoresdocentrofsa, 2021). As referências fazem pensar o sagrado que há naquele lugar, seja por herança dos antepassados, seja pelo vínculo com o ofício, que gera uma forma de sustento digno para aquelas famílias.

A seguir, algumas ilustrações do Projeto de “Requalificação Novo-Centro”, sem inclusão, da Prefeitura.

Figura 5 - Projeto de Requalificação - Ruas Marechal Deodoro e Sales Barbosa





Fonte: Pacto da Feira (FEIRA DE SANTANA, 2013).

Analisando as imagens acima (FEIRA DE SANTANA, 2013), observa-se uma requalificação sem os trabalhadores, nota-se o caráter excludente do projeto do Executivo Municipal e contrário ao que demonstra pesquisa realizada por Silva e Teles (2020), na qual 77,4% dos entrevistados acreditam que o reordenamento do Centro deveria manter nas ruas os(as) ambulantes, camelôs, feirantes etc. Segundo Rolnik (2002, p. 54), a própria política urbana no Brasil trata quase tudo como “[...] instrumento de exclusão e perpetuação de privilégios e desigualdades”. Essa, por sua vez, divide a sociedade e o Centro da cidade, no caso em epígrafe, entre aqueles legais, formais, com condições econômicas mais favoráveis; e aqueles outros informais, quase ilegais, pobres e cada vez mais excluídos.

Outra reflexão, pensada a partir do diálogo com o professor Washington Drummond, (DRUMMOND, 2020), é de que, além do território “Centro” em disputa, também se quer

expulsar e aniquilar um certo tipo de sujeito que carrega consigo uma forma de existir no mundo e performar a vida. São pessoas que inventam formas de viver e existir, criando e resistindo, a despeito de todas as instituições e políticas públicas que desconsiderem suas formas de trabalho. Quando olhamos para esses sujeitos, enquanto herdeiros históricos da feira livre ancestral que dá origem à Feira de Santana, podemos reconhecer o próprio povo sertanejo e suas formas de pensar e estar no mundo. Esse mesmo povo sertanejo, por exemplo, que passa a antagonizar a ideia de cidade moderna pretendida pela classe dominante, desde as décadas de 1940-1950, conforme Rocha (2016). Nesse sentido, seria possível pensar que, ao longo do tempo, a classe dominante tenta silenciar aquelas pessoas e suas práticas, manifestas na vida que acontece no Centro desta cidade. Não percebem o fracasso de seus esforços, uma vez que, qualquer um que olhe para o Centro de Feira de Santana, dificilmente a reconheceria como uma cidade moderna. Neste bojo, a classe dominante, representada pelo Executivo Municipal, segue sem aceitar aqueles que vieram antes da cidade e da “modernização”; não aceita uma convivência com outras formas de existir; e tenta, a todo custo, tirar o povo do Centro da cidade e, miseravelmente, fracassa nesta tarefa e segue rejeitando aquilo que tornaria Feira de Santana única: a capacidade de valorizar suas origens, o seu povo, a sua história e as suas tradições.

Um outro aspecto peculiar às feiras livres é representado pela figura do agricultor familiar, que vem para Feira de Santana escoar sua produção. “Pessoas estão chegando de outras cidades, que usam a agricultura familiar como sua fonte principal e vêm em kombis, caminhonetes e chegam aqui fazendo a distribuição. Já estamos mapeando isso” (CRUZ, 2017b). Em qualquer cenário, o escoamento da produção da agricultura familiar, as pessoas trabalhando e a cidade em movimento seriam vistos como algo positivo para a cidade. Mas, em Feira de Santana, o secretário de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico vê isso como um problema. Provavelmente, as lentes utilizadas pela classe dominante não possibilitam enxergar a feira livre além do “carrinho arranhando as pernas dos pedestres”. A economia informal gera trabalho e renda, chegando a movimentar no Brasil “R\$ 1,12 **trilhão** em 2019, valor semelhante às economias da Suécia e Suíça”, (ECONOMIA..., 2019, grifo nosso), configurando 17,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Segundo a OIT, o trabalho informal está diretamente relacionado a baixa escolaridade (OIT..., 2018), quer dizer, as ineficientes políticas públicas para elevação da escolaridade da população acabam gerando uma massa de trabalhadores informais que, posteriormente, o próprio Estado (ineficiente) culpa, persegue, pune e expurga. Não obstante, vale ponderar que o próprio sistema de produção capitalista é incapaz de gerar empregos formais e justos para todos. Esse fato, aliado à omissão do Estado na execução de políticas públicas capazes de

melhorar as condições de escolarização, qualificação e geração de renda da população, acaba gerando mais excluídos e mais trabalhadores em condições difíceis de trabalho. Importa lembrar a lógica “[...] destrutiva do capital que, [...] expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo [...], recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, ‘flexível’ [...]” (ANTUNES, 2018 p. 25). Ora, se essa lógica é construída pelo sistema capitalista, cabe perguntar o porquê de somente os(as) trabalhadores e trabalhadoras, parte hipossuficiente nesta relação, serem duplamente prejudicados(as).

Seguindo, convidamos Freire (1987, p. 90-91, grifo nosso) para falar dos Pactos entre as classes dominantes e as classes dominadas

[...] **Pactos** que **poderiam dar a impressão [...] de um diálogo** entre elas. Na verdade, estes pactos não são diálogo porque, na profundidade de seu objetivo, está inscrito o interesse inequívoco da elite dominadora. **Os pactos**, em última análise, são meios de que se **servem** os **dominadores**, para realizar suas finalidades.

Os escritos de Freire (1987) trazem à luz uma das formas de operar da teoria de ação antidialógica, que é a manipulação. Tomando esse pensamento, é possível refletir a respeito da forma como o *Shopping* Popular acaba sendo a manifestação do desejo de um grupo, ao mesmo tempo em que representa o interesse da classe dominante de criar estratégias para retirar trabalhadores e trabalhadoras das ruas e também lucrar com essa retirada, seja através dos recursos públicos disponibilizados para a parceria “público-privada” (PPP), implementada como forma de materializar o “Pacto”; seja pela própria privatização das discussões sobre o trabalho dos(as) camelôs, feirantes e ambulantes retirados(as) do Centro com a implantação *Shopping* Popular. Assim, as reflexões apontam para compreensão de que pensar o “Pacto da Feira” (FEIRA DE SANTANA, 2013) ou qualquer plano urbanístico de (re) qualificação para o Centro de Feira de Santana, pressupõe indagar, corroborando com Freire (1979, 1986, 1996), a quem este serve? Para compreender se serve à manutenção dos privilégios e desigualdades, portanto, se serve à exclusão; ou se está a serviço da inclusão, divisão de poder, redistribuição de renda e igualdade social.

3.4 PROCESSOS EDUCATIVOS: PASSADO E PRESENTE EM DIÁLOGO

Neste subcapítulo serão apresentados quadros sínteses com alguns elementos, identificados neste capítulo, que ajudam a compreender a realidade atual e apontam para compreensão dos processos educativos construídos nas resistências investigadas nesta pesquisa.

Antes, porém, é necessário falar dos processos educativos enquanto categoria desta pesquisa. Para tanto, é fundamental compreender que se trata da fusão de dois processos interdependentes, vinculados aos atos de ensinar e de aprender. Os processos educativos, então, envolvem a transmissão, apreensão e produção de saberes e conhecimentos, portanto, é algo muito maior que treinamento/adestramento ou mesmo a transferência de conhecimentos (FREIRE, 1996). Nesse sentido, Freire (1996, p. 13) afirmou que “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém” e que, ao mesmo tempo,

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. [...] Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender (FREIRE, 1996, p. 13).

Dessa maneira, ensinar e aprender, componentes fundantes dos processos educativos, são indissociáveis, não hierárquicos e totalmente imbricados nessa educação que acontece fora dos espaços educativos formais e que é capaz de acontecer e ser, mesmo quando imperceptível pelos sujeitos envolvidos no processo. Com Freire (1996, p. 19-20), fica evidente que também os atos de ensinar e aprender para serem positivos, precisam ser envolvidos de um pensar certo. “Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”. É negando toda forma de preconceito e discriminação, toda prática que inferioriza outros humanos, que se pode conceber esses processos educativos, imersos em um pensar correto, manifestados através das resistências.

Ao pensar os processos educativos construídos nas resistências, cumpre considerar os escritos de Ribeiro Júnior *et al.* (2013, p. 168), que vinculam os processos educativos às práticas sociais experimentadas em diversos espaços, por meio das relações não hierárquica entre pessoas que ensinam e aprendem, nas quais não cabem a ideia de “[...] superioridade e inferioridade”. Oliveira *et al.* (2014, p. 31) radicalizam ao afirmarem que em “todas as práticas sociais há processos educativos, portanto, todas as práticas [...] são educativas”. Dito de outra maneira, os(as) autores(as) negam a existência de práticas sociais não educativas e destacam a existência de práticas desenvolvidas com a perspectiva de transformar situações de injustiça e opressão; e outras práticas sociais que servem, noutra direção, para manter situações de opressão, iniquidade, injustiça e divisão entre as pessoas (OLIVEIRA *et al.*, 2014). Neste trabalho, a busca é por identificar os processos educativos contidos nas práticas sociais do primeiro grupo, contra opressões e injustiças, vinculadas a uma educação para a libertação e emancipação.

No contexto desta pesquisa, os processos educativos ocorrem nos movimentos de resistência para permanência de uma determinada prática social: a feira livre que acontece no Centro de Feira de Santana. Estes processos educativos estão contidos na própria resistência, enquanto movimento de construção coletiva, que se configura “[...] indignação” e “[...] ‘justa ira’ dos traídos e dos enganados”, nascida do direito e do dever de lutar “[...] contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas” (FREIRE, 1996, 52). Destas resistências emergem processos educativos construídos a partir das mobilizações; paralisações; reuniões; organizações de atos, protestos, greves, seminários e assembleias; discussões em diferentes espaços e com sujeitos sociais diversos; participação em grupos de trabalho ou até mesmo nas redes sociais. De modo geral, os processos educativos acontecem na, e por meio da, consolidação das resistências. Assim, um olhar será lançado sobre as experiências empreendidas, por um certo grupo de pessoas, contra situações de opressão e exclusão social. Aliás, parafraseando Freire (1987, p. 17) esses processos de ensino e de aprendizagem devem vir dos “[...] ‘condenados da terra’, dos oprimidos, dos esfarrapados e dos que com eles realmente se solidarizem”. São pessoas que, em seus movimentos, estão dizendo a sua palavra (FREIRE, 1987), buscando formas de estar no mundo e que estão aprendendo e ensinando em suas relações, práticas cotidianas, lutas e resistências.

Diante do exposto, seguem os quadros, conforme dito anteriormente.

Quadro 6 - Elementos que marcam o passado de Feira de Santana

Elementos		Descrição
P o n t o s P o s i t i v o s	Geração de trabalho e renda	O trabalho que advém das feiras livres gera renda e movimentam a economia local.
	Identidade Cultural	A feira livre de Feira de Santana constitui-se elemento identitário para os feirenses, fazendo parte da memória local e de pessoas da região no que se refere à origem do município. A “feira” está presente no nome do município ao longo dos tempos.
	Lugar de encontro, celebração e afetos	A feira livre representava, e ainda representa, sobrevivência, celebração, solidariedade, diversão, cultura, encontro, sendo capaz de reunir pessoas em torno de outros valores para além das trocas comerciais ocorridas.
	União, Solidariedade e Resistência	A união acontece quando pessoas se juntam em busca de um bem comum; a solidariedade fica representada no apoio e ajuda existente entre pessoas, em favor do outro e do bem comum; a resistência manifesta-se nas formas diversificadas de enfrentamento a uma determinada situação de opressão.
	Cidade Comercial	Houve a construção de uma identidade feirense voltada para o comércio, trazendo uma ideia de que a cidade é a melhor para o comércio na região, passando a ser uma referência para aquisição e venda de produtos.
	Tradição	Vinculada às práticas e produções ligadas ao sertão nordestino, ao sertanejo e as coisas do campo (roça).
P o n	Divisão das terras (Sesmarias)	Forma de divisão das terras que fomentava as desigualdades, priorizava aqueles que possuíam riquezas e incentivava o massacre aos indígenas como forma de adquirir terras.

t o s N e g a t i v o s	Apagamento Histórico	Exclusão de pessoas, fatos e práticas em dissonância com as expectativas da classe dominante, observados na história hegemônica e na forma de tratar a feira livre da cidade e seus personagens históricos.
	Sistema Coercitivo	Forma de operar que prioriza a força em detrimento do diálogo. Apresentou-se em diversos momentos, sendo utilizado pelo poder público.
	Modernidade	Vinculada a urbanização, construção de ruas, casas e prédios novos, opondo-se ao tradicional que passa a ser considerado atrasado.
	Ideais Desenvolvimentistas	Previa crescimento econômico sem a necessária participação do povo nas decisões e na distribuição dos frutos. Desconsiderava a manutenção da natureza e da vida em geral.
	Discurso e práticas excludentes	Discursos disseminado pela classe dominante, destacando aspectos negativos de uma determinada prática social para justificar sua extinção.

Fonte: própria autora (2020), com base neste capítulo e modelo dos quadros de Martins (2020).

O quadro acima retoma aspectos que contribuem para a constituição de uma sociedade, tais como a identidade cultural; os valores como solidariedade, encontro etc.; e as tradições. A união registrada quando negros escravizados, fugidos ou livres, e indígenas uniam-se pela sobrevivência. A resistência na história da região pode ser identificada através da formação de comunidades e quilombos, nascidos da aliança entre indígenas e negros, por exemplo. Porém, mesmo tendo diversos fatores positivos, não é possível desconsiderar a ideia de “sujeira, feiura e inconveniência”, trazida por parte da classe dominante em discursos e práticas excludentes, buscando justificar o deslocamento da feira livre do Centro da cidade para as periferias. O quadro revela também aspectos que se impuseram, historicamente, perpassando os dias atuais, como a divisão desigual de terras, fomentando as desigualdades e favorecendo uma parcela mais rica da sociedade; o apagamento histórico; e o desenvolvimento econômico excludente. Todos esses elementos precisam ser considerados para compreender o fenômeno que envolve a reorganização do Centro de Feira de Santana. A seguir, são apresentados os elementos que marcam o contexto atual da feira livre do Centro de Feira de Santana e que estão interligados ao passado, conforme apresentado acima.

Quadro 7 - Elementos que marcam o presente da feira livre do centro

Elementos		Descrição e Contexto de Surgimento
P O S	Patrimônio Cultural Imaterial	Reconhecimento público da importância histórica de uma prática social para uma determinada comunidade. No caso, a feira livre de Feira de Santana foi reconhecida, por legislação municipal, como Patrimônio Cultural Imaterial deste município (FEIRA DE SANTANA, 2018).
	Tradição	Reconhecimento de práticas que atravessam gerações. Reconhecimento do comércio popular de Feira de Santana com uma tradição do município.
	Sustento, Sobrevivência, renda e emprego	Formas de prover economicamente a vida de forma digna. O trabalho realizado no Centro de Feira de Santana é marcado pela ressocialização; inclusão no mundo do trabalho, sobrevivência,

I T I V O S		prática de um ofício ancestral e forma de vencer o desemprego, representando 46% dos postos de trabalho no Brasil.
	Localização Privilegiada	Lugar físico em que se dispõem de algumas vantagens e benefícios. O local de funcionamento da feira livre e do comércio popular de rua do Centro da cidade é estratégico, próximo de pontos de ônibus, favorece o contato com fregueses de diversos lugares e diferentes camadas sociais.
	Movimentos Sociais	Formas de organização em que setores da sociedade unem-se e lutam em prol de uma causa. No caso estudado, os movimentos sociais são representados pelos: Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade; A feira da Marechal é Patrimônio e camelôs no <i>Shopping</i> Popular, reunidos através da ADECAM. Sem esquecer de outros movimentos de resistência existentes no município, como por exemplo o movimento desenvolvido por artesãs e artesãos e tantos outros não estudados nesta pesquisa.
	Protagonismo Feminino Negro	Mulheres negras assumem a liderança de movimentos contra as opressões e injustiças. Camelôs e feirantes assumiram o protagonismo dos movimentos dos(as) camelôs no <i>Shopping</i> Popular e da “Feira da Marechal é Patrimônio”, respectivamente. E, anteriormente, juntas com ambulantes, artesãos, artesãs e apoiadores(as) formaram liderança no movimento Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade de Feira de Santana.
N E G A T I V O S	Exclusão Territorial	Forma de organização territorial que exclui parte da sociedade. No caso, ambulantes, camelôs, feirantes, artesãs, artesãos etc. ameaçados(as) ou expulsos(as) de área privilegiada no Centro de Feira de Santana.
	Apagamento	Forma de excluir pessoas, fatos e práticas que não estivessem alinhados com as expectativas da classe dominante local. No caso da feira livre do Centro de Feira de Santana, observa-se uma dissociação da prática comercial que acontece no Centro e aquela que dá origem a este município e que é considerada Patrimônio Cultural Imaterial.
	Sistema Coercitivo e violento	Forma de operar que prioriza a imposição de força em detrimento do diálogo. Apresentou-se em diversos momentos na história feirense. Utilizada pelo Executivo Municipal, atualmente, para retirar trabalhadores do Centro, com uso de decretos impositivos, poder de polícia e uso da força.
	Discursos e práticas excludentes	Formas de pensar e agir de grupos, amplamente disseminadas e que excluem parcelas menos favorecidas. Discursos da classe dominante local, com forte adesão na mídia, onde são destacados aspectos negativos da feira livre para justificar sua expulsão do Centro da cidade. ex.: obstrução das ruas, falta de organização, falta de limpeza etc. Desconsiderando as omissões praticadas pelo Executivo Municipal.
	Ilegalidade	Diz-se de práticas em que as leis não são respeitadas. Há uma ideia equivocada na qual a informalidade fica vinculada a ilegalidade.
	Parceria Público-Privado	Parcerias entre a iniciativa privada e o poder público. Os acordos PPP podem representar a terceirização ou privatização de serviços que poderiam ser geridos pelo poder público ou por trabalhadores(as) em associações ou cooperativas.
	Infraestrutura Básica seletiva	Falta um sistema básico de serviços que alcance toda sociedade. O que existe, exclui parte da população. Negação de alguns serviços

	às classes subalternizadas, caso dos(as) trabalhadores(as) do Centro, falta limpeza, banheiros, sistema de combate a incêndios, organização do solo etc.
Racismo	Forma discriminatória de ver e tratar pessoas em função da raça/cor da pele. Exclusão de feirantes, ambulantes e camelôs do Centro de Feira de Santana, sendo uma população composta, em sua maioria, por pretos e pardos (negros).

Fonte: própria autora (2020), com base nesses estudos. Modelo dos quadros de Martins (2020).

O quadro acima, com elementos presentes no contexto atual da feira livre do Centro de Feira de Santana, compreende aspectos positivos e negativos que podem colaborar na organização das lutas. Dessa maneira, se a feira livre está suja e/ou desorganizada, quais as propostas daqueles(as) trabalhadores, trabalhadoras e da própria prefeitura para mudar essa realidade? Como pensar formas de potencializar os pontos fortes e neutralizar os pontos negativos apontados? Por que a prefeitura, nas últimas décadas, tem buscado formas de excluir certos tipos de pessoas das ruas centrais desta cidade? Como combater os discursos e práticas excludentes, construídos historicamente, que impactam na permanência dos(as) trabalhadores e trabalhadoras em seus *lôcus* de atuação ancestral? Essas e outras indagações podem ser feitas, no âmbito de pesquisas colaborativas como essas, para que trabalhadores e trabalhadoras pensem e implementem ações coletivas para entender e enfrentar essas e outras questões. A seguir, serão apresentados os processos educativos vinculados aos movimentos de resistência, acompanhados nesta pesquisa e que foram elencados a partir das entrevistas, notas de campo desta pesquisadora e dos estudos empreendidos neste capítulo.

Quadro 8 - Processos Educativos identificados nas resistências

Ações Práticas e Educativas	Ensino e Aprendizagem Identificados
Trabalhadoras e trabalhadores, camelôs, feirantes e ambulantes unem-se para organizam movimentos de resistência, junto com artesãos(as) e apoiadores(as) de outras categorias profissionais no combate às expulsões de seus locais de trabalho, no Centro de Feira de Santana.	União - acontece quando pessoas se unem em busca de um bem comum; Solidariedade - representada no apoio e ajuda existente entre pessoas de outras categorias profissionais que se juntam, em favor do outro e do bem comum; Resistência - manifestada através da constituição de formas diversificadas de enfrentamento de uma dada situação de opressão; Organização - quando as massas constroem ações coletivas para a libertação e superação de uma situação de opressão.
Mulheres negras formam liderança nos movimentos: A Feira da Marechal é Patrimônio; camelôs no <i>Shopping Popular</i> que constroem uma Associação em defesa dos seus interesses; e no “Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro de Feira de Santana”.	Protagonismo feminino negro – é uma marca das mulheres negras que, perante um sistema opressor, assumem o papel principal em suas próprias histórias e de sua comunidade. Exercendo influência sobre as demais pessoas envolvidas naqueles processos coletivos. Esse protagonismo comunica também sobre liderança e força com as quais essas mulheres acabam ocupando o lugar de “[...] viga mestra de sua comunidade”, conforme apontado por Gonzalez (2020, p.40).
Inserção e participação nas lutas coletivas contra as opressões e por direitos.	A inserção nas lutas coletivas possibilita que observem as formas de opressão e violência dispensadas, pelo Executivo Municipal, aos movimentos de resistência e seus(as)

	representantes: feirantes, ambulantes e camelôs do Centro de Feira de Santana, na história recente, possibilitando localizar o opressor; os tratamentos desiguais; os jogos de interesse no poder político; identificar as formas de violência dispensados para alguns. Nesta medida, inicia-se um processo de Conscientização caracterizado pela compreensão crítica da realidade e das opressões impostas por estruturas dominantes que criadas por seres humanos, por estes pode ser transformada. A conscientização acontece através da luta coletiva e a partir desta, as condições de opressão podem ser transformadas (FREIRE, 1979; 1992). Ao lutarem pela permanência no Centro, para seguirem trabalhando, percebem a Cidadania negada e suscitam, subjacentemente, a luta pelo direito à cidade, ao território, ao trabalho, à vida etc. Além do direito à história, memória e cultura, inerentes à permanência da prática social que realizam.
Difusão de discursos, no âmbito dos movimentos, que fazem alusão ao ofício histórico, cultural, afetivo e ancestral desempenhado por aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras no âmbito das feiras livres. Reconhecendo, no caso de Feira de Santana, o trabalho realizado por feirantes, ambulantes, camelôs, artesãos e artesãs enquanto herdeiros(as) da feira livre ancestral que deu origem a este município.	Consciência da ancestralidade – reconhecimento da importância das pessoas que vieram antes de nós e que ajudaram, de alguma maneira, a firmar os passos que hoje são dados; Valorizar a cultura popular através dos ofícios que acontecem nas feiras livres, pertencentes a história de Feira de Santana, enquanto construção humana capaz de impactar positivamente a vida das pessoas.

Fonte: própria autora (2022).

A partir das análises até agora desenvolvidas, observa-se que as próprias resistências, por si só, configuram-se em espaço e processo educativo do qual emergem outros processos igualmente educativos e diversos. Dessa maneira, os movimentos de resistência organizados por sujeitos diversos – trabalhadoras e trabalhadores, camelôs, feirantes e ambulantes, junto com artesãos/artesãs e apoiadores(as) de outras categorias profissionais para combater as opressões no Centro de Feira de Santana – possibilitam que seja ensinado e aprendido sobre união, solidariedade e resistência, por exemplo, presentes na história de constituição desta cidade através de laços estabelecidos entre indígenas e negros. Assim, a resistência, por exemplo, na atualidade, pode ser observada através das diversas manifestações, ações judiciais, alianças etc., que vem acontecendo como forma de combater as opressões. A resistência marca a não passividade, além de apresentar formas de resolver a vida, trazendo a esperança de poder mudar uma realidade opressora.

Outro processo de ensino e aprendizagem observado nas resistências investigadas, diz respeito ao protagonismo das mulheres. Considerando as mulheres entrevistadas, enquanto liderança à frente das resistências: A Feira da Marechal é Patrimônio, de “camelôs e ambulantes

transferidos(as) para o *Shopping Popular*” e no Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade, é possível afirmar que é um protagonismo feminino e negro. Elas tomaram as rédeas dos movimentos, são a voz de outras(os) no diálogo com autoridades e outros interlocutores em favor da permanência e da luta por direitos. Deste lugar de mulheres negras, consolida-se o reconhecimento da ancestralidade que emerge de um ofício herdado dos antepassados, portanto, um fazer histórico, cultural e afetivo. Valendo destacar que, a feira livre enquanto memória ancestral feirense, fica mais perceptível entre participantes do movimento A Feira da Marechal é Patrimônio, por exemplo. Havendo ainda uma certa dificuldade para ambulantes e camelôs, com os quais foi estabelecido contato em campo, durante esta pesquisa, perceberem-se parte desta feira livre original que vendia de tudo e não somente frutas, verduras e legumes.

Por outro lado, o envolvimento nos movimentos de resistência também possibilita que as pessoas possam tomar consciência da condição de opressão enquanto uma construção social e que, portanto, pode ser mudada por meio da luta coletiva. Localizar o opressor, compreender que os interesses políticos podem servir a um grupo e não a outro e identificar as formas de violência dispensadas especificamente para um certo grupo de pessoas, acaba favorecendo, apesar da experiência possivelmente traumática, que seja ensinado e/ou aprendido também sobre conscientização.

4 A HISTÓRIA AGORA É OUTRA: RESISTÊNCIAS PELA PERMANÊNCIA

A história de constituição de um povo, que conta com nomes como Maria Quitéria que insurgindo-se contra o sistema patriarcal de sua época – no qual as mulheres não dispunham de autonomia – fugiu de casa, vestiu-se como um soldado para lutar e venceu a guerra pela independência da Bahia (MOREIRA, N., 2014, p. 35); que conta também com um personagem como Lucas Evangelista dos Santos, o Lucas da Feira⁷, líder negro, símbolo da resistência contra um sistema opressor e perverso que foi a escravização de pessoas (NEVES, NOVAES, 2019; UZEDA, 2019); e que, conta com tantos outros sujeitos indígenas e negros, anônimos, em luta por sobrevivência e resistência ante às injustiças impostas por sistemas opressores, não poderia ter ações diferentes em tempos desafiadores. Dessa maneira, em luta e resistindo, os(as) trabalhadores e trabalhadoras feirantes, ambulantes, camelôs, artesãos, artesãs etc., do Centro de Feira de Santana, defendem a permanência em seus locais de trabalho. Mais que isso, reclamam para si e os seus iguais, mesmo que não tenham plena consciência disso, o direito de existir. Que, segundo Freire (1967, p. 40), é mais que viver e estar no mundo. Pressupondo, o “Transcender, discernir, dialogar” emergente nas relações com outros sujeitos e do indagar-se sobre sua relação com o mundo. Existir, acontece na medida em que os indivíduos são capazes de “[...] transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se” (FREIRE, 1981, p. 53) implicando uma consciência mais ampla que o próprio ato de viver. Inexistir, por outro lado, pressupõem tudo aquilo que é “[...] excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o ‘outro’[...]” (SANTOS, B., 2007, p. 71). Assim, resistir torna-se fulcral, como condição para demarcar a existência de todos os “outros” que não querem ser excluídos ou apagados da história.

Dessa maneira, neste capítulo, buscou-se atender aos objetivos de apresentar as resistências nos dias atuais, além de identificar os processos educativos construídos por trabalhadores e trabalhadoras nas resistências para permanência na feira livre do Centro de Feira de Santana. Para tanto, foram tomadas as análises das entrevistas concedidas, em meados de 2021, por sujeitos nas resistências e que, por isso, trazem a marca deste tempo e do principal

⁷ Durante muitos anos Lucas da Feira foi considerado um malfeitor, porém 170 anos após sua execução e muitos estudos depois que, desmistificaram a ideia de malfeitor e repensaram os discursos dominantes, “[...] a Defensoria Pública da Bahia organizou um júri simulado na cidade para discutir a prisão, o julgamento e a condenação do acusado. [...] No júri simulado, Lucas da Feira foi absolvido por 5 votos a 2” (UZEDA, 2019). Durante a pesquisa identificamos uma música cantada por populares a respeito de Lucas da Feira que será apensada neste relatório para efeitos de registro histórico (ver anexo B). A canção recolhida tem versos parecidos com a obra de cordel de Rodolfo Coelho Cavalcante (197-?).

acontecimento desse período: a expulsão de camelôs e ambulantes do Centro de Feira de Santana, ocorrida em 2020. Foram tomadas também as notas de campo produzidas por esta autora; as informações extraídas da conta no *Instagram* @trabalhadoresdocentrosfsa; e o diálogo com autores e teóricos convidados para pensar o fenômeno estudado. Algumas manifestações destas resistências para existir foram selecionadas como forma de conhecer melhor o fenômeno, num recorte temporal [fim de 2019 até 2022], referente a uma luta que existia antes desse registro e segue em curso.

Este capítulo está dividido em dois subcapítulos. No primeiro são apresentadas algumas manifestações contextualizando, historicamente, o movimento da sociedade civil autodenominado Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade, fortemente ligado aos (as) camelôs e ambulantes da rua Sales Barbosa, Av. Sr. dos Passos e adjacências, à época, sob risco de expulsão do Centro de Feira de Santana em função do avanço das obras do *Shopping* Popular. Após a expulsão, ocorrida em 2020, a atuação do Coletivo se arrefeceu, permanecendo com atuação constante através do GT de Comunicação da Luta⁸; pontualmente, através do GT jurídico; e, enquanto semente, através do surgimento de dois outros movimentos, no cenário local: A feira da Marechal é Patrimônio, reunindo feirantes e ambulantes da rua Marechal Deodoro e adjacências, sob ameaça de expulsão de seus locais de trabalho; e, de outro lado, camelôs e ambulantes removidos para o *Shopping* Popular, com nova liderança, organizados através de uma associação recém constituída, a ADECAM. Assim, o segundo subcapítulo traz outras reflexões sobre o cenário pós-expulsão daqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras.

4.1 RESISTIR PARA EXISTIR: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA

O primeiro contato oficial desta pesquisadora com o movimento independente, autointitulado, Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade foi em novembro de 2019. O Coletivo era composto por um grupo de camelôs, ambulantes, feirantes, artesãos e artesãs que trabalham no Centro de Feira de Santana, contando também com a

⁸ Vale informar que membros do GT de Comunicação da Luta, representando os dois principais movimentos que compõem este grupo de trabalho, conseguiu aprovar, em 2022, o projeto “Em Defesa do Comércio Popular de Rua no Centro de Feira de Santana: um movimento pelo direito ao trabalho e contra a expulsão de feirantes, camelôs e ambulantes do Centro de Feira de Santana”, através do Fundo Brasil, edital: Resistindo com quem Resiste, com recurso da ordem de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). As ações do projeto (Anexo C - Ações do Projeto para o Edital: Resistindo com quem Resiste) serão disponibilizadas para feirantes, ambulantes, camelôs, artesãos e artesãs que atuam no Centro de Feira de Santana e que desejarem participar do projeto.

participação de advogados, sindicalistas, estudantes, professores(as) e outros(as) profissionais simpáticos à causa, atuando como apoiadores(as), conforme apresentado no capítulo um. Neste momento, apesar do movimento contar com trabalhadores de diversos segmentos e das ameaças da prefeitura serem generalizadas, eram os(as) camelôs e ambulantes da rua Sales Barbosa, Avenida Sr. dos Passos e adjacências, quem estavam sob ataque direto do Executivo Municipal, em função da conclusão das obras do *Shopping Popular*. Nesse sentido, o foco das ações era assegurar a permanência daquelas pessoas em seus locais de trabalho.

Nos primeiros contatos, as pautas discutidas versavam sobre as ilegalidades do *Shopping Popular*, reacendendo um antigo debate sobre a retirada ou permanência dos trabalhadores do Centro de Feira de Santana. Nesta discussão, a defesa da classe dominante continuava sendo pela expulsão, consolidada mediante transferência de camelôs e ambulantes para o *Shopping Popular*. A partir de janeiro de 2020, a prefeitura pressionou para assegurar a assinatura dos contratos entre camelôs, ambulantes e o *Shopping Popular*, apontando a iminente expulsão daqueles e a abertura do empreendimento. Diante da conjuntura, foi realizada uma reunião tempestiva, imagem abaixo, para discutir pontos abusivos do contrato e o posicionamento dos(as) trabalhadores e trabalhadoras a respeito do tema (BAHIA, 2020; TELES, 2019).

Imagem 4 - Reunião Euterpe Feirense em 08 jan. 2020



Fonte: própria autora (2020).

Estavam presentes nesta reunião, camelôs, artesãos, artesãs, ambulantes, floristas, advogados, professores(as) da UEFS, estudantes vinculados à causa e outras pessoas que reiteraram os prejuízos advindos da assinatura do contrato. Nesta oportunidade, lembraram as promessas não efetivadas pelo ex-prefeito José Ronaldo de Carvalho, – mandatos 2001-2004,

2005-2008, 2013-2016 e 2017-2018 – referentes à construção do “*Shopping à céu aberto*” (SIZILIO, 2019).

Na reunião, um artesão relatou a luta daquele segmento para não ser expulso do Centro de Abastecimento, local cedido pela prefeitura para a construção do *Shopping Popular*, afirmando que, inicialmente, não imaginava ser atingido pela Requalificação e convocou os(as) trabalhadores e trabalhadoras para unirem-se independente da categoria. Relatou que entidades e empresários da cidade teriam acionado a justiça para retirada dos(as) camelôs do Centro, ventilando a possibilidade de entidades sindicais ligadas à categoria terem sido cooptadas. Desvelando, fundamentalmente, duas lógicas: a primeira, excludente e de dominação, servindo à teoria antidialógica de “[...] dividir para manter o *status quo*” e a segunda, da união, se opondo àquela, servindo ao oprimido na ação dialógica, que ocorre quando [...] a liderança se obriga ao esforço incansável da união dos oprimidos entre si, e deles com ela, para a libertação” (FREIRE, 1987, p. 82, 99).

Na perspectiva antidialógica é possível observar como a lógica de dividir os(as) trabalhadores e trabalhadoras aconteceu de forma sutil e fragmentada ao longo do tempo. Primeiro artesãos e artesãs foram expulsos(as) do Centro de Abastecimento para a construção do *Shopping Popular*, apesar de terem seu ofício salvaguardado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) – através do reconhecimento do Centro de Abastecimento, suas práticas, saberes e modos de fazer, enquanto “Espaço Destinado a Práticas Culturais Coletivas, com Registro Especial Provisório” (IPAC, 2016). Nesse sentido, lembrou a Camelô1 “já começou mal o projeto [*Shopping Popular*], expulsando aquelas famílias dali” (entrevista, 2021). Depois, houve a expulsão de camelôs e ambulantes da Sales Barbosa, Sr. dos Passos, ruas do entorno e, a posterior, realocação no *Shopping Popular*; as diversas retiradas dos ambulantes da Praça Bernardino Bahia; e, por fim, as tentativas de expulsar os(as) feirantes e ambulantes da Marechal Deodoro e adjacências, orquestradas de modo a não fazer perceber que se tratava de um único projeto contra um coletivo de trabalhadores e trabalhadoras, com cor e classe definidas, dificultando, assim, a percepção de totalidade do projeto.

[...] parece um poema de Brecht, porque primeiro foram os artesãos, mas como eu não era artesão eu não liguei. Depois vieram os camelôs e como eu não era camelô eu não liguei. Depois vieram os feirantes e como eu não era feirante eu também não liguei. Mas hoje já estão me levando (Apoiador2, entrevista, 2021).

Como houve uma fragmentação do processo de expulsão e exclusão, calcada na ideia de segmentação – artesãos, artesãs, ambulantes, feirantes, camelôs etc. –, isso dificultou a compreensão de que a “Requalificação do Centro” atingiria a todos e todas. Dessa maneira, não

se sentiram, num primeiro momento, ameaçados(as), nem solidários(as) com os demais, vistos como diferentes e com objetivos, aparentemente, antagônicos, favorecendo, portanto, a estratégia de dominação, que consiste em dividir para conquistar.

Nesse sentido, destacou um apoiador: “*são interesses que, às vezes, parecem conflitantes [...]. O pessoal da feira ‘ah, isso é coisa do pessoal das barracas de roupa. Isso aqui é com o pessoal que tem barraca fixa ou, então, isso é com os ambulantes’ [...]*” (Apoiador1, entrevista, 2021). A existência de uma divisão é sinalizada por outra feirante “*sinto uma distância tão grande do Shopping com a Marechal e a Marechal com o Shopping. Parece que o camelô do Shopping é um [...] não é nem fisicamente, mas [...] existe uma distância*” (Feirante2, entrevista, 2021). Neste movimento, vão percebendo-se e, em certa medida, localizando o opressor “*Mas quem fez isso [separação e divisão] foram os políticos, não foi a gente*” refletiu a Feirante2 (entrevista, 2021). A aparente resignação a respeito do outro opressor, visto acima, pode ser lida como compreensão e conscientização na medida em que esses(as) feirantes estão envolvidos(as) nas lutas e resistências contra as opressões impostas pelo Executivo Municipal, no contexto estudado. E é quando conseguem identificar o opressor fora de si, que são capazes de aceitar “[...] a luta para superar a contradição em que estão”, conforme destacou Freire (1987, p. 101). Assim, a fala da Feirante2, a seguir, aponta nesta direção, na medida em que percebe a necessidade de união de diferentes categorias “*nós precisamos trabalhar juntos, porque é um objetivo comum [...]. Precisamos ter um pensamento só para que [...] aconteça o melhor para Marechal e também para o pessoal que está lá no Shopping [...] passando dificuldade*”.

Em outra direção, os recortes levam à compreensão de que a estratégia de dividir os oprimidos como forma de manter a opressão, segundo Freire (1987), ocorre de diversas maneiras, sendo reforçada pela forma de operar o capitalismo com sua cultura do individualismo, empreendedorismo e competição. “*Tornam-se dominantes as teses sobre o capital humano, em que cada um se deve tornar num empreendedor, capaz de negociar o seu próprio capital*”, destacaram Terrasêca *et al.* (2011, p. 48). “*No limite da ideologia dominante, eles se consideram empresários ou empreendedores. Então isso é outro estímulo que leva para a individualidade*”, ponderou Apoiador2 (entrevista, 2021). E, o Apoiador1 asseverou acerca desta questão dizendo haver, por vezes, “*conflitos de competição, porque são pessoas que, de certa maneira, estão ali vendendo, mas estão, em alguma medida, também cooperando e em alguns casos, competindo*” (entrevista, 2021). A Camelô2 também ponderou a esse respeito ao afirmar a existência de situações em que as pessoas “*brigavam*” com a liderança: “*você não quer que eu tenha a minha loja? Eu quero ter a minha loja!*” (entrevista, 2021).

Freire (1987, p. 87) alertava sobre alguns desses mitos “[...] cuja introjeção pelas massas populares oprimidas é básica para a sua conquista”, sendo um deles a de que “[...] o homem que vende, pelas ruas, gritando: ‘doce de banana e goiaba’ é um empresário tal qual o dono de uma grande fábrica”. Dessa maneira, esses mitos estão introjetados nas camadas populares e se manifestam em pequenas ações cotidianas. Sejam dos pequenos comerciantes que não se percebem mais próximos, economicamente, daqueles(as) outros(as) trabalhadores e trabalhadoras – feirantes, camelôs e ambulantes – do que dos grandes empresários, por exemplo; ou ainda dos(as) camelôs que, em última instância, se percebem comerciantes ou empreendedores por serem proprietários de um boxe em um *Shopping* Popular – mesmo estando em condições precárias de sobrevivência e trabalho – como fica perceptível no registro da associação criada pelos(as) camelôs realocados(as) para o *Shopping* Popular: a ADECAM, que é a sigla da “Associação em Defesa dos Empreendedores e Camelôs [...]”. A defesa dos empreendedores acabou antecedendo a defesa dos interesses dos(as) camelôs, num registro do imaginário daqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras, simbolicamente, explicitado no nome dado ao movimento.

Nesse sentido, o papel da Universidade e de outros sujeitos na construção das resistências acaba se tornando fulcral, na medida em que esses pensamentos podem ser questionados na prática e nas construções coletivas. Um exemplo disso aconteceu na organização de uma Audiência Pública dos(as) camelôs do *Shopping* Popular, na qual a ideia inicial passava por discutir sobre “Os efeitos da realocação dos camelôs para o *Shopping* Popular e a importância do empreendimento para a cidade, com a valorização do camelô no desenvolvimento do espaço” (notas de campo, agosto, 2022). Após o diálogo com professores(as) que participaram da audiência e das ponderações de apoiadores(as) do movimento, durante a organização do evento, foi possível discutir sobre esse título e incluir no debate a autogestão, considerando o contexto atual em que existe uma lei municipal prevendo o rompimento do contrato com o empreendimento. Após discussão, o tema do debate foi reorganizado passando a chamar: “Como tornar o *Shopping* realmente Popular: um debate sobre a revogação do contrato e formas alternativas de gestão [notas de campo, agosto 2022].

O resultado deste debate pode ser percebido na entrevista dada pela presidente da ADECAM sobre a Audiência Pública, ocorrida em set. 2022.

[...] ‘A nossa assembleia será uma audiência pública, que acontece no próximo dia 6 de setembro, a partir das 14h, no auditório da APLB [...], e a nossa intenção é promover esta audiência para que possamos chegar a um acordo com a prefeitura. Iremos apresentar um corpo técnico, o pessoal da Uefs já nos acompanha há um bom tempo, e queremos que até o mês de dezembro, possamos ter uma definição, pois o nosso objetivo é que o Shopping Popular

seja gerido pelo próprio camelô’, disse. [...] ‘Nós entendemos que a prefeitura é responsável por 9 mil metros², então desta forma, iremos apresentar à prefeitura para que a gente possa gerir este espaço. Que nós possamos ter o nosso direito junto com a prefeitura e fazer este desligamento com o consórcio. Infelizmente, é humilhante chegar na administração para solicitar um simples boleto, dificultam bastante, então queremos ter o vínculo direto com a prefeitura’, concluiu (GONÇALVES, G., 2022a).

Tais diálogos acabam sinalizando novas possibilidades para romper os mitos difundidos, conforme apontado por Freire (1987), logo acima, e ao mesmo tempo servem para construir novos anúncios, nos quais camelôs e ambulantes podem sonhar novas formas de gestão daquele espaço, ao tempo em que constroem novas percepções do seu próprio papel neste momento histórico.

No contexto societário do capitalismo, a competição, individualismo e a ideia do empreendedorismo podem ser vistos em qualquer discurso televisivo perpassando, sutilmente, a vida das pessoas; e ainda sendo reforçados, por nomenclaturas aparentemente despretensiosas como a utilizada pela mídia local que reiteradamente chama de “comerciantes” aos(às) camelôs realocados para o *Shopping* Popular (PINTO, 2021a; GONÇALVES, G., 2021). Ao equiparar camelô a um “comerciante” que, em última instância, responde individualmente por seu comércio, sem qualquer vinculação com um grupo minoritário que vem sofrendo opressões diversas – seja por expulsão, seja através do lacre de boxes e apreensão de mercadorias no *Shopping* Popular em função de não conseguirem vender, nem pagar as taxas e aluguéis cobrados no empreendimento –, a mídia acaba descaracterizando o trabalho popular desenvolvido por camelôs e que está vinculado à história de constituição deste município. Desta e de outras maneiras, processos contraditórios, distantes da solidariedade e do trabalho coletivo são fomentados sem que as pessoas, muitas vezes, percebam como são atravessadas e impactadas por estes pensamentos.

Na perspectiva dialógica, por outro lado, há pelo menos, duas questões fundamentais a serem consideradas, a partir do ponto de vista dos(as) trabalhadores e trabalhadoras: a primeira, na qual se percebem uma única classe trabalhadora e a segunda refere-se à organização coletiva. A compreensão de classe, desta pesquisa, está pautada na obra de Freire (1987, p. 88), na qual as classes são antagônicas, dividindo as pessoas entre “[...] os que compram e os que são obrigados a vender o seu trabalho”, numa relação de dominação e opressão. Essa percepção de Classe não está dada como categoria em si, não sendo naturalmente perceptível aos sujeitos, constituindo-se quando aqueles se percebem numa situação de opressão concreta, na qual está imerso o “inédito viável” – a ser construído através da superação do obstáculo imposto pela

realidade opressora e que só se manifesta por meio da *práxis* (FREIRE, 1981, p. 108). Nesse sentido, perceber a situação de opressão é um passo importante no processo de libertação.

A relação de opressão entre as classes, segundo Freire (1981, p. 97), encontra seu ponto de transformação dentro da própria estrutura das sociedades. Não através das “[...] mãos de uma elite burguesa”, que se posiciona acima da massa de oprimidos, mas por meio da própria classe oprimida. Não sendo possível pensar uma sociedade integral, transformada, sem engendrar a libertação das “classes sociais oprimidas em relação às classes opressoras” e, sem pensar o fim da exploração de algumas sociedades sobre outras. Então, num momento de tensionamento extremo, aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras inserem-se na luta coletiva. Naquele momento em que o “*ganha-pão está sendo retirado e você não tem outra opção além de lutar, você acaba sendo colocado na condição de lutar*”, ponderou o Apoiador2 (entrevista, 2021).

eu fiquei indignada [...] tinha mandado [...] para tirar a barraca e era, exatamente, a da minha amiga. [...] que a gente trabalha juntas, eu boto as minhas coisas na barraca dela. [...]. E fiquei mais indignada que começaram tirar outras barracas também e aí eu senti aquilo uma ameaça. Ele [o prefeito] querendo botar o povo para fora (Feirante2, entrevista, 2021).

Em alguma medida, as pessoas se acostumam e naturalizam uma certa desigualdade e opressão. No entanto, quando essas ficam extremadas, num limite de ameaçar a existência, parece haver no tensionamento extremo um potencial mobilizador que impele os sujeitos para saírem daquele contingente de acomodação e empreenderem a luta coletiva. Essa, por sua vez, tem a potência para transformar a realidade opressora. Parece que a incerteza quanto ao futuro, gerada pela expectativa de perda do local de trabalho, pondo em risco à própria existência, é pior que o desgaste gerado pela luta e pela incerteza da vitória. Dessa maneira, é a própria situação de opressão potencializada que se torna combustível para a luta.

Nesta experiência, a luta de classe materializada através dos movimentos de resistência de trabalhadoras e trabalhadores do Centro de Feira de Santana tornou-se condição para transformação de uma situação de opressão. Possibilitando “*mostrar que você pode se levantar e dizer ‘olha, isso está errado!’*. *E conseguir melhoras em determinados assuntos. E arregaçar as mangas, ir pra cima mesmo e lutar. Porque nós temos que lutar*”, reiterou Camelô1 (entrevista, 2021, grifo nosso). E, uma vez instaurada a luta coletiva, através da tomada de consciência da situação opressora, as classes oprimidas podem avançar para um processo de conscientização e transformação.

A própria consciência de classe pode ser observada quando aquelas pessoas se percebem uma única classe oprimida. A compreensão de classe igualmente atingida, independente da categoria profissional, é revelada somente na luta. “*Dentro de mim eu sei que o Shopping*

[Popular] é camelô e a Marechal [Deodoro] também é camelô” destacou Feirante2 (entrevista, 2021), ficando explicitada também no desejo da Feirante1, ao sugerir que as ações de limpeza, compra e distribuição de lixeiras, pensada inicialmente para a feira livre da Marechal Deodoro (ANEXO C – Ações do Projeto para o Edital: Resistindo com quem Resiste)⁹, fosse estendida para a feira livre que acontece na praça Bernardino Bahia, também no Centro de Feira de Santana (notas de campo, 2022). Aliás, a fala da Feirante1, sinaliza um pensamento de totalidade na luta de classe, além da solidariedade e união com aqueles(as) que ainda não estão inseridos(as) na luta coletiva. Esta compreensão vai sendo construída na resistência, ainda que de forma lenta, conforme sinalizou um apoiador.

Acredito que hoje paira, na maior parte das cabeças dos trabalhadores do Centro, uma noção de que eles são trabalhadores do comércio popular, que estão sendo atacados, seja na figura do governo, seja na figura dos ricos, dos poderosos [...]” (Apoiador1, 2021, grifo nosso).

A compreensão sobre a totalidade de classe acaba entrando em choque com a estratégia de dominação, de segmentar e dividir, que favorece a manutenção das classes dominantes no poder. Nesta percepção de totalidade residem alternativas para resistir e transformar a realidade *“Se é camelô, então somos camelô, estamos juntos e vamos realizar os sonhos juntos [...] Se unir é capaz de derrubar aquele Shopping “não popular” [...] Porque é uma luta única”* reafirmou a Feirante2 (entrevista, 2021, grifo nosso).

A segunda questão versa sobre a Organização Coletiva. Nessa perspectiva, perante aquela situação de opressão potencializada *“você vai tentar de todas as formas agrupar as pessoas, divulgar. Porque nós divulgamos as nossas lutas nas rádios, nós fomos em vários lugares”*, destacou a Camelô1 (entrevista, 2021). E a Camelô2 completou:

Desde que eu entrei ali, [Shopping Popular] eu saí nos corredores e falei: ‘olha gente, vamos fazer um grupo, vamos conversar com as pessoas, vamos tentar colocar as nossas ideias em ação. Vamos colocar em pauta o que realmente a gente vai questionar’ (Camelô2, entrevista, 2021).

Em meio à luta coletiva, aquele(as) trabalhadores e trabalhadoras foram organizando os movimentos de resistência. Para pensar essas lutas, Freire (1987) convida para um debruçar sobre a teoria da ação dialógica, caracterizada pela colaboração, união, organização e síntese cultural. Nesta teoria, a Colaboração é caracterizada pela adesão consciente dos sujeitos quando se voltam para a realidade, problematizam e propõem respostas para transformá-la. A União

⁹ Vale destacar que as ações do projeto aprovado foram pensadas de modo que pudessem contemplar feirantes, ambulantes, camelôs, artesãos e artesãs que atuam nas ruas centrais de Feira de Santana. No entanto, a ação de compra de lixeira e mutirão para limpeza etc., na ocasião, haviam sido pensadas, especificamente, para a rua Marechal Deodoro e adjacências.

para a libertação é possível nas relações solidárias, na construção de uma consciência de classe e na compressão das opressões que aflige a todos e todas. A Organização das massas populares aparece como uma característica para fazer pensar a libertação enquanto tarefa de todos(as); ocorrida através de processos compartilhados, construídos colaborativamente, nas quais as pessoas não sejam coisificadas. Por fim, o autor nos apresenta a Síntese Cultural traduzida num movimento de escuta das aspirações do povo e na problematização das reivindicações pleiteadas. Neste diálogo, Freire (1987) nos chama para estarmos atentos e desconfiarmos de tudo. Não do oprimido em si, mas do opressor que reside em cada um de nós.

Neste processo, a organização aconteceu através da colaboração e união de diversos sujeitos para a construção de uma luta efetivada na participação de muitos(as). Ao falar sobre a organização do movimento A Feira da Marechal é Patrimônio, o Apoiador1 destacou que esta foi construída de forma “[...] *processual, demorada, de construção coletiva para envolver o máximo de pessoas possível*” (entrevista, 2021). Nesse sentido, a categoria organização ganha destaque nesta análise, ficando registrada em outro trecho: “*Qual é a força do movimento popular? É a quantidade de pessoas que fazem parte [...]. E qual o carma que esse setor tem, [...] para que este fator de maioria seja efetivo? Ter organização.*” (Apoiador1, entrevista, 2021). Assim, a organização da resistência foi consolidando-se com a participação de diversos sujeitos, em ações simples como estabelecer “*uma rotina de participação em reunião para pensar as coisas coletivamente*” (Apoiador2, entrevista, 2021); participar nas manifestações, aulas públicas, audiências etc.; organizar ações de comunicação dos movimentos com a sociedade; além de diversas outras ações empreendidas pelas resistências, enaltecendo o protagonismo dos(as) trabalhadores e trabalhadoras em luta.

Além de valores como colaboração e união existente nos movimentos de resistência, conforme destacado desde o capítulo um, as pessoas entrevistadas acreditam também que as resistências estão permeadas de valores que são ensinados e aprendidos através das relações estabelecidas por eles(as). Desta percepção trazida a partir das lutas e presentes nas entrevistas, foram destacados os principais valores compartilhados e identificados nas análises: vontade, responsabilidade, compromisso, esperança e empenho. “*A responsabilidade*”, destacou Feirante2 (entrevista, 2021), é saber que “[...] *quando eu entrei na liderança, quando eu entrei para lutar pelo povo, em momento algum eu posso deixar essa responsabilidade*”. A esperança também apareceu como relevante enquanto valor apreendido a partir dos movimentos. Nesse sentido, afirmou um apoiador “*Eu sou uma pessoa esperançosa, acho que se a gente perde a esperança, a gente para de acreditar que somos capazes de fazer as coisas*” (Apoiador1, entrevista, 2021). Uma questão interessante na esperança é que esta se dá no campo da ação,

exatamente da forma indicada por Freire (1987). Não se trata de uma esperança de quem espera passivamente, “[...] a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã” (FREIRE, 1992, p. 5).

A Feirante¹, ao falar como percebia sua contribuição no movimento do qual participa, pontuou: “*o meu empenho em si. Porque eu deixava minhas coisas lá para ir movimentar o pessoal. Deixava minhas vendas lá, [...], para ir movimentar o povo para resistência*” (entrevista, 2021). A disponibilidade para mobilizar as pessoas para a luta constitui-se importante para união e para a própria organização da resistência. Em Freire (1987), nota-se que os valores compõem uma unidade, na época e contexto nos quais estão inseridos, fazendo parte da representação concreta da vida daqueles sujeitos. Nesse sentido, para além das questões de ordem prática, elaboradas na organização e execução de um movimento de resistência, os valores elencados por eles como responsabilidade, esperança, compromisso e empenho, constituem-se mobilizadores das ações, sendo percebidos enquanto processos educativos.

Seguindo e retomando aquele acontecimento, retratado na imagem 4, é importante sinalizar que ele comporta também uma outra reflexão observada ao longo da pesquisa e desvelada enquanto categoria a partir das entrevistas, referente à conscientização. Segundo Freire (1979, p. 16-17), isto significa “[...] tomar posse da realidade. [...] é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘desvela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante”. A conscientização só é possível de ser efetivada por meio da luta coletiva. Essa, por sua vez, guarda dentro de si a possibilidade de transformação da realidade opressora. O autor, porém, alerta, como lhe é peculiar, que “Alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. Ao desvelá-la, contudo, **dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação** das condições concretas em que se dá a **opressão**” (FREIRE, 1992, p. 32, grifo nosso).

A conscientização e a luta da classe trabalhadora, por outro lado, são lidas por aqueles que dominam e oprimem como uma ameaça ao seu poder e “direito quase sagrado” de seguirem dominando e oprimindo. “É que para eles”, dizia Freire (1987, p. 29), que são “[...] ‘formados’ na experiência de opressores, tudo o que não seja o seu direito antigo de oprimir, significa opressão a eles”. Sendo, os Outros apenas coisas a quem podem negar a humanidade e até mesmo a sobrevivência.

A discriminação sistemática, processual e histórica cria uma estratificação social que se reverte em inúmeras desvantagens políticas e econômicas aos grupos minoritários, vivenciadas na forma de pobreza, salários mais baixos, menor acesso aos sistemas de saúde e educação, maiores chances de encarceramento e morte (ALMEIDA, 2020, p. 02).

A discriminação e opressão engendrada contra uma determinada classe de trabalhadores e trabalhadoras vai sendo desvelada. Porém é na resistência que a conscientização se estabelece, sendo percebida, dentre outras formas, através da compreensão de que eles são sujeitos com direitos negados e que os movimentos de resistência configuram-se espaços legítimos para reivindicarem esses direitos.

Antes, quando eu via as pessoas fazendo uma manifestação em prol dos seus direitos, [...], como a gente está fazendo hoje, eu achava que era baderna, [...], bagunça. E quando a gente teve a necessidade de resistir foi que isso veio abrir meus olhos e abrir minha mente de que não é uma bagunça (Feirante1, entrevista, 2021).

E completou, reafirmando o que aprendeu na resistência, “*a gente correr mesmo atrás dos nossos objetivos, dos nossos direitos, de coisas que são direito nosso e o poder público não dá esse direito para a gente*” (Feirante1, entrevista, 2021). A percepção do direito como algo a ser defendido e não doado pelo outro, aparece na fala de outras entrevistadas: “*Esse direito de trabalhar nas ruas e ter um espaço digno [...]. A gente foi vendido pra um serviço privado, na realidade. Mas é um movimento de resistência, persistência, busca por direitos.*”, destacou Camelô2, transferida para o *Shopping Popular* (entrevista, 2021). Corroborando com a compreensão de um processo de conscientização em curso, possível por meio da luta.

Retomando novamente a informação trazida pelo artesão, durante aquela reunião na Euterpe, imagem 4 acima, sobre haver uma ação judicial para expulsar os(as) trabalhadores e trabalhadoras do Centro de Feira de Santana, após algumas pesquisas, constatou-se a existência de um processo no qual “[...] o Ministério Público é autor de uma ação movida no ano passado [2018] para retirar os camelôs do Centro comercial de Feira de Santana”. A referida ação foi anunciada durante uma reunião com trabalhadores e trabalhadoras, quando o então promotor alegou que a construção do *Shopping Popular* legalizaria o comércio informal e que a retirada de camelôs e ambulantes teria amparo legal. No caso, segundo a interpretação daquele agente político, a lei de “segurança pública” indicava que eles estariam “[...] atuando de forma irregular, na informalidade” (PROMOTOR..., 2019).

Na mesma reportagem, o promotor compara a situação de Feira de Santana, município baiano no interior do nordeste brasileiro, com a capital de outro Estado: “Eu vim de Goiânia e lá está um pouquinho mais **evoluído**. Lá a lei determina e vai de **patrol e caçamba** da noite

para o dia e retira todos” (PROMOTOR..., 2019, grifo nosso). Nesta análise, a respeito das retiradas com uso da força, a visão fragmentada e legalista impede a compreensão do significado de retirar o trabalho de um cidadão, retirando deste a capacidade de prover dignamente à vida. Sem a análise das questões econômicas, sociais e históricas que emergem da situação, torna-se impossível entender as consequências sociais contidas nestas ações.

O discurso da “evolução”, evocado pelo promotor, está imerso no ideário excludente trazido pela modernidade/colonialidade (DUSSEL, 2005, 2009, 2016; QUIJANO, 2013; MIGNOLO, 2017) no qual o “[...] etnocídio, os golpes de Estado e a criminalização da pobreza são legitimados pela compreensão do outro como perigoso, como risco à ordem e ao progresso” (VASCONCELOS; SOUSA, 2020, p. 37). Na perspectiva desta modernidade/Colonialidade eurocentrada, a história do mundo seria um contínuo linear e progressivo, na qual a “civilização” é o ápice dessa história, sendo antecedida pelo estágio de selvageria e da barbárie (VASCONCELOS; SOUSA, 2020, p. 32-33). Neste olhar, as culturas populares são vistas como inferiores, não evoluídas, atrasadas, portanto incompatíveis com a modernidade, restando evidente um único modelo de existir no mundo, no qual os demais podem ser subjugados, excluídos e explorados por serem diferentes.

A comparação entre lugares diferentes, evocando o discurso da evolução e o credenciamento do uso da força, através da “patrol e caçamba”, expõe um pensamento marcado pelo colonialismo, conforme visto acima, além de uma fragilidade na análise legalista construída. Seria desnecessário lembrar que a lei deveria estar à serviço do povo e, principalmente, proteger os desiguais; e que, acima da estética, limpeza e organização de uma cidade estão as vidas, no que tange à sobrevivência, dignidade, história, identidade etc. Estas, aliás, deveriam ser as prioridades, principalmente daqueles que possuem a incumbência de defendê-las e promover o bem-estar social. Com isso, não estamos defendendo que a cidade ou qualquer espaço público seja sujo ou desorganizado. Pelo contrário, defendemos que todas as ações de melhorias dos espaços públicos sejam realizadas, porém com a manutenção das pessoas e dos seus ofícios. Neste contexto, fica aberto um precedente para questionar as leis construídas e o próprio papel do Ministério Público (MP) no que tange à defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis e não daqueles que detêm o poder local. Nesta direção, cabe pensar sobre quem ocupa esses espaços de poder; quem opera os instrumentos legais e, principalmente, repensar as relações entre o direito, o poder e as relações sociais (ALMEIDA, 2019). Cabendo lembrar que as leis, no caso do Brasil, legitimaram 300 anos de escravização de pessoas negras, findada há apenas 130 anos, e ainda autorizaram o massacre aos povos indígenas (FERREIRA JÚNIOR, 2010), conformados como os “outros” nestas relações de

poder (DUSSEL, 2005; FERREIRA JÚNIOR, 2010). Nesta medida, evocar somente às leis contra pobres, trabalhadores, minorias e excluídos não se configurará mais em argumento exclusivo de validade para legitimar um discurso e suas práticas, sem a análise de fatores econômicos, sociais, históricos, étnico-raciais, de classe, gênero etc.

Neste discurso, nos recordamos das ponderações de Oliveira *et al.* (2014) ao tratar dos processos educativos, quando abordaram o formal e informal, afirmando haver nesta oposição uma lógica de negação, quer dizer, categorias como informal, não-escolar, não-formal e outras, funcionam em oposição ao escolar e/ou formal, sem alcançar a complexidade, especificidade e positividade contidas nas práticas sociais. Isso leva a outras reflexões a respeito da oposição trabalho formal/informal, na qual o informal é visto como negação do formal, portanto, aquele que deveria ser algo. Havendo, em certa medida, uma ideia de algo ilegal, como se os formais tivessem práticas legalizadas, institucionalizadas e em oposição estivessem as práticas informais, passando a ideia de ilegalidade. No caso de Feira de Santana, todas as vezes em que o comércio no Centro ficou proibido, as atividades inerentes ao trabalho informal passaram a ser vistas como ilegais. Isso aconteceu no passado, por decreto municipal, e na atualidade ao evocar o direito de ir e vir ou ao perseguir os(as) trabalhadores e trabalhadoras em nome de uma requalificação do Centro.

Para ilustrar tal lógica, o edital de concorrência 014/2015 – referente ao processo licitatório 108/2015 (FEIRA DE SANTANA, 2015), cujo objeto trata da “Concessão Comum com Subsídio para a Construção, Operação, Manutenção e Exploração Econômica do Centro de Comércio Popular” – prevê a proibição do trabalho informal no âmbito do município.

12.1.1.3. É obrigação do PODER CONCEDENTE impedir que os listados no CADASTRO MUNICIPAL ou quaisquer outros empreendedores informais atuem, direta ou indiretamente, **no âmbito do Município**, cabendo-lhe implementar os esforços necessários para **exercer seu poder de polícia** para o cumprimento desta obrigação (FEIRA DE SANTANA, 2015, grifo nosso).

Inclusive, esse foi um dos pontos defendidos pelo empresário com interesse no, então, projeto *Shopping* Popular que, posteriormente, venceu a licitação para execução da referida obra. “[...] ordenado o centro comercial, o município, com seu poder de polícia, terá ‘uma missão muito difícil’, de coibir o trabalho nas vias públicas. ‘Será necessário um número bem maior de fiscais do que se tem hoje’.”, pontuou o empresário em 2014 (PREFEITURA..., 2014). Deste discurso, dois pontos se destacam: o uso da força para impedir o trabalho informal, quando a prefeitura abdica do diálogo com os trabalhadores que, após inauguração do *Shopping* Popular, serão tratados como criminosos, caso insistam em trabalhar na cidade; e o desprezo à

iminente tragédia social para qual aquelas pessoas serão empurradas, aumentando o desemprego e as desigualdades.

O mês subsequente [fev. 2020] foi de movimentações dos(as) trabalhadores e trabalhadoras, inclusive com sindicatos de outras categorias, revelando um reconhecimento quanto a importância daquela luta. Nesta altura, ficava mais evidente a necessidade de organização política daqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras, bem como o desconhecimento da população quanto às irregularidades daquela obra e das demandas daquelas pessoas. Seguindo a lógica da participação orgânica, descrita na metodologia, no capítulo um, naquele mesmo mês aconteceram discussões para a construção de uma agenda de ações a partir de um diagnóstico elaborado por muitas mãos. Desta discussão foi possível observar três categorias, posteriormente publicizadas para a sociedade em geral, a saber: a necessidade de comunicação com a sociedade; a identificação do poder econômico advindo da relação entre o Executivo Municipal e a iniciativa privada, através do *Shopping Popular*; e, finalmente, as parcerias entre trabalhadores e trabalhadoras com universidades e sindicatos diversos – por uma questão ética, as categorias não publicizadas não serão apresentadas neste documento. A questão inerente ao poder econômico, por exemplo, pode ser observada através da inserção do empresário do *Shopping Popular* na mídia escrita e televisionada; a execução da obra, apesar das denúncias de irregularidades; e a implementação do contrato, a despeito das acusações de cláusulas abusivas, sem um posicionamento, por parte da prefeitura, em favor daqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras feirenses; e, também, através da ação impetrada pelo MP contra aqueles(as), conforme visto anteriormente¹⁰.

Identificar as dificuldades para efetivar a resistência, bem como o desenvolvimento das ações com foco e objetividade, constituem-se processos de organização necessários às lutas, considerando a pouca capilaridade e o número reduzido de pessoas para realizar as demandas. Naquele contexto, como um dos pontos urgentes era ampliar a comunicação com a sociedade em geral e com os(as) trabalhadores e trabalhadoras interessados(as) nas ações empreendidas pela resistência, a comunicação passou a ter destaque nas ações do grupo. Na qual, a agenda inerente à comunicação, por meio de diversas inserções na mídia, principalmente falada, apresentavam a resistência; os abusos do *Shopping Popular*; e a vinculação histórica e cultural das feiras livres com a cidade. Posteriormente, [a partir de 2021], a comunicação ganhou novos contornos e ações com a implementação do GT de Comunicação da Luta, enquanto forma de

¹⁰ Sobre as irregularidades do *Shopping Popular* é possível consultar a ação da Defensoria Pública do Estado (BAHIA, 2020) e o Trabalho de Conclusão de Curso de Kayo Freire (2021).

atuação direta para atender as demandas das resistências, mas bem detalhado no capítulo seguinte.

Os dias subsequentes, àquele fev. 2020, foram marcados pela notificação para que camelôs e ambulantes deixassem seus locais de trabalho em 30 dias, portaria 001/2020 (FEIRA DE SANTANA, 2020a); e o envio de intimação judicial à prefeitura e outros réus, além do *Shopping Popular*, para se explicarem, em 72 horas, no processo “Ato Lesivo contra o Patrimônio artístico, estético, histórico ou turístico¹¹”, movido pela Defensoria Pública do Estado (DPE) da Bahia (BAHIA, 2020). O processo solicitava, dentre outras questões, a revisão contratual de cláusulas abusivas e a suspensão de ações de realocação de ambulantes e camelôs do Centro de Feira de Santana (BAHIA, 2020, p. 39), sendo mais um dispositivo de luta contra as opressões. Uma reflexão possível ao pensar as ações do MP, com uma ação para expulsar trabalhadores e trabalhadoras das ruas centrais de Feira de Santana; e da DPE da Bahia, em defesa daquelas pessoas, refere-se à interpretação dada por seus agentes que, mesmo fazendo parte de uma mesma estrutura jurisdicional do Estado, possuem percepções divergentes sobre a mesma matéria. Nesse sentido, à luz do direito e da justiça é possível perceber que “[...] não basta conhecer bem a lei para fazer justa aplicação do direito, porque a justiça nem sempre estará na lei” (CAVALIERI FILHO, 2022, p. 59-60). Prosseguindo, o autor afirma que o bom operador do direito “[...] é capaz de dar boa aplicação até a uma lei ruim”, buscando “[...] a realização da Justiça quando ainda não é ela encontrada na lei”. Sendo importante destacar, de acordo com o autor, que a finalidade da Justiça é construir uma sociedade mais igualitária e justa, a saber: “[...] sem preconceitos e discriminação de raça, sexo, cor ou idade; uma sociedade livre, solidária, sem pobreza e desigualdades sociais, na qual a cidadania e a dignidade da pessoa humana estão no topo da pirâmide jurídica” (CAVALIERI FILHO, 2022, p. 61). Os sujeitos que arbitram e que, no caso concreto, compõem o MP e DPE da Bahia fazem parte do mesmo tecido social que, em disputa, suscita percepções tão diversas. Cabendo, nesta linha, indagar a respeito de quem está ocupando esses espaços? Quais visões de mundo os forjaram? E, por fim, quais extratos sociais estão representados nestes espaços de poder?

Olhar para essas questões pode ajudar a compreender um processo aderido, fortemente, pelas pessoas no interior da resistência empreendida por camelôs e ambulantes – antes da remoção em 2020 e que segue após a reorganização daqueles(as) no *Shopping Popular* – voltada para as ações judiciais individuais ou coletivas, ora chamado de **judicialização do movimento**.

¹¹Processo nº 8001687-14.2020.8.05.0080, movido pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, tem como réus a prefeitura de Feira de Santana e mais outros vinculados ao Consórcio Shopping Popular.

Processo que tem se tornado cada vez mais comum e controverso no Brasil (ELÓI; TEIXEIRA, 2014; MACIEL; KOERNER, 2002; VERBICARO, 2008). Ao longo daquela resistência, vinculada a camelôs e ambulantes, expulsos do Centro em 2020, várias ações voltadas para questão jurídica foram empreendidas: a comunicação com a Defensoria Pública; as audiências públicas realizadas em vários espaços; e os diversos debates realizados ao ar livre, geraram discussões profundas e reveladoras a respeito da situação de exclusão, apontando as irregularidades e ilegalidades cometidas contra aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras, reclamadas através de ações judiciais e manifestações.

A judicialização da política é um fenômeno existente no Brasil que deve ser entendida “[...] como uma utilização de métodos típicos da decisão judicial na resolução de demandas na arena política” (ELÓI; TEIXEIRA, 2014, p. 75). Sem a pretensão de esgotar essa discussão, o termo é tomado na perspectiva de apontar um processo ocorrido no interior do movimento de resistência dos(as) camelôs e ambulantes da Sales Barbosa e adjacência que, em certa medida, pode ser avaliado como prejudicial, por ter a capacidade de arrefecer o protagonismo do próprio movimento de resistência, quando as ações judiciais deveriam ser somente uma das estratégias de luta. Nesse sentido, é possível que parte da desmobilização tenha ocorrido em função de uma certa frustração na busca do judiciário como principal forma de luta para resolver os conflitos sociais; quando foi dado um crédito excessivo àquele poder, na esperança de que os embates fossem resolvidos favoravelmente e com a celeridade necessária para deter as opressões e injustiças vividas. Esperavam que a Justiça fosse justa, porém as decisões autorizando as remoções de barracas, em meio à pandemia, davam pistas de que a justiça pode ter um lado e que este, pode não ser o dos oprimidos (NOTA..., 2020; SANTOS, L., 2020).

Nesta linha, declarou Apoiador2: “[...] *a minha contribuição processual, inclusive, foi criticada, não prestou*” (entrevista, 2021). Foi criticada, talvez, em parte, porque os processos judiciais não trouxeram as respostas positivas esperadas pelo coletivo e não se transformaram em vitórias efetivas. Nesse sentido, alertou outro apoiador: se a organização coletiva “*se pauta pelas regras do jogo, ela está fadada ao fracasso. Porque as regras do jogo são justamente para neutralizar a nossa força*” (Apoiador1, entrevista, 2021). A perspicaz observação do apoiador, aponta para o que ocorre no âmbito dos poderes executivo, legislativo e judiciário, por serem instituições que emergem “[...] dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social” (ALMEIDA, 2019, p. 27). Estas, por sua vez, estão sob o controle das classes dominantes. Dessa maneira, apesar do excesso de confiança no Poder Judiciário, o processo de judicialização do movimento de camelôs e ambulantes em Feira de Santana acabou apontado para a discriminação observada no resultado das ações judiciais favoráveis ao projeto

excludente do Executivo Municipal e na postura do próprio MP; e ainda para a discriminação e omissão operadas pelo poder executivo daquele município.

nos processos discriminatórios (escravidão, *apartheid* e nazismo) ou [...], quando há omissão diante da discriminação, **permitindo-se que preconceitos** historicamente arraigados contra negros, mulheres e gays **se transformem em critérios ‘ocultos’ ou regras ‘não inscritas’ que operam no funcionamento das instituições, na distribuição econômica** (emprego e renda, por exemplo) **e na ocupação de espaços de poder e decisão** (ALMEIDA, 2020, p. 2-3, grifo nosso).

Nesse sentido, o Estado, seja através do Poder Judiciário ou do Executivo, ora analisados, operava, em alguma medida, para que formas de discriminação e injustiça, fossem de classe, raça ou gênero seguissem em curso contra aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras.

Prosseguindo, no dia posterior às notificações relatadas anteriormente, camelôs e ambulantes realizaram uma manifestação em frente ao Fórum Filinto Bastos, seguindo para a Câmara de Vereadores de Feira de Santana, onde os protestos continuaram. “_ *queremos solução!*” gritavam.

Imagem 5 - Manifestação na Câmara de Vereadores



Fonte: Paulo José (SANTOS, E., 2020).

O jornal *Acorda Cidade* (SANTOS, E., 2020) noticiou o ato, no qual era sinalizada a falta de transparência da prefeitura por não divulgar o contrato com o *Shopping Popular*, apontando também o uso do poder de polícia contra aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras. A imagem acima serve para reforçar a ideia de que os(as) manifestantes reivindicavam pagamento de taxas justas e, ao mesmo tempo, retrata a pressão que as resistências passaram a fazer no âmbito do Legislativo Municipal e que resultou, após debates e disputas, na aprovação

da Lei nº 381/2022 (FEIRA DE SANTANA, 2022) que autoriza o Poder Público Municipal a romper, definitivamente, a PPP com o *Shopping* Popular e suspender as tarifas administrativas cobradas aos(às) camelôs e ambulantes realocados(as) para aquele empreendimento.

As movimentações davam mais visibilidade à causa enquanto matérias em rádios, *blogs* e para TV local eram veiculadas. Nas entrevistas, camelôs e apoiadores destacavam o apoio de professores(as) e estudantes da UEFS à causa; denunciavam as ilegalidades do *Shopping* Popular e defendiam uma Requalificação com inclusão dos(as) trabalhadores e trabalhadoras [notas de campo, 2020]. Numa das reportagens feitas pela TV Subaé [mar. 2020], também foram entrevistados trabalhadores que não estavam nas manifestações e o Secretário da STTDE. A ambulante, Maria Isabel Nascimento, vendedora de legumes há mais de 10 anos na rua Visconde do Rio Branco, afirmou não ter para onde ir e lembrou da falta de condições para atuar no Centro de Abastecimento; pontuando a dificuldade iminente, em função de sustentar a família com aquele trabalho. Já o ambulante Marivaldo Almeida afirmou ter gostado da mudança, mesmo pagando aluguel no *Shopping* Popular porque, segundo ele, “o Centro [da Cidade] está muito cheio e um pouco desvalorizado”. Wellington Matos, vendedor ambulante, afirmou não ter retirado as chaves, pois o boxe estava sem paredes. O Secretário da STTDE destacou o número de camelôs que teriam assinado o contrato, aguardando a organização dos boxes para abertura. Quanto aos vendedores ambulantes de frutas e legumes, segundo ele, alguns desejavam ir para o Centro de Abastecimento, onde havia galpões vazios, ou iriam para as “feirinhas-livres” dos bairros, citou. Neste cenário, a mídia conservadora seguiu cumprindo seu papel de, mesmo diante de uma manifestação popular contra as expulsões, continuar trazendo discursos favoráveis ao projeto dominante.

A indefinição e as crescentes ameaças culminaram na organização e deflagração de uma greve geral de ambulantes, camelôs e feirantes do Centro de Feira de Santana, com ato em frente à Prefeitura [10 mar. 2020]. No principal veículo de comunicação local, o “transtorno” e o “direito de ir e vir” foram o foco da matéria: “Vendedores ambulantes bloqueiam trânsito no Centro da cidade durante manifestação” (CARDOSO, 2020b). Apesar do enfoque negativo escolhido pela mídia, o movimento aconteceu de forma pacífica, chamando a atenção da população para as opressões sofridas por aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras. Panfletos distribuídos e *banners* informavam as pautas do movimento de resistência à sociedade feirense.

Imagem 6 - Greve de Feirantes, Ambulantes e Camelôs no Centro de Feira de Santana



Fonte: própria autora (2020).

A imagem retrata um dia de mobilização, na qual era possível testemunhar o cruzamento da avenida Getúlio Vargas com a Senhor dos Passos, ocupado por trabalhadoras e trabalhadores.

Como é que o prefeito de Feira de Santana manda fazer um Shopping desse, que a gente não tem condições de pagar? O povo está reivindicando os direitos, pois sabem o que estão passando. Imagine esse povo na mão dessas pessoas pagando tributos por 35 anos? o povo não vai aguentar (CARDOSO, 2020b).

O trabalhador, entrevistado acima, desabafou ao refletir sobre a situação e o significado da saída das ruas para um lugar privado, com pagamento de taxas com valor indefinido. E assim, protestando e dizendo a sua palavra, seguiam em luta. Durante a manifestação, o Secretário Municipal de Prevenção à Violência solicitou a liberação da via. “Eles bloquearam todos os acessos, gerando transtorno para todas as pessoas. [...] eles vieram [...] criar problema para o povo na rua” (CARDOSO, 2020b), destacando o direito de ir e vir em detrimento do direito de sobreviver ou mesmo do direito à cidade, compreendido, de acordo com a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, enquanto

usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, **democracia e justiça social**; é um direito que confere legitimidade à ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de **alcançar** o pleno exercício do direito a **um padrão de vida adequado**. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente e inclui os direitos **civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais**. Inclui também o direito à **liberdade de reunião e organização**, o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural; o respeito aos imigrantes e a garantia da

preservação e herança histórica e cultural (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO, 2006, grifo nosso).

Nesse sentido, os pleitos empreendidos por aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras em luta, se constituíam legítimos na busca por permanecerem ocupando um território altamente disputado como é o Centro administrativo e político de uma cidade; e em defesa dos interesses econômicos, sociais e culturais inerentes ao ofício que exercem. Assim, demonstrando compreensão do seu papel na economia local e na história do município, o feirante L.S.S., que vende na rua Carlos Gomes, destacou, “[...] *quem chama a população feirense para a rua somos nós, a fruta. [...] Pode observar que o povo sai com sua sacolinha cheia de fruta, da rua para as suas casas*” (GUILHERME, 2020). E seguiu, “*eles querem nos tirar da rua, sendo que nós quem fundamos a rua*” (informação verbal, notas de campo, 2020), convicto, sugeriu a construção de barracas móveis para ambulantes e refutou a transferência para as feiras livres dos bairros, considerando que os mais antigos não aceitariam. Demonstrando ainda uma “[...] consciência de si e do mundo” (FREIRE, 1987, p. 58), aquele feirante apresentou a situação que o impulsionara às ruas para protestar, provocando reflexões e propondo alternativas, facilmente implementadas se houvesse um projeto de Requalificação pensada com os(as) trabalhadores e trabalhadoras. Por fim, intui a respeito de algo apresentado na pesquisa abaixo:

Gráfico 4 - O que você mais compra no comércio informal do Centro da cidade?



Fonte: Silva e Teles (2020).

Os dados de Silva e Teles (2020) confirmaram a observação empírica do feirante L.S.S., apontando o comércio de frutas e verduras como um dos principais atrativos do comércio popular das ruas centrais de Feira de Santana, seguido das capas de celular, película e lanches, conforme gráfico acima. Na mesma reportagem de Guilherme (2020), uma ambulante, que não

quis ser identificada, relatou que recorreu ao trabalho informal – e não ilegal – na Marechal Deodoro para sobreviver com dignidade, sem reincidir em delito.

A gente sai de madrugada para comprar nossa mercadoria para sobreviver. Para não fazer coisas erradas, porque fazer coisas erradas a gente está vendo o que está acontecendo. A gente vai procurar nossos direitos. Se for pra gente lutar, a gente vai lutar, como sempre a gente lutou. Já fui presa, já fui solta e sempre a gente venceu. E a gente vai vencer. Deus é por nós!

Este mesmo discurso coincide com o relato de outra trabalhadora (CRUZ, 2017a; TRINDADE, 2017), capítulo anterior, que aponta a feira livre como lugar de ressocialização. Essa relevante função social está vinculada ao trabalho e, mais especificamente, a um tipo de atividade acessível às pessoas, independente da escolarização e com baixo custo para implementação. A necessidade de humanizar a Requalificação do Centro, considerando a situação das pessoas que sobrevivem naquelas atividades, passou a ecoar nos meios de comunicação convencionais, na medida em que feirantes, ambulantes e camelôs começaram a dizer a sua palavra e resistir através de diversas ações. Apesar do tema tenso, é necessário registrar a leveza, bom humor e irreverência da maioria dos presentes, dançando ao som de músicas como “Camelô” e “prefeito perseguidor”, de Edson Gomes (1997) e Hélio dos Teclados (2019), respectivamente.

Dentre as manifestações realizadas pelo Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade, um destaque para uma Assembleia na Praça Bernardino Bahia, [mar. 2020], após convocação dos(as) ambulantes, camelôs e feirantes do Centro, objetivando apresentar à sociedade a violência da retirada e os abusos do contrato *Shopping Popular*.

Imagem 7 - Assembleia Pública na Praça Bernardino Bahia



Fonte: própria autora (2020).

Compareceram ao ato, além de camelôs e ambulantes, professores(as) da UEFS e da Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF); advogados(as), representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros sindicatos, como Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana (ADUFS), Sindicato dos Metalúrgicos e outros. Estiveram também representados partidos políticos, como Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e de mandatos eletivos. Com a proposta de microfones abertos, todos que se inscreveram puderam falar, além daquelas pessoas que detinham as informações a respeito dos pontos previamente definidos para serem abordados durante o ato. Inclusive também falou um vereador considerado, por algumas pessoas, como um traidor da luta, restando demonstrado o espírito democrático das manifestações.

A respeito da participação de representantes sindicais de outras categorias nas lutas de trabalhadores e trabalhadoras informais, vale ressaltar, de acordo com Singer (2000, p. 12-13), que é de interesse dos “[...] trabalhadores formais e de seus sindicatos que os trabalhadores informais se organizem [...] sua presença latente no mercado de trabalho debilita o poder de barganha e a capacidade de luta das organizações sindicais” (SINGER, 2000, p.12-13). E reforçou: “Quanto mais eles se organizarem, tanto mais reforçarão a luta dos assalariados formais por melhores salários e condições de trabalho”. Segundo Singer (2000), a participação dos movimentos sindicais de outras categorias no processo de organização dos trabalhadores informais acaba sendo benéfica para todos e, principalmente, para os assalariados.

Após a Assembleia, nova manifestação aconteceu em frente ao Fórum Filinto Bastos. Em função da baixa adesão, neste dia, notava-se um certo desânimo entre algumas mulheres à frente da resistência: “*A gente pede apoio e não consegue. Estamos lutando por pessoas que nem conhecemos [...] As pessoas procuram apoio e a gente tem que ajudar mesmo a gente precisando de ajuda*” desabafou uma camelô (informação verbal, notas de campo, 2020). A fala, em destaque, ressalta uma luta árdua em prol de uma causa e, ao mesmo tempo, uma resistência movida pela partilha de força para si e os outros.

Em meados de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência de uma pandemia mundial provocada por um vírus, o novo coronavírus, causador da Covid-19, uma doença respiratória altamente letal, conforme visto no primeiro capítulo deste relatório. No Brasil, a repercussão da doença começou a ganhar alguma visibilidade nos dias posteriores e, em meio a estes acontecimentos, a resistência de camelôs e ambulantes, organizada através do Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade,

acabou paralisada, por algum tempo, diante de um inimigo invisível e mortal. A Secretaria de Desenvolvimento, tempestivamente, emitiu nota, “Governo orienta feirantes a adotarem hábitos de prevenção contra coronavírus”, através da Secretaria de Comunicação (GOVERNO..., 2020b), informando sobre campanha educativa, com panfletos e a higienização das feiras livres do município, excluindo os(as) feirantes, ambulantes e camelôs que atuavam no Centro de Feira de Santana, numa demonstração de que mesmo com o advento de uma doença mortal, não haveria um olhar generoso para aquelas pessoas.

Apesar de se configurar uma ação pequena, em meio ao que representava a Covid-19 e seus efeitos, uma frente de trabalho foi empreendida por meio desta pesquisa, junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre o Cuidar/ Cuidado (NUPEC) e ao Projeto de Extensão “Promovendo a saúde no cotidiano das feiras livres de Feira de Santana-BA”, a fim de colaborar na criação de uma cartilha e um folder com informações a respeito da covid-19 e formas de prevenção voltadas, especificamente, para os(as) feirantes (Anexo D - Cartilha NUPEC/UEFS), como pode ser visto em Paixão e Lima (2020). As reuniões e discussões ocorridas entre professoras e estudantes da área de enfermagem da UEFS, através da plataforma virtual *meet google*, produziram um material impresso que, posteriormente, foi distribuído aos feirantes, junto com máscaras de tecido, em diversas feiras livres da cidade e, em especial, na Praça Bernardino Bahia, como forma de ajudar ambulantes e feirantes, outrora excluídos das ações de saúde promovidas pelo município, conforme apontado anteriormente (GOVERNO..., 2020b). Até 2020 não havia uma aproximação direta desta pesquisadora com os feirantes e ambulantes da Marechal Deodoro e entorno. Assim, em outro momento da pandemia, meados de 2021, uma nova oficina foi organizada pelo NUPEC/UEFS para atender, especificamente, aos feirantes da Marechal Deodoro e entorno, com o título “A pandemia ainda está aí, vamos continuar nos cuidando”, o grupo de professoras e estudantes de enfermagem da UEFS buscava incentivar o uso de máscaras e os cuidados com a higiene em função da Covid-19. Apesar de pronta para ser executada, a ação acabou não acontecendo por conta das tensões ocorridas no período, causadas por novas ameaças de expulsão.

Em março de 2020, a portaria de nº 003/2020 adiou a portaria nº 001/2020, “referente as ações de transferência de ambulantes cadastrados para o Centro Comercial Popular”, até o final do Estado de Calamidade Pública causado pela pandemia (FEIRA DE SANTANA, 2020a, 2020b), fato que não se configurou na prática. O advento da pandemia trouxe instabilidade econômica e emocional, principalmente, para camelôs, feirantes e ambulantes que dependiam das vendas e contato direto com os fregueses para proverem a existência. Do começo da pandemia até antes do início da vacinação, a prefeitura local permitiu que o comércio de Feira

de Santana abrisse e fechasse algumas vezes. Seguindo uma tendência do governo federal, fomentava uma discussão equivocada entre priorizar a economia ou as pessoas (PREFEITURA..., 2020a; PREFEITURA..., 2020b), evocando uma economia deslocada da vida. Permitindo, por diversas vezes, o aumento do número de infectados e o risco de um colapso na Saúde (COM 100%..., 2020). Durante a pandemia, provocada pela Covid-19, o cenário no Brasil sofreu diversas mudanças, havendo uma variação entre medidas sanitárias mais restritivas, com toque de recolher ou fechamento de comércio e serviços não essenciais; noutras, com o relaxamento das medidas de restrição, favorecendo o aumento de contaminados e mortos. Até outubro de 2022, o Brasil registrava 686.928 mil mortos pela doença, tornando-se um dos piores países na gestão da crise sanitária (BRASIL..., 2021; BRASIL..., 2022). Em Feira de Santana, a trégua nas remoções, dada pela prefeitura, não se estendeu até o fim da pandemia e a execução do projeto de requalificação voltou a ser anunciada, efetivando-se, a partir de agosto de 2020, com a intensificação das remoções das barracas de camelôs, aumentando a insegurança e gerando revolta entre trabalhadores e trabalhadoras atingidos(as) pelas ações.

As primeiras remoções de barracas de camelôs foram amplamente transmitidas através de vídeos por trabalhadoras, trabalhadores e apoiadores(as), nas redes sociais e na mídia local (HERMES, 2020; TRINDADE, SILVA, 2020). Inicialmente, observou-se uma certa motivação com a união dos(as) trabalhadores e trabalhadoras afetados(as) pelas medidas “*A união agora dobrou, depois da remoção dos ambulantes lá [da Praça do Nordeste], camelô caiu na real que a prefeitura vai vir pra cima*” (Camelô4, informação verbal, notas de campo, ago. 2020). Assim, após uma redução das ações presenciais, o movimento de resistência foi sendo retomado com o uso das tecnologias à serviço das lutas. Notas de repúdio contra as remoções foram emitidas por várias instituições e divulgadas nas redes sociais. Uma delas chamava atenção das autoridades e da sociedade em geral, sobre as remoções acontecendo à noite e durante o final de semana, dando uma demonstração de desumanidade em função da pandemia e da crise econômica do país. Por fim, apontava a ilegalidade da ação por contrariar normas jurídicas internacionais e nacionais (NOTA..., 2020).

Com o acirramento das retiradas, novas manifestações foram definidas para resistência, contando com o impulsionamento de vídeos nas redes sociais *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*, a fim de registrar um contraponto ao discurso difundido pelo Executivo Municipal. Os vídeos gravados por trabalhadores e trabalhadoras denunciavam as remoções em tempo real e outros vídeos foram produzidos com temáticas inerentes à causa, elaborados por professores(as) da UEFS, versando sobre: os prejuízos econômicos advindos da extinção do

comércio de rua; a importância histórica da feira livre para Feira de Santana; as ilegalidades do *Shopping Popular*; e sobre a Economia Popular e Solidária como alternativa para organizar o comércio de rua. Foram promovidas também coletivas de imprensa e foram criadas contas em redes sociais como *Instagram*, “@trabalhadoresdocentrofsa” [ago. 2020], e *Facebook*, “Em defesa do trabalho no Centro de Feira de Santana”, com o objetivo de noticiar os atos de resistência empreendidos pelo Movimento de feirantes, ambulantes e camelôs do Centro de Feira de Santana, a partir da ótica deles mesmos.

Durante o mês de setembro de 2020, a resistência reafirmava a reformulação do projeto Novo Centro, com vistas à permanência de todos(as) os(as) trabalhadores e trabalhadoras que atuam nas ruas centrais de Feira de Santana; buscava o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por ambulantes, feirantes, camelôs, artesãos, floristas etc. enquanto Patrimônio Cultural, em função da vinculação histórica do trabalho daquelas pessoas com a antiga feira livre que deu origem a esta cidade; requeria também o cancelamento da obrigatoriedade de ida para o *Shopping Popular* em função das denúncias de irregularidades.

Apesar da corrida eleitoral municipal, no final de 2020, um decreto publicado pela prefeitura exigia a remoção imediata das barracas do Centro, com data prevista para 15 set. 2020 (CAMELÔS..., 2020; FEIRA DE SANTANA, 2020c). Diante da pressão, aumentaram os protestos nas ruas. Na reportagem de Cardoso (2020), foram apontadas questões de falta de infraestrutura e segurança do *Shopping Popular*, além dos preços cobrados. Dona L.F., há 30 anos como camelô, afirmou: “*O prefeito fez um acerto com a gente e agora já apareceu outro. [...] o que eles estão fazendo com a gente não é justo. A gente não tem condições de pagar o valor absurdo que está sendo cobrado*”, apontando a mudança no “pacto” apresentado e a armadilha configurada na prática. A ausência do poder público municipal, num empreendimento planejado para uma função social específica, aponta para a privatização de pautas de interesse público sem a devida discussão com a sociedade. Dando lugar ao que Sousa Santos (2007, p. 79-80) chamou de “regresso do colonizador”, no qual o “[...] Estado se retira da regulação social e os serviços públicos são privatizados, de modo que poderosos atores não-estatais adquirem controle sobre a vida e o bem-estar de vastas populações”, no caso em questão, a vida de camelôs e ambulantes desta cidade. Aliás, no regresso do colonizador, os sujeitos passam a ser tratados como “[...] se fossem **não-cidadãos e com os não-cidadãos como se fossem perigosos selvagens coloniais**” (SANTOS, B., 2007, p. 83, grifo nosso). Tais atitudes exteriorizam o preconceito estrutural presente na forma como aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras são tratados(as), resquício de um processo de colonização que subordina pessoas a relações persecutórias e subalternizadas.

Os dias seguintes foram marcados por novas manifestações contra as retiradas, que acabaram se efetivando. Antes, porém, aconteceram, desde abraço simbólico no Fórum Desembargador Filinto Bastos, solicitando liminar para suspender as retiradas, até a queima de pneus em frente à prefeitura em ato articulado com outras categorias (SILVA; CARDOSO, 2020; PROFESSORES..., 2020). Naquele momento, entrecortado pela campanha eleitoral e a pandemia, notou-se a manutenção da postura daquela gestão, contrariando os prognósticos mais otimistas que apontavam para o relaxamento das medidas de remoção, em função da candidatura à reeleição do então prefeito. Na esteira da luta e das eleições, as soluções messiânicas para o problema deixavam uma falsa impressão de que a vitória poderia vir de um “candidato-salvador” e das ações judiciais, dificultando a organização e a luta coletiva. Tais mecanismos possuem em sua essência, segundo Freire (1987), a capacidade de dividir, conquistar e manter a dominação.

Como todo processo tem as suas contradições, aquele movimento pela permanência dos(as) camelôs e ambulantes do Centro de Feira de Santana – em especial aquele experimentado com maior presença dos(as) camelôs da rua Sales Barbosa e adjacências – também apresentou as suas contradições, tornando-se um território em disputa. Fosse pela presença de vereador considerado traidor, por parte dos(as) trabalhadores e trabalhadoras, fosse pela atuação de apoiadores “reacionários”. Dessa forma, do mesmo movimento de resistência em que se registrou a presença de apoiadores(as) imprescindíveis à luta, conforme apresentado no capítulo 1, emergiu também outros sujeitos que, imersos neste mesmo fenômeno, realizaram tarefas que favoreciam à manutenção do *status quo* (FREIRE, 1987).

Nesse sentido, a ponderação do Apoiador1 (entrevista, 2021) era de que havia uma *“parte que apostava na organização coletiva, no processo de construção da luta mais direta e uma outra parte era capturada por uma ideia de passar o seu destino para as mãos de um representante que apostava nas regras do jogo”*. Uma figura, em especial, se destacou, encabeçando processos, conforme relatado, que não promoviam a emancipação daqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras, tampouco o diálogo, muito menos a organização coletiva, numa forma de atuar que fomentava a divisão, colaborando para desencadear um processo que chamamos de terceirização da luta. Sendo figuras como aquelas apenas fomentadoras de processos que encontraram um campo fértil no contexto da luta de camelôs e ambulantes da Sales Barbosa, Sr. dos Passos e adjacências.

O processo chamado de terceirização da luta foi, em certa medida, fomentado por um indivíduo, ao chamar para si a capacidade de resolver os problemas coletivos, principalmente, através de ações judiciais, colaborando para criação de uma falsa percepção da realidade e de

que a luta coletiva poderia ser deslocada para o individual. Nesta direção, ponderou o Apoiador1: “*as pessoas estavam delegando para outras pessoas [...] o destino da luta delas. [...] Já existe uma tendência natural das pessoas aceitarem fácil alguém que vai ajudar e salvar*” (entrevista, 2021). Tal percepção foi reforçada na fala de uma das entrevistadas: “*a gente deveria ter alguém, pessoas mesmo, não fosse somente a gente*” (Feirante2, entrevista, 2021). Freire (1981, p. 33) destacou que o “trabalhador social reacionário” não tem interesse de que as pessoas “[...] desenvolvam uma percepção crítica de sua realidade” e que exercitem a sua reflexão. Pois se inquieta com a mudança e teme “perder seu ‘*status social*’.”. Nesse sentido, a terceirização, reforçada pela figura messiânica de um salvador ou apoiador reacionário (FREIRE, 1981; 1987), aliena, dificulta a organização interna, a comunicação, a reflexão e a criatividade, além de trazer dispersão, confusão e desserviço aos movimentos populares.

No bojo das resistências, mobilizações, judicialização e todos os processos empreendidos por camelôs, ambulantes, feirantes, artesãos, artesãs e apoiadores(as), reunidos através do “Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro de Feira de Santana”, parte daqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras foram expulsos(as) das ruas centrais da cidade.

Imagem 8 - Prefeitura remove barracas da Rua Sales Barbosa



Fonte: Fotografia Izinaldo Barreto (COMEÇA..., 2020).

Naqueles dias, a imagem acima ficou cada vez mais frequente na cidade e mesmo retratando a realidade, não era capaz de comportar a indignação de trabalhadores, trabalhadoras e apoiadores(as), em luta, diante daqueles acontecimentos. As remoções geraram um abatimento e uma desarticulação do movimento empreendido pelo Coletivo. Alguns participantes deixaram os grupos de *WhatsApp* e outros destacaram a instabilidade financeira e

emocional para prosseguir. Diante da sobrevivência, a luta coletiva arrefecida gerava questionamentos a respeito dos rumos da resistência e seus processos permeados de altos e baixos; reestruturação e ajuste de rota.

4.2 A RESISTÊNCIA É “MUTIRÃO DE MUITOS”: OS MOVIMENTOS APÓS A EXPULSÃO DOS(AS) CAMELÔS

Como a vida é “mutirão de todos, por todos remexida e temperada”, como diria Guimarães Rosa (2019), os movimentos de resistência passaram por reestruturações, com novas lideranças e em outros pontos do Centro, permanecendo vivo em diversas formas de resistência. Os(as) artesãos e artesãs expulsos(as) do Centro de Abastecimento e realocados(as) para um galpão improvisado na rua Olímpio Vital, não acompanhados(as) neste estudo, seguem se mobilizando, através da Associação dos Artesãos de Feira de Santana (AAFS), em busca de um local adequado para continuarem exercendo seu ofício. Os(as) ambulantes e feirantes da Praça Bernardino Bahia e adjacências seguem sofrendo ameaças e sobrevivendo naqueles espaços, apesar de não estarem organizados(as) como os demais movimentos. Feirantes, ambulantes, camelôs e tantos outros(as) trabalhadores e trabalhadoras do Centro de Feira de Santana seguem exercendo seus ofícios, apesar das ações da prefeitura e mesmo sem organização coletiva para a luta. Deixando a possibilidade de novas abordagens que favoreçam a organização daquelas pessoas ou a inclusão delas num projeto maior de luta, na qual todas as ruas do Centro, seus(as) trabalhadores, trabalhadoras e formas de vida, agora ameaçados, possam se congregar numa luta conjunta, independente da categoria de trabalho e da rua de atuação. Essa utopia continua sendo acalentada, mesmo não sendo possível acontecer neste momento. Feirantes e ambulantes da Marechal Deodoro e adjacências se organizaram, no início de 2021, através do movimento A Feira da Marechal é Patrimônio, e conseguiram algumas vitórias, sendo a principal delas, permanecerem trabalhando no Centro de Feira de Santana, além do reconhecimento de que a feira livre da Marechal Deodoro é, legalmente, um Patrimônio Cultural Imaterial. O reconhecimento veio através de um Projeto de Lei, de autoria do vereador Jhonatas Monteiro (PSOL), aprovado pela Câmara de Vereadores deste município (GONÇALVES, G., 2022b). Os(as) camelôs e ambulantes transferidos(as) para o *Shopping* Popular, no final de 2020, seguem resistindo através de atos, mobilizações, vigílias etc., organizados através da ADECAM. Sendo, a principal vitória, na perspectiva desta pesquisadora, a constituição de uma associação que os representasse e, também, a aprovação de uma lei que autoriza a prefeitura a romper o

contrato com o *Shopping Popular*, conforme visto anteriormente (FEIRA DE SANTANA, 2022).

Neste contexto, o ano de 2021 foi iniciado com o crescimento da pandemia no país – vacinação em curso e mais de 616.000 mortos pela Covid-19 – e uma crise econômica no Brasil (BANCO..., 2021; BRASIL..., 2019; BRASIL..., 2021; JUCÁ, 2021). As resistências ganharam novos contornos e foram intensificadas através de manifestações nas ruas, noticiadas nos jornais e redes sociais; atos na Câmara de Vereadores; audiências públicas e outras ações. Do retrato das resistências, neste período, alguns momentos foram destacados para a construção deste subcapítulo.

O primeiro registro desse novo período foi de um ato organizado pelo Movimento A Feira da Marechal é Patrimônio [27 abr. 2021], quando a Prefeitura anunciou remover os feirantes daquela rua.

Imagem 9 - Manifestação contra Remoção da Feira livre da Marechal Deodoro



Fonte: Paulo José (PINTO, 2021b).

Os manifestantes defenderam o diálogo com a Prefeitura Municipal que, até então, seguia sem recebê-los para conhecer o Projeto Alternativo de Requalificação com inclusão proposto por trabalhadores e trabalhadoras, conforme apontou uma feirante, que desde criança acompanhava a mãe na feira livre: “*Não pode se ter um projeto de uma cidade como Feira de Santana tendo os feirantes de fora. [...]. O município foi constituído a partir de uma feira, o elemento principal é a feira e então a partir disso aí há possibilidade de adequação [...]*” (PINTO, 2021b).

Figura 6 - Projeto Alternativo Requalificação com Inclusão para Rua Marechal Deodoro



Fontes: Silva e Pimenta (2021); Silva (2020).

O projeto alternativo, apresentado pelo movimento de resistência A Feira da Marechal é Patrimônio, demonstra a viabilidade técnica para uma requalificação do Centro sem expulsar os(as) trabalhadores e trabalhadoras, conforme demonstra a imagem acima. Durante a reportagem de Pinto (2021b), outra feirante também ponderou:

A gente quer ficar na Marechal, organizado. A Marechal hoje é uma favela, mas não é por conta dos feirantes, é por conta do próprio poder público que nunca olha por nós, nunca padronizou, [...] eles querem expulsar os feirantes da Marechal para as feiras onde já têm lá os feirantes e para o Centro de Abastecimento, que não é viável para a gente.

Acima, as feirantes trouxeram pontos relevantes. Primeiro, considerar a Feira livre um Patrimônio; segundo, a desorganização provocada pelo próprio Executivo Municipal e, por fim, a dupla penalização sofrida com a situação e ameaça de expulsão. Nesse sentido, a resistência da Marechal e entorno defende a permanência dos(as) trabalhadores e trabalhadoras no Centro, tendo como principais reivindicações: a) alterar o projeto de requalificação do Centro para incluir espaços padronizados para alocação da Feira livre da Av. Marechal e entorno; b) recadastrar as pessoas que trabalham na Feira livre; c) estabelecer um padrão para as barracas; d) garantir estrutura sanitária básica com coleta de lixo diária e banheiros químicos para uso dos(as) feirantes e ambulantes que atuam naquele lugar.

Além de seguirem trabalhando nas ruas centrais da cidade, uma outra vitória foi terem participado de uma reunião com o prefeito, ocorrida durante uma manifestação em meados de novembro de 2021.

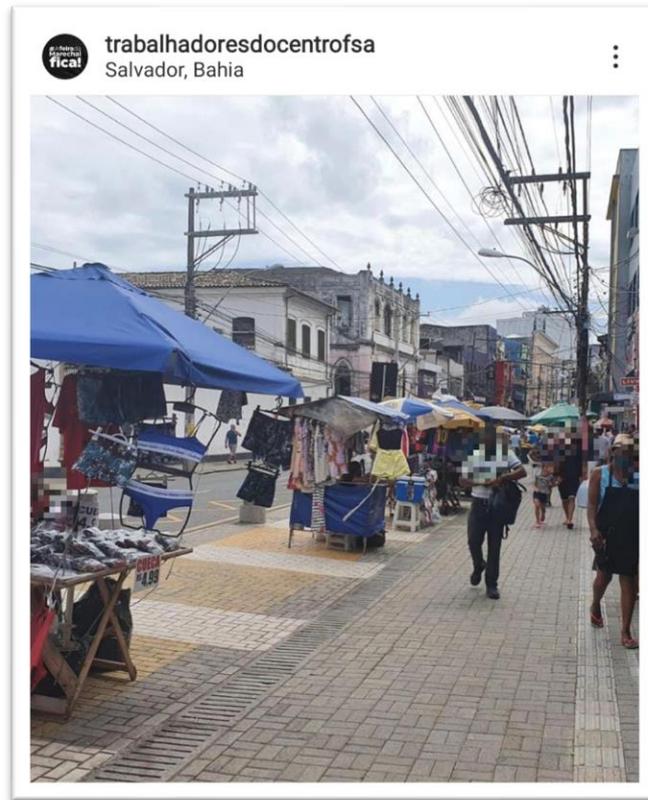
Imagem 10 - Manifestação em Frente à Prefeitura Municipal



Fonte: @trabalhadoresdocentrofsa (2021).

Assim, numa manhã chuvosa de uma terça-feira, durante mais um ato organizado pelo movimento, o prefeito convidou a liderança para conversar na sede da prefeitura. Uma vitória para o movimento que nunca havia sido recebido pelo prefeito e, enfim, conseguiu apresentar suas demandas, a saber: a) emissão de um parecer técnico da prefeitura para o Projeto Alternativo proposto pelo movimento; b) suspensão da proposta de remoção de feirantes para as feiras livres dos bairros e Centro de Abastecimento em função da falta de estrutura, ponto que teve concordância do prefeito; c) apoio ao projeto de requalificação com inclusão, assegurando que os(as) feirantes da Marechal Deodoro e entorno fossem reorganizados(as) dentro da própria Marechal, possibilitando a permanência daqueles(as) e a continuidade das obras; d) foi proposto, caso o Projeto Alternativo não fosse aprovado, que a feira livre da Marechal Deodoro e entorno permanecesse com modelo parecido com aquele existente na rua Joana Angélica (Salvador, Ba). O prefeito se interessou por essa proposta e uma comitiva formada por três feirantes; um arquiteto, apoiador do movimento; e um representante da prefeitura, visitou a referida feira livre na capital baiana, um dia após aquela reunião. Durante aquela conversa, o prefeito comprometeu-se em não permitir retiradas violentas dos(as) feirantes e ambulantes e agendou nova reunião, que não aconteceu até o fechamento deste documento.

Imagem 11 - Comitiva de feirantes visita a Rua Joana Angélica em Salvador (BA)



Fonte: @trabalhadoresdocentrofsa (2022).

A visita gerou registros sobre a forma de ocupação do solo naquela rua, o tipo de padronização das barracas; passagem de pedestres; pontos de acessibilidade, carga e descarga; pinturas no piso e outros tantos detalhes técnicos captados pelo arquiteto, durante a visita. Mas, antes de tudo, aquela visita trouxe a certeza de que existe a possibilidade de permanência das feiras livres em um grande centro, unindo a manutenção do emprego, a geração de renda e as tradições, à dinâmica das cidades.

O registro a seguir, apresenta a “Paralisação de 72 horas” realizada por camelôs e ambulantes do *Shopping Popular* [out. 2021]. Em passeata, pelas principais ruas do Centro, os(as) manifestantes reivindicavam um diálogo com a Prefeitura. Sem sucesso, seguiram até a Câmara de Vereadores pedindo apoio dos parlamentares na resolução dos problemas causados pelo *Shopping Popular*.

Imagem 12 - Camelôs no Shopping Popular fazem Protestos por 72 horas no Centro



Fonte: Paulo José (CRUZ, 2021).

Houve ampla repercussão na mídia com posições favoráveis e contrárias. Dentre as principais reivindicações dos(as) camelôs no *Shopping Popular*, está a redução do aluguel e condomínio para seguirem no local, considerando que a inadimplência, resultado da falta de vendas no local, tem sido a causa dos(as) camelôs, outrora expulsos(as) das ruas, serem novamente expulsos(as) do *Shopping Popular*. Este processo acontece por meio de retenção das mercadorias e fechamento dos boxes, culminando na expulsão caso não consigam quitar a dívida com o empreendimento. Prática que segue acontecendo, apesar de ser considerada ilegal pela justiça desde 2021 (BAHIA, 2021). Um camelô, transferido para o *Shopping Popular* após 18 anos trabalhando na Rua Sales Barbosa, entrevistado durante o ato, acima descrito, destacou: “*O nosso objetivo é rever esse valor absurdo [...] não temos vendas lá. Ontem eu não vendi uma peça, vendo confecções [...]. Está difícil*” (CRUZ, 2021). Recentemente camelôs e ambulantes tiveram algumas vitórias judiciais, com a suspensão dos cortes de energia e lacre de boxes; e melhorias anunciadas pelo vice-prefeito e noticiada em jornal local:

a prefeitura vai fazer o trabalho dela, que é colocar ponto de ônibus, SAC da prefeitura, fazer propaganda, já de imediato. ‘Precisamos movimentar o *Shopping*. [...] Mas **aquele processo de tirar gente do Box e cortar energia**, enquanto não for anunciado o novo acordo entre prefeitura, administração e o pessoal do *Shopping*, **ele não vai poder fazer**’ (VICE-PREFEITO..., 2021, grifo nosso).

Além da manifestação positiva do Executivo Municipal – mesmo que nada tenha sido alterado na prática – houve a declaração de ciência da prática ilegal cometida pela administração do *Shopping Popular*. Como agora há uma lei, conforme visto anteriormente, autorizando que a Prefeitura rompa o contrato, definitivamente, com o Consórcio (NUNES, 2022; FEIRA DE SANTANA, 2022), tal sinalização acaba sendo positiva para camelôs e ambulantes.

Mesmo a prefeitura não acatando o dispositivo legal, no começo do segundo semestre de 2022 foi realizado um recadastramento dos(as) camelôs que estão em atividade no empreendimento e/ou que tiveram seus boxes fechados nos últimos 90 dias, da data de convocação, com o objetivo de “[...] viabilizar a reabertura dos boxes que foram lacrados e buscar uma solução com relação às taxas a serem pagas por eles, como aluguel e condomínio” segundo reportagem de Cruz (2022). De acordo com o novo Secretário da STTDE, Sebastião Cunha, a prefeitura “[...] vai chamar para resolver a situação. E os boxes serão reabertos. Essa portaria é o primeiro movimento das ações determinadas pelo prefeito, que encomendou [...] buscar uma solução” (CRUZ, 2022). Toda essa repercussão, fomentada pela resistência daqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras, reforça as denúncias de irregularidades e chama atenção da população em geral sobre os problemas existentes em torno do *Shopping Popular*; mantém a pauta de luta no cenário político e midiático da cidade; e favorece o enfrentamento das dificuldades vividas por camelôs e ambulantes. As diversas manifestações na Câmara de Vereadores, acabou impulsionando o Legislativo Municipal para aprovação [ago. 2022] de uma Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) com o objetivo de investigar as inúmeras denúncias de irregularidades do *Shopping Popular* (APROVADA..., 2022).

Neste contexto, até aqui apresentado, vale pontuar com Antunes (2020, p. 3-8) que as grandes corporações não irão abdicar dos seus lucros exorbitantes sem que haja pressão social. A vida não será preservada pelo capitalismo selvagem sem que haja pressão social; o abismo social das desigualdades e a extinção dos direitos sociais só podem ser freados com a “[...] luta social, rebelião, confrontação, descontentamento”. O único limite para o capital são as lutas sociais, porque “o capital não tem limites”. Corroborando com o autor, urge a construção de um novo mundo, possível de ser realizado pelas mãos de quem entende de trabalho: a classe trabalhadora. E neste cenário, camelôs e ambulantes do *Shopping Popular* ventilam a possibilidade de assumirem a gestão do empreendimento, caso haja pressão política suficiente para que o contrato da prefeitura com o consórcio seja quebrado, conforme sinaliza a legislação municipal. Apesar de haver essa possibilidade, o que fica mais perceptível é uma certa contradição da categoria entre: destacar os pontos negativos do empreendimento e, por outro lado, ver os fregueses cada vez mais distantes; ou começar uma campanha positiva para que as pessoas (fregueses) frequentem o local, aumentando as vendas para possibilitar a permanência dos(as) camelôs e ambulantes no empreendimento e, para isso, deixar de denunciar as irregularidades e injustiças encontradas na gestão do *Shopping Popular* [notas de campo, 2022]. Em toda medida, parece óbvio para aqueles grupos, que a chave para a virada necessária para

preservação da vida está na luta coletiva. Feita com união, solidariedade e colaboração, valores embotados e adormecidos pelo sistema capitalista (FREIRE, 1987).

Se no passado havia um silenciamento ante a expulsão da feira livre ocorrida em 1977 (MOREIRA, V., 1994, p. 195-198) – sem desconsiderar o momento político de outrora, sob uma ditadura empresarial-militar – quando os feirantes afirmavam: “[...] *se eu tivesse preferência ficaria aqui no mercado, mas lei é lei então a gente tem que cumprir*” (Sr. Raimundo Santana, vendedor de requeijão) e prosseguia D. Lourdinha “*Vou sentir muita falta deste pedacinho de terra onde armo minha barraca [...] mas Deus é quem vai tomar conta de tudo, e só ele é quem sabe do destino da gente*”. Na atualidade, o cenário mudou. As trabalhadoras e os trabalhadores fazem manifestações, reclamam das condições enfrentadas, se mobilizam e dizem a sua palavra. Localizam um sistema opressor e descartam a ideia de um fatalismo divino. Resistem, apesar dos discursos e ações empreendidas para a retirada deles(as). Propõem alternativas, aparentemente desconsideradas, como a abertura da praça Bernardino Bahia; reforma das calçadas e uma nova Requalificação com inclusão. Nesta medida, o entendimento de resistência tem como base alguns pressupostos apontados por Giroux (1986) destacando, dentre outras questões: a noção de resistência na qual os oprimidos não são sujeitos passivos diante da dominação; a necessidade de compreender como as pessoas resolvem a vida e respondem às estruturas de dominação vividas; os lampejos de liberdade contidos nos atos criativos de resistência; além de uma essencial esperança expressada. Giroux (1986) destaca que ao investigar qualquer ato de resistência é necessário perceber a sua vinculação com uma luta contra a dominação e submissão, bem como as possibilidades destes atos guardarem em si a oportunidade de superação do conformismo, servindo, ao mesmo tempo, para reanimar as lutas políticas coletivas.

No que tange ao surgimento dos movimentos de resistência, é importante marcar que este acontece perante uma opressão vivida e o passo seguinte é inscrito na luta e na busca para transformar a realidade. Interessando marcar a educação que acontece numa resistência nascida das opressões e exclusões vividas por pessoas comuns, produtoras de uma prática social ancestral, ratificando as possibilidades de aprendizagem contidas nas resistências contra a dominação. Nesse sentido, a própria Educação Popular também se apresenta como um caminho para compreender as transformações sociais desejadas, num movimento onde os sujeitos, a partir de uma realidade opressora, buscam coletivamente formas para transformá-la, entendendo que estas transformações não acontecem por milagre, sendo possível quando os oprimidos passam a ler e escrever as suas próprias histórias (FREIRE, 1987).

Assim, com base nos estudos deste capítulo, alguns elementos serão sintetizados, no quadro abaixo, enquanto processos educativos construídos a partir das resistências investigadas.

Quadro 9 - Processos Educativos identificados nas resistências

Ações Práticas e Educativas	Ensino e Aprendizagem Identificados
Organização, inserção e participação nas lutas coletivas, através das resistências instituídas	<p>Cidadania - ocorre quando os(as) trabalhadores e trabalhadoras percebem-se sujeitos de direitos e que tendo esses direitos negados, cerceados, se torna legítimo e necessário encampar uma luta para reverter uma dada situação de opressão.</p> <p>Politização – percebendo-se sujeito de direito, compreendem também a necessidade de uma ação política para manutenção e ampliação desses direitos.</p> <p>Classe Trabalhadora - construção de uma percepção de pertença a uma única classe formada por trabalhadores e trabalhadoras;</p>
Diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras, sindicatos, professores(as) e estudantes, se juntam em favor de uma determinada categoria	<p>Organização coletiva - acontece quando é possível observar e problematizar a realidade para propor soluções para transformação.</p> <p>Trabalho coletivo - possível por meio dos processos compartilhados e construídos coletivamente.</p> <p>Conscientização – é construída na medida em que há uma consciência da realidade. Este conhecimento da realidade, por sua vez, é construído na ação e reflexão, sendo o espaço das resistência férteis para essas construções.</p> <p>Valorização de si, do coletivo e do seu trabalho – possível na medida em que compreende o seu papel e importância histórica, cultural e econômica para a cidade.</p>
Organização e Participação em manifestações, atos, greves, protestos, ações judiciais, construção de propostas, audiências públicas, processos de comunicação com a sociedade, poder público e seus pares, vigílias etc.	<p>Função Social – a percepção da função social da feira livre e do trabalho desenvolvido por feirantes, ambulantes e camelôs no Centro de Feira de Santana, fica demonstrado nas falas de alguns sujeitos ao falarem da feira livre e daquele trabalho como espaço de sobrevivência, ressocialização etc.</p> <p>Colaboração, união e solidariedade – capacidades demonstradas por sujeitos diversos e de diversas categorias que se unem em prol de um bem comum.</p> <p>Valores como responsabilidade, esperança, compromisso e empenho constituem-se mobilizadores para as ações de resistência e para a própria organização do movimento.</p> <p>Patrimônio Cultural Imaterial – reconhecimento de que a prática social desempenhada por feirantes, ambulantes e camelôs no Centro de Feira de Santana tem valor imensurável.</p>

Fonte: própria autora (2020), tendo como modelo os quadros de Martins (2020).

O quadro acima traz as potências inerentes aos processos de ensinar e de aprender observados, na atualidade, a partir da luta empreendida nos movimentos de resistência, acompanhados nesta pesquisa, que geraram processos educativos. No que tange à conscientização, há uma percepção quanto à construção de uma consciência de classe, por parte de alguns(as) trabalhadores(as). Observa-se ainda a existência de uma maior conscientização, por parte daqueles(as) mais engajados na luta, com compreensão de si mesmos enquanto sujeitos de direitos, além de uma politização observada na busca pela manutenção dos direitos conquistados e na ampliação da participação na luta coletiva. Os processos educativos,

sistematizados no quadro acima, são percebidos quando se observa, nas ações práticas, os diálogos com diferentes interlocutores; a ampliação das percepções a respeito das relações de poder e dominação; a capacidade de compreender a realidade e construir resistências.

Outra reflexão possível de ser construída, a partir dos processos observados e identificados nas resistências investigadas, é na perspectiva de, corroborando com Freire (1996), Ribeiro Júnior *et al.* (2013) e Oliveira *et al.* (2014), afirmar que há processos educativos em todas as práticas sociais. Mas avançando, afirmamos que mesmos as práticas educativas consideradas opressoras, injustas e que dividem as pessoas, conforme destacam Oliveira *et al.* (2014), até mesmo essas, repetimos, podem trazer compreensão sobre a realidade, aprendizado e acabarem ensinando, inclusive a respeito de processos e práticas sociais que devem ser evitadas por fragilizarem as lutas coletivas e imprimirem mais opressão e desigualdade para quem já está submetido(a) a situações opressoras. Nesse sentido, não se pode deixar de falar dos movimentos de divisão para enfraquecer e conquistar, observados na estratégia do Executivo Municipal de fragmentar as expulsões de modo que tornasse difícil, por parte dos(as) trabalhadores e trabalhadoras, perceberem que se tratava de um processo que atingiria a todos e todas igualmente. O individualismo – contrário à solidariedade, cooperação e união – presentes na difusão do empreendedorismo, através do qual as pessoas fazem buscas solitárias pelo sucesso ou até mesmo pela sobrevivência. Este individualismo, fomentado pelo empreendedorismo, dificulta a participação em trabalhos coletivos, cooperados e solidários.

Os processos chamados de terceirização e judicialização, observados durante o movimento empreendido por camelôs e ambulantes para permanecerem no Centro de Feira de Santana, e, posteriormente, removidos(as) para o *Shopping* Popular, apontam para processos perigosos para a luta coletiva, na medida em que podem favorecer a desmobilização/desarticulação das pessoas ao depositarem excessiva confiança no Poder Judiciário e verem essa confiança abalada e/ou ao perderem a perspectiva da luta coletiva, na busca por pessoas que, individualmente, poderiam resolver as situações de opressão vivenciadas. Os poderes constituídos, neste caso o judiciário, e o “trabalhador social reacionário” (FREIRE, 1981, p. 33) servem, em certa medida, às estruturas de dominação e, por outro lado, alimentam duas crenças míticas: a primeira de que ter leis ou ordens judiciais favoráveis significa que estas serão cumpridas meramente pelo fato de existirem; e a segunda de que um Messias pode trazer a salvação, mascarando a percepção de que todas as conquistas históricas aconteceram através das lutas coletivas.

A própria expulsão de camelôs e ambulantes da rua Sales Barbosa e adjacências, talvez seja a experiência mais dolorosa vivida no âmbito do movimento de resistência. Mas ao mesmo

tempo, tornou-se reveladora quanto a natureza e forma de atuação do Sistema Opressor ao qual aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras estão submetidos(as), servindo de alerta aos demais. Outra questão é a violência produzida contra os trabalhadores e trabalhadoras através de expulsão, negação de direitos – ao trabalho, ao território, à sobrevivência etc. –, conforme visto nos dois últimos capítulos, além das discriminações, ameaças e falta de diálogo. Estas experiências, mesmo dolorosas, acabaram revelando a face opressora do Executivo Municipal.

Estas discussões apontam para uma percepção de que até mesmo os processos, práticas e experiências vistas como ruins ou negativas, guardam em si a possibilidade de ensinar e aprender. Portanto, é possível aprender com elas, seja individual ou coletivamente, na medida em que servem para desvelar a realidade e fomentar a luta coletiva pela transformação daquela situação de opressão. Em última instância, servem para desvelar as contradições dos movimentos de resistência e, nesta medida, apontam as armadilhas no/do caminho. Essas primeiras considerações também trazem o entendimento de que é no espaço concreto onde as resistências são materializadas – no qual as pessoas se articulam, lutam, debatem, discordam, dialogam, trabalham, sofrem derrotas e vitórias – que diversos processos educativos são produzidos e experimentados.

5 GT DE COMUNICAÇÃO: AÇÃO PARA APOIAR AS RESISTÊNCIAS

Visando construir caminhos para superação de situações de exclusão e opressão vividas por trabalhadores e trabalhadoras – feirantes, ambulantes, camelôs etc. – herdeiros(as) da tradicional feira livre de Feira de Santana, foram tomados os estudos elaborados no âmbito da Educação Popular (EP), a serem consolidados através de um trabalho inspirado na pesquisa-ação, na pesquisa participativa e nas ações do IDAC, conforme sinalizado no capítulo um deste relatório. A EP tem papel fulcral na compreensão daquela prática social e da sua luta para existir, enquanto modelo capaz de lançar luz às opressões para transformação da realidade. Afinal, a essência da EP é a prática social transformadora, traduzida num conjunto de ações com “[...] finalidade de compreender coletivamente a vida para transformá-la” (LEIS, 2006, p. 73).

A Educação Popular (EP), fundamentada nos estudos de Freire (GADOTTI, 2012), tem como definição “[...] o esforço de **mobilização, organização e capacitação das classes populares**” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 19, grifo nosso). Nesse sentido, a EP é uma prática social, educativa e política que acontece no movimento de compreender e transformar a realidade no tocante às desigualdades, exclusões e opressões, pressupondo a participação efetiva dos sujeitos interessados naquela transformação. Neste movimento, há uma compreensão de que os saberes produzidos no interior daquelas práticas sociais e políticas, estabelecem um diálogo constante com outros saberes, inclusive aqueles produzidos nas universidades. Sendo a Educação Popular “[...] um paradigma teórico nascido das lutas populares que passou por vários momentos epistemológicos e organizativos, visando não só à construção de saberes, mas também ao fortalecimento das organizações populares” (GADOTTI, 2012, p. 20), ela está totalmente vinculada aos movimentos sociais, que são, de acordo com o autor,

portadores da esperança, com suas múltiplas subjetividades políticas, lutando por moradia, pelo direito à terra, direitos humanos, ecologia, saúde, emprego, diversidade étnica, racial, de gênero, sexual etc. dando novo rosto à educação popular (GADOTTI, 2012, p. 18-19).

Dessa maneira, a Educação Popular, no contexto desta pesquisa, está vinculada ao movimento pelo direito ao trabalho, à sobrevivência, à dignidade, à cidade e também à terra, considerando a subjacente disputa por território. Nos termos destacados, importa olhar os processos educativos experimentados pelo povo – feirantes, ambulantes, camelôs e outros – em suas lutas por sobrevivência; na direção das resistências e lutas das classes populares; e do próprio uso da EP enquanto campo ideológico, prático e político para a compreensão e transformação das realidades opressoras.

Nessa perspectiva, será apresentado, neste capítulo, o trabalho desenvolvido para atuar numa dada situação-problema, pensado no âmbito das resistências e efetivada através das ações coletivas e processualmente construídas pelos membros do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação da Luta, cumprindo dois objetivos específicos definidos nesta pesquisa, a saber: “construir, colaborativamente, ações educativas para o fortalecimento da resistência existente” e “acompanhar o desenvolvimento das ações educativas definidas”. Assim, este penúltimo capítulo, apresenta a experiência do GT de Comunicação da Luta, enquanto atuação direta na realidade, com vistas a fortalecer a resistência, desde a sua constituição, adesão e perfil dos participantes; os objetivos do Grupo de Trabalho, construídos coletivamente; a sua dinâmica de funcionamento; além de uma análise na conta do *Instagram* @trabalhadoresdocentrofsa, enquanto canal para difundir a voz daqueles sujeitos. Serão também apresentadas algumas reflexões, com base na percepção dos(as) participantes do GT, a respeito desta experiência de trabalho. As reflexões e análises, construídas e apresentadas a seguir, foram baseadas nos pressupostos teóricos da Comunicação Popular, de acordo com Peruzzo (2009, 2013), Barbosa e Peruzzo (2017) e Freire (1967, 1981, 1983, 1987).

A Comunicação Popular (CP) surge entre as décadas de 1970 e 1980, como uma forma de comunicação nascida dos movimentos populares na América Latina, sendo inspirada no pensamento Freireano (PERUZZO, 2009). Com forte caráter político, a Comunicação Popular se constitui uma “[...] forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e participação política com vistas a estabelecer justiça social” (PERUZZO, 2009, p. 47). Segundo a autora, a CP é um tipo de “[...] ‘comunicação do povo’, feita por ele e para ele, por meio de suas organizações e movimentos emancipatórios, visando à transformação das estruturas opressivas e condições desumanas de sobrevivência” (PERUZZO, 2009, p. 48). Em resumo, a autora se refere à Comunicação Popular como a

expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do ‘povo’. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o ‘povo’ como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo (PERUZZO, 2009, p. 49).

Assim, as principais características da CP são: ter sua origem nos movimentos populares; ser um espaço no qual as classes oprimidas podem dizer a sua palavra de forma participativa e democrática; gerar conteúdos emancipatórios e reivindicatórios; ter o protagonismo do povo, enquanto produtor e difusor dos conteúdos; e ter um compromisso com

a melhoria das condições de vida das classes populares, afinal, a CP está fortemente ligada à “transformação social” (BARBOSA; PERUZZO, 2017, p. 159).

Os meios utilizados pela CP podem ser variados. Desde “pequenos jornais, panfletos, cartazes, faixas, troças carnavalescas, peças de teatro, *slides*, alto-falantes, TV de Rua etc.” passando pelo uso de “[...] rádio em frequência modulada, televisão comunitária no sistema a cabo, e mais adiante, *sites*, *blogs*, *fotologs* e listas de discussão na internet” (PERUZZO, 2009, p. 56-57). Podendo acontecer de forma digital, através de “[...] *blogs*, *websites*, comunidades virtuais, redes, e-*zines*, emissoras comunitárias na internet” (PERUZZO, 2013, p. 174). No caso do GT de Comunicação da Luta, os meios utilizados são as redes sociais *Instagram* e *WhatsApp*. E os movimentos utilizam carro de som, panfletos, cartazes e faixas como meios de comunicação, conforme pode ser visto neste capítulo e nos registros na conta @trabalhadoresdocentrosa, no *Instagram*.

Os trabalhos desenvolvidos no GT são publicados primeiro na conta @trabalhadoresdocentrosa, no *Instagram*, e encaminhadas, imediatamente, para os grupos no *WhatsApp* e para lista de contatos em rádios e mídias locais, a fim de ampliar a divulgação.

Imagem 13 - Descrição da conta no *instagram*



Fonte: @trabalhadoresdocentrosa (2022).

A conta @trabalhadoresdocentrosa, no *Instagram*, imagem acima, foi criada em agosto de 2020, contando atualmente com mais de 1.000 seguidores. Sendo esse, o principal meio de divulgação dos conteúdos produzidos nos movimentos de resistência acompanhados nesta pesquisa. A rede social *WhatsApp* também é usada para impulsionar as postagens e para o diálogo entre os membros do GT e outros trabalhadores.

Imagem 14 - Página *Facebook* “Em defesa do Trabalho no Centro – Feira de Santana”

Fonte: *Facebook* “Em Defesa do Trabalho no Centro – Feira de Santana (2022).

A página “Em defesa do Trabalho no Centro” recebeu, durante algum tempo, as publicações encaminhadas automaticamente a partir do *Instagram*. O uso do *Facebook* não foi priorizado, pois acreditávamos que a criação das contas nesta rede social *online* só poderia ser realizada mediante vinculação a uma conta pessoal. Tal vinculação dificultava a construção de um trabalho de interesse coletivo, uma vez que o proprietário da conta poderia se desvincular do movimento e todo trabalho acabar perdido. Este fato ocorreu em dois momentos distintos, desde a criação das contas em 2020¹².

Segundo Peruzzo (2009), a comunicação gerada no âmbito da CP é um movimento de contra comunicação constituído na medida em que possui “[...] posição político-ideológica contestadora do *status quo* marcada pelas contradições engendradas pelo modo de produção capitalista e o cerceamento às liberdades democráticas” (BARBOSA; PERUZZO, 2017, p 158). Assim, as publicações feitas para refutar ou questionar o *status quo* servem para reforçar a condição de contra comunicação desempenhada pelo GT.

Mesmo com a existência de termos parecidos e, por vezes, visto como sinônimos da Comunicação Popular – Comunicação Comunitária e/ou Alternativa – há diferenças entre eles, principalmente, no que se refere à luta de grupos subalternizados em busca de emancipação (PERUZZO, 2009; BARBOSA; PERUZZO, 2017). Para efeito deste estudo, a definição adotada refere-se àquela apresentada por Peruzzo (BARBOSA; PERUZZO, 2017, p. 160), quando define a Comunicação Popular e Comunitária como sendo aquela em que os processos de comunicação são

¹² Recentemente descobrimos que seria possível criar uma página no *Facebook*, para ser utilizada para comunicação dos movimentos de resistência, através de uma conta de e-mail utilizada pelo GT de Comunicação da Luta, a saber: trabalhadoresdocentrosfsa@gmail.com

[...] constituídos no âmbito dos movimentos sociais populares e nas comunidades de diferentes tipos, tanto as de base geográfica como as que são marcadas por outros tipos de afinidades. Não tem fins lucrativos e seu caráter é educativo, cultural e mobilizador. Se caracteriza pela participação ativa horizontal do cidadão: na produção, na emissão e na recepção dos conteúdos. Isso a torna um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social, portanto, deve se submeter às suas demandas.

Sendo nascidos nos movimentos populares, com um caráter fortemente educativo, a participação das pessoas é “[...] o eixo central da Comunicação Popular” (PERUZZO, 2017, p. 161). Os níveis de participação são diferentes e tornam-se, gradualmente, mais efetivos e amplos, principalmente na geração de demandas e produção dos conteúdos. De acordo com Peruzzo (BARBOSA; PERUZZO, 2017, p. 162, grifo nosso), a “[...] participação popular é algo que se constrói **lentamente**, algo que se conquista”. Nesse sentido, esse processo lento e conquistado vem sendo construído, no âmbito do GT de Comunicação, apesar dos desafios.

De acordo com a compreensão Freireana (1987, p. 43), a comunicação é o que dá sentido à vida. Essa deve, nesta perspectiva, negar os comunicados, o conhecimento depositado e os mitos, constituindo-se como parte importante no processo de superação do pensamento mágico, na medida em que se propõe a pensar o próprio pensamento mágico e ingênuo para superação do mesmo. “[...] a superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação” (FREIRE, 1987, p. 65-66). A comunicação concebida pelo autor está completamente ligada à existência humana, na perspectiva em que as pessoas são vistas como “[...] seres que não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação”. Sendo assim, reitera Freire (1987, p. 79), “Obstaculizar a comunicação” é transformar as pessoas em “[...] quase ‘coisa’ e isto é tarefa [...] dos opressores”.

Nessa perspectiva, Freire (1983, p. 44) defende que “O mundo humano é [...] um mundo de comunicação”, que acontece em “coparticipação”. Dessa maneira, explica Freire (1983, p. 45), “O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. [...] É o ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’ e não o contrário’[...]”. E reforça dizendo que o “[...] ato de pensar se dá na comunicação”. E essa, por sua vez, só acontece se não for uma “[...] transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p. 46). Nesse sentido, amplo e vital, relacional, dialógico, participativo, ativo e completamente intrínseco à condição humana e à sua existência, que Freire (1983; 1987) apresenta a comunicação.

Essa comunicação ganha uma importância significativa para os movimentos de resistência, na medida em que se faz necessário dizer para uma quantidade diversa de pessoas,

os objetivos de existir daqueles movimentos. No caso específico, esta comunicação precisa ser com as pessoas diretamente interessadas na manutenção dos seus locais de trabalho; com a sociedade em geral; e, em especial, com aqueles que trabalham para retirar trabalhadores e trabalhadoras do Centro desta Cidade. Assim, ao mesmo tempo, a comunicação vai servir para mobilizar e organizar os iguais; informar à sociedade; denunciar as opressões e anunciar o que esperam com a resistência. Logo, são muitas perspectivas de diálogo, percebidas no âmbito das lutas e através do trabalho de comunicação desenvolvido no GT de Comunicação da Luta.

Diante de tanto a dizer, Freire (1996, p. 60) alerta sobre o direito e o dever das pessoas de dizerem a sua palavra e de comunicarem aos outros a sua verdade. “Quem tem o que dizer tem igualmente o direito e o dever de dizê-lo”, e quando esse direito de dizer a palavra for negado, é necessário reconquistá-lo, “[...] proibindo que este assalto desumanizante continue” (FREIRE, 1987, p. 52). O autor faz uma ressalva, como de costume, para destacar que outros também têm algo para dizer, por isso, há também a necessidade de escutar. Neste movimento dialógico, o autor apresenta uma comunicação nascida no direito e dever de falar, no dever de escutar, na solidariedade e na participação. Nesta direção, Peruzzo (2013, p. 174-175) afirma que a comunicação serve para

[...] melhorar as condições de vida e de conhecimento das pessoas por meio da conscientização e promoção dos direitos humanos, favorece o exercício da cidadania ao abrir espaço para difundir a voz do cidadão e possibilitar que este participe ativamente das demais fases do processo comunicativo, como dos próprios planos de produção e difusão de conteúdos e da gestão do meio.

Nesta medida, somente a participação das pessoas em processos como esses já favoreceria, segundo a autora, a compreensão de questões importantes para vida em sociedade, como promoção dos direitos, exercício da cidadania e participação social. Além disso, a autora destaca o aprender na prática, “uns com os outros”, como relevante, mesmo apontando a necessidade de uma formação mínima para uso das tecnologias da comunicação, “[...] manuseio de computador, criação de *blogs*, operação de filmadoras, etc.” (PERUZZO, 2013, p. 175). No entanto, este direito à comunicação não se restringe à inclusão ou ao direito de acesso à informação. Na Comunicação Popular, ele se manifesta enquanto direito de produzir e difundir conteúdos, informações e notícias. Mesmo porque, “Se é dizendo a palavra” e “[...] ‘pronunciando’ o mundo” (FREIRE, 1987, p. 52) que os homens e mulheres podem transformá-lo, a comunicação torna-se fulcral para as mudanças desejadas.

Cumprir reafirmar que as resistências existiam antes desta pesquisa, seguem e continuarão existindo independente deste trabalho. Desse modo, o que se buscou com as ações práticas para atuação junto aos movimentos de resistência, apresentadas neste capítulo, foi contribuir para o

fortalecimento das resistências empreendidas por trabalhadores e trabalhadoras contra as exclusões e opressões. Numa proposta de atuação que fosse pensada, junto com os sujeitos, na perspectiva de propor soluções para os problemas reais daquelas pessoas; em que fosse possível a participação efetiva desta pesquisadora e dos sujeitos envolvidos naquela situação-problema real; e na qual os saberes do povo fossem respeitados.

5.1 A CONSTITUIÇÃO DO GT, A ADESÃO E PERFIL DOS PARTICIPANTES

Uma reunião proposta pelo Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade [abr. 2021], marcou o início do pensar sobre a organização de um GT específico para comunicação das resistências. Neste encontro, estiveram presentes camelôs, ambulantes, feirantes, artesãs e artesãos, diretamente envolvidos na luta por permanência no Centro de Feira de Santana; apoiadores(as) ligados(as) ao coletivo; e pesquisadores(as) de diversos organismos: Associação Brasileira dos Juristas pela Democracia (ABJD) - Núcleo Bahia; Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia (ABED); Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS; Núcleo de Prática Jurídica da UEFS (NPJ); Grupo de Pesquisa Lugar Comum (FAUFBA) e do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) e outros. (FEIRA DE SANTANA..., 2021).

As demandas tratadas diziam respeito a questões jurídicas para analisar as denúncias de irregularidades do projeto e do contrato vinculados ao *Shopping* Popular; e inerentes à consolidação de um documento urbanístico de requalificação do Centro de Feira de Santana que mantivesse os(as) trabalhadores e trabalhadoras – feirantes, camelôs e ambulantes – atuando nas ruas centrais da cidade. As atividades no campo do direito fizeram alguns progressos na assessoria jurídica e na identificação de potenciais irregularidades do Projeto *Shopping* Popular (Anexo E - Sistematização das questões jurídicas em torno da luta dos camelôs do Centro de Feira¹³). Do ponto de vista Urbanístico, não houve avanços para a construção de uma Proposta Alternativa de Requalificação, com permanência daqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras. O projeto divulgado pelo movimento A Feira da Marechal é Patrimônio é parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em arquitetura e urbanismo, Mariana Amaral da Silva (2020), desenvolvido especificamente para a rua Marechal Deodoro e adjacências. Mesmo não alcançando todo o Centro, o trabalho arquitetônico constitui-se um

¹³Este documento foi construído por diversos atores, dentre eles ex-camelô, estudante, professores(as), advogados(as), incluindo representantes da Incubadora e do Núcleo de Prática Jurídica da UEFS.

Projeto Alternativo à Requalificação imposta pelo Executivo Municipal. Sendo prova incontestada da possibilidade de permanência organizada da feira livre e do comércio popular de rua no Centro de Feira de Santana.

A partir da estruturação daqueles dois grupos de trabalho, foi possível pensar a organização de uma outra demanda que se tornou cada vez mais evidente em diálogos nos grupos de *WhatsApp*. Tratava-se da área de comunicação, que estava exigindo uma ação organizada e coordenada. Numa das conversas no grupo “Luta camelô”, no *WhatsApp*, um dos apoiadores, ligado ao movimento A Feira da Marechal é Patrimônio, trouxe relatos de uma reunião com os(as) feirantes e ambulantes da Marechal Deodoro, dentre os quais abordava algumas necessidades urgentes do movimento

*precisamos **acionar** a maior quantidade possível de **meios de comunicação** para **denunciar o governo** e exigir o diálogo; [...] **mobilizar** o máximo possível de **apoiadores** externos da causa; [...] de **pessoas da feira** para se somar ao movimento de resistência, [...] **redistribuir os mosquitos** com as propostas alternativas para organização da feira, **circular com carro-de-som** pela Marechal e vias centrais, **convocando** os e as **feirantes e denunciando** o autoritarismo do governo – **difundir** a narrativa baseada na ‘linha do tempo das tentativas de estabelecer o diálogo com o governo e falta de respostas’; precisamos **garantir materiais** [...] para **dar visibilidade às nossas reivindicações** [...] (Apoiador1, via *WhatsApp*, abr.2021, grifo nosso).*

A sugestão de outra apoiadora, neste mesmo diálogo, foi no sentido de “*formular um texto padrão de divulgação (curto, objetivo informativo) e cada qual, a partir dos seus contatos (redes, blogs, jornalistas, dentro e fora de Feira) trabalha pra divulgar e pedir divulgação [...]*”. Foi assim, a partir de um diálogo que apontava, fortemente, as demandas de um movimento para a questão da comunicação, que a ideia de criar um GT de Comunicação começou a materializar-se. O que se pretendia era construir um espaço capaz de congregiar as ações de comunicação, colaborando para dar visibilidade aos movimentos e suas pautas; denunciar as opressões sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras do Centro, fossem ambulantes, feirantes, camelôs, artesãos, artesãs e outros; e também anunciar outras formas de permanência.

No começo de 2020, essa mesma demanda havia sido discutida pelo “Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro”, durante um diagnóstico que visava identificar no movimento da resistência, à época, mais fortemente empreendido pelos(as) camelôs, quais eram os pontos fortes e aqueles que poderiam ser melhorados, conforme visto anteriormente. A reunião contou com a participação de 14 (quatorze) pessoas entre camelôs, representantes sindicais, professores(as), advogados(as) e estudantes. Dentre os pontos discutidos, alguns foram destacados para efeito desta análise. Pontos positivos do movimento: a) contato direto com a população, por meio das trocas comerciais; b) tempo de rádio dos

sindicatos, cedido para o coletivo divulgar a resistência. Pontos de Melhoria: a) falta de informação da sociedade quanto à situação do *Shopping* Popular e das opressões vividas por trabalhadores e trabalhadoras do Centro; b) facilidade de acesso do empresário do *Shopping* Popular na mídia escrita e televisionada, construindo uma narrativa unilateral. O diagnóstico realizado, nessa ocasião, identificou a necessidade premente de comunicação com a sociedade em geral, para que esta conhecesse as opressões vividas por feirantes, ambulantes e camelôs do Centro de Feira de Santana; a necessidade de dialogar com os(as) trabalhadores e trabalhadoras impactados(as) pela “requalificação”; e a urgência em rebater os discursos unilaterais construídos pelo Executivo Municipal e iniciativa privada contra aquelas pessoas. Após identificação dos pontos, algumas ações foram empreendidas, conforme Plano de Ação construído à época.

Quadro 10 - Plano de Ação parcial

Ação definidas	Responsável ¹⁴	Prazo	Situação
Participar de entrevista em Rádio local	-	29/02/20	Realizado
Elaborar Texto para Panfleto	-	04/03/20	Realizado
Participar do Ato de Mobilização das mulheres	-	07/03/20	Realizado
Visitar rádios para mobilizar e informar trabalhadores e população sobre o movimento de resistência	-	02 a 11/03/20	Realizado
Realizar audiência Pública na Praça Bernardino Bahia, às 16 horas. Informações com microfone aberto	Todos	11/03/20	Realizado
Reunir coletivo para avaliar as ações e avançar na construção de outras atividades para o Plano de Ação	Todos	13/03/20	Remarcada ¹⁵

Fonte: própria Autora, notas de campo (2020).

As ações foram realizadas, porém a demanda seguiu existindo, principalmente em função da difusão daqueles discursos (re)produzidos e veiculados pela mídia local, conforme visto no capítulo três, nos quais a feira livre é apresentada como suja, feia e inconveniente, seguiam vivos através das ideias de expulsão e “higienização” dos espaços públicos. Seguiam vivos numa forma de contar os fatos sobre feirantes, ambulantes e camelôs a partir de uma certa ótica burguesa. A cada momento, o tema da comunicação parecia mais óbvio, na medida em que era sentido “[...] nas relações homens-mundo”, pois não se encontrava “[...] nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens” (FREIRE, 1987, p. 62). Assim, tornava-se imperativo pensar ações para atender às demandas de Comunicação dos Movimentos.

É neste contexto que surge o GT de Comunicação da Luta, reunindo feirantes, ambulantes, camelôs e apoiadores(as), a partir da sinalização feita pelo, à época, recém

¹⁴Nomes retirados por questões éticas.

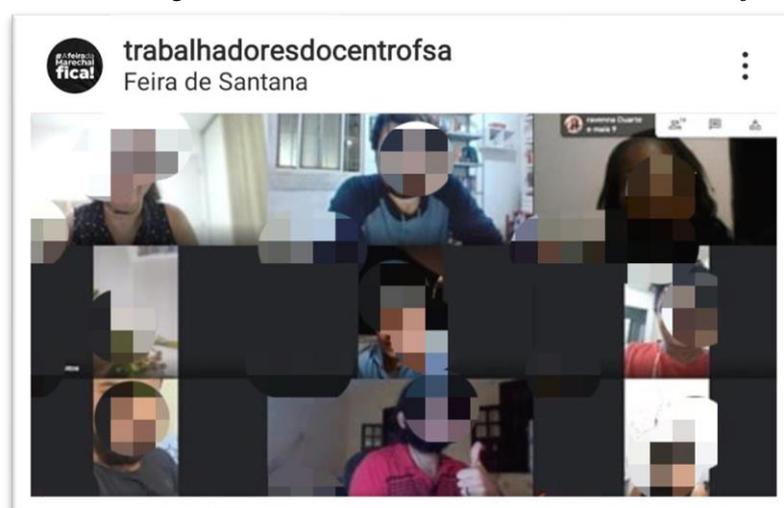
¹⁵Não realizada em função da Pandemia.

organizado movimento de resistência de feirantes e ambulantes da Marechal Deodoro, quase um ano após o movimento dos(as) camelôs e ambulantes, através do Coletivo, ter apontado para a necessidade de estabelecer uma comunicação partindo da voz dos oprimidos. O GT acabou se constituindo, na perspectiva da Educação Popular e da Comunicação Popular, num movimento para apoiar as resistências organizadas por trabalhadores e trabalhadoras do Centro de Feira de Santana, conforme objetivo principal desta pesquisa.

Naquele momento, havia a percepção de que os movimentos de resistência aconteciam em várias frentes e em diversos âmbitos, fossem nas mobilizações, nas discussões políticas e também na disputa de narrativas na mídia local, conforme subcapítulo 4.2. Sendo o GT, uma possibilidade de organizar um espaço através do qual os movimentos de resistência pudessem apresentar as suas próprias perspectivas sobre os fatos. Era a reconquista do direito de falar, como Freire (1987) havia dito. Assim, num cenário pós-expulsão de parte dos(as) trabalhadores e trabalhadoras do Centro; início da resistência organizada na Marechal Deodoro; e reorganização dos(as) camelôs no *Shopping Popular*, buscou-se, além das frentes jurídica e urbanística, em andamento, à época, constituir um GT para pensar as demandas da comunicação, propor diretrizes e caminhos para estabelecer um diálogo entre os movimentos de resistência, os trabalhadores e as trabalhadoras interessados(as) e a sociedade em geral.

O primeiro ato do GT de Comunicação foi a realização de uma Roda de Conversa com representantes da União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil (UNICAB)¹⁶ para falar de estratégias de mobilização, conhecer o trabalho da Organização e começar a pensar a comunicação coletivamente.

Imagem 15 - Reunião de discussão sobre Comunicação



Fonte: @trabalhadoresdocentrosfa (2021).

¹⁶Naquele momento, a UNICAB tornou-se uma parceira daquelas resistências em Feira de Santana.

A partir desta roda de conversa virtual, que contou com a participação de vinte e quatro pessoas, entre trabalhadoras, trabalhadores, apoiadores(as) e membros da UNICAB, sendo um jornalista, que o GT de Comunicação da Luta marcou o início de suas atividades. Desde a configuração inicial, o GT conta com a participação de feirantes e ambulantes do movimento A Feira da Marechal é Patrimônio; camelôs realocados(as) para o *Shopping* Popular; além de estudantes, professores(as) e ativistas em movimentos sociais, vinculados ou não a partidos políticos de esquerda. Atualmente, o grupo é formado por dezesseis participantes, sendo dez mulheres e seis homens. Destes, duas são camelôs, cinco feirantes, um ambulante e oito apoiadores(as).

5.2 OS OBJETIVOS DO GT: CONSTRUÍDOS COLETIVAMENTE

Uma vez constituído, o GT promoveu reuniões, a partir das quais as linhas de trabalho foram definidas coletivamente. Num desses encontros, foram apresentados, por esta pesquisadora, alguns elementos positivos sobre a feira livre e outros a serem melhorados, identificados a partir desta pesquisa e apresentados em quadros nos capítulos dois e três, conforme quadro abaixo:

Quadro 11 - Elementos Positivos e Negativos que afetam a Feira Livre

Elementos Positivos	Observações
Patrimônio Cultural Imaterial	O reconhecimento público da importância histórica de uma prática social para uma determinada comunidade.
Tradição e Cultura Popular	Reconhecimento de práticas sociais que atravessam gerações, vinculadas às práticas e produções ligadas ao sertão nordestino e ao campo. Em Feira de Santana, a feira livre vincula-se também a elementos de constituição deste povo, sendo uma forma de manifestação e preservação da cultura popular.
Lugar de valores (solidariedade, encontro, afetos etc.)	A feira livre representava, e ainda representa, sobrevivência, celebração, solidariedade, diversão, cultura, encontro, festividade, sendo capaz de reunir pessoas em torno de outros valores, para além das trocas comerciais.
Saberes, fazeres, educação e lazer	O ambiente da feira livre é visto como um lugar de produção e disseminação de conhecimentos, principalmente aqueles advindos da sabedoria popular. Além de ser local de lazer, educação e cultura.
Cidade Comercial	Há uma identidade feirense voltada para o comércio, trazendo uma ideia de que Feira de Santana é uma referência na aquisição e venda de produtos.
Identidade Cultural	A feira livre de Feira de Santana constitui-se elemento identitário para os feirenses, fazendo parte da memória local e regional, sendo registrada até no nome do município.
Resistências e permanências	A permanência e resistência inerente às feiras livres, segundo as pesquisas, são resultado de processos de negociação e persistência;

	protagonismo dos seus agentes; capacidade de se reinventar perante os desafios apresentados.
Localização Privilegiada	Lugar físico em que se dispõem de algumas vantagens e benefícios.
Movimentos Sociais	Formas de organização em que setores da sociedade se unem em prol de uma mesma causa.
Difusão e uso de plantas medicinais	O uso das plantas medicinais é uma alternativa medicinal, viabilizada e valorizada nas feiras livres.
Qualidade de vida	Através do fomento ao consumo de frutas e hortaliças, há um impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população.
Relação com os fregueses	As negociações vendedor-consumidor são mais próximas e pessoais.
Geração de trabalho e renda Sustento, Sobrevivência	Formas de prover econômica e dignamente a vida. O trabalho que advém das feiras livres gera renda, movimenta a economia e representa, dentro da informalidade, 2/3 dos trabalhos do mundo. As feiras livres representam uma das principais formas de escoamento para a agricultura familiar.
Desenvolvimento Local	Os estudos apontam a existência de uma prática econômica que incide diretamente no desenvolvimento local do município onde está inserido.
Elementos Negativos	Observações
Exclusão Territorial	Forma de organização de determinada área em que parte da sociedade é excluída. No caso, trabalhadores ambulantes, camelôs, feirantes, artesãos e outros são expulsos ou ameaçados de expulsão de área privilegiada.
Sistema Coercitivo	Forma de operar que prioriza a força em detrimento do diálogo. Apresentou-se em diversos momentos, sendo utilizadas pelo Executivo Municipal para retirar trabalhadores do Centro em projeto de requalificação, com uso de decretos, ameaças e o próprio uso do poder de polícia.
Divisão das terras (Sesmaria)	Forma desigual de divisão das terras que privilegiava os ricos; fomentava o massacre aos indígenas e desfavorecia os mais pobres.
Modernidade	Vinculada a urbanização, construção de ruas, casas e prédios, normalmente opõe-se ao tradicional, que passa a ser visto como atrasado. Dessa forma, é interessante pensar ações para a construção de uma nova visão positiva, a respeito da feira livre de Feira de Santana.
Ideais Desenvolvimentistas	Preveem crescimento econômico sem a necessária participação democrática nas decisões, na distribuição dos frutos e na manutenção da vida.
Apagamento histórico	Forma de excluir pessoas, fatos e práticas que não estejam em acordo com os ideais da classe dominante. O apagamento foi observado na história dominante da região e nas formas de tratar a feira livre da cidade e personagens históricos. No caso da feira livre do Centro, observa-se uma dissociação da prática que acontece no Centro, na atualidade, daquela prática originária que dá nome à cidade e que é considerada Patrimônio.
Discursos e práticas excludentes	Formas de pensar e agir de certos grupos, amplamente disseminados e que excluem parcelas menos favorecidas da sociedade. Discursos disseminados pela classe dominante local, com forte adesão na mídia de maior circulação, na qual são destacados aspectos negativos da feira livre para justificar sua expulsão do Centro de Feira de Santana (dificuldade de locomoção, obstrução das ruas, falta de organização, falta de limpeza regular etc.).
Falta de infraestrutura básica	Falta um sistema básico de serviços públicos para todos. O poder público nega acesso a alguns serviços à parte da população, no caso do Centro, falta limpeza regular, banheiros públicos, sistema de prevenção de incêndios, organização das barracas etc.

Ilegalidade	Diz-se das práticas nas quais as leis não são respeitadas. No caso específico, há uma ideia distorcida de que a informalidade fica associada à ilegalidade.
Higiene no manejo de alimentos	Ligado à saúde, a redução das perdas, além da necessária utilização de boas práticas de higiene e manipulação dos alimentos vendidos nas feiras livres.
Parceria Público-Privado	As PPP's são parcerias estabelecidas entre a iniciativa privada e o poder público. Normalmente essas parcerias representam a terceirização ou privatização de serviços que poderiam ser geridos pelo poder público ou por trabalhadores em associação ou cooperativas.

Fonte: própria autora (2020) com base nesta pesquisa e com modelo de quadros de Martins (2020).

Os pontos abordados são uma síntese dos estudos e reflexões empreendidos nesta pesquisa doutoral, com vistas à construção de caminhos para fortalecer as resistências, ocorridas no Centro de Feira de Santana, em favor da permanência de trabalhadores e trabalhadoras em seus *lôcus* de atuação. A partir das discussões, foram produzidos encaminhamentos que se tornaram os objetivos daquele Grupo de Trabalho: a) Denunciar as opressões contra os feirantes, ambulantes e camelôs do Centro de Feira de Santana; b) Divulgar ações de resistência empreendidas pelo movimento A Feira da Marechal é Patrimônio e aquelas promovidas pelos(as) camelôs no *Shopping* Popular; c) Construir percepções positivas sobre o trabalho no Centro da Cidade que colaborem para: - Valorizar a prática social que ocorre no Centro de Feira de Santana; - Reforçar os valores produzidos na feira livre (solidariedade, companheirismo, afetos etc.); - Valorizar a participação histórica dos(as) camelôs no Centro de Feira de Santana; - Ampliar a ideia daquela prática social enquanto geradora de trabalho e renda.

5.2 O FUNCIONAMENTO DO GT: CONSTRUÇÕES NA EXPERIÊNCIA

As tarefas realizadas no GT são divididas de acordo com as experiências das pessoas envolvidas e as suas disponibilidades, de forma voluntária e livre. As principais atividades desenvolvidas foram elencadas, em reunião específica, com indicação de um responsável, de acordo com a disponibilidade das pessoas, em função das suas demandas pessoais, profissionais etc., conforme sinalizado anteriormente. Dentre as atividades especificadas estavam: produzir *cards* e vídeos; editar vídeos; produzir e revisar textos para *posts* e mídias; coletar depoimentos através de vídeos e áudios; enviar publicações para as mídias diversas; publicar as produções nas redes sociais; coletar material na mídia referente à repercussão das ações; fazer a cobertura dos eventos e mobilizações, tirar fotos, fazer vídeos, conceder entrevistas; reunir para deliberar, avaliar e alinhar as ações. Há um “*compartilhamento e divisão dos trabalhos [...] cada um se doando dentro dos seus limites*” observou Camelô2, membro do GT (questionário, 2022).

Para ilustrar o que está sendo posto, esta pesquisadora jamais produziu um *card* para o GT, em função de seu desconhecimento na área, mas colabora em outras atividades nas quais se sente mais à vontade para fazê-lo. Feirantes, ambulantes e camelôs, normalmente contribuem na leitura e validação dos textos, tiram fotos, produzem conteúdos através de vídeos ou fotos e são responsáveis por conceder entrevistas às rádios, *blogs*, TV etc. ou indicar pessoas dos movimentos de resistência para fazê-lo. A respeito de sua experiência no GT, pontuou Feirante1, “*Companheirismo, resistência, coletividade*” (questionário, 2022).

As reuniões se constituem um desafio para o GT, porque envolve conciliar o dia e horário de dois grupos diferentes, os(as) apoiadores(as) com suas diversas demandas de trabalho e estudos, e os(as) trabalhadores e trabalhadoras do Centro, com suas disponibilidades concentradas no turno da noite em função da natureza diurna de seus trabalhos. Criado durante a pandemia, o grupo nunca se reuniu presencialmente, sendo todos os encontros ocorridos, até o momento, de forma virtual, através da plataforma *Zoom*, e à noite para priorizar a participação dos(as) feirantes, ambulantes e camelôs que atuam no GT. Essas reuniões são convocadas quando surge uma demanda a ser discutida e deliberada coletivamente, não havendo uma periodicidade para ocorrência das mesmas. As ações rotineiras são compartilhadas, discutidas e debatidas através de grupo específico no *WhatsApp*, chamado GT de Comunicação da Luta.

O processo decisório e a produção de materiais para comunicação acontecem após discussão de algum tema relevante que demanda encaminhamento do grupo. Uma vez dirimida qualquer dúvida, os materiais são produzidos e compartilhados no grupo de *WhatsApp* para revisão e validação dos demais participantes do GT. Após validação, são encaminhados para publicação nas redes sociais e para as mídias parceiras. Nesta altura, foi construída uma relação de rádios, *blogs* e páginas de comunicação no *Instagram* que eram receptivos ao conteúdo produzido pelo GT e outros que não eram apoiadores das pautas dos movimentos, mas que são veículos de comunicação de relevância no cenário local.

Para exemplificar o funcionamento interno deste Grupo de Trabalho e a dinâmica de organização e participação das pessoas, será compartilhada a experiência do trabalho desenvolvido pelo GT de Comunicação durante o Seminário “Potencial Econômico da Feira da Marechal: implicações para o comércio e para o exercício fiscal em Feira de Santana”, ocorrido em 07 de maio de 2022. As atividades de comunicação deste evento ficaram sob a responsabilidade do GT, que realizou uma reunião para discutir o trabalho, tendo sido disponibilizada uma lista inicial das atividades, no grupo do *WhatsApp*, onde as pessoas disseram como poderiam colaborar.

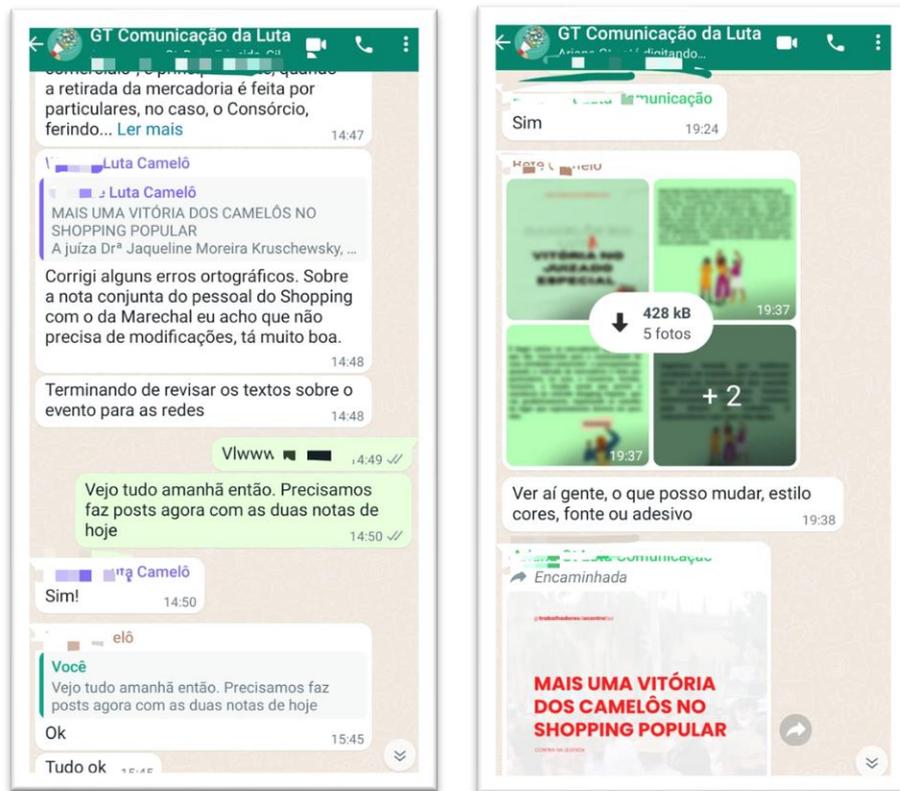
Quadro 12 - Ações do GT de Comunicação para cobertura do Seminário

Atividades	Responsáveis
Produção de <i>card</i> para as redes sociais e mídias	Apoiador fora do GT
Produção de texto para usar na conta no insta e enviar para <i>sites e blogs</i>	2 apoiadores(as)
Produção de faixas e/ou cartazes para ocupação visual no Centro	1 apoiador
Ampliar a lista de contatos em rádios	1 feirante/1 apoiador
Articular cobertura de imprensa e transmissão <i>online</i> pela conta do insta - Convite específico para cobertura – TV Subaé, Acorda cidade, Igor, Dandara, Caldeirão e outros	1 apoiadora
Falar com Sindicato dos Metalúrgicos para ver horários em rádio para divulgar o seminário	1 apoiadora
Ida às rádios para divulgar o evento, fazer áudio de 1 minuto para enviar para as rádios pelo <i>WhatsApp</i>	1 feirante/ 1 apoiador
Abertura do evento e mediação da mesa	1 feirante
Cobertura no dia do evento - Postar em tempo real no <i>Instagram</i>	Apoiadores(as)

Fonte: própria autora (2022).

Na data agendada, a reunião aconteceu com a participação de duas feirantes e quatro apoiadores(as), quando foram definidas as estratégias de comunicação a serem adotadas, e a lista das atividades foi atualizada e reorganizada, conforme descrito acima. A produção dos textos e *cards* acontece de acordo com os saberes dos participantes, sendo, na maioria das vezes, produzidos por apoiadores(as) e revisados pelos demais membros. Todo material produzido é enviado para o grupo no *WhatsApp* para validação dos membros. Enquanto esse material estava sendo elaborado, outros *posts* e textos foram desenvolvidos no mesmo processo de construção compartilhada no grupo.

Imagem 16 – Produção e correção de textos e *cards*



Fonte: própria autora, *WhatsApp* pessoal, Grupo GT de Comunicação da Luta (2022).

As imagens retratam o processo de construção de *cards* e textos em apoio aos(as) professores(as) municipais em greve e uma nota sobre decisão judicial favorável aos(as) camelôs no *shopping* Popular. À esquerda, a sinalização referente à correção de textos, posteriormente publicados. A imagem do lado direito, apresenta a construção realizada por uma camelô e compartilhada no Grupo.

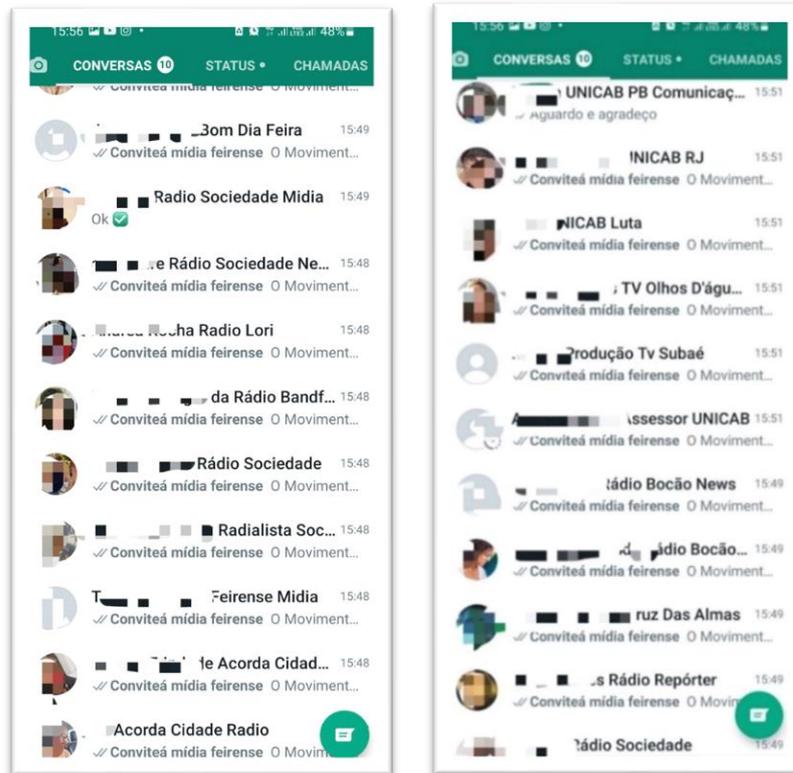
A principal forma de divulgação utilizada pelo GT, conforme dito anteriormente, é a publicação nas redes sociais *Instagram* e *WhatsApp*. Após a publicação naquela rede, o *post* é encaminhado para os movimentos e para a lista de contatos em rádios, *blogs* e jornais locais, através do *WhatsApp*.

Imagem 17 - *Card* convite para o Seminário publicado nas redes sociais



Fonte: @trabalhadoresdocentrosfa (2022).

Acima, um *card* produzido por uma pessoa de fora do GT, publicado nas redes sociais e enviado com um texto para os contatos em veículos de comunicação. Nesta altura, as pessoas que sabiam produzir *cards* saíram do grupo ou não podiam realizar a atividade naquele momento.

Imagem 18 – *Print* sobre contatos com a mídia local

Fonte: própria autora *WhatsApp* pessoal (2022).

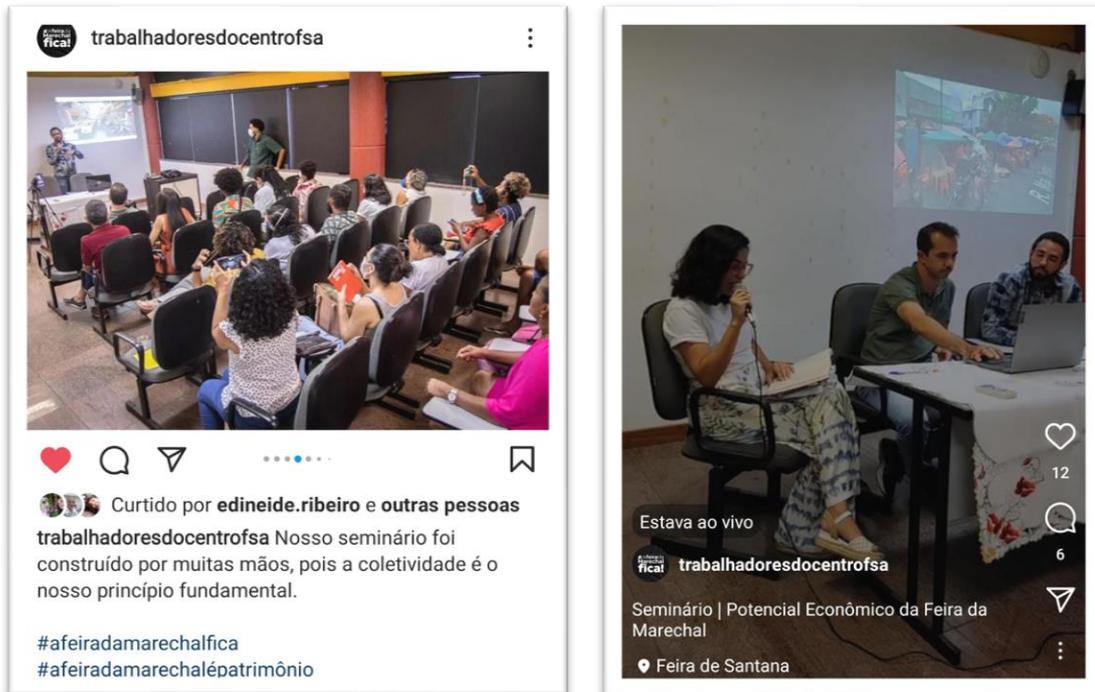
A imagem acima exemplifica o processo de envio de convites, notícias, denúncias e outras formas de comunicação com a imprensa local, efetivado através do GT de Comunicação da Luta. Atualmente, esta função está sob a responsabilidade de uma feirante, membro do GT de Comunicação e ligada ao movimento de resistência A Feira da Marechal é Patrimônio. Após um ano de atividade do grupo, é possível observar que as notícias referentes as mobilizações, manifestações e atos públicos acabam ganhando mais interesse da mídia. As denúncias e ações positivas, como cafés, seminários e outros, acabam não tendo uma grande procura dos agentes para realização de cobertura, ou mesmo para reprodução das notícias.

A cobertura dos eventos, atos, manifestações etc. é realizada pelos próprios membros do GT que participam diretamente das atividades e recolhem informações, imagens e depoimentos, que são repassados para o grupo no *WhatsApp*. Após a recepção do material, esses são postados nas contas e encaminhados para os grupos de *WhatsApp*. Algumas vezes é possível publicar as informações em tempo real e/ou realizar a produção no pós-evento, com textos mais elaborados para repercussão nas redes sociais e veículos de comunicação local.

No caso do Seminário, que se constituiu em uma estratégia do movimento A Feira da Marechal é Patrimônio, realizada com antecedência, foi possível transmitir o evento em forma

de *live*, ao vivo, através da conta @trabalhadoresdocentrofsa, e a cobertura teve apoio de membros do GT e colaboradores externos ligados ao referido movimento.

Imagem 19 - Cobertura do Seminário sobre Potencial Econômico da feira da Marechal



Fonte: @trabalhadoresdocentrofsa (2022).

As imagens acima foram registradas no dia do seminário, sendo que a imagem da direita é um *print* da *live* transmitida ao vivo, conforme sinalizado anteriormente.

A repercussão das ações divulgadas pelo GT é realizada pelos próprios membros que recolhem matérias e enviam para os grupos no *WhatsApp*. Algumas matérias positivas são repostadas no *Instagram* e outras podem ser rebatidas, quando apresentam distorções. No caso do Seminário, na noite do dia 07 de maio, um texto foi publicado na conta e, na sequência, encaminhado para os contatos nas mídias locais. Posteriormente, foi feita uma verificação de quais veículos repostaram às notícias. No caso em tela, houve um *repost* da Folha do Estado (MERCÊS, 2022).

Normalmente não há um momento reservado para avaliação dos trabalhos. As pessoas comentam as impressões sobre as atividades de forma livre. Essa falta acaba representando um desafio para o grupo, uma vez que impossibilita a percepção de pontos a serem melhorados e os avanços no trabalho. No caso do Seminário, os comentários postados no *WhatsApp* indicavam que o evento foi positivo, apesar da ausência do poder público e do número de pessoas ter sido menor que o esperado. A atuação específica do GT não foi avaliada. A percepção mais importante do trabalho desenvolvido, no âmbito deste Grupo de Trabalho, é de

que dentro das condições objetivas, as pessoas fazem o que podem, conforme lembra Freire (1981).

5.3 A CONTA NO *INSTAGRAM*: DENÚNCIAS, COBERTURAS E NOVOS DISCURSOS

As redes sociais são a principal forma de alcançar um maior número de pessoas e divulgar as discussões, denúncias e anúncios dos movimentos. É em Freire (1981, p. 47-48) que a compreensão de anúncio e denúncia são apresentadas.

Por outro lado, a denúncia da sociedade de classes como uma sociedade de exploração de uma classe por outra exige um cada vez maior conhecimento científico de tal sociedade e, de outro, o anúncio da nova sociedade demanda uma teoria da ação transformadora da sociedade denunciada.

No contexto dos movimentos de resistência, tomando o pensamento Freireano acima, as denúncias realizadas estão vinculadas às opressões vividas por uma determinada classe, ainda que o conhecimento desta situação não se dê em uma dimensão conceitual, científica e intelectualizada. Partindo, fundamentalmente, de uma percepção prática a respeito da condição a qual aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras são submetidos(as).

Freire (1981, p. 48) vai dizer que “Não há anúncio sem denúncia” e que “[...] toda denúncia gera anúncio” sem o qual é impossível ter esperanças. Assim como a denúncia que precisa ser feita, o anúncio de igual maneira conduzirá a uma esperança de um futuro melhor, mais profícuo. Nessa perspectiva, e salvo as proporções, o anúncio realizado no âmbito dos movimentos está contido em duas perspectivas. No caso do movimento A Feira da Marechal é Patrimônio, este acontece através do projeto alternativo de arquitetura para permanência da feira livre no Centro da Cidade. Para Freire (1992), a luta de classes e a capacidade de sonhar dos sujeitos são “motores da história”. Nesse sentido, destacou Apoiador1, ao afirmar que havia um esforço para “[...] *tentar fazer as pessoas concordarem que existe algo maior pelo que vale se organizar e lutar*” (entrevista, 2021). Essa imagem do sonho pelo qual vale a pena lutar e a iminência de sua materialização aparece na fala de uma feirante. “[...] *o projeto alternativo que a gente apresentou a prefeitura [...], que se encaixa na requalificação do Centro da cidade, para manter a feira livre da Marechal. É um projeto muito bom, que organiza a feira [...]*” (Feirante1, entrevista, 2021). No caso dos(as) camelôs do *Shopping Popular*, esse anúncio não está tão definido, nem materializado em forma de um projeto ou proposta, além de uma ideia de justiça relacionada à permanência daquelas pessoas naquele espaço, com preços factíveis, cogitando também um retorno organizado às ruas centrais da cidade. E, mais recentemente, uma possibilidade, ventilada timidamente, de autogestão para o caso de a

prefeitura romper o contrato com o consórcio que administra o *shopping* Popular, conforme sinalizado no capítulo três. O anúncio, segundo Freire (1981, p. 48), traz consigo uma “esperança utópica” que jamais será feita pelas classes dominantes, pois essas só conseguem “[...] denunciar a quem as denuncia e nada podem anunciar a não ser a preservação do ‘*status quo*’ [...]”, não podendo ser “[...] jamais, utópicas nem proféticas”.

Assim, seja um projeto para organizar e manter a feira livre no Centro de Feira de Santana, seja a manutenção de postos de trabalho com dignidade e justiça no *Shopping* Popular, é possível sonhar alguns sonhos juntos(as). Estes sonhos guardam em si o “inédito viável” (FREIRE, 1981, p. 108), com potência para mudar a realidade e alterar o “destino” outrora anunciado. É neste movimento, entre a denúncia e o anúncio, que este subcapítulo se apresenta, a partir do que fora construído e divulgado pelos movimentos de resistência e publicizado através do GT de Comunicação da Luta.

Para apresentar essas produções, as análises foram concentradas em dois períodos: o primeiro de agosto de 2020, data de criação da conta @trabalhadoresdocentrosfsa no *Instagram*, até março de 2021; e o segundo a partir de abril de 2021 – quando o GT de Comunicação constitui-se enquanto espaço de comunicação para os movimentos de resistência dos(as) camelôs no *Shopping* Popular e dos(as) feirantes e ambulantes da “Feira da Marechal é Patrimônio” –, até abril de 2022, quando o trabalho do GT completa um ano. Sendo este, apenas um marco temporal para fechamento deste relatório, considerando que o trabalho no GT segue acontecendo¹⁷.

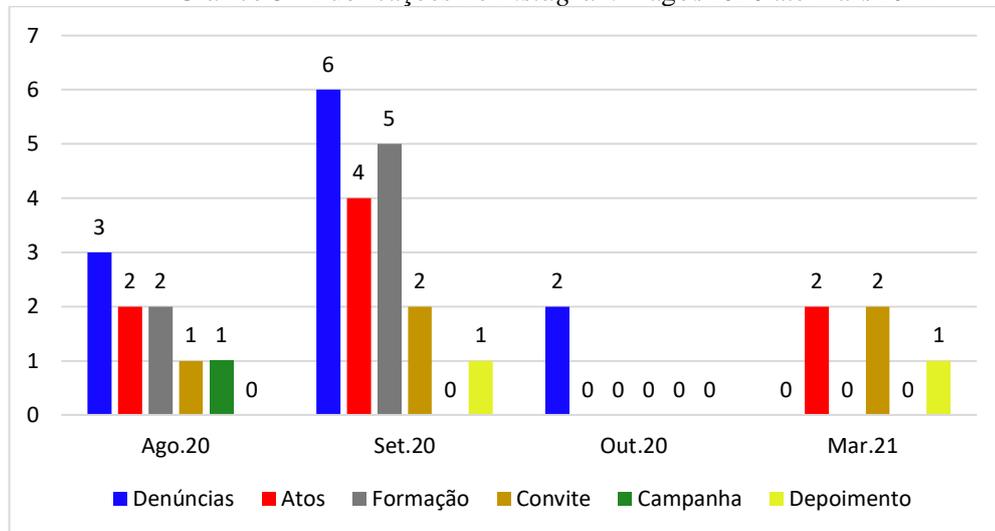
Ao apresentar essas análises, vale considerar que nem todos os *posts* foram produzidos por membros do GT, alguns materiais eram feitos por pessoas que participavam de alguma maneira das militâncias, mas não necessariamente compunham o GT, ficando o grupo da comunicação responsável pela produção, administração da conta no *Instagram*, decidindo sobre os conteúdos que iriam para aquela rede, além de fazer as coberturas de eventos, geração de conteúdos, publicizando as ações e realizando denúncias, mesmo que não de forma exclusiva. Havendo, neste contexto, *reposts* e recebidos que, mediante acordo no grupo, ia para a conta.

5.3.1 Primeira fase – agosto de 2020 até março de 2021.

¹⁷Inclusive, recentemente, set. 2022, uma artesã passou a compor o GT de Comunicação da Luta, quando foram produzidas a cobertura de um evento daquela categoria e a veiculação de um vídeo, encaminhado por ela.

Nesta primeira fase, os *posts* estão focados em mostrar os atos dos(as) camelôs, num período anterior à expulsão do Centro e realocação no *Shopping* Popular; convocar para atos; e apresentar as manifestações dos(as) feirantes da Marechal Deodoro e adjacências.

Gráfico 5 - Publicações no *Instagram* – ago./2020 até mar./2021



Fonte: própria autora com base na conta @trabalhadoresdocentrofsa (2022).

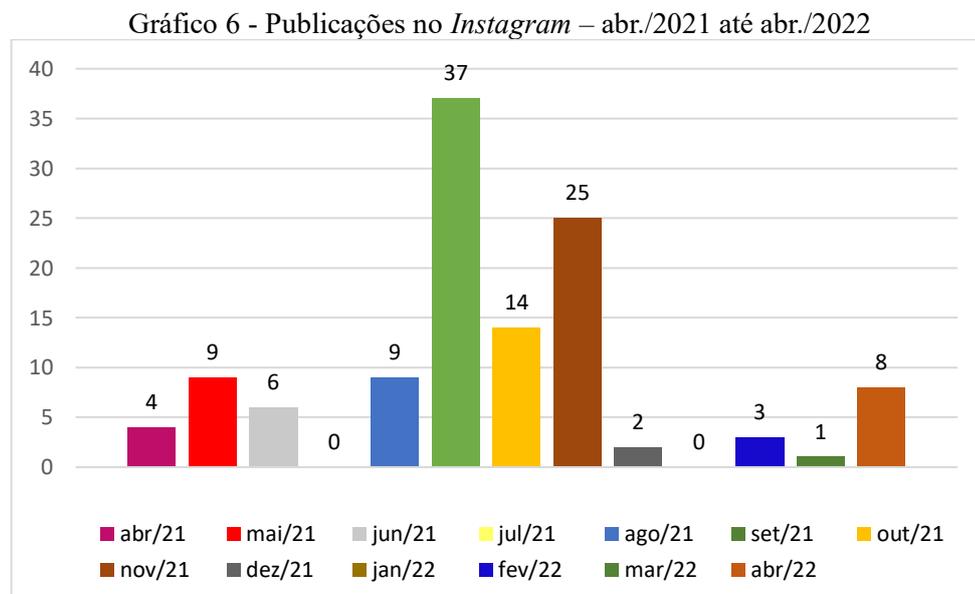
Com base nas informações coletadas na conta @trabalhadoresdocentrofsa, analisadas a partir do gráfico acima, é possível constatar que desde a criação da conta até março de 2021 – portanto, sete meses de trabalho, no período que antecede as atividades do GT de Comunicação da Luta – os *posts* e vídeos postados somavam 34 publicações, sendo 17 *posts* de imagem/textos e 17 vídeos. Mais da metade desses *posts* estavam concentrados em denunciar as ações da prefeitura contra os(as) trabalhadores e trabalhadoras; e publicizar os atos e mobilizações empreendidos por feirantes, ambulantes, camelôs e apoiadores(as) em favor da permanência no Centro de Feira de Santana.

O mês de setembro de 2020 concentra o maior número e diversidade de publicações, com 18 *posts* no total, coincidindo com o período em que os(as) camelôs foram expulsos(as) do Centro de Feira de Santana. As publicações foram feitas, nesse período, com textos, imagens, e/ou vídeos, notando-se um equilíbrio entre essas formas de comunicação. Uma questão relevante também, é que as comunicações foram feitas com temáticas tanto do pessoal da Marechal Deodoro, mesmo que em menor número, quanto com publicações referentes às demandas e ações empreendidas em favor dos(as) camelôs. Naquele momento, este grupo estava sob ataque e era o principal alvo das ações de “Requalificação” da prefeitura, mesmo e apesar da pandemia, conforme destacado anteriormente, sendo expulsos das ruas e “realocados” no *Shopping* Popular naquele mesmo ano. Quanto ao hiato de quatro meses notado entre o

último *post* dessa fase, realizado em outubro de 2020, e o próximo, ocorrido em março de 2021, pode ser atribuído ao período de arrefecimento das lutas, em função da expulsão de camelôs e ambulantes de algumas das ruas centrais da cidade.

5.3.2 Segunda fase – abril de 2021 até abril de 2022.

Nesta segunda fase foram elencadas as ações publicizadas na conta, a partir de abril de 2021, quando foram iniciados os trabalhos no GT de Comunicação da Luta, até abril de 2022, quando o GT completou um ano de atividade. A seguir, o inventário das publicações realizadas no período e a tendência observada nos discursos elaborados.



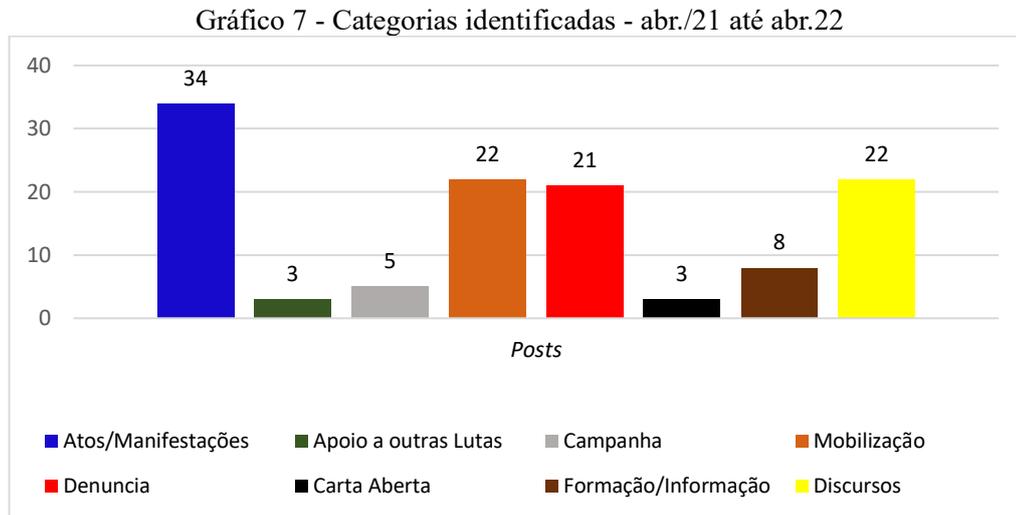
Fonte: própria autora com base no *feed* da conta @trabalhadoresdocentrofsa (2022).

No período apresentado, no gráfico acima, de abril de 2021 a abril de 2022, referente ao *feed*, foram feitos 118 *posts*, sem considerar os *stories*, *reels*, *IGTVs* e marcações de outras contas. Deste total, 36 publicações eram vídeos e 82 imagens. Registrando um aumento de aproximadamente 347%, considerando as 34 publicações realizadas no período de ago./20 até mar./21. E se for considerado os mesmos meses da série anterior, de ago./21 até mar./22, nota-se um aumento de aproximadamente 267% no número de publicações.

Neste primeiro ano em que o GT de Comunicação da Luta esteve administrando a conta no *Instagram*, o maior volume de publicações aconteceu nos meses de setembro, outubro e novembro de 2021. Isto se deu em função da quantidade de atividades realizadas pelos dois movimentos acompanhados. Foram audiências públicas; atos; *reposts*; participação em outras atividades públicas, como “o grito dos excluídos”; aula pública para apresentar o projeto

alternativo; depoimentos de feirantes e fregueses; visitas de autoridade eclesiástica e à rua Joana Angélica em Salvador; entrevistas e campanhas com a *hashtag* #AFeiraDaMarechalFica e #RequalificaçãoSimRemoçãoNão! Todas essas ações promovidas, acabavam gerando conteúdo e engajamento nas redes sociais.

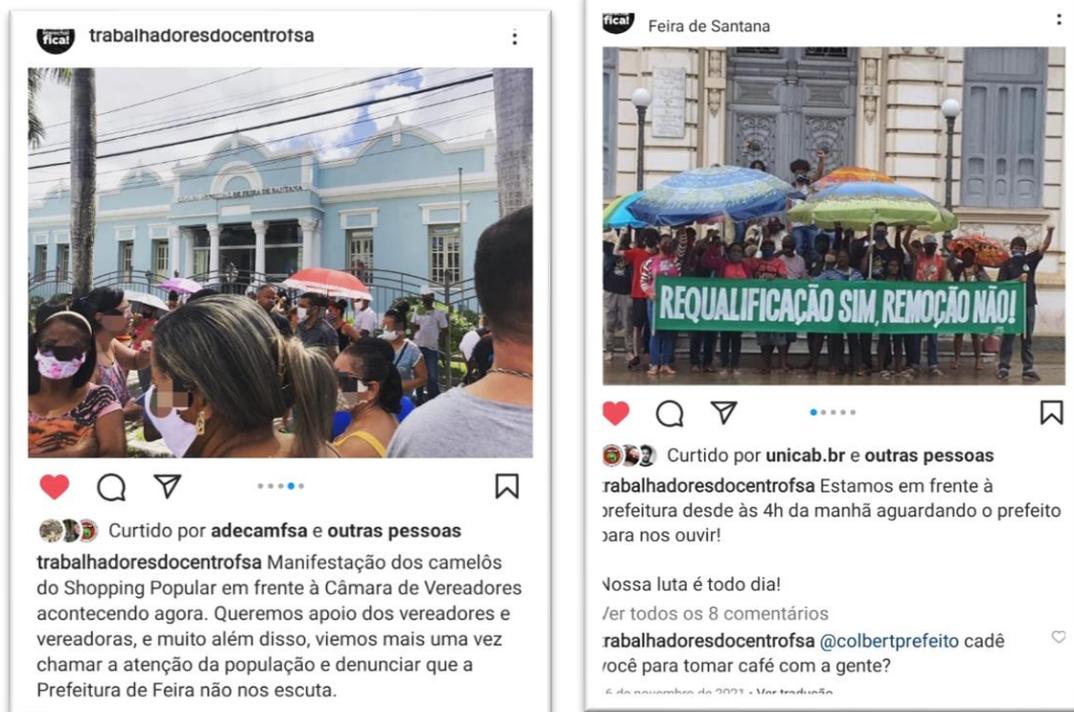
A seguir, estão apresentadas as categorias emergentes das análises das publicações realizadas entre abr.21 até abr.22, sob administração do GT de Comunicação da Luta.



Fonte: própria autora com base no *feed* da conta @trabalhadoresdocentrosfa (2022).

As publicações referentes aos atos e manifestações, apresentam maior engajamento no *Instagram*, configurando-se um reflexo dos materiais, como fotos e vídeos, gerados durante os atos e compartilhados pelos próprios sujeitos interessados diretamente naquelas ações.

Imagem 20 - Manifestações ocorridas em nov. 2021



Fonte: @trabalhadoresdocentrosa no *Instagram* (2022).

As imagens acima são de duas manifestações, sendo uma promovida por camelôs, em frente à Câmara de Vereadores, e a outra por feirantes da Marechal Deodoro, respectivamente. A segunda imagem, de um *post* sobre uma manifestação descrita no subcapítulo 4.2, registra um momento de descontração que repercutiu nas redes sociais. Um convite inusitado, feito ao prefeito Colbert Martins Filho, para um café com os feirantes que estavam na porta da prefeitura desde a madrugada, “@colbertprefeito *cadê você para tomar café com a gente?*” reproduziu a administradora da conta. @_alves_beatriz marcou o prefeito e prosseguiu “@colbertprefeito *cadê você pra tomar um cafezinho com os trabalhadores?*” Neste dia, o prefeito recebeu alguns feirantes da Marechal Deodoro. Não é possível afirmar se há relação direta com esse momento descontraído e acolhedor, mas esse foi o único dia em que o prefeito recebeu representantes daquele movimento, até aquela data, apesar dos ofícios solicitando audiência. Se assim for, não é possível deixar de pensar que um convite para um café é, antes de tudo, algo afetivo, é um convite ao diálogo. E o que é o diálogo se não uma “[...] relação horizontal de A com B.”, permeada do “amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança” e nutrida da crença de que as pessoas podem ser mais (FREIRE, 1967, p. 114; FREIRE, 1987).

As publicações referentes aos atos, manifestações e denúncias, buscavam alcançar dois objetivos definidos no GT, a saber: denunciar as opressões contra feirantes, ambulantes e camelôs do Centro de Feira de Santana; e divulgar as ações de resistência empreendidas pelos

movimentos A Feira da Marechal é Patrimônio e os(as) camelôs no *Shopping Popular*, através da ADECAM. As demais publicações, especialmente, àquelas referentes as mobilizações, novos discursos, formação e campanhas, serviam para a construção do espaço de diálogo entre os movimentos de resistência e a sociedade feirense; e para apresentar uma imagem positiva sobre a feira livre, o comércio popular de rua e os(as) seus trabalhadores e suas trabalhadoras. Em uma primeira análise, as categorias podem ser agrupadas em dois eixos: das denúncias das opressões e das mobilizações das trabalhadoras; e do anúncio, com campanhas, formação, percepções das trabalhadoras, cartas à sociedade etc.

5.3.3 Os posts do perfil: novos discursos construídos e difundidos

Alguns *posts* na conta do *Instagram* buscavam construir e difundir novos discursos sobre o trabalho popular existente no Centro de Feira de Santana. Assim, ao analisar as categorias discursos e formação, por exemplo, algumas direções ficam evidentes. No campo da formação, destaca-se a cobertura da apresentação do projeto Alternativo para requalificação com inclusão, organizada pelo movimento A Feira da Marechal é Patrimônio.

Imagem 21 - Apresentação do Projeto Alternativo para Requalificação da Marechal



Fonte: @trabalhadoresdocentrosfa (2022).

“A Marechal fica e nós temos projeto alternativo, a prefeitura não tem motivos para não dialogar. Seguiremos firmes na defesa da feira da Marechal e do comércio de rua em Feira de Santana” dizia a descrição dos *posts*, anunciando um projeto utópico a ser conquistado, afinal, “A espera só tem sentido quando, cheios de esperança, lutamos para concretizar o futuro anunciado, que vai nascendo na denúncia militante” (FREIRE, 1981, p. 48).

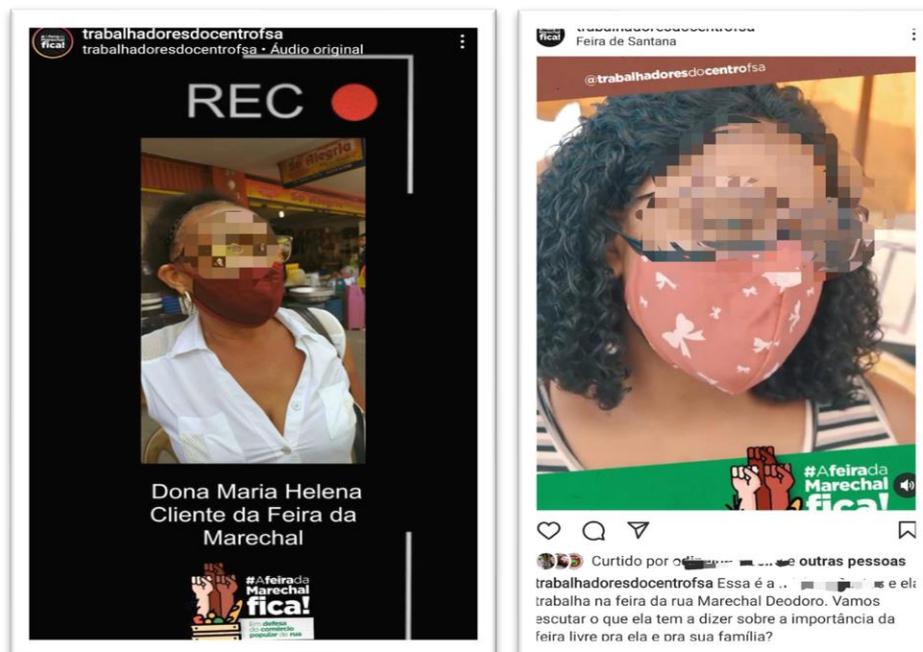
A apresentação foi realizada por um professor, arquiteto e urbanista, apoiador do movimento, com base no TCC de Silva (2020), orientado por ele. O trabalho divulgado nas ruas e redes sociais serve para formar e informar trabalhadores, trabalhadoras e a sociedade em geral quanto à possibilidade de permanência organizada da feira livre. Nesse mesmo mês, foi publicizado, na conta do *Instagram*, um vídeo do arquiteto apresentando o projeto alternativo para requalificar o Centro.

é viável organizar a Marechal, sem prejudicar os feirantes, sem prejudicar os lojistas e sem prejudicar os pedestres [...] A culpa da obstrução e da desorganização da Marechal hoje, não é dos feirantes. Os feirantes ocupam a calçada, porque a prefeitura sempre foi negligente (@trabalhadoresdocentrofsa, 2022).

A consciência crítica inerente à percepção de que o descaso, abandono e os discursos das classes dominantes são uma estratégia para oprimir e expulsar, acaba ficando evidente nas falas das pessoas que estudam e/ou vivem a realidade do projeto higienista “Novo Centro”, desenvolvido pela prefeitura local.

Nos discursos construídos, o destaque é para as gravações feitas por feirantes que recolheram depoimento de uma freguesa e de outras feirantes, favoráveis à manutenção da feira livre, como apresentado abaixo.

Imagem 22 - Depoimento de Feirante e Freguesa



Fonte: @trabalhadoresdocentrofsa (2022).

“A feira da Marechal não pode acabar de jeito nenhum. O nome de Feira de Santana já é uma cidade chamada feira. [...] Organizar é uma coisa, acabar é outra”, reforçou a

frequente. Já a feirante, imagem direita acima, lembrou do desemprego do marido, falou de sua rotina na feira e ponderou: “*Se não fosse a feira, a gente estava passando necessidade [...] A feira tem que continuar, a feira é patrimônio histórico*”, concluiu, reforçando o lugar histórico e econômico ocupado por aquela prática social, que também guarda em si uma cultura que deve ser vista e preservada, afinal “*Cultura é todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador*” (FREIRE, 1979, p. 21).

Ainda analisando a categoria dos “discursos produzidos”, é possível observar algumas direções apontadas: o vínculo afetivo e histórico dos(as) feirantes com a Marechal; a percepção de que a feira da Marechal é um Patrimônio Cultural da cidade; a percepção de que a falta de estrutura, de limpeza, de banheiros públicos, de padronização e organização da feira livre é uma consequência do descaso do Executivo Municipal, como é possível ser observado no depoimento postado a seguir.

Imagem 23 - De quem é a culpa pela falta de limpeza?



Fonte: @trabalhadoresdocentrofsa (2022).

nunca teve nenhum auxílio, uma padronização de barracas, trabalhamos há anos sem lixeira, sem contêineres para colocar o lixo, [...] Na verdade o poder público nunca olhou para os feirantes da Marechal. A gente vive há anos no improvisado [...] sem ter um banheiro pra gente usar (feirante, depoimento retirado de vídeo, @trabalhadoresdocentrofsa, print da esquerda, 2021).

A imagem dos entulhos, do lixo em local inapropriado e a fala da feirante, conforme imagem à esquerda; e a imagem da direita, apresentando uma rua limpa e organizada pelos(as) próprios(as) trabalhadores e trabalhadoras, servem para refutar os discursos amplamente difundidos pela prefeitura ao longo dos tempos. Assim, os movimentos passaram a criar seus

conteúdos, contar suas próprias versões dos acontecimentos e apresentar suas percepções a respeito do trabalho e da forma como vêm sendo tratados. Vão, paulatinamente, reiterando a importância econômica daquela prática social para o sustento das famílias que atuam naquele espaço; destacando o direito ao trabalho; e apresentando a possibilidade de manutenção organizada da feira livre e seus trabalhadores e suas trabalhadoras. Vão construindo compreensão crítica da realidade, do contexto e da experiência de transformação da vida, mediante esforço coletivo.

Os discursos construídos sobre “feio, sujo e inadequado”, seguem sendo reiterados pelas classes dominantes locais para justificar a expulsão da feira livre e dos(as) trabalhadores e trabalhadoras que atuam nas ruas centrais de Feira de Santana, conforme é possível ser visto no capítulo três deste estudo. No entanto, os discursos, campanhas, ações e materiais produzidos e difundidos pelos movimentos, através do GT de Comunicação da Luta, evidenciam uma outra lógica, conforme apontado nos estudos de Peruzzo (2009, 2013), um contradiscurso, uma contra comunicação realizada pelas classes subalternas, pelos excluídos e oprimidos.

Algumas publicações também foram realizadas com imagens e textos de pessoas comuns, trazendo um outro olhar sobre a feira livre, como pode ser visto na imagem e relato abaixo.

Imagem 24 - Imagem positiva da feira livre



Fonte: @trabalhadoresdocentrosfa (2022).

No relato, enviado pela fotógrafa e inserido na descrição da imagem na conta, nota-se uma percepção sobre as feiras livres enquanto lugar de “*identidade cultural familiar*,

socialização e afetividade”. Neta de feirantes, a fotógrafa revelou seu vínculo afetivo com as feiras livres e, com olhar sensível, registrou imagens daquela prática social.

5.4 A EXPERIÊNCIA NO GT: PROCESSOS EDUCATIVOS E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As ações empreendidas no âmbito do GT acabavam refletindo a própria percepção inerente ao movimento A Feira da Marechal é Patrimônio, num caminho de apresentar denúncias e anunciar uma nova forma de pensar a feira livre e seus trabalhadores e suas trabalhadoras. Por outro lado, a redução dos *posts* referentes às ações do(as) camelôs no *Shopping Popular*, registrando menos de 20% das postagens no *Instagram*, pode ser analisada como um reflexo das mudanças ocorridas no âmbito daquele movimento, após a expulsão dos(as) camelôs do Centro e realocação destes(as) no *Shopping Popular*, momento em que houve uma alternância na liderança do movimento, com as quais os laços não eram tão estreitos como aqueles estabelecidos com a liderança de antes da expulsão. Um outro ponto a ser considerado é que os(as) camelôs do *Shopping Popular* possuem conta própria no *Instagram*, produzem maior parte de suas publicações e divulgam suas ações, diretamente, na conta @adecam. Mesmo estes pontos não sendo explicitados no processo, isto pareceu perceptível nas análises realizadas por esta pesquisadora, a partir de suas percepções do campo.

A voz dos(as) trabalhadores e trabalhadoras no processo de construção de outras versões factuais para refutar o dito pela classe dominante e, dessa maneira, valorizar a feira livre e o trabalho realizado no Centro de Feira de Santana, possibilitou mostrar, inclusive, a existência de valores como solidariedade, companheirismo, colaboração, afetos etc. Sendo o próprio espaço do GT um lugar de valores, conforme destacou Camelô2 “*Nunca vivi o que vivencio no GT, união, colaboração, agilidade e atenção*”. Ponto reforçado pelo Apoiador1 ao afirmar ser o GT uma “*possibilidade real de uma construção coletiva conseguir superar as limitações particulares e potencializar habilidades individuais*” (questionário, 2022).

Retomando os objetivos traçados no início das atividades do GT para pensar, em que medida, eles foram alcançados ou não, é possível afirmar que todos os atos e manifestações, com seus mais de 34 *posts*, além dos 21 realizados, especificamente, com denúncias, totalizando nessas categorias 55 publicações, serviam para “Denunciar as opressões contra os feirantes, ambulantes e camelôs do Centro de Feira de Santana”; as 34 publicações de atos/manifestações serviram para “Divulgar ações de resistência empreendidas pelo movimento A Feira da Marechal é Patrimônio e aquelas promovidas pelos(as) camelôs no *Shopping Popular*”; os 63

posts com campanhas, discursos, cartas abertas, apoio a outros movimentos, mobilizações e formação serviram para “Construir percepções positivas sobre o trabalho no Centro da Cidade que pudessem colaborar para: - Valorizar a prática social que ocorre no Centro de Feira de Santana”. Dessa maneira, pode-se afirmar que as publicações na conta do *Instagram* @trabalhadoresdocentrosfa e *WhatsApp*, empreendidas pelo GT de Comunicação da Luta, têm alcançado os objetivos propostos no começo de sua trajetória.

Dentro os objetivos pretendidos pelo GT, aquele com menor êxito talvez seja o de “valorizar a participação histórica dos(as) camelôs em Feira de Santana”, apesar dos textos produzidos através do GT reforçarem o papel daqueles(as) enquanto categoria profissional popular, negando a definição de empreendedores ou comerciantes, utilizada pela mídia local, que os afastava, sutilmente, da história e memória da cidade.

Por ser constituído de pessoas sem formação na área de comunicação ou afins, alguns desafios se impõem ao GT de Comunicação da Luta. Seja na produção de materiais, textos, vídeos, *cards* etc., seja na construção de relação com os veículos de comunicação profissional. A recente saída de pessoas do grupo de trabalho que sabiam fazer *cards*, por exemplo, gerou um problema inicial que, posteriormente, passou a ser percebido como uma oportunidade para que fossem pensadas alternativas para formação das pessoas que ficaram e estavam dispostas a produzir aquele tipo de material. Mesmo que a produção realizada de forma amadora tenha um significado do ponto de vista do pertencimento, autonomia e participação, o que se observa é que esta produção acaba tendo limitações, deixando de alcançar mais pessoas na sociedade. Além deste ponto, algo limitador no processo de construção desta Comunicação Popular foi o uso do *Instagram*, uma plataforma menos popular do que o *Facebook*, por exemplo, e que não oferece tantas possibilidades de interação. Buscando compensar essa limitação, o uso do *WhatsApp* foi intensificado e potencializado com o advento da pandemia da Covid-19.

Mesmo com as limitações, as ações empreendidas através do GT de Comunicação da Luta possibilitaram a organização de um espaço, mesmo virtual, onde a comunicação pudesse ser discutida a partir dos próprios movimentos populares; colaborando na construção e difusão de discursos positivos sobre a feira livre e os diversos sujeitos que a compõem; além de rebater os mitos, historicamente difundidos contra aquela prática social, seus trabalhadores e suas trabalhadoras, que só serviam para manutenção do *status quo*. Tornando-se, como destacou a Feirante1, “um canal [...] onde a população e a sociedade feirense fiquem por dentro de tudo que está acontecendo. Porque, infelizmente, a mídia sempre distorce algumas coisas” (questionário, 2022). Nessa direção, destacou Apoiador1

A maioria esmagadora da mídia feirense é refratária às narrativas dos movimentos populares, tanto por uma perspectiva editorial conservadora, tanto pela relação econômica com setores empresariais e seus representantes políticos (questionário, 2022).

O fato de não haver, por parte da mídia local, um olhar sensível às causas populares, ampliou-se a necessidade de espaços alternativos, nos quais os(as) trabalhadores e trabalhadoras pudessem dizer a sua própria palavra. Neste contexto, o GT acabou se tornando um espaço no qual as pessoas podem construir conteúdos, contradiscursos, participar da produção e difusão de conhecimento, têm as suas vozes respeitadas, enquanto sujeitos ativos em processos de construção coletiva, conseguindo ainda, nas palavras do Apoiador1 *“reunir pessoas organizada, em diferentes organizações políticas; pessoas não organizadas; pessoas dos movimentos populares e com toda essa heterogeneidade manter um funcionamento horizontal e colaborativo”* (questionário, 2022). Um espaço diverso e participativo acaba possibilitando a ampliação da compreensão da realidade; proporcionando a realização de leituras mais críticas; e, em última instância, colaborando para que as pessoas se percebam agentes necessários para transformação de sua própria realidade.

As ações práticas efetivadas no âmbito do GT de Comunicação da Luta, apresentadas ao longo deste capítulo, geraram processos educativos significativos, conforme pode ser acompanhado no quadro a seguir, que foi elaborado em estrita relação com os princípios da EP; as características da Comunicação Popular; e que guardam relação também com pontos presentes no contexto e na caracterização das resistências dos(as) trabalhadores e trabalhadoras, apresentados neste relatório.

Quadro 13 – Processos Educativos no contexto do GT de Comunicação da Luta

Ensino/Aprendizagem	Descrição	Contexto da Aplicação
Compreensão da realidade - para transformá-la	Perspectiva de analisar e discutir a realidade opressora e suas relações de dominação, enquanto ferramenta para transformar tal realidade.	Discussão sobre fatos históricos que interferem na realidade atual, para fundamentar a tomada de decisão quanto às ações a serem empreendidas para transformação da realidade opressora.
Autonomia	Capacidade dos sujeitos tomarem suas próprias decisões a partir do conhecimento da realidade, dispendo de independência em suas escolhas.	Durante as reuniões e encontros, as pessoas são incentivadas a participar, falar, opinar, expressar sua forma de pensar, além de serem motivadas a decidir a respeito das ações que serão efetivadas. Considerando também a participação, a
Valorização dos saberes	Compreensão de que independente da escolarização das pessoas, todas possuem conhecimentos e que estes são válidos.	

		valorização e o envolvimento das pessoas na produção dos materiais. Por outro lado, as propostas são pensadas com os sujeitos e não para eles. A autonomia é incentivada de diversas formas, por exemplo, quando eles são convidados para entrevistas, fazerem palestras, participarem de eventos contando as suas histórias, quando decidem sobre os rumos dos movimentos etc.
Diálogo	Capacidade dos sujeitos discutirem, opinarem, negociarem com aqueles que pensam igual e com as diferenças, em busca de acordo. Entendendo que nos diálogos reside a fórmula para a construção de sociedades democráticas.	O diálogo é incentivado como condição necessária para a democracia, compreendendo a capacidade dos sujeitos de discutirem, opinarem, negociarem com aqueles que pensam igual e com as diferenças, em busca de acordos e soluções pacíficas e democráticas para os conflitos.
Organização	Capacidade dos sujeitos de preparar, sistematizar e estruturar as resistências em favor de muitos e com maior eficácia e efetividade.	A organização é incentivada, considerando para tanto, os processos de preparação, planejamento, execução, avaliação, sistematização e mobilização das resistências e comunicação.
Solidariedade Colaboração União	Solidariedade -Capacidade de ajudar os outros e promover ações em favor do bem comum. É por meio da solidariedade que as populações pobres, discriminadas e excluídas se ajudam mutuamente. Colaboração - Pressupõe compreensão e problematização da realidade, para possível construção de propostas para transformá-la. União - Acontece para a libertação de todos, num movimento para combinar ações e esforços em prol de um determinado objetivo comum. Só é possível quando percebem o poder opressor.	Os comportamentos, palavras e práticas que estejam vinculadas a valores como solidariedade, colaboração e união, são diuturnamente incentivados.
Comunicação Popular	Possibilidade dos excluídos e subalternizados poderem construir conteúdos, contradiscursos, produzir e difundir conhecimento, ter as suas vozes respeitadas, enquanto sujeitos ativos em processos de construção coletiva.	As pessoas dizem a sua palavra, contam as suas histórias, os fatos e acontecimentos, a partir de suas próprias óticas, percepções e experiências de vida. Inclusive, são incentivadas a dar entrevistas, falar em eventos e se

		posicionar diante das necessidades.
Denúncias e Anúncios	As denúncias efetivas são dos atos de exploração e opressão vividas. Os anúncios apresentam uma possibilidade de transformação da sociedade denunciada.	As denúncias efetivadas pelos movimentos de resistência são divulgadas e os anúncios, que geram esperança de dias melhores, também recebem igual atenção.
Politização	Parte do processo de conscientização, a politização pressupõe pensar, refletir e compreender de que forma ou quais as causas dos problemas sociais e econômicos vividos, mas sobretudo, pensar e agir sobre essas causas. Havendo uma compreensão subjacente de que todo ato educativo é também político.	A politização pressupõe pensar, refletir e entender, em todos os momentos de debates e discussões, quais as formas e as causas dos problemas sociais e econômicos vividos, mas sobretudo, receber o incentivo para pensar e agir a respeito das causas identificadas.

Fonte: própria autora (2020), inspirado nos modelos de quadros de Martins (2020).

O quadro acima apresenta alguns processos educativos identificados na execução do trabalho do GT de Comunicação da Luta, e que acabam sendo esperados, na medida em que foram executados com base na Educação Popular, e que apresentam relação com uma Comunicação Popular, emancipatória e participativa. Uma comunicação construída com a perspectiva de discutir, problematizar e apresentar a feira livre e o comércio popular de rua, para além do discurso hegemônico do inconveniente e da higienização, por meio de práticas pensadas pelos próprios sujeitos e com apoio de outros atores sociais contrários ao apagamento de símbolos culturais, históricos e sociais de um povo, providos de um “olhar epistemológico” voltado para o empoderamento dos excluídos (DEMO, 2002, p. 77). Temas como autonomia, valorização dos saberes, compreensão da realidade, comunicação popular, anúncios e denúncias, politização, diálogo e valores como união, colaboração e solidariedade, foram sendo experimentados nas relações e ações construídas no GT de Comunicação da Luta, enquanto práticas vivências e cotidianas, aprendidas uns com os outros na ação-reflexão-ação.

6 CONCLUSÃO

Este último capítulo buscou responder a indagação central desta pesquisa, que diz respeito a quais processos educativos podem ser produzidos por sujeitos-trabalhadores, em seus movimentos de resistência, para permanecerem na feira-livre do Centro de Feira de Santana? Essa pergunta, por sua vez, vincula-se diretamente a uma tese central de que “os movimentos de resistência, empreendidos por trabalhadores e trabalhadoras, para permanecerem atuando no Centro de Feira de Santana, produzem processos educativos”. Partindo deste pressuposto, esse estudo foi produzido e implementado com o objetivo principal de investigar os processos educativos produzidos por trabalhadores e trabalhadoras em suas resistências para permanecerem no Centro de Feira de Santana, com vistas a construir propostas colaborativas que fortaleçam estes movimentos.

Por ter sido construída numa perspectiva que buscou conhecer a realidade e incidir, positiva e proativamente, para transformá-la – tendo sido inspirada na pesquisa-ação, nas ações do IDAC e em pesquisas participativas – o objetivo geral foi construído em duas partes, sendo uma para atender ao objetivo do conhecimento e a outra ao objetivo da ação. Dessa forma, a primeira parte, referente ao objetivo do conhecimento, trata de investigar os processos educativos produzidos por trabalhadores e trabalhadoras em suas resistências para permanecerem no Centro de Feira de Santana; e a segunda parte, objetiva construir propostas colaborativas que fortaleçam estes movimentos, corresponde ao objetivo da ação. A seguir, será apresentada uma síntese das principais discussões desenvolvidas ao longo dos capítulos que, por sua vez, estão vinculados aos objetivos específicos, buscando, conjuntamente, responder ao objetivo geral desta pesquisa.

Antes, porém, será apresentado o primeiro capítulo deste documento que traz informações sobre objeto, objetivos, justificativas, as perguntas que norteiam a investigação e uma breve apresentação de cada capítulo, além de trazer mais três subcapítulos. O primeiro, constou de uma apresentação sobre esta pesquisadora e sua vinculação com a feira livre, que serve de fundo para todo o processo investigativo desta tese. O segundo, trouxe reflexões sobre o contexto político brasileiro, marcado por um golpe, ocorrido em 2016, contra uma presidenta eleita e contra a própria democracia; e sobre o contexto sanitário envolvendo uma pandemia, ambos com desdobramentos políticos, econômicos e sociais para a população em geral e, principalmente, para os mais vulneráveis, os quais fazem parte ambulantes, feirantes e camelôs, sujeitos desta pesquisa. Posteriormente, no terceiro subcapítulo, foi apresentado o caminho metodológico percorrido para alcançar os objetivos pretendidos. Numa abordagem qualitativa,

a pesquisa buscou compreender um determinado fenômeno e incidir sobre a realidade investigada, na qual, a máxima “conhecer para transformar” pôde ser experimentada.

Para a construção dos capítulos, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a revisão de literatura. Sendo necessária também a utilização de entrevistas, de questionários e de informações de campo, sempre em constante diálogo com os(as) demais autores(as) estudados. As técnicas utilizadas cumpriram sua função, sem intercorrências, sendo facilmente adaptadas para o modelo virtual, principalmente em função da aproximação da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa, convidados para um diálogo mais próximo durante o isolamento social causado pela pandemia. A construção orgânica dos processos de trabalho, implementados nesta pesquisa, foi um ponto relevante para o desenvolvimento deste estudo, na medida em que possibilitou criar vínculos com as pessoas para a construção de uma outra lógica de fazer pesquisa, em que os objetivos da ação não se configurassem em mais uma tarefa para o grupo envolvido e ainda que as pessoas envolvidas não se sentissem como se estivessem realizando demandas para fins da pesquisa. Neste sentido, o trabalho desenvolvido no GT de Comunicação da Luta se configurou numa atividade com e para os movimentos de resistência, na qual esta pesquisadora e a própria pesquisa estavam totalmente à serviço dos(as) trabalhadores e trabalhadoras, do povo e daquelas lutas coletivas. Sendo uma recomendação para futuras pesquisas, nesta abordagem metodológica, que sejam respeitados os tempos e ritmos das pessoas; o tempo de maturação dos próprios movimentos de resistência, para que, com paciência e amorosidade, os processos coletivos sejam desenvolvidos. Desse modo, a metodologia de pesquisa adotada mostrou-se adequada aos grupos envolvidos e, principalmente, ao contexto em que a mesma foi desenvolvida, considerando uma pandemia e tudo o que ela representa para as classes populares.

Como indicação de ampliação dessa pesquisa, pode ser considerada a possibilidade de novas investigações com outros movimentos, empreendido por ambulantes e feirantes de outras ruas do Centro de Feira de Santana, não organizados em coletivos e que possuem estratégias diversas de resistência, por vezes pouco usuais, mas que estão surtindo o efeito de mantê-los(as) trabalhando nas ruas centrais da cidade, a despeito da requalificação, das reformas, dos rapas e da força empreendida pelo Executivo Municipal e pelas classes dominantes/dirigentes. Apontando que, de uma forma ou de outra, o povo segue trabalhando e que a memória e a história do povo feirense – vinculadas à uma prática social ancestral de comprar e vender em feiras livres – seguem existindo, acontecendo e teimando em permanecer.

O primeiro objetivo específico buscou verificar as produções científicas (teses e dissertações), elaboradas no Brasil e vinculadas ao tema, que possibilitasse a compreensão do

fenômeno pesquisado. Neste momento foi realizada uma busca por produções científicas, teses e dissertações, em bancos de dados oficiais brasileiros, a fim de compreender melhor o fenômeno estudado. A aproximação com essas pesquisas revelou uma lacuna referente ao estudo de processos educativos vinculados aos movimentos de resistência ocorridos nas feiras livres do país, em busca de seguirem existindo em espaços urbanos, por vezes, hostis à existência de práticas sociais populares, ligadas às tradições, tal qual aquelas desenvolvidas nas feiras livres. As pesquisas também trouxeram luz sobre questões inerentes àquela prática, imprescindíveis para fortalecer a luta daqueles(as) que querem permanecer existindo.

Nesse sentido, após análise das produções identificadas, alguns pontos relevantes serão apresentados, à guisa de conclusão deste capítulo. Uma das reflexões possíveis diz respeito à compreensão de que as feiras livres se constituem uma prática social de significativa relevância no Brasil, com destaque para a Educação, na medida em que saberes, fazeres, conhecimentos, experiências, são compartilhados, produzidos e difundidos a partir daquele lugar; à Saúde, quando amplia a qualidade de vida da população na qual está inserida, seja através do acesso a alimentos de qualidade ou na difusão de conhecimentos populares relacionados ao uso de plantas medicinais, por exemplo; o Lazer, quando promove música, literatura e encontros diversos; à Cultura, através da preservação de uma prática social reconhecida no Brasil como Patrimônio Cultural Imaterial, representando uma forma de manter uma tradição popular no país, bem como todas as outras que sobrevivem a partir da existência da feira livre; à Economia, enquanto forma de gerar emprego, renda, sobrevivência, movimentando a economia local, promovendo o desenvolvimento, assegurando o escoamento da produção do campo e garantindo a circulação de riqueza; e na construção de valores essenciais para uma sociedade, ligados à solidariedade, cooperação, afeto, encontros e trocas; passando ainda pela própria resistência e permanência daquela prática, que perpassa negociações, persistências, adaptações e protagonismo dos sujeitos que a compõem.

Dessa maneira, ao refletir sobre a quantidade de pontos positivos sobre a feira livre, elencados a partir do trabalho daqueles(as) pesquisadores(as) e, por outro lado, observando a carga negativa apresentada pela classe dominante de Feira de Santana, conforme capítulo três deste relatório, foi possível apontar a necessidade de ações para a construção de uma nova visão a respeito da feira livre, do Centro de Feira de Santana, que favorecessem a percepção positiva, vinculada àquela prática social, revelada nas pesquisas analisadas; e que, ao mesmo tempo, apontassem soluções para os problemas encontrados na feira livre que, porventura, estivessem dificultando o entendimento a respeito da relevância daquela prática social.

Para atender ao segundo objetivo específico, que era de contextualizar a origem de Feira de Santana em sua vinculação histórica com a feira livre, foi apresentada uma breve historiografia do município de Feira de Santana, na qual, ficou evidente, que a forma de adquirir terras no período de surgimento do povoamento que, posteriormente, seria o município de Feira de Santana, favorecia às pessoas com recursos financeiros e promovia, em contrapartida, a exclusão das demais. Marcada por guerras aos indígenas; exclusão e expropriação; além da escravização de pessoas negras, a origem do povoado guarda em si uma estreita relação com as desigualdades sociais sentidas na atualidade.

Hegemonicamente, o surgimento do município está atrelado a três símbolos importantes para o período: uma feira (livre e do gado), uma fazenda e uma igreja. A feira do gado consolidou-se como uma referência na venda de gado, e junto com a feira livre, conferiram à Feira de Santana uma identidade sertaneja de grande projeção, importância econômica e cultural, ganhando destaque no registro identitário do município e permanecendo presente em todos os nomes escolhidos para aquela localidade. Com o passar do tempo, o lugar ocupado pela feira livre ficou vinculado não somente às trocas comerciais, mas também como um espaço de solidariedade, trocas culturais e celebração. No entanto, o advento de ideais desenvolvimentistas iria começar um processo de desvalorização daquela prática social em Feira de Santana, que passou a ser considerada como inconveniente. Neste momento, houve um movimento das classes dominantes, no sentido de construir uma nova identidade para o município. Uma vez ligada a uma cidade comercial e moderna, se instituiu uma rejeição daquilo que representava às tradições populares, agora vinculadas ao atraso, culminando com a exclusão das classes populares desta nova identidade construída. Dentro deste ideal de modernidade, passam a ser toleradas as formas de violência e força para eliminar o “outro”, visto como diferente e inconveniente.

Todos esses elementos percorrem o tempo e foram perpetuados, inclusive, através da permanência daquela prática social geradora de trabalho e renda, de cultura e identidade feirense, permeada de solidariedade, encontros e afetos. Mas também, de forma negativa, historicamente perpetuam-se exclusões, apagamentos e negações vividas por feirantes, ambulantes, artesãos, artesãs, camelôs e tantos outros, no Centro de Feira de Santana, manifestadas através do tratamento destinado àquela prática social, conformada como inconveniente, ilegal, inoportuna, suja, feia e inadequada. Assim, o mesmo esforço empreendido, desde a década de 1950, para retirar aquela prática social, seus(as) trabalhadores e trabalhadoras do Centro da cidade e transferi-los(as) para o Centro de Abastecimento, à época, segue vivo. E, na atualidade, se consolidou por meio de um novo projeto hegemônico para

“Requalificar” o Centro: “o pacto da feira”, no qual, novamente, a feira livre, os(as) trabalhadores e trabalhadoras não estão presentes, sendo expulsos e enviados para bem longe dos olhos das classes dominantes.

Fica evidente a existência de práticas excludentes – contra a feira livre do Centro, seus(as) trabalhadores e trabalhadoras – que se perpetuam em Feira de Santana, conforme destacadas a seguir: a) a discriminação materializada através das expulsões impetradas desde 1977, numa espécie de guerra contra toda forma de comércio popular realizado nas ruas centrais da cidade. Havendo, nesse sentido, uma exclusão territorial, em curso, que versa contra a ocupação do Centro da cidade por pessoas trabalhadoras, pobres e negras em sua maioria. Essa exclusão aponta para a negação de outros direitos, como por exemplo, o direito ao trabalho, à subsistência e à dignidade, todos desconsiderados pelo Executivo Municipal; b) a existência de uma tentativa de apagamento histórico, também em curso – por parte da classe dominante local, expressa através de representantes do Executivo Municipal – atrelada à desvinculação da feira livre original, daquele trabalho realizado por ambulantes, feirantes, artesãos, artesãs e camelôs, apagando, por conseguinte, da história de surgimento de Feira de Santana e de sua memória, aqueles sujeitos e seus ofícios ancestrais.

Por outro lado, não se observa um movimento político que assegure uma Requalificação do Centro, em que essas pessoas possam permanecer de forma organizada e com o devido reconhecimento da importância econômica, histórica e cultural daquela forma de existir e trabalhar, apesar de haver um projeto alternativo, com inclusão, proposto por trabalhadores e trabalhadoras, para ocupação da Marechal Deodoro, e das tentativas realizadas para assegurar a preservação, organizada e integrada, daquela prática social.

A partir das análises realizadas, foi possível fazer algumas outras afirmações. A primeira delas é de que a feira livre do Centro continua existindo. Aquela prática originária, expulsa em 1977 e transferida para o Centro de Abastecimento, foi reconfigurada e segue no Centro da cidade, espalhando-se por pontos tradicionais, existindo e permanecendo em ruas como a Marechal Deodoro, Sales Barbosa, as avenidas Getúlio Vargas, Senhor dos Passos, praça João Pedreira e outras tantas, conforme a ocupação anterior, que compreendia um raio de cinco quilômetros.

A segunda afirmação diz respeito à extensão territorial da feira livre e sobre os tipos de produtos comercializados nela, havendo pesquisas científicas apontando que a feira livre original de Feira de Santana acontecia em diversos pontos do Centro da Cidade e que a venda de produtos era diversificada, compreendendo, no passado e na atualidade, a venda de frutas, verduras, legumes, derivados de couro e barro, produtos avícolas, peças de eletrodomésticos,

alimentos de todas as espécies, vestimentas, confecções, mobiliários, cerâmicas variadas, marcenarias em geral, sendo possível vincular o trabalho realizado hoje por feirantes, ambulantes, camelôs, artesãos, artesãs, no Centro de Feira de Santana, com aquela prática social ancestral que acontecia na feira livre que deu origem ao município.

A terceira afirmação é que, tanto no passado quanto no presente, existe uma presença significativa de pessoas negras na constituição da feira livre. De forma subjacente, é impossível deixar de pensar nas estruturas sociais entranhadas no racismo, por serem pessoas majoritariamente pretas; nas desigualdades sociais, por constituir-se de uma maioria advinda de classes empobrecidas; e nas desigualdades de gênero, por tratar-se de uma prática social com expressivo número de mulheres, inclusive na liderança dos movimentos de resistência acompanhados. Neste processo, fica visível o incômodo das classes dominantes em ver trabalhadores e trabalhadoras simples e, principalmente, negros e negras transitando pelas ruas centrais e ocupando o metro quadrado mais caro da cidade, com suas mercadorias e barracas, sem o padrão estético aceitável pelas classes abastadas. A exclusão, o racismo e o preconceito parecem impedir um movimento de organização da feira livre e do comércio popular de rua em que seja promovida a limpeza pública das ruas e a padronização das barracas e carrinhos, por exemplo. O caminho adotado, ao longo do tempo, têm sido de perseguir a feira livre, seus trabalhadores e suas trabalhadoras, sob a alegação de que não há organização e limpeza; ao invés de combaterem os problemas, escolhem combater as pessoas. Desse modo, a classe dominante e seus dirigentes, que querem a feira livre, feirantes, ambulantes e camelôs longe das ruas, desconsideram as implicações econômicas e o impacto que a expulsão representa para a economia e para a vida daquelas pessoas, postas em risco, em nome da beleza e estética.

Na verdade, o discurso da feira livre e do comércio popular de rua “desorganizado e sujo”, apresentado, contundentemente, pelas mídias conservadoras, classes dominantes locais e seus dirigentes, expõe o fracasso desses em prover formas de vida digna para todas as pessoas; em não conseguirem conviver com a diversidade; e também expõe uma incompetência por não conseguirem acabar com a exclusão e pobreza que eles mesmos promovem. Ao invés de organizar e limpar as ruas, tentam retirar aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras que, ao passarem todos os dias em suas portas com seus carrinhos e cestos, fazem lembrar as lutas diárias pelas quais passam os “outros”, igualmente humanos. Dessa maneira, expulsar e enviar para as periferias da cidade é a forma mais cômoda que eles encontraram para lidar com seus próprios fracassos e preconceitos. Retirar, excluir e marginalizar acabam sendo estratégias para não olharem aquelas pessoas, negarem suas origens e sua própria humanidade.

Ao longo da pesquisa buscou-se também identificar os processos educativos construídos por trabalhadores e trabalhadoras nas resistências para permanência na feira livre do Centro de Feira de Santana. Para essa construção, foram escutadas duas feirantes, duas camelôs e dois apoiadores, todos ligados aos movimentos de resistência pesquisados e foram consideradas também as anotações e percepções desta pesquisadora, a partir de sua inserção no campo. Tudo isso, em diálogo com os(as) autores(as) estudados(as). A partir desses diálogos, foi possível compreender que os processos educativos são percebidos interdependentes e não hierárquicos; capazes de existir mesmo quando os seus agentes promotores não o percebem ou desconhecem, metodologicamente, suas formas de funcionamento, no caso daqueles processos construídos fora dos espaços educativos formais. Os estudos apontam para uma compreensão de que todas as práticas sociais guardam em si processos educativos, que podem servir para transformar positivamente a sociedade e melhorar a vida das pessoas, ou podem servir para perpetuar o *status quo*. Neste estudo, o conceito de Processo Educativo é compreendido como toda ação em que se aprende e se ensina, formal ou informalmente, com ou sem intencionalidade. Os processos educativos podem ser considerados positivos ou negativos, a depender da perspectiva, mas todos educam. Até mesmo perceber os interesses do poder Executivo Municipal; os conflitos não resolvidos no Judiciário; e as diversas formas de violência e exclusão, por exemplo, por mais negativo e difícil que seja, ajuda a desnudar a realidade, possibilitando a realização de uma leitura de mundo e, quem sabe, a luta contra as injustiças. Dessa maneira, a compreensão é de que todos os processos educativos, advindos das resistências, contra as opressões e injustiças, são eivados de componentes que contribuem, direta ou indiretamente, para a transformação da sociedade.

Do diálogo com camelôs, feirantes e apoiadores(as), ligados aos movimentos de resistência investigados nesta pesquisa e outros(as) autores(as) pode-se perceber a existência de processos educativos vinculados à luta por direitos básicos como trabalhar, existir, sobreviver, além do direito ao território, à memória, à história, à cultura e à identidade. Os processos educativos identificados falam também da presença, liderança e protagonismo de mulheres negras nos movimentos de resistência, advindas de um grupo formado, majoritariamente, por pessoas negras, apontando, pelo menos, em duas direções: primeiro para o protagonismo e a força ancestral dessas mulheres, constituindo-se um aprendizado que reconhece a força de todas as pessoas que vieram antes, que lutaram e que transmitiram um ofício histórico e culturalmente passado através de gerações; e, segundo, aponta para o racismo e sexismo experimentado por esses grupos, ao terem que lutar por um lugar para trabalhar, sendo molestados com ameaças de expulsão e risco social diante da possível perda da única

fonte de renda que possuem. Assim, desigualdade de renda, ameaças ao emprego, falta de condições de moradia, insegurança alimentar, violências etc. expõem a estrutura racista e sexista a qual brasileiros e brasileiras são submetidos(as), todos os dias, com a aquiescência dos governos.

Buscando responder ao objetivo específico que tratou de apresentar as resistências nos dias atuais, foram descritas, num primeiro momento, algumas formas de resistência empreendidas por um grupo de camelôs e ambulantes, apoiado por outros(as) trabalhadores e trabalhadoras feirantes, artesãos, artesãs, floristas, professores(as), estudantes e profissionais de outras categorias. As formas de exclusão, impetradas pelas classes dominantes, ficavam demonstrada através da força política; dos discursos propagados pela mídia conservadora; das expulsões em meio à pandemia; do uso das leis em favor de alguns interesses; e da imposição de um projeto unilateral, inclusive com o uso da força. Havia uma intensificação dos discursos e práticas calcadas na Modernidade e Colonialidade, evocando uma suposta evolução; fomentando a criminalização da pobreza; aumentando a exclusão e a violência como formas de operar do poder hegemônico para consolidação de um determinado projeto.

Por outro lado, ficava evidente, naquele momento, a significativa mobilização formada em torno daquele debate, com a participação de diversos segmentos da sociedade e de inúmeras categorias profissionais em favor da permanência dos(as) trabalhadores e trabalhadoras do Centro de Feira de Santana. Além disso, a organização de feirantes, ambulantes e camelôs, que contou com o apoio e participação ampla de outros profissionais, se refletia na quantidade de ações, atos e mobilizações implementadas pelos movimentos de resistência. A união, a solidariedade e a organização daquelas pessoas, independente da categoria profissional, era visível naquele processo. No entanto, apesar desta articulação e mobilização – que colocou a luta daquelas pessoas na pauta da cidade – o processo de expulsão teve seu início com a retirada de camelôs e ambulantes das ruas Sales Barbosa, Recife, Praça do Nordeste, Avenida Sr. dos Passos e adjacências, arrefecendo, sobremaneira, a luta e culminando com a desarticulação do movimento de resistência desenvolvido pelo Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade, que não pode ser considerado extinto, em função da existência ativa do GT de Comunicação da Luta, constituído no âmbito daquele coletivo, e da manutenção, ainda que pontual, de ações do GT Jurídico, contando com a articulação de professoras da UEFS. Mesmo os(as) camelôs se reconfigurando e se reorganizando, posteriormente, no *Shopping Popular*, para onde foram transferidos(as), não se percebeu uma continuidade das ações do referido Coletivo, junto àqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras, agora organizados(as) através de uma associação: a ADECAM. Inclusive, a própria liderança do movimento foi

completamente alterada. Este fato, por um lado, pode ser positivo, considerando que outras lideranças surgiram para dar sequência ao movimento organizado de resistência, mas ao mesmo tempo, o conhecimento e experiência acumulados na luta acabam perdidos.

A semente regada pelo Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade – formado por camelôs, ambulantes, feirantes, artesãos, artesãs, floristas, professores(as), estudantes, militantes e tantos outros sujeitos, anônimos, em prol da permanência daqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras – não morreu. E assim, a resistência seguiu acontecendo com os(as) camelôs transferidos(as) para o *Shopping* Popular; e através da organização de feirantes e ambulantes da Marechal Deodoro e adjacências, no movimento A Feira da Marechal é Patrimônio. Além desses, outros grupos de artesãos, artesãs, ambulantes e feirantes de outras ruas centrais da cidade, não acompanhados nesta pesquisa, seguem resistindo e permanecendo. De forma organizada ou não, seguem lutando contra as opressões e injustiças impostas pelo poder hegemônico, apontando para a existência de vários movimentos de resistência e não somente um, como imaginado no começo desta pesquisa. Podendo, inclusive, haver outras formas de resistência, não organizadas e não mapeadas, que fazem com que aquela prática social siga acontecendo no Centro de Feira de Santana.

Assim, uma constatação, com base nos estudos, é de que existem vários movimentos de resistência e várias formas de resistir. Dentre as quais, a perspectiva desta autora é de que a Resistência, no âmbito das lutas contra as injustiças, não se constitui em simples ato de oposição a algo, alguém ou alguma coisa. De forma mais ampla, a resistência se constitui um processo, iniciado com a percepção ou com uma tomada de consciência a respeito de uma dada situação de injustiça, opressão ou exclusão que aflige um determinado grupo. A partir desta percepção, os sujeitos empreendem ações contra aquela realidade opressora. Estas ações podem ser, inicialmente, uma denúncia, podendo evoluir, na medida em que a luta se instaura, para a construção de proposições, estratégias e ações que visem a efetiva transformação das situações de opressão. Resistir, nesse sentido, não é negar a realidade. Ao contrário, é entendê-la, identificar de onde vem as opressões e perceber sua própria força para lutar contra as injustiças.

Conforme dito anteriormente, não existe somente uma forma de resistir. Pode acontecer também que, a partir da percepção da situação de injustiça ou exclusão, observada em dada realidade, as pessoas não consigam organizar uma luta coletiva e passem a empreender ações de recuo, adaptação e não enfrentamento, sem questionar diretamente o *status quo*. Mas, ao mesmo tempo, seguem contrariando aquilo que é requerido delas. Assim, a resistência consistiria em desviar de um oponente mais forte e poderoso, enquanto a consciência e a luta coletiva não se estabelecem. De toda maneira, pensar estas resistências significa não olhar os

sujeitos como aqueles que infringem leis ao protestarem e/ou desobedecerem a uma ordem imposta. É, em primeira instância, buscar ver o escondido por detrás das desobediências e para além das leis, que podem ser eivadas de opressão e injustiças para com os menos abastados. Compreendendo que através de uma resistência, alguns arbítrios e opressões podem estar sendo contestados.

Ainda na busca por identificar os processos educativos construídos por trabalhadores e trabalhadoras nas resistências para permanência na feira livre do Centro de Feira de Santana, outro aprendizado/ensino ficou evidente através da luta de classes, quando as relações de dominação e opressão podem ser percebidas. Sendo a própria situação de opressão extrema, impulsionadora da luta e essa, por sua vez, uma potência para transformar a referida situação opressora. Nesta luta de classes, a consciência de que existem classes diversas vai sendo construída pelas pessoas envolvidas nas resistências, na medida em que se percebem classe trabalhadora. E a organização coletiva para resistência se engendra em colaboração, união e organização das classes oprimidas e daqueles que com elas se solidarizam. Tendo, neste processo, o papel relevante de apoiadores(as) na construção dessas resistências, compartilhando experiências para organização dos movimentos social; no suporte intelectual e econômico; no apoio político, considerando o lugar de prestígio social ocupado por professores(as), advogados(as), pesquisadores(as), dentre outros(as); e através da solidariedade de outros(as), igualmente, trabalhadores e trabalhadoras.

Da própria luta de classe, experimentada em movimentos coletivos de resistência, emergem outros processos educativos vinculados à conscientização, por exemplo, que vem a ser a posse da realidade e compreensão das estruturas de dominação que a mantém funcionando, possível de ser percebida a partir da própria luta coletiva instaurada. Nesse sentido, se perceberam cidadãos com direitos violados e com o legítimo dever de lutar por eles, compreendendo as estruturas de violência, exclusão e divisão impostas através de um Poder Executivo opressor. Segundo as trabalhadoras e os apoiadores entrevistados, essas lutas coletivas são permeadas de valores vinculados à responsabilidade e compromisso com a luta e as pessoas envolvidas; à esperança, necessária para seguir lutando; ao empenho, com o qual as ações são realizadas e as pessoas mobilizadas para seguirem resistindo; e, por fim, a própria capacidade de sonhar juntos, um sonho coletivo de permanência organizada e pacífica. Sendo, esses valores, percebidos enquanto processos educativos emanados daquelas resistências e experimentados por aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras em movimento.

Conforme dito anteriormente, todos os processos advindos dos movimentos são educativos. Dessa maneira, dois desses processos educativos, que não se constituem

diretamente como positivos, podem ser considerados enquanto contradições do movimento, num território em disputa. Esses processos apontam para a terceirização das lutas, desvelando um perigo tentador, vinculado ao ato de delegar às lutas a figuras messiânicas que se propõem salvadoras. Desmobilizando a luta coletiva e fazendo crer que uma única pessoa pode resolver os problemas coletivos do povo, revelando o caráter reacionário e assistencial de alguns supostos apoiadores das causas populares. E, por outro lado, observa-se um movimento, não tão novo no Brasil, conhecido como judicialização das lutas políticas, que consiste em apostar na resolução de conflitos políticos e sociais por meio de ações judiciais. Esse movimento acaba evidenciando as estruturas de preconceito e discriminação advinda do próprio poder estatal, gerido pela classe dominante. Neste movimento, as resistências revelam processos educativos relevantes, nos quais ensino e aprendizagem podem ser extraídos daquelas experiências de resistência empreendidas por feirantes, ambulantes e camelôs, em seus movimentos para permanecerem atuando em um determinado *locus* e para terem condições dignas de trabalho e sobrevivência.

Por fim, para atender aos dois últimos objetivos específicos, a saber: “construir, colaborativamente, ações educativas para o fortalecimento das resistências existentes; e acompanhar o desenvolvimento das ações educativas definidas” foi construída uma proposta de atuação, buscando transformar a realidade opressora, fortalecendo as resistências através do GT de Comunicação da Luta, em funcionamento desde o início de 2021. O GT é uma proposta de Comunicação Popular, construída a partir dos princípios da Educação Popular e em consonância com a necessidade, apresentada pelos movimentos, de dizer a sua palavra e fortalecer o diálogo com os(as) iguais; a sociedade em geral; e com aqueles que buscam expulsá-los do Centro de Feira de Santana. Este trabalho foi realizado em solidariedade, parceria e comunhão com outros sujeitos engajados no empoderamento e emancipação dos excluídos. Assim, um grupo formado por feirantes, ambulante e apoiadores(as) ligados ao movimento de resistência A Feira da Marechal é Patrimônio e camelôs e apoiadores(as) ligados(as) ao movimento de resistência no *Shopping* Popular, organizados(as) através da ADECAM, reuniu-se, de forma participativa, voluntária e cooperativa, para construir novos discursos de si; noticiar as ações de resistência dos movimentos; denunciar as opressões vividas; e anunciar os sonhos coletivos de transformação e inclusão para o Centro de Feira de Santana e seus múltiplos sujeitos. Um sonho de permanência, cidadania, dignidade, sobrevivência, memória, identidade, cultura popular, direito ao trabalho e ao território.

A atuação do GT de Comunicação da Luta foi construída processualmente, sendo os objetivos definidos pelos membros do GT: denunciar as opressões; divulgar as ações de

resistência dos movimentos, dando visibilidade àquelas lutas; construir percepções positivas sobre o trabalho desenvolvido no Centro de Feira de Santana, com vistas a: valorizar as práticas sociais ocorridas naquele espaço; reforçar valores produzidos na feira livre; valorizar a participação histórica dos(as) camelôs no Centro de Feira de Santana; ampliar a ideia daquela prática social como geradora de trabalho e renda. Assim, os trabalhos no âmbito do GT foram se desenhando e acontecendo, num ambiente colaborativo, autônomo, participativo, de divisão de tarefas, valorização dos saberes, aceitação dos tempos e ritmos das pessoas, com companheirismo, união, diálogo, organização e disponibilidade. Além do exercício de valores essenciais à vida em sociedade, o trabalho no GT possibilitou o acesso à comunicação, informação e, principalmente, proporcionou o exercício do direito de produzir e difundir conteúdos, denúncias, anúncios, notícias e discursos advindos de sujeitos em situação de exclusão e em luta por seus direitos.

Nesse sentido, os principais discursos produzidos e difundidos apontavam para: descortinar o mito de que a culpa da feira livre ser suja e feia era de trabalhadores e trabalhadoras, conforme discurso divulgado pela classe dominante, quando a realidade demonstra um descaso e omissão do Executivo Municipal; a difusão da ideia de que a feira livre, sempre considerando, nesta prática, o trabalho realizado por feirantes, ambulantes e camelôs, se constitui uma forma digna e potente para gerar trabalho e renda, movimentando a economia local; a importância da feira livre, com seus múltiplos sujeitos, feirantes, ambulantes, camelôs, artesãos, artesãs etc., enquanto Patrimônio Cultural Imaterial; e, por fim, a possibilidade de convivência daquela prática social, seus trabalhadores e suas trabalhadoras, em uma cidade, sem prejuízo para a beleza, a organização e a limpeza requeridas por todos(as) e desejadas, principalmente, por quem vive daquele ofício. Assim, o GT de Comunicação da Luta, se constituiu, antes de tudo, num espaço em que aquilo que é dito a respeito daquela prática social – que emerge no Centro de Feira de Santana – realizada por feirantes, ambulantes e camelôs, seja dito por eles(as) mesmos(as) e pelos movimentos de resistência, num contradiscurso que serve para questionar o *status quo*. Na mesma direção, e em certa medida, atendeu àquele pedido feito por um feirante na Praça Bernardino Bahia e que suscitou o surgimento desta pesquisa: “*fala bem da gente, porque querem nos tirar daqui*”. Digo em certa medida, porque não foi a pesquisa quem falou por ou sobre aqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras. Foram eles e elas mesmos(as) quem falaram bem daquela prática social ancestral e dos seus dignos ofícios.

Diante do exposto, é possível dizer que a pesquisa intitulada “Bocapiu, Esteira e Gibão: os processos educativos construídos nas resistências de sujeitos-trabalhadores(as) na feira livre

do Centro de Feira de Santana (Ba)” sustenta a tese de que os movimentos de resistência produzem processos educativos. E ao investigar esses processos, respondeu ao seu principal problema de pesquisa, possibilitando um diálogo direto entre o espaço acadêmico – e seus saberes –, e o espaço popular – e seus diversos saberes –, expresso através de uma pesquisa que empreendeu ações coletivas, junto com os sujeitos envolvidos, na busca para transformar uma situação de opressão.

A figura abaixo busca sintetizar alguns dos principais processos educativos identificados, nesta pesquisa, como emergentes das resistências e que funcionam como pilares para os próprios movimentos.

Figura 7 - Processos Educativos nas e das resistências



Fonte: própria autora, com arte de Lee Costa Mamona (2022).

Os pontos elencados, acima, são alguns dos principais processos educativos que emergem das resistências empreendidas por feirantes, camelôs, ambulantes e apoiadores(as) – em luta contra as opressões, injustiças e exclusões no Centro de Feira de Santana – que fazem daquelas pessoas e de seus movimentos de resistência, únicos e singulares. Nessa medida, considerando toda a discussão apresentada neste documento, é possível afirmar que os próprios movimentos de resistência representam um significativo processo de ensino e aprendizagem a respeito das lutas contra as opressões vividas, em favor da sobrevivência e do direito ontológico ao trabalho. Ao mesmo tempo, os movimentos de resistência acabam defendendo a preservação de uma prática social ancestral, vinculada à história do povo feirense, como pode ser verificado ao longo deste relatório de tese. Sendo, na percepção desta pesquisadora, um dos processos

educativos mais generosos prestados pelos movimentos de resistência a esta cidade, pois, em seu bojo, traz ensinamentos e aprendizagens relevantes sobre raça; gênero; luta de classe; conscientização contra as opressões e violências; cidadania; comunicação; e organização popular, além de repercutir valores como solidariedade, trabalho coletivo, respeito, diálogo e determinação para seguir lutando e resistindo às injustiças. De forma subjacente, suscita discussões sobre o direito de sobreviver, de trabalhar, de se comunicar, de ocupar espaços e de preservar a história, a cultura, a identidade e a memória. Apontando ainda para a capacidade do povo organizado dizer a sua palavra, produzir e difundir saberes e conteúdos; contar a sua própria história; construir discursos de si; e, sobretudo, aponta para a capacidade de compartilhar o sonho de uma sociedade utópica, mais justa, capaz de acolher e incluir.

REFERÊNCIA

ACTIONAID. **Reconhecer para erradicar**: o impacto das desigualdades de gênero e raça na manutenção de vulnerabilidades. Brasil, 2021. Disponível em: https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1630936444Relat%C3%B3rio_GT2030_vers%C3%A3o_final4_compactado.pdf Acesso em: 24 nov. 2021.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Capitalismo e crise**: o que o racismo tem a ver com isso? São Paulo: Blog Boitempo, 2020.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana**: um estudo de história colonial. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ANTUNES, Ricardo. A explosão do novo proletariado de serviços. *In*: ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. 328p.

ANTUNES, Ricardo. O capitalismo virótico: um sistema destrutivo que só será superado através das lutas sociais, diz Ricardo Antunes. **Portal da UNICAMP**. Campinas, out. 2020. Seção Brasil. Entrevistadora: Liana Coll. Disponível em: <http://www.dmtemdebate.com.br/capitalismo-virotico-um-sistema-destrutivo-que-so-sera-superado-atraves-das-lutas-sociais-diz-ricardo-antunes/> Acesso em: 13 mar. 2021.

APROVADA criação da CPI do Shopping Popular; presidente e relator definidos nesta quarta (24). **O Protagonista**. Feira de Santana, ago. 2022. Seção Notícias. Disponível em: <https://www.oprotagonistafsa.com.br/noticia/aprovada-criacao-da-cpi-do-shopping-popular-presidente-e-relator-definidos-nesta-quarta-24> Acesso em: 23 ago. 2022.

ARROYO, Miguel. Educação Popular, Saúde, Equidade e Justiça Social. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 29, n. 79, p. 401-416, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 23 jul. 2018.

AUXÍLIO Emergencial: 9,7 milhões aguardam análise, diz Caixa. **Portal G1**, Brasil, maio 2020. Seção Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/24/auxilio-emergencial-97-milhoes-aguardam-analise.ghtml> Acesso em: 22 mar. 2022.

BAHIA. Defensoria Pública do Estado da Bahia. **Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico**. Processo nº 8001687-14.2020.8.05.0080. Petição Inicial, Feira de Santana, Relatora: Julia Almeida Baranski; 14 fev. 2020. Disponível em: <https://pje.tjba.jus.br:443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021420351847000000045071649> Acesso em: 11 jul. 2020.

BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. **Sentença**. Processo nº 0007300-20.2021.8.05.0080; 2. Vara do Sistema dos Juizados; Autor: Sílio Lopes Pereira; Réu: Concessionária Feira Popular S.A. Juíza: Jaqueline Moreira Kruschewsky; 4 set. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/online (19).html Acesso em: 23 set. 2021.

BANCO Mundial vê economia brasileira em 2021 entre as 10 piores da América Latina e Caribe. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, mar. 2021. Seção Economia. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/03/desempenho-economia-brasileira-pib/> Acesso em: 03 abr. 2021

BARBOSA, Alexandre; PERUZZO, Cicília. Cicília Peruzzo e as Vozes das Classes Subalternas da América Latina. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 25, 2017.

BARBOSA, Andreia Cristina da Silva. **Riqueza que mexe com os sentidos**: feira livre de Senhor do Bonfim. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal Da Bahia, Salvador, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. Lisboa: LDA, 2011.

BECKER, Howard S. **¿De que lado estamos?** Estigmatización y Conducta Desviada. Maracaibo: Universidade de Zulía, 1967.

BERNARDINO, Sharlene da Silva. **A feira livre da cidade de Nova Cruz-RN**: Aspectos culturais e econômicos. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BITTENCOURT, Bruno da Silva. **Feira livre de Abaetetuba/PA**: uma análise da influência da feira no processo de organização do espaço urbano da cidade. 2018. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém, 2018.

BOGDAN, Robert C. BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BORDA, Orlando Fals. La investigación participativa y la intervención social. *In*: Investigación-Acción Participativa. Documentación Social. **Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada**, n. 92, Caritas Española: Madrid, jul-Sep. 1993.

BRASIL. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Ofício Circular n. 02/2021**. Brasília, DF: CONEP, 24 fev. 2021. Assunto: Orientações para procedimento em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

BRASIL completa uma semana com alta na média móvel de mortes por Covid. **Portal G1**, Brasil, out. 2022. Seção Coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/10/10/brasil-completa-uma-semana-com-alta-na-media-movel-de-mortes-por-covid.ghtml> Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 9 out. 2019.

BRASIL é pior país do mundo na gestão da epidemia de Covid-19, aponta estudo. **Carta Capital**. Brasil, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/brasil-e-pior-pais-do-mundo-na-gestao-da-epidemia-de-covid-19-aponta-estudo/> Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação 2019**. Brasília: MCTIC, 2019. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/arquivos/Indicadores_CTI_2019.pdf Acesso em: 01 maio 2021.

BRASIL tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU: O 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país, conforme *ranking* sobre o desenvolvimento humano. **Portal G1**, Brasil, mar. 2019, Seção Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml> Acesso em: 13 abr. 2020.

CABRAL, Geovanni Gomes. **Arte, história e narrativa**: a trajetória do poeta José Costa Leite. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CALÇADÃO da Sales Barbosa será transformado em *Shopping* a Céu Aberto. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, abr. 2011. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/74238/calda-sales-barbosa-serrantransformado-em-shopping-a-caberto.html?mobile=true> Acesso em: 16 jul. 2020.

CAMELÔS convocam audiência pública sobre o Shopping Popular. **Valter Vieira Informação de Qualidade**, Feira de Santana, out. 2019. Seção Notícias. Disponível em: <https://www.valtervieira.com.br/noticia/feira-de-santana/71755/camelos-convocam-audiencia-publica-sobre-o-shopping-popular> Acesso em: 25 mar. 2022.

CAMELÔS reivindicam *Shopping* a céu aberto e mais organização. **Folha do Estado**, Feira de Santana, jan. 2013. Seção Geral. Disponível em: <https://www.jornalfolhadoestado.com/noticias/9226/camelos-reivindicam-shopping-a-ceu-aberto-e-mais-organizacao-> Acesso em: 16 jul. 2020.

CAMELÔS têm até o dia 15 para realizar transferência para o *Shopping* popular: decreto obriga os vendedores ambulantes a desocuparem as vias centrais de Feira de Santana. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, set. 2020. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/232139/camelos-tem-ate-o-dia-15-para-realizar-transferencia-para-o-shopping-popular.html?mobile=true> Acesso em: 03 abr. 2021.

CAPES. **Módulo de Coleta de Dados**. Brasília: Plataforma Sucupira, 2015. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira/modulo-coleta-de-dados> Acesso em: 25 mar. 2019.

- CARDOSO, Daniela. Camelôs dizem que não vão obedecer prazo de mudança para o *Shopping Popular*. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, set. 2020a. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/232167/camelos-dizem-que-nao-vaoo-bedecer-prazo-de-mudanca-para-o-shopping-popular.html> Acesso em: 03 abr. 2020.
- CARDOSO, Daniela. Vendedores ambulantes bloqueiam trânsito no centro da cidade durante manifestação. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, mar. 2020b, Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/223986/vendedores-ambulantes-bloqueiam-transito-no-centro-da-cidade-durante-manifestacao.html> Acesso em: 12 mar. 2020.
- CARDOSO, Daniela. Pedestres e comerciantes relatam transtornos causados por ambulantes em calçadas de Feira de Santana. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, fev. 2018. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/190123/pedestres-e-comerciantes-relatam-transtornos-causados-por-ambulantes-em-calçadas-de-feira-de-santana.html> Acesso em: 20 jun. 2020.
- CARDOSO, Daniela. Secretário diz que feirantes da Senhor dos Passos serão relocados para Feira Verde. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, ago. 2017. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/182076/secretario-diz-que-feirantes-da-senhor-dos-passos-serao-relocados-para-o-feira-verde.html> Acesso em: 18 jun. 2020.
- CARDOSO, Daniela. SILVA, Ney. Sindicato dos feirantes promove ação no Centro de Abastecimento. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, set. 2017. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/182972/sindicato-dos-feirantes-promove-acao-no-centro-de-abastecimento.html> Acesso em: 14 mar. 2020.
- CASSUNDÉA, Fernanda Roda de Souza Araújo. BARBOSA, Milka Alves Correia. MENDONÇA, José Ricardo Costa Mendonça. Entre revisões sistemáticas e bibliométricas: como tem sido mapeada a produção acadêmica em administração no Brasil? **Inf. Londrina, Londrina**, ano 23, n. 1, p. 311 – 334, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/> Acesso em: 15 dez. 2018.
- CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. 15. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Ediciones, 2002.
- CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. **ABC de Lucas da Feira**. Literatura de Cordel. Salvador: [s. n.], [197-?]. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordelfcbr&pagfis=46528> Acesso em: 22 mar. 2022.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. Direito, Justiça e Sociedade. **Revista da EMERJ**, v.5, n.18, p. 58-65, 2002. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista18/revista18_58.pdf Acesso em: 19 ago. 2022.
- CERQUEIRA, Eufrozina Azevedo de. **A influência do sistema rodoviário no processo de urbanização de Feira de Santana- Bahia**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador, Salvador, 2015.

COM 100% de leitos de UTI ocupados, Feira de Santana volta a fechar comércio a partir de terça-feira. **Portal G1**, Feira de Santana, jul. 2020. Seção Bahia. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/07/06/com-100percent-de-leitos-de-uti-ocupados-feira-de-santana-volta-a-fechar-comercio-a-partir-de-terca-feira.ghtml> Acesso em: 12 jul. 2020.

COMEÇA remoção de barracas da Sales Barbosa. Secretaria de Prevenção à violência. **ASCOM**. Feira de Santana, set. 2020. Seção Secretarias/Autarquias. Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Come%E7a%20remo%E7%E3o%20de%20barracas%20da%20Sales%20Barbosa&id=23&link=secom/noticias.asp&idn=25601> Acesso em: 30 jun. 2022

CONTRERAS, Joan P. La construcción social del subdesarrollo y el discurso del desarrollo. *In*: BRETÓN, Victor; GARCIA, Francisco; ROCA, Albert (org.). **Los límites del desarrollo: modelos “rotos” y modelos “por construir”** en América a y África. Barcelona: Icaria, 1999.

CORONAVÍRUS: Senado aprova auxílio emergencial de R\$ 600. **Agência Senado**. Brasília, mar. 2020. Seção Plenário. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600> Em acesso: 16 abr. 2020.

COSTA, Bruna Vieira de Lima. **Alimentação e ambiente alimentar no território do programa academia da Saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais**. 2015. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

COSTA, Maria Regiane da. **Dinâmica espacial da feira livre de São Bento em Cascavel/CE**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

COSTA, Renato Pontes ; MAMONA, Sara Soares Costa. Discutindo o Financiamento da Educação de Jovens e Adultos com Gestores Municipais de Educação: Oficinas sobre o FUNDEB no Contexto da Consultoria do PBA/2008. *In*: Congresso Internacional da Cátedra Unesco, 01, 2010, Paraíba. **Anais [...]**. Paraíba: Unesco, 2010.

CRUZ, Laiane. Após relocação, feirantes fazem manifestação e bloqueiam a Senhor dos Passos. **Acorda Cidade**. Feira de Santana, ago. 2017a. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/182060/apos-relocacao-feirantes-fazem-manifestacao-e-bloqueiam-a-senhor-dos-passos.html?mobile=true> Acesso em: 18 jun. 2020.

CRUZ, Laiane. Comerciantes do *Shopping* Popular realizam novo protesto contra taxas do empreendimento. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, out. 2021. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/250213/comerciantes-do-shopping-popular-realizam-novo-protesto-contra-taxas-do-empreendimento.html> Acesso em: 05 dez. 2021.

CRUZ, Laiane. Prefeitura inicia recadastramento de comerciantes do Shopping Popular que tiveram os boxes lacrados. **Acorda Cidade**. Feira de Santana, jul. 2022. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/feira-de-santana/prefeitura-inicia-recadastramento-de-comerciantes-do-shopping-popular-que-tiveram-os-boxes-lacrados/> Acesso em: 20 ago. 2022.

CRUZ, Laiane. Secretário fala sobre ações em feiras livres e crescimento de ambulantes no centro de Feira. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, jan. 2017b. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/172224/secretario-fala-sobre-acoes-em-feiras-livres-e-crescimento-de-ambulantes-no-centro-de-feira.html#:~:text=Acorda%20Cidade%20%7C%20Dilton%20Coutinho%20%7C%20Secret%C3%A1rio,ambulantes%20no%20centro%20de%20Feira> Acesso em: 18 jun. 2020.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo descoberta e Criação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

DANTAS, Geovany Pachelly Gaudino. **Feira Livre de Macaíba/RN**: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960-2006). 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **A educação pelo avesso**: assistência como direito e como problema. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DIEESE. **Quem somos**. Observatório do Trabalho. Salvador, [2010?]. Disponível em: <http://geo.dieese.org.br/bahia/quemSomos.php> Acesso em: 20 maio 2018.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (Org). **A Colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas sobre a origem do Anti-discurso filosófico da modernidade. *In*: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (Org). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1, jan.-abr., 2016.

DRUMMOND, Washington. **Parecer Banca de Qualificação**. Destinatário: Francisca de Paula. [S. l.], 22 out. 2020. E-mail. Mensagem recebida pelo endereço: fcapaula@gmail.com

ECONOMIA informal cresce pelo 5º ano seguido no país e corresponde a 17,3% do PIB, aponta estudo. **Portal G1**, Brasil, fev. 2019. Seção Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/18/economia-informal-cresce-pelo-5o-ano-seguido-no-pais-e-corresponde-a-173percent-do-pib-aponta-estudo.ghtml> Acesso em: 13 jul. 2020.

EDSON GOMES. **Camelô**. Álbum Apocalipse, 1997.

ELÓI, André Luís Vieira; TEIXEIRA, Paulo Enderson de Oliveira. Judicialização da Política: o aumento das estruturas judicantes nas democracias contemporâneas e no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito**. PUC - Minas Serro – n. 10 – ago./dez. 2014.

FEIRA: ambulantes serão relocados para espaço Feira Verde. **Bahia Notícias**, Feira de Santana, ago. 2017. Seção Municípios. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/10615-feira-ambulantes-serao-relocados-para-espaco-feira-verde.html> Acesso em: 22 ago. 2020.

FEIRA DE SANTANA. **Cidade**. Feira de Santana, [2006], Seção Secretarias/Autarquias. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=2&link=segov/cidade.asp> Acesso em: 18 out. 2022.

FEIRA DE SANTANA. Edital de concorrência pública nº 014/2015, processo licitatório nº 108/2015. [Concessão Comum com Subsídio para a Construção, Operação, Manutenção e Exploração Econômica do Centro de Comércio Popular de Feira de Santana]. Feira de Santana: **Diário Oficial de Feira de Santana**, 2015. Disponível em: http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=2&s=a&link=seadm/licitacoes_pm.asp&cat=PMFS&dt=06-2015. Acesso em: 03 set. 2020

FEIRA DE SANTANA. **Feira de Santana: Um novo centro para todos. “Pacto de Feira”** Projeto de Requalificação Urbana do Centro Comercial de Feira de Santana. Feira de Santana, 2013.

FEIRA DE SANTANA. **Lei nº 381, de 09 de fevereiro de 2022**. Autoriza ao Poder Público Municipal a suspensão definitiva a PPP (Parceria Público Privada) com a Concessionária do Shopping Popular, como também, a cobrança de tarifas administrativas cobradas aos comerciantes. Feira de Santana: Câmara Municipal, [2022]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/ba/f/feira-de-santana/lei-promulgada/2022/39/381/lei-promulgada-n-381-2022-autoriza-ao-poder-publico-municipal-a-suspensao-definitiva-a-ppp-parceria-publico-privada-com-a-concessionaria-do-shopping-popular-como-tambem-a-cobranca-de-tarifas-administrativas-cobradas-aos-comerciantes?q=suspens%C3%A3o+contrato> Acesso em: 19 ago. 2022.

FEIRA DE SANTANA. **Lei nº 3883, de 12 de setembro de 2018**. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do município de Feira de Santana as “FEIRAS LIVRES”. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2018/389/3883/lei-ordinaria-n-3883-2018-declara-como-patrimonio-cultural-imaterial-do-municipio-de-feira-de-santana-as-feiras-livres-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FEIRA DE SANTANA. **Lei nº 1613, de 11 de novembro de 1992**. Modifica o código de polícia administrativa de Feira de Santana e dá outras providências. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 1992. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/1992/161/1613/lei-ordinaria-n-1613-1992-modifica-o-codigo-de-policia-administrativa-de-feira-de-santana-e-da-outras-providencias> Acesso em: 20 jun. 2020.

FEIRA DE SANTANA. **Decreto nº 11.728, 08 de setembro de 2020c**. Dispõe sobre a transferência e a desocupação de qualquer tipo de comércio ambulante nas áreas centrais do município de Feira de Santana. Diário Oficial Eletrônico. Disponível em: <http://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br/atos/executivo/1EBMZL08092020.pdf> Acesso em: 03 abr. 2021.

FEIRA DE SANTANA: reunião entre pesquisadores e camelôs aponta para necessidade de se requalificar o centro. **Rota da Informação**, Feira de Santana, abr. 2021. Disponível em: <https://www.rotadainformacao.com.br/?p=105543> Acesso em: 15 abr. 2021.

FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal do Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico. Portaria n. 01, de 29 de fevereiro de 2020a. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Feira de Santana**: ano VI, ed. 1.230, 29 fev. 2020. Disponível em: <https://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br/atos/executivo/16816U2822020.pdf> Acesso em: 20 jul. 2020.

FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana. Portaria n. 03, de 31 de março de 2020b. Dispõe sobre o adiamento das ações de transferência de ambulantes para o Centro Comercial Popular. **Diário Oficial do Município de Feira de Santana**. Ano VI, ed. 1266, 1 abr. 2020, página 04. Disponível em: <https://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br/atos/executivo/1ME0XN3132020.pdf> Acesso em: 28 ago. 2020.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. 123 p.

FERREIRA, Tatiane Alves. **À flor da pele: experiência estética em uma feira livre de Vitória/ES**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO. **Carta Mundial pelo Direito à Cidade**. 2006. Disponível em: <https://www.right2city.org/pt/document/carta-mundial-do-direito-a-cidade/> Acesso em: 18 ago. 2022.

FREIRE, Kayo Martins dos Santos. **O Direito à cidade como luta pelo trabalho: o Projeto “Shopping Popular” e a remoção dos trabalhadores informais das ruas de Feira de Santana – Ba**. 2021. Monografia. (Graduação em Direito) – Curso de Direito, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, 2021. No prelo.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Rosiska Darcy; OLIVEIRA, Miguel Darcy. **Vivendo e aprendendo**: experiências do Idac em Educação Popular. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FREITAS, Nacelice Barbosa. Modernização industrial em Feira de Santana: uma análise da implantação do Centro Industrial do Subaé – CIS. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 41, p.139-160, jul./dez. 2009.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O Descoroamento da Princesa do Sertão**: de “chão” a Território, o “vazio” no processo de valorização do espaço. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

FUNAG. **Maiores Economias do Mundo**: PIB em trilhões de US\$ - 2012-2019, ordem decrescente de 2013. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/01-Maiores_Economias_do_Mundo.pdf Acesso em: 13 abr. 2020.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 10-32, dez, 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>. Acesso em: 03 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROUX, Henry. Resistência e Pedagogia crítica. *In*: GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em Educação**: para além das teorias de reprodução. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GONÇALVES, Gabriel. Associação de Camelôs do Shopping Popular promove assembleia para discutir gestão do entreposto comercial. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, ago. 2022a. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/feira-de-santana/associacao-de-camelos-do-shopping-popular-promove-assembleia-para-discutir-gestao-do-entreposto-comercial/> Acesso em: 31 ago. 2022.

GONÇALVES, Gabriel. Comerciantes do *Shopping* Popular Cidade das Compras voltam a reclamar do fraco movimento. **Acorda Cidade**, Feira de Santana. out. 2021. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/250017/comerciantes-do-shopping-popular-cidade-das-compras-voltam-a-reclamar-do-fraco-movimento.html?mobile=true>. Acesso em: 22 nov. 2021.

GONÇALVES, Gabriel. Projeto de Lei torna feira da Marechal como Patrimônio Cultural Imaterial de Feira de Santana. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, set. 2022b. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/feira-de-santana/projeto-de-lei-torna-feira-da-marechal-como-patrimonio-cultural-imaterial-de-feira-de-santana/> Acesso em: 18 out. 2022.

GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo. **A Metamorfose das Feiras Nordestinas: a Inserção da Confeção Popular**. São Paulo: Blucher/Edições UVA, 2019. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=NAGqDwAAQBAJ&pg=PA88&lpg=PA88&dq=a%C3%A7%C3%A3o+popular+para+retirada+de+camel%C3%B4s+do+centro+de+feira+de+santana&source=bl&ots=qO8I_NCRhA&sig=ACfU3U36ApQCvI1x_Cxb6crrqNI6IFXHow&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjw93wxurnAhV9F7kGHWYWAqsQ6AEwAXoECCEQAQ#v=onepage&q=a%C3%A7%C3%A3o%20popular%20para%20retirada%20de%20camel%C3%B4s%20do%20centro%20de%20feira%20de%20santana&f=false Acesso em: 24 fev. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-Latino-Americano**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOVERNO cria voucher de R\$ 200 para autônomos e pode fechar fronteiras do Brasil com outros países. **Agência Senado**. Brasília, mar. 2020a. Seção Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2020/03/governo-cria-voucher-de-r-200-para-autonomos-e-pode-fechar-fronteiras-do-brasil-com-outros-paises> Acesso em: 16 abr. 2020.

GOVERNO não gastou R\$ 29 bi autorizados para o auxílio em 2020, diz estudo. **UOL**, São Paulo, abr. 2021. Seção Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/07/governo-gastos-pandemia-covid-19-2020-inesc.htm> Acesso em: 22 mar. 2022.

GOVERNO orienta feirantes a adotarem hábitos de prevenção contra coronavírus. **SECOM**. Feira de Santana, mar. 2020b. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/secom/noticias.asp?idn=24326#noticias> Acesso em: 6 jul. 2020.

GUILHERME, João. Entrevista manifestantes na greve geral. **Programa TransNotícias**. Feira de Santana: Rádio Transbrasil, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://deolhonoradio.com.br/radio/transamerica-hits-fm-99-5-feira-de-santana/> Acesso em: 11 mar. 2020.

HÉLIO DOS TECLADOS. **Prefeito Perseguidor**. 2019.

HERMES, Miriam. Camelôs denunciam ações da Prefeitura de Feira de Santana. **Jornal A Tarde**, Feira de Santana, ago. 2020. Seção Portal Município. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/portalmunicipios/centronorte/noticias/2136658-camelos-denunciam-acoes-da-prefeitura-de-feira-de-santana> Acesso em: 01 abr. 2021.

HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

IBGE. **Cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama> Acesso em: 18 out. 2021.

IBGE. **Cidades**. [1957 ou 1958]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/feiradesantana.pdf> Acesso em: 17 abr. 2018.

IBGE. **Produto Interno Bruto**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> Acesso em: 02 ago. 2022.

IPAC. **Parecer Técnico n. 03/2016**. Visita ao município de Feira de Santana para tratar de questões concernentes à patrimonialização do Centro de Abastecimento. Salvador: IPAC, 12 dez. 2016.

IPEA. Trabalhadores por conta própria foram os mais prejudicados pela pandemia em 2020. **Assessoria de Imprensa e Comunicação**, Brasília, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37743 Acesso em: 22 mar. 2022.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLERO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** - para entender o impeachment e a crise política no Brasil (org.). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

JUCÁ, Beatriz. Ritmo lento na vacinação contra a covid-19 no Brasil favorece novas cepas do vírus. **El País**, Brasil, fev. 2021, Seção pandemia de coronavírus. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-03/ritmo-lento-na-vacinacao-contra-a-covid-19-no-brasil-favorece-novas-cepas-do-virus.html> Acesso em: 03 abr. 2021.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. São Paulo: Atlas, 2007.

LEIS, Raúl. As Palavras São Noivas que Esperam: dez reflexões a compartilhar. *In*: PONTUAL, Pedro. IRELAND, Timothy (org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2006.

LIMA, Maria Dorotéa de. **Ver-o-peso, patrimônio e práticas sociais**. uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

LIMA, Sharon Santos de. **Cultura de Tecidos e Substâncias biologicamente ativas da Erva-de-bicho (Polygonum acre H. B. K. var. aquatile)**, uma planta medicinal nativa. 2005. Tese (Doutorado em Biotecnologia Vegetal) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LOPES, Rodrigo Freitas. **Nos currais do matadouro público**: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX. 2009, 153f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

LOWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**. v. 16 n. 45, maio-ago., São Paulo, 2002. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200013#:~:text=A%20exig%C3%Aancia%20fundamental%20de%20Benjamin,%E2%80%94Tese%20VII%20\(10\)](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200013#:~:text=A%20exig%C3%Aancia%20fundamental%20de%20Benjamin,%E2%80%94Tese%20VII%20(10).). Acesso em: 13 jan. 2021.

LUCENA, Thiago Isaías Nóbrega de. **Feiras-livres: cidades de um só dia, aprendizados para a vida inteira**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, Débora Alves. KOERNER, Andrei. Sentidos da Judicialização da Política: duas análises. **Lua nova**. São Paulo, n. 57, p. 113-134, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/XtH5MwKHLqBL5xyN7dwd6zC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 nov. 2021.

MARTELLO, Alexandre. BC anuncia nova liberação de recursos para os bancos; impacto total pode chegar a R\$ 1,2 trilhão. **Portal G1**. Brasília, mar. 2020. Seção Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/23/bc-muda-compulsorio-e-libera-temporariamente-r-68-bilhoes-ao-mercado-financeiro.ghtml> Acesso em: 16 abr. 2020.

MARTINS, Juliana Andrade do Carmo. **Educação para o turismo de base comunitária: construindo caminhos para o desenvolvimento local do povoado Alto, Tucano, Bahia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; SILVA, Francisca de Paula Santos da; BOAVENTURA, Edivaldo Machado. Design-Based Research ou pesquisa de desenvolvimento: pesquisa aplicada para educação a distância. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 23, n. 42, p. 23-36, jul./dez. 2014.

MELO, Daniela Pereira de. **A resignificação do espaço urbano na feira livre no bairro Major Prates em Montes Claros – MG**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

MERCÊS, Adriele. GERAÇÃO de emprego e renda foi debatida em seminário sobre a feira da Marechal. **Folha do Estado**, Feira de Santana, maio 2022. Seção Geral. Disponível em: <https://www.jornalfolhadoestado.com/geral/geracao-de-emprego-e-renda-foi-debatida-em-seminario-sobre-a-feira-da-marechal> Acesso em: 06 maio 2022.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 94, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf> Acesso em: 20 fev. 2021.

MORAES, Ariana Salete de. **A Feira no Centro Histórico do Penedo: um cotidiano urbano**. 2013. Dissertação (Mestrado em Dinâmica do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v.22, n. 37, p 7-32, 1999.

MORAIS, Francilene Araújo de. **Dignidade nas relações entre stakeholders no mercado da feira livre de Campina Grande**: Um Estudo Etnográfico. 2016. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2016.

MOREIRA, Neuracy Maria de Azevedo. Maria Quitéria. **Resgate da Memória**. n. 02, jul. 2014. Disponível em:
http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/840/1/RM_n02_Maria%20Quit%C3%A9ria.pdf Acesso em: 26 ago. 2020.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Projeto memória da Feira Livre de Feira de Santana: Segunda fase, texto n. 01, algumas palavras. **Revista Sitientibus**, n. 12, p. 193-200. Feira de Santana, 1994.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana – Primeira fase, texto de n. 4 – A escravidão em Feira de Santana. **Revista Sitientibus**, Feira de Santana, 5(8): 131-133, 1988.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana. Segunda fase – Texto n. 3 outras palavras. **Revista Sitientibus**. Feira de Santana, n.17, p. 305-335, jul.- dez. 1997.

MORTES e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos estados: onde as mortes estão subindo, em estabilidade e em queda. **Portal G1**, São Paulo, jun. 2022. Seção Coronavírus. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/> Acesso em: 29 jun. 2022.

MOTA, Erick. Brasil não pode parar por 5 ou 7 mil mortes”, diz dono do Madero. **UOL**. Brasília, mar. 2020. Seção Congresso em Foco. Disponível em:
<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/economia/brasil-nao-pode-parar-por-cinco-ou-sete-mil-mortes-diz-dono-do-madero/> Acesso em: 02 ago. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do Negro Brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEVES, Lucas. Ascensão da direita nacionalista é planetária: Com eleição de Bolsonaro, Brasil se junta à onda conservadora. **Folha de São Paulo**, São Paulo, out. 2018. Seção Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ascensao-da-direita-nacionalista-e-planetaria.shtml> Acesso em: 8 jan. 2020.

NEVES, Lucas; NOVAES, Adrielly. Lucas da Feira: Um panorama acerca do herói-bandido. **Reverso online**. Cachoeira, 20 jul. 2019. Disponível em:
<https://www3.ufrb.edu.br/reverso/lucas-da-feira-um-panorama-acerca-do-heroi-bandido/> Acesso em: 2 jul. 2020.

NOGUEIRA, Leandro Rivelli Teixeira. **Ações voltadas à agricultura familiar que contribuem com o desenvolvimento de municípios do Sul de Minas Gerais**. 2014. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

NOTA sobre a remoção dos/as trabalhadores/as informais da Praça Nordestino, em Feira de Santana (BA). **Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais**, Feira de Santana, ago. 2020. Seção Educação Jurídica Popular. Disponível em: <https://www.aatr.org.br/post/nota-sobre-a-remo%C3%A7%C3%A3o-dos-as-trabalhadores-as-informais-da-pra%C3%A7a-nordestino-em-feira-de-santana-ba> Acesso em: 30 mar. 2021.

NUNES, Maylla. Lei autoriza suspensão do contrato entre prefeitura e consórcio que administra Shopping Popular. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, fev. 2022. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/254859/lei-autoriza-suspensao-do-contrato-entre-prefeitura-e-consorcio-que-administra-shopping-popular.html?mobile=true#:~:text=Todas%20as%20not%C3%ADcias-,Lei%20autoriza%20su spens%C3%A3o%20do%20contrato%20entre%20prefeitura%20e%20cons%C3%B3rcio%20 que,sobre%20a%20quest%C3%A3o%20do%20investimento> Acesso em: 06 maio 2022.

OIT: quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal. **Organização Internacional do Trabalho - OIT**, Brasília, 2018. Disponível em: http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_627643/lang--pt/index.htm. Acesso em: 29 jun. 2018.

OLIVEIRA, Alexsandra Flavia Bezerra de. **Feira livre de Bodocó como espaço educativo em relação as africanidades Bodocoenses**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, Alexsandra Flavia Bezerra de. **Feira Livre de Bodocó: memória, africanidades e educação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

OLIVEIRA, Ana Maria C. dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Francisca Carla Silva de. **Diversidade e comercialização de plantas medicinais na feira livre de Oeiras, Piauí**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí, Recife, 2018.

OLIVEIRA; Maria Waldenez de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; GONÇALVES JUNIOR, Luiz; GARCIA-MONTRONE, Aida Victoria; JOLY, Ilza Zenker. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. *In*: OLIVEIRA, Maria Waldez de; SOUZA, Fabiana Rodrigues de. (org.). **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EdUFSCar, p. 29-46, 2014.

OLIVEIRA, Miguel Darcy. Conhecer para transformar: os operários italianos compõem uma sonata para os patrões. *In*: FREIRE, Paulo; CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Rosiska Darcy; OLIVEIRA, Miguel Darcy. **Vivendo e aprendendo: experiências do IDAC em Educação Popular**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ORGÂNICO. *In*: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Brasil: Michaelis Dicionário, [entre 2000 e 2022]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=organico> Acesso em: 06 abr. 2021.

ORTIZ, Marielsa. BORJAS, Beatriz. La Investigación Acción Participativa: aporte de Fals Borda a la educación popular. **Espacio Abierto**, v. 17, n. 4, p. 615-627, oct.-dic. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12217404> Acesso em: 08 mar. 2021.

OS 40 anos da retirada da antiga feira livre do centro da cidade é mostra do Museu Casa do Sertão. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, jun. 2017. Seção Agenda Cultural. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/179419/os-40-anos-da-retirada-da-antiga-feira-livre-do-centro-da-cidade-e-mostra-do-museu-casa-do-sertao.html> Acesso em: 18 jun. 2020.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado de alimentos em Feira de Santana (1960/1990). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

PACTO de Feira aguarda definição de estudo para avançar: O Pacto de Feira foi lançado no dia 25 de fevereiro de 2013, com o objetivo de promover a requalificação do centro comercial do município. **Folha do Estado da Bahia**, Feira de Santana, ago. 2014. Seção Geral. Disponível em: <https://www.jornalfolhadoestado.com/noticias/27691/-Isquopacto-de-feira-rsquo-aguarda-definicao-de-estudo-para-avancar> Acesso em: 25 fev. 2020.

PAIXÃO, Isabela; LIMA, Marcia Sandra Fernandes dos Santos (org.). **Novo Coronavírus:** Cartilha informativa para Feirantes - Medidas de Prevenção. Feira de Santana: UEFS, 2020.

PANDEMIA já custou R\$ 600 bilhões ao governo federal, diz TCU. **UOL**. São Paulo, out. 2021. Seção Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/14/pandemia-ja-custou-r-600-bilhoes-ao-governo-federal-diz-tcu.htm> Acesso em: 22 mar. 2022.

PEDROSA, Daniela Maria Alves. **A feira livre da avenida brasil:** produção do espaço e trocas sociais no comercio de rua de Juiz de Fora, MG. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Conceitos de Comunicação Popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações do setor. **ECO-pós**. v. 12, n.2, maio-ago. 2009, p. 46-61.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura** - v.11, n. 01, jan. – abr., 2013. p. 138-158. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980> Acesso em: 17 maio 2022.

PINTO, Raquel. Comerciantes do *Shopping* Popular dizem que podem voltar à Sales Barbosa se não houver diálogo com o prefeito. **Acorda Cidade**, Feira de Santana. out. 2021a. Seção Feira de Santana. Disponível em:

<https://www.acordacidade.com.br/noticias/250270/comerciantes-do-shopping-popular-dizem-que-podem-voltar-a-sales-barbosa-se-nao-houver-dialogo-com-o-prefeito.html?mobile=true>

Acesso em: 22 nov. 2021.

PINTO, Raquel. Feirantes resistem em sair da Marechal e realizam manifestação nesta terça-feira (27). **Acorda Cidade**, Feira de Santana, abr. 2021b. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/242180/feirantes-resistem-em-sair-da-marechal-e-realizam-manifestacao-nesta-terca-feira-27-.html?mobile=true> Acesso em: 05 dez. 2021.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Tradução: Arquimedes Pereira Guimarães. Bahia: Editora Itapuã, 1968.

PREFEITO José Ronaldo lança Pacto de Feira De Santana. *Jornal Grande Bahia*, Feira de Santana, fev. 2013. Seção Artigos e Blogs. Disponível em:

<https://www.jornalgrandebahia.com.br/2013/02/prefeito-jose-ronaldo-lanca-o-pacto-de-feira-de-santana/> Acesso em 25 fev. 2020.

PREFEITURA de Feira de Santana debate projeto do *Shopping* Popular e diz que vai captar R\$ 12 milhões para investir no empreendimento. **Jornal Grande Bahia**, Feira de Santana, fev. 2014. Seção Manchete,. Disponível em:

<https://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/02/prefeitura-de-feira-de-santana-debate-projeto-do-shopping-popular-e-diz-que-vai-captar-r-12-milhoes-para-investir-no-empreendimento/> Acesso em: 23 mar. 2021.

PREFEITURA de Feira de Santana prorroga decreto que flexibiliza comércio e autoriza abertura de *Shoppings*. **Portal G1**, Feira de Santana, jun. 2020a. Seção Bahia. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/06/29/prefeitura-de-feira-de-santana-prorroga-decreto-que-flexibiliza-comercio-e-autoriza-abertura-de-shoppings.ghtml> Acesso em: 12 jul. 2020.

PREFEITURA de Feira de Santana publica novo decreto, e lojas do comércio com até 200 m² voltarão a funcionar. **Portal G1**, Feira de Santana, abr. 2020b. Seção Bahia. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/04/20/prefeitura-de-feira-de-santana-publica-novo-decreto-e-lojas-do-comercio-com-ate-200-m-voltarao-a-funcionar.ghtml> Acesso em: 12 jul. 2020.

PROFESSORES e vendedores ambulantes fazem protesto no centro de Feira de Santana, na BA. **Portal G1**, Feira de Santana, set. 2020. Seção Bahia. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/09/22/professores-e-vendedores-ambulantes-fazem-protesto-no-centro-de-feira-de-santana-na-ba.ghtml> Acesso em: 03 abr. 2021.

PROGRAMA Rotativo News debate implantação do *Shopping* a céu aberto em Feira de Santana. **Jornal Grande Bahia**, Feira de Santana, out. 2019. Seção Cultura: educação e entretenimento. Disponível em: <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2009/10/programa-rotativo-news-vai-discutir-nesta-terca-implantacao-do-%C2%93shopping-a-ceu-aberto%C2%94-em-feira-de-santana/> Acesso em: 16 jul. 2020.

PROMOTOR confirma que ação do MP prevê retirada de camelôs do centro. **Acorda cidade**, Feira de Santana, maio 2019. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/211663/promotor-confirma-que-acao-do-mp-preve-retirada-de-camelos-do-centro.html?mobile=true> Acesso em: 24 fev. 2020

QUEIROZ, Francisco Alves de. **A dinâmica do trabalho numa metrópole regional nordestina**: uma análise da natureza do trabalho dos comerciantes de rua em Feira de Santana – BA. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2019.

QUIJANO, Aníbal. “Bem viver”: Entre o “desenvolvimento” e a “des/Colonialidade” do poder. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 37, n. 01, p. 46-57, 2013.

REYES, Angela Jasmin Fonseca. **Da barraca ao escritório**: perspectivas pedagógicas da feira livre do sul de Tunja (Colômbia). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

RIBEIRO JÚNIOR, Djalma. SOUZA, Erivelto Santiago; SOUSA, Fabiana Rodrigues de; TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos; OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Educar-se com grupos, organizações e movimentos sociais: processos educativos em práticas sociais populares. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.15, n. 31, jul./dez. 2013.

ROCHA, Cristiane Lima Santos. Sensibilidades de um espaço: ser uma princesa na modernização republicana – Feira de Santana 1940 a 1950. Encontro estadual de História – ANPUH/Ba. **Anais [...]**. Feira de Santana, 08, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477648447_ARQUIVO_SENSIBILIDADESDEUMESPACOSERUMAPRINCESANAMODERNIZACAOREPUBLICANA-FEIRADESANTANA1940-1950.pdf Acesso em: 12 abr. 2018.

ROLNIK, Raquel. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 100-111, 1999.

ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. Editora Companhia das Letras, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero. **Marxists Internet Archive**, [s. n.], 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/saffioti/ano/mes/94.pdf> Acesso em: 10 dez. 2021.

SANTOS, Ailton Dias dos. Estratégias metodológicas para o fortalecimento de espaços públicos. *In*: SANTOS, Ailton Dias dos. (org.) **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ciência moderna ao novo senso comum. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos – CEBRAP**, n. 79, São Paulo, nov. 2007.

SANTOS, Hamilton Rodrigues dos. **Sementes do tempo, colheitas da vida: cultura e trabalho de feirantes no Recôncavo Baiano – Santo Antônio De Jesus (1950-1970)**. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SANTOS, Boaventura Sousa; RODRIGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. *In*: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/2/2.php> Acesso em: 5 maio 2018.

SANTOS, Ed. Camelôs pedem atenção da Justiça sobre ações movidas contra o *Shopping Popular*: Categoria protestou em frente ao Fórum Desembargador Filinto Bastos e à Câmara Municipal. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, fev. 2020. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/223257/camelos-pedem-atencao-da-justica-sobre-acoes-movidas-contr-o-shopping-popular.html> Acesso em: 21 fev. 2020.

SANTOS, Jucélia Bispo dos; SILVA, Ludmilla Dias da. Formação de comunidades quilombolas no Portal do Sertão da Bahia: um trânsito entre a escravidão e a liberdade no final do século XIX. **Caicó**, v. 17, n. 39, p. 36-57, jul./dez. 2016. Dossiê Sertão, sertões.

SANTOS, Luiz. Justiça autoriza retirada de barracas do Centro da cidade. **Conectado News**, Feira de Santana, set. 2020. Seção Justiça. Disponível em: <https://www.conectadonews.com.br/noticia/586/justica-autoriza-retirada-de-barracas-do-centro-da-cidade> Acesso em: 29 set. 2022.

SEI. **Índice de Performance Socioeconômica – IPESE**. Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia: Salvador, 2014.

SIMAS, Adilson. A última feira-livre realizada no centro da cidade de Feira de Santana. **Jornal Grande Bahia**, Feira de Santana, jan. 2017. Seção Blogs: colunistas e artigos. Disponível: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2017/01/a-ultima-feira-livre-realizada-no-centro-da-cidade-de-feira-de-santana-por-adilson-simas/> Acesso em: 19 nov. 2019.

SILVA, Aldo José Moraes. **Natureza Sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1927)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SILVA, Andrea da. **Sustentabilidade em empreendimentos de feiras livres**. Lajeado: FUVATES, 2016. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016.

SILVA, Carlos Augusto Oliveira da. Representante dos camelôs diz que ruas são ocupadas com o consentimento de políticos de Feira de Santana e que propostas do Pacto não atendem a classe. **Jornal Grande Bahia**, Feira de Santana, fev. 2013. Seção Manchete. Disponível em: <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2013/02/representante-dos-camelos-diz-que-ruas-sao-ocupadas-com-o-consentimento-de-politicos-de-feira-de-santana-e-que-propostas-do-pacto-nao-atendem-a-classe/> Acesso em: 25 fev. 2020.

SILVA, Francisca Eliana Santos da. **A “Pedagogia” da feira livre de São Bento**: narrativas, saberes e práticas educativas na cidade de Cascavel-CE. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SILVA, Márcia Lázara Pinheiro. **Gracejos e artimanhas como jogos discursivos na feira livre**: contribuições para se pensar os saberes e os processos de aprendizagem na prática social de venda e compra. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2012.

SILVA, Mariana Amaral da. **Reconfiguração da rua Marechal Deodoro e seu entorno**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Dapp5oFfqaCSttCTolKIUOnERGMdDI8MA> Acesso em: 07 dez. 2021.

SILVA, Mariana Amaral da; PIMENTA, Allan. **Parecer Técnico Projeto de Requalificação Urbanística da Rua Marechal Deodoro e Entorno com Manutenção dos Feirantes**. Feira de Santana, 2020. E-mail. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Dapp5oFfqaCSttCTolKIUOnERGMdDI8M> Acesso em: 05 dez. 2021.

SILVA, Ney; CARDOSO, Daniela. Ação com pedido de liminar pede suspensão da saída de vendedores ambulantes do centro da cidade. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, set. 2020. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/232349/acao-com-pedido-de-liminar-pede-suspensao-da-saida-de-vendedores-ambulantes-do-centro-da-cidade.html> Acesso em: 03 abr. 2021.

SILVA, Vinicius Rios da; TELES, Alessandra Oliveira. **Questionário sobre As Ações do Poder Público Municipal e a Configuração do Comércio de rua**. Destinatário: Sara Soares Costa Mamona. Feira de Santana, 29 jun. 2020. E-mail. Mensagem recebida pelo endereço: sara.costa.mamona@gmail.com

SILVA, Izabelle Trajano da. **Permanências e transformações no espaço comercial da pequena cidade de Juazeirinho-PB**: da feira livre às redes de negócios. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. *In*: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (org.). **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2000.

SIZILIO, Ricardo José. **Dicionário Biográfico Histórico da Bahia**. Bahia: Fundação Pedro Calmon, 2019. Disponível em: <http://dbhb.fpc.ba.gov.br/2019/12/08/joseronaldo/> Acesso em: 20 jun. 2022.

SOARES, Cassia Baldini; HOGA, Luiza Akiko Komura; PEDUZZI, Marina. SANGALETI, Carine. YONEKURA, Tatiana. SILVA, Deborah Rachel Audebert Delage. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 335-345, 2014. Disponível em: www.ee.usp.br/reecusp/ Acesso em: 17 dez. 2018.

SOUSA, Felipe Gerhard Paula. **Resiliência em sistemas de varejo urbano: análise de uma feira livre**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Memoriais autobiográficos, profissionalização docente e identidade: histórias de vida e formação na pós-graduação. In: PASSEGGI, Maria da Conceição. BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre (org.). **Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008. 286p.

SOUZA, Jamil. Pacto de Feira: Prefeito apresenta o projeto do *Shopping* Popular de Feira de Santana. **Blog Bahia Geral**, Feira de Santana, fev. 2014. Seção Economia. Disponível em: <http://www.blogbahiageral.com.br/geral/economia/2014/02/pacto-de-feira-prefeito-apresenta-o-projeto-do-shopping-popular-de-feira-de-santana> Acesso em: 16 jul. 2020.

SOUZA, Marcio Nicory Costa. **A teia da feira: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

TELES, Alessandra Oliveira. **Contagem parcial de camelôs e ambulantes do centro comercial de Feira de Santana/BA**. Destinatário: Sara Soares Costa Mamona. Feira de Santana, 24 nov. 2019. E-mail. Mensagem recebida pelo endereço sara.costa.mamona@gmail.com

TELES, Alessandra Oliveira. **O comércio informal em Feira de Santana (BA): permanências e mudanças**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

TERRASÊCA, Manuela. CAMELO, João. MEDINA, Teresa. Análise de discursos Europeus sobre Educação e Formação de adultos e Aprendizagem ao Longo da Vida. **Journal for Educators, teachers and trainers**. v.2, p. 47-57, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII**. Lisboa: Antígona, 2008.

TREVISAN, Emerson. **Os dois conceitos de economia: o formal e o informal em convivência na feira livre de Igarassu**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

TRINDADE, Andrea. Com saída de vendedores ambulantes, Centro de Feira de Santana terá projeto de organização. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, mar. 2018. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/191193/com-saida-de-vendedores-ambulantes-centro-de-feira-de-santana-tera-projeto-de-organizacao.html#:~:text=Com%20sa%C3%ADa%20de%20vendedores%20ambulantes%20C%20centro%20de%20Feira%20de%20Santana,o%20centro%20comercial%20da%20cidade>. Acesso em: 18 jun. 2020.

TRINDADE, Andrea. Para desobstruir calçadas, prefeitura ordena relocação de feirantes da Senhor dos Passos. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, ago. 2017. Seção Polícia. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/182039/para-desobstruir-calçadas-prefeitura-ordena-relocacao-de-feirantes-da-senhor-dos-passos.html> Acesso em: 2 ago. 2018.

TRINDADE, Andrea; SILVA, Ney. Prefeitura retira barracas da Praça do Nordeste e gera reclamações de camelôs: vários vídeos circularam nas redes sociais neste fim de semana no momento da remoção, com a presença de ambulantes reclamando. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, ago. 2020. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/231168/prefeitura-retira-barracas-da-praca-do-nordestino-e-gera-reclamacoes-de-camelos.html?mobile=true> Acesso em: 01 abr. 2020.

VICE-PREFEITO diz que prefeitura e administração do *Shopping* já formularam um acordo. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, nov. 2021. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/251706/vice-prefeito-diz-que-prefeitura-e-administracao-do-shopping-ja-formularam-um-acordo.html?mobile=true#:~:text=Todas%20as%20not%C3%ADcias-,Vice%2Dprefeito%20diz%20que%20prefeitura%20e%20administra%C3%A7%C3%A3o%20do%20shopping%20j%C3%A1,cortes%20ao%20empres%C3%A1rio%20Elias%20Tergilene>. Acesso em: 22 dez. 2021.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista ABPN**, v.1, n.1, mar.-jun., 2010.

UNESP. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu: Biblioteca Paulo de Carvalho Matos, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf> Acesso em: 14 jun. 2020.

UZEDA, André. Grande líder negro que teve a cabeça a prêmio, Lucas da Feira morria há 170 anos: historiadores tentam reescrever versão que condenou figura importante de Feira de Santana. **Correios**, Salvador, set. 2019. Seção Baianidades. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/grande-lider-negro-que-teve-a-cabeca-a-premio-lucas-da-feira-morria-ha-170-anos/> Acesso em: 2 jul. 2020.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. SOUSA, Fabiana Rodrigues de. Unidade na diversidade: Entre utopias e concretudes em pesquisas desde a Educação Popular. **Cadernos CIMEAC**. v. 10, n. 1, UFTM: Uberaba, 2020. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/4168> Acesso em: 27 jan. 21.

VERBICARO, Loiane Prado. Um estudo sobre as condições facilitadoras da judicialização da política no Brasil. **Revista Direito - GV**, São Paulo, 4(2), p. 389-406, jul./dez. 2008.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/xw8SQHNmZc7PHw7hzzjdZbC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 nov. 2021.

VÍDEO com ilustração gráfica do projeto do Centro Comercial Popular de Feira de Santana.

Feira de Santana: **Web TV Oficial**, 2017. 1 vídeo (2:10 min). Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=oRHfH8Qu_mk Acesso em: 16 set. 2022.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Sua participação é voluntária e anônima, você não é obrigado a responder todas as questões, ficando livre para declinar de qualquer delas ou de ter suas respostas publicadas, a qualquer momento.

Sexo _____ Idade _____ Formação _____ Profissão _____ Religião _____

Cor/raça _____

Objetivo Geral: Investigar os processos educativos produzidos por trabalhadores-feirantes em suas resistências para permanecerem no Centro de Feira de Santana, com vistas a construir propostas colaborativas que fortaleçam estes movimentos

1. Quando e como você começou a participar do movimento de luta pela permanência da feira livre no Centro de Feira de Santana?

2. Como você avalia o movimento de permanência dos trabalhadores no Centro de Feira de Santana?

3. Olhando para o que foi vivido neste movimento e pensando no futuro, o que você acha que poderia ter sido feito diferente?

4. O que você acredita que seja necessário para fortalecer o movimento dos trabalhadores-feirantes neste momento?

5. Você acha que o movimento trouxe benefícios para os trabalhadores-feirantes do Centro de Feira de Santana? Se sim, quais foram, na sua opinião, os principais benefícios dessa luta?

E houve algum malefício?

6. Olhando para sua participação nas lutas pela permanência no Centro de Feira de Santana, o que você acredita que deixou de legado e contribuição para o movimento?

7. Considerando a sua participação nas lutas pela permanência no Centro de Feira de Santana, você acredita que o movimento deixou algum legado e contribuição para sua vida? Se sim, qual/quais?

8. De tudo o que você viveu no movimento, qual a lembrança mais forte? Comente o motivo da escolha.

APÊNDICE B – Questionário para membros do GT

“Em abril de 2022 completamos um ano de atuação no GT de Comunicação da luta” e tenho umas perguntas sobre o trabalho realizado.

- Você poderia relatar o que representa essa experiência para você?
- O que você aprendeu nesse processo de trabalho, junto ao GT de Comunicação que é mais significativo para sua caminhada?
- Você acredita que o trabalho realizado no GT de Comunicação ajudou na luta popular que você faz parte? Se sim, como contribuiu?
- Espaço livre para relato

APÊNDICE C – Teses e Dissertações por área do Conhecimento

TESES

Área de Concentração: Ciências Humanas

1.SANTOS, HAMILTON RODRIGUES DOS. Sementes Do Tempo, Colheitas Da Vida: Cultura E Trabalho De Feirantes No Recôncavo Baiano – Santo Antônio De Jesus (1950-1970)' 21/09/2018 361 f. Doutorado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23843>

2.OLIVEIRA, ALEXSANDRA FLÁVIA BEZERRA DE. Feira Livre de Bodocó Como Espaço Educativo Em Relação As Africanidades Bodocoenses.' 19/09/2016 219 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: indefinido

3.TELES, ALESSANDRA OLIVEIRA. O Comércio Informal Em Feira De Santana (Ba) – Permanências E Mudanças' 26/04/2017. Doutorado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: indefinido

4.CABRAL, GEOVANNI GOMES. Arte, História E Narrativa: A Trajetória Do Poeta José Costa Leite' 26/02/2016 266 f. Doutorado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE

Área de Concentração: Multidisciplinar

1.SILVA, ANDREA DA. Sustentabilidade Em Empreendimentos De Feiras Livres' 19/12/2016 175 f. Doutorado em AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO VALE DO TAQUARI DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FUVATES, Lajeado Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Univates

2.OLIVEIRA, FRANCISCA CARLA SILVA DE. Diversidade E Comercialização De Plantas Mediciniais Na Feira Livre De Oeiras, PIAUÍ' 09/04/2018 108 f. Doutorado em DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE UFPI-UFRN-FUFSE-UESC-UFPB/JP Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (Biblioteca Central) - BCCB/UFPI

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas

1.MORAIS, FRANCILENE ARAUJO DE. Dignidade Nas Relações Entre Stakeholders No Mercado Da Feira Livre De Campina Grande: Um Estudo Etnográfico. 29/04/2016 200 f. Doutorado em ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: George Alexander

2.NOUEIRA, LEANDRO RIVELLI TEIXEIRA. Ações Voltadas À Agricultura Familiar Que Contribuem Com O Desenvolvimento De Municípios Do Sul De Minas Gerais' 04/12/2014 138 f. Doutorado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, Lavras Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFLA - <http://repositorio.ufla.br/handle/1/4949>

3.CERQUEIRA, EUFROZINA AZEVEDO DE. A Influência Do Sistema Rodoviário No Processo De Urbanização De Feira De Santana- BAHIA' 26/03/2015 329 f. Doutorado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE SALVADOR, Salvador Biblioteca Depositária: CENTRO CULTURAL PROFESSOR ADELMAR CARDOSO LINHARES

Área de Concentração: Ciências da Saúde

1.MORI, FLOR MARLENE LUNA VICTORIA. Feiras livres: um espaço para o gerenciamento social de enfermagem: um estudo comparado entre Rio de Janeiro/ Brasil e Trujillo/Peru' 01/12/2001 246 f.

Doutorado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Bibliotecas: Setorial de Pós-Graduação/ EEAN e ABEn-NA. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

2.COSTA, BRUNA VIEIRA DE LIMA. Alimentação E Ambiente Alimentar No Território Do Programa Academia Da Saúde De Belo Horizonte, Minas Gerais. 27/02/2015 188 f. Doutorado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: J. BAETA VIANNA

Área de Concentração: Ciências Biológicas

TESES

1. LIMA, SHARON SANTOS DE. Cultura de Tecidos e Substâncias biologicamente ativas da Erva-de-bicho (*Polygonum acre* H. B. K. var. *aquatile*), Uma Planta Medicinal Nativa.' 01/09/2005 151 f. Doutorado em BIOTECNOLOGIA VEGETAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: CCS. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

DISSERTAÇÕES

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas

1.MORAES, ARIANA SALETE DE. A Feira no Centro Histórico do Penedo: Um cotidiano urbano' 19/07/2013 168 f. Mestrado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - UFAL

2.FERREIRA, TATIANE ALVES. À Flor Da Pele: Experiência Estética Em Uma Feira Livre De Vitoria/ES' 20/04/2018 135 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória Biblioteca Depositária: UFES

3. BITTENCOURT, BRUNO DA SILVA. Feira livre de Abaetetuba/PA: uma análise da influência da feira no processo de organização do espaço urbano da cidade' 31/08/2018 91 f. Mestrado em DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE URBANO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central

4.SOUSA, FELIPE GERHARD PAULA. Resiliência Em Sistemas De Varejo Urbano: Análise De Uma Feira Livre 30/03/2015 91 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL

Área de Concentração: Multidisciplinar

1.BARBOSA, ANDREIA CRISTINA DA SILVA. Riqueza Que Mexe Com Os Sentidos: Feira Livre De Senhor Do Bonfim' 15/09/2013 136 F. MESTRADO EM CULTURA E SOCIEDADE INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca Da UFBA

Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Área do Conhecimento: Antropologia (8), Educação (6), Geografia (21), História (4), Psicologia (1), Sociologia (7)

1. PACHECO, LARISSA PENELU BITENCOURT. Trabalho E Costume De Feirantes De Alimentos: Pequenos Comerciantes E Regulamentações Do Mercado De Alimentos Em Feira De Santana (1960/1990)' 01/08/2009 190 F. MESTRADO EM HISTÓRIA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, Feira De Santana Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Julieta Carteadado. Trabalho Anterior à Plataforma Sucupira

2. DANTAS, GEOVANY PACHELLY GAUDINO. “Feira Livre De Macaíba/RN: Um Estudo Das Modificações Na Dinâmica Socioespacial (1960-2006)” 01/12/2007 202 F. MESTRADO EM GEOGRAFIA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Zila Mamede. Trabalho Anterior À Plataforma Sucupira
3. LUCENA, THIAGO ISAÍAS NÓBREGA DE. Feiras-Livres: Cidades De Um Só Dia, Aprendizados para a Vida Inteira' 01/02/2012 160 F. MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: BCZM e Setorial do Cchla (UFRN). Trabalho Anterior À Plataforma Sucupira.
4. TREVISAN, EMERSON. OS DOIS CONCEITOS DE ECONOMIA: O Formal E O Informal Em Convivência Na Feira Livre De Igarassu.' 01/04/2008 115 F. MESTRADO EM GEOGRAFIA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Da Universidade Federal De Pernambuco. Trabalho Anterior À Plataforma Sucupira
5. SOUZA, MARCIO NICORY COSTA. A Teia Da Feira: Um Estudo Sobre A Feira-Livre De São Joaquim, Salvador, Bahia. 01/04/2010 255 F. MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: FFCH Isaias Alves. Trabalho Anterior À Plataforma Sucupira
6. LIMA, MARIA DOROTÉA DE. Ver-O-Peso, Patrimônio E Práticas Sociais. Uma Abordagem Etnográfica Da Feira Mais Famosa de Belém do Pará.' 01/05/2008 216 F. MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Central e IFCH. Trabalho Anterior À Plataforma Sucupira
7. BERNARDINO, SHARLENE DA SILVA. A Feira Livre Da Cidade De Nova Cruz-RN: Aspectos Culturais E Econômicos 21/08/2015 132 F. MESTRADO EM GEOGRAFIA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/João Pessoa, João Pessoa Biblioteca Depositária: Indefinido.
8. PEDROSA, DANIELA MARIA ALVES. A Feira Livre Da Avenida Brasil: Produção Do Espaço E Trocas Sociais No Comercio De Rua De Juiz De Fora, MG.' 18/08/2015 F. MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz De Fora Biblioteca Depositária: Indefinida.
9. OLIVEIRA, ALEXSANDRA FLAVIA BEZERRA DE. Feira Livre De Bodocó: Memória, Africanidades e Educação.' 10/10/2013 149 F. MESTRADO EM EDUCAÇÃO INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Humanidades/Universidade Federal Do Ceará.
10. SILVA, IZABELLE TRAJANO DA. Permanências E Transformações No Espaço Comercial Da Pequena Cidade De Juazeirinho-PB: Da Feira Livre Às Redes De Negócios 26/08/2015 171 F. MESTRADO EM GEOGRAFIA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Da UFPB
11. COSTA, MARIA REGIANE DA. Dinâmica Espacial Da Feira Livre De São Bento Em Cascavel/CE.' 01/06/2016 219 F. MESTRADO EM GEOGRAFIA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Da UECE
12. MELO, DANIELA PEREIRA DE. A Ressignificação Do Espaço Urbano Na Feira Livre No Bairro Major Prates Em Montes Claros - MG' 23/07/2018 141 F. MESTRADO EM GEOGRAFIA

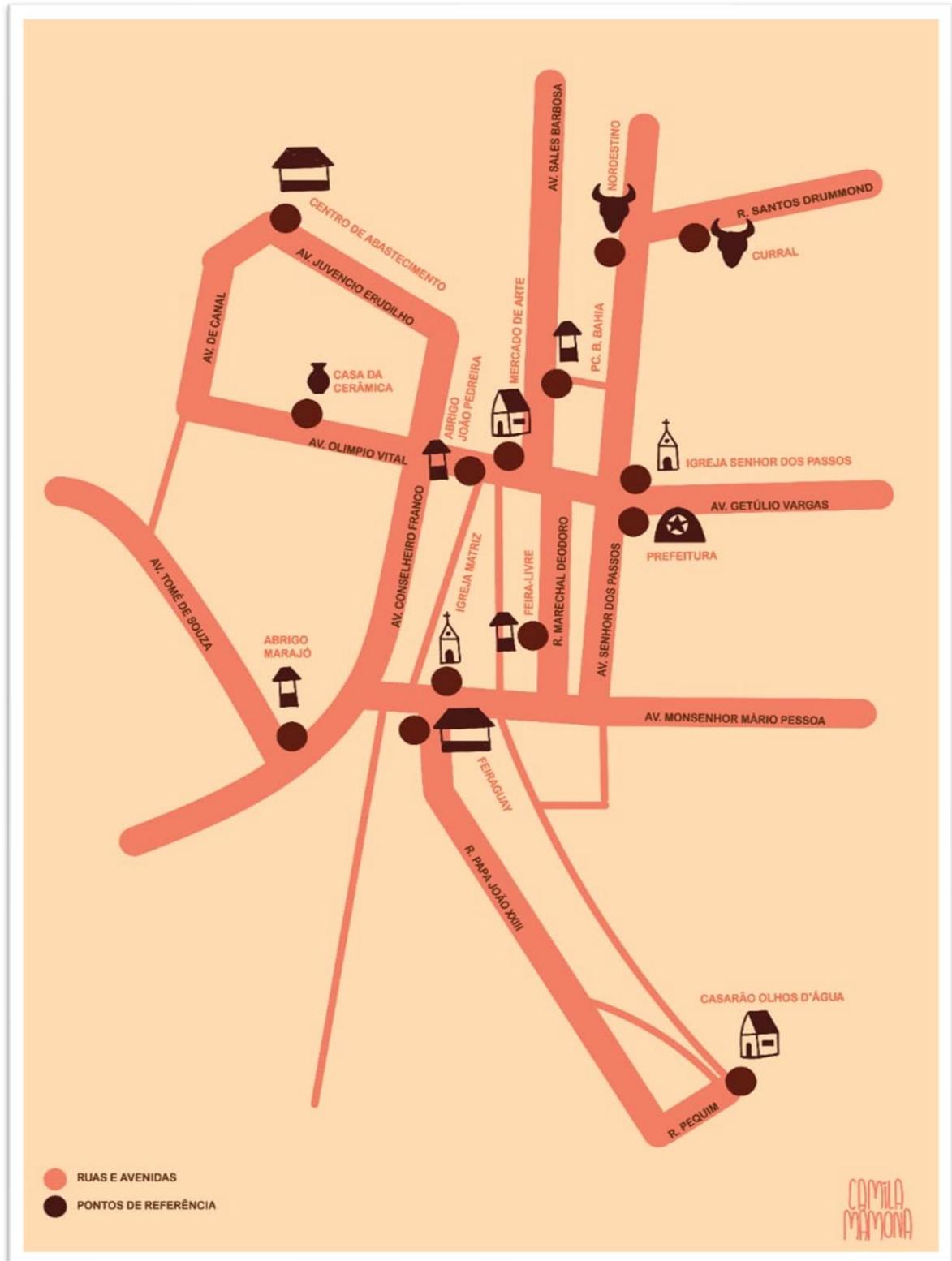
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS, Montes Claros Biblioteca Depositária: UNIMONTES.

13. REYES, ANGELA JASMIN FONSECA. Da Barraca Ao Escritório: Perspectivas Pedagógicas Da Feira Livre Do Sul De Tunja (COLÔMBIA)' 28/02/2018 142 F. MESTRADO EM EDUCAÇÃO INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá

14. SILVA, FRANCISCA ELIANA SANTOS DA. A “Pedagogia” Da Feira Livre De São Bento: Narrativas, Saberes E Práticas Educativas Na Cidade De Cascavel-CE' 28/04/2014 97 F. MESTRADO EM EDUCAÇÃO INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Indefinido.

15. SILVA, MÁRCIA LÁZARA PINHEIRO. Gracejos E Artimanhas Como Jogos Discursivos Na Feira Livre: Contribuições Para Se Pensar Os Saberes E Os Processos De Aprendizagem Na Prática Social De Venda E Compra 01/02/2012 98 F. MESTRADO EM EDUCAÇÃO INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO, Bragança Paulista Biblioteca Depositária: Santa Clara – Itatiba. Trabalho Anterior À Plataforma Sucupira

APÊNDICE D – Roteiro turístico feira livre do Centro de Feira de Santana: Passado e Presente¹⁸



¹⁸Mapa produzido pela própria autora para apresentação da feira livre de Feira de Santana a outros(as) pesquisadores(as). Crédito da arte para Camila Costa Mamona (2020).

APÊNDICE E – Reportagens Analisadas

Reportagens analisadas	Data
Secretário fala sobre ações em feiras livres e crescimento do Centro de Feira – Acorda cidade (CRUZ, 2017b)	31.01.2017
Os 40 anos da retirada da antiga feira livre do Centro da cidade é mostra do Museu Casa do Sertão - Acorda cidade (OS 40..., 2017)	29.06.2017
Para desobstruir calçadas, prefeitura ordena relocação de feirantes da Senhor dos Passos - Acorda cidade, as 07:40h. (TRINDADE, 2017)	28.08.2017 “Dia D”
Após relocação, feirantes fazem manifestação e bloqueiam a Senhor dos Passos. Acorda Cidade, as 11:01h. (CRUZ, 2017a)	
Ambulantes serão realocados para Feira Verde – Bahia Notícias, as 02:40h (FEIRA..., 2017)	
Secretário diz que feirantes da Senhor dos Passos serão relocados para Feira Verde – Acorda Cidade, as 16:20h (CARDOSO, 2017)	
Sindicato dos feirantes promove ação no Centro de Abastecimento – Acorda cidade, (CARDOSO; SILVA, 2017)	16.09.2017
Pedestres e comerciantes relatam transtornos causados por ambulantes em calçadas de Feira de Santana - Acorda Cidade, 09 (CARDOSO, 2018)	20.02.2018
Com saída de vendedores ambulantes, Centro de Feira de Santana terá projeto de organização - Acorda Cidade, 10 (TRINDADE, 2018)	14.03.2018

Fontes: Cardoso (2017, 2018), Cardoso e Silva (2017), Cruz (2017, 2017a), FEIRA... (2017), OS 40... (2017), Trindade (2017, 2018).

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N. 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____
Documento de Identidade n.: _____ Sexo: F () M ()
Data de Nascimento: _____ Telefone: () _____ / () _____
Endereço: _____
Complemento: _____
Bairro: _____ Cidade: Feira de Santana CEP: _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: “Bocapiu, Esteira e Gibão: os processos educativos construídos nas resistências de sujeitos-feirantes na feira livre do Centro de Feira de Santana (Ba)”
2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Sara Soares Costa Mamona
3. VÍNCULO: Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, no curso de doutorado, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa: “Bocapiu, Esteira e Gibão: os processos educativos construídos nas resistências de sujeitos-feirantes na feira livre do Centro de Feira de Santana (Ba)”, de responsabilidade da pesquisadora Sara Soares Costa Mamona, orientada pela Profa. Dra. Francisca de Paula Santos da Silva, docente da Universidade do Estado da Bahia e coorientada pelo Prof. Dr. Mario Procopiuck, docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. A pesquisa tem como objetivo principal “Investigar os processos educativos produzidos por trabalhadores e trabalhadoras em suas resistências para permanecerem no Centro de Feira de Santana, com vistas a construir propostas colaborativas que fortaleçam estes movimentos”. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios: ampliar a compreensão a respeito do comércio de rua em Feira de Santana; valorizar a resistência dos trabalhadores informais como produtora de educação; possibilidade de formação durante o processo de pesquisa; possibilidade de apoiar as ações desenvolvidas pelo coletivo de lutas em sua busca por reconhecimento, valorização e permanência no Centro de Feira de Santana. Caso aceite o Senhor(a) será entrevistado com registro em formulários específicos com gravação de áudio e possível registro de imagens das reuniões, além de responder a questionários elaborados pela estudante SARA SOARES COSTA MAMONA. Devido a coleta de informações o senhor(a) talvez possa se emocionar, em função da situação vivida, ou mesmo se sentir com medo ou constrangido em falar sobre um tema que envolve disputa com a prefeitura local e grupos empresariais. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela, ficando todos os custos inerentes a pesquisa sob a responsabilidade da pesquisadora-discente. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, não haverá identificação no Relatório de Pesquisa. Caso queira (a) senhor(a)

poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização, também é facultado o direito de não responder a todas as perguntas. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e, caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos(as) pesquisadores(as), que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

Pesquisadora Responsável: Sara Soares Costa Mamona
Endereço: Avenida Rubens Carvalho, n. 30, Condomínio Viva Mais 1, Pedra do Descanso, Feira de Santana, Bahia. CEP 444.007-200. Telefone (75) 99185.3603. E-mail: sara.costa.mamona@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Prédio da Reitoria, 1º andar-Cabula, Salvador- BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2399 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End.: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pela pesquisadora sobre os objetivos benéficos e possíveis riscos de minha participação na pesquisa “Bocapiu, Esteira e Gibão: os processos educativos construídos nas resistências de sujeitos-feirantes na feira livre do Centro de Feira de Santana (Ba)” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário. Consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e a outra via que será entregue a mim.

Feira de Santana-Ba, ____ de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do participante

Profa. Dra. Francisca de Paula Santos da Silva
Professor responsável (Orientadora)

Sara Soares Costa Mamona
Pesquisadora Discente (Orientanda)

ANEXO B – Música sobre Lucas da Feira

Música de Lucas da Feira

Constando na memória oral, essa música chegou até mim sendo cantada pelas irmãs Ana Martins (Dona Biita, 76 anos) e Maria Anunciação dos Santos (81 anos de idade), ambas de Irará – BA. Parte dessa canção pode ser encontrada no ABC de Lucas da Feira adaptado em sextilhas por Rodolfo Coelho Cavalcante [197-?].

Adeus Saco do Limão,
Arraiá onde eu nasci
Eu vou preso pra Bahia
Levo saudade de Ti

Eu vou preso para baixo
Eu vou preso e não vou só
Eu só levo a saudade
É da filha do Major

Meu amigo Cazumbá
Foi quem me fez a traição
Apostou, ganhou dinheiro,
Só pra ver minha prisão

Não *negou* quem é meu sócio
Não me convém a dizer
Nem por eu viver perdido
Não boto “osoto” a perder

Quem sou eu? Lucas da Feira
Quem sou eu, meu grande amigo?
Até os “passos” do mato
Não quer mais conta comigo
Até os “passos” do mato
Não quer mais conta comigo

ANEXO C – Ações do Projeto para o Edital: Resistindo com quem Resiste

Objetivo: Ampliar a participação dos trabalhadores feirantes, ambulantes e camelôs na organização coletiva pela busca dos seus direitos

- formação política para os trabalhadores do Centro para compreensão da participação de todos na organização em busca do direito ao trabalho e à cidade
- Rodas de conversa sobre a importância histórica, social, cultural e econômica do trabalho dos feirantes, ambulantes e feirantes em Feira de Santana: de sua origem aos dias atuais.

Objetivo: Ampliar a discussão sobre política, racismo e o direito à cidade.

- oficina sobre o racismo estrutural e sua relação com a expulsão dos trabalhadores informais do Centro de Feira de Santana
- oficina sobre direito à cidade, ao trabalho e a dignidade
- Oficinas de Produção Coletiva de material impresso (cartazes, folhetos, faixas) para divulgar as demandas dos trabalhadores feirantes e ambulantes em favor do direito à cidade e ao trabalho; informar a comunidade sobre a importância de manter a feira-livre em seu local histórico

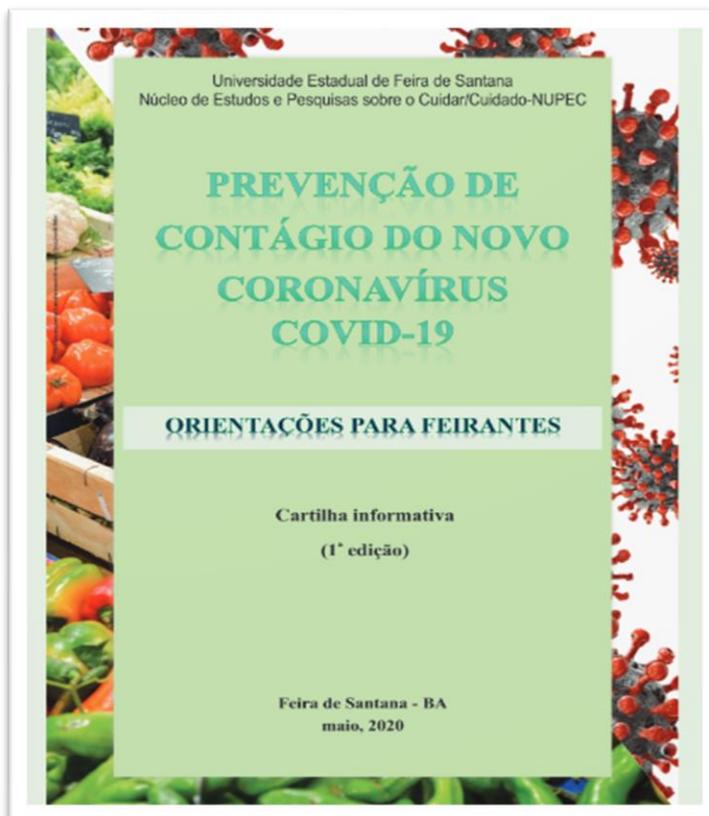
Objetivo: Estimular processos de cooperativismo, associativismo e economia solidária enquanto formas coletivas de organizar o trabalho

- Oficina sobre economia popular e solidária
- Curso sobre Cooperativismo e associativismo na prática

Objetivo: Melhorar a limpeza e organização dos espaços de trabalho para combater o discurso excludente que vincula à feira-livre com sujeira e feiura.

- Comprar lixeiras para melhorar a limpeza das ruas onde os trabalhadores exercem suas atividades laborais
- Aquisição de lonas para padronizar a frente das barracas, tornando o ambiente mais organizado
- Ação educativa para conscientização sobre a importância da limpeza e organização da cidade para todos e todas
- Produção coletiva de camisas para ambulantes com identificação

ANEXO D - Cartilha NUPEC/UEFS





INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS FEIRANTES

Como posso prevenir a mim e aos fregueses, do novo coronavírus?



O trabalho dos feirantes é essencial para o abastecimento e para a economia da sociedade. Por isso, alguns cuidados devem ser tomados para proteger o feirante, sua família e seus fregueses.

Prevenção dos feirantes

- ✓ Mantenha distância de outros feirantes e fregueses;
- ✓ Lave as mãos com água e sabão ou use álcool em gel antes e depois de manipular as mercadorias e de pegar em dinheiro;
- ✓ Não compartilhe talheres, copos e outros objetos pessoais com os demais feirantes;
- ✓ Não use adereços como anéis, pulseiras, colares, etc;
- ✓ Lave aventais, gorros, lenços de cabelo e roupas após o uso no trabalho;
- ✓ Mantenha os cabelos presos ou cobertos com toucas ou lenços, bonés e chapéus;
- ✓ Mantenha unhas e barbas aparadas;
- ✓ Use máscara artesanal para evitar contaminação. Troque a cada duas horas;
- ✓ Beba bastante água, tenha uma alimentação saudável e durma bem.

ANEXO E - Sistematização das questões jurídicas referente à luta dos Camelôs

- Ponto de partida: fala de um ex-camelô* em reunião realizada em 16.03.2021¹⁹

	Questões levantadas	Prováveis providências	Objetivo
1.	A existência de diferentes leis municipais (novembro 2014, março 2015, abril 2015 e 2017), que trataram do projeto do <i>shopping</i> popular, abrindo créditos para a execução do projeto em valores diferentes	- checar números e datas exatas das leis - checar se os valores são cumulativos ou as leis posteriores revogaram as leis anteriores	demonstrar a ilegalidade formal da concessão
2.	Não observância da Lei Municipal Ambiental, com o descumprimento, entre outros pontos, da obrigação de realização de prévio Estudo de Impacto de Vizinhança;	- problema foi levado ao Ministério Público Estadual, que instaurou Inquérito Civil Público, posteriormente arquivado - necessário checar tais informações, identificar número do ICP, Promotores/as de Justiça responsáveis e obter cópia dos autos	-demonstrar irregularidades da obra realizada no terreno do Centro de Abastecimento, em especial no que diz respeito aos danos ao meio ambiente
3.	Irregularidades do processo licitatório da concessão; indícios de fraude considerando a apresentação de manifestação de interesse, a ausência de outros licitantes além do manifestante (em especial considerando os valores envolvidos na concessão	- verificar as características da proposta vencedora, considerando o critério de julgamento previsto no edital (possível desequilíbrio em favor do particular) - No lançamento do projeto para a cidade o Sr Elias já estava na reunião como possível concorrente. https://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/02/prefeitura-de-feira-de-santana-debate-projeto-do-shopping-popular-e-diz-que-vai-captar-r-12-milhoes-para-investir-no-emprego/	- demonstrar as irregularidades do processo licitatório - Verificar se as datas batem entre essa publicação de 25 de fevereiro de 2014 e o processo licitatório
4.	Irregularidades do consórcio vencedor da licitação	- verificar a situação de regularidade fiscal do consórcio vencedor e das empresas que o compõem - verificar e documentar condenações anteriores das empresas (e seus gestores) envolvidas no consórcio relativas à improbidade administrativa, passivo trabalhista etc. - há notícia de condenação por improbidade administrativa pela Justiça Federal da Fundação Doimo, no caso da “shopping popular” de Manaus: verificar e documentar	- demonstrar as irregularidades do processo licitatório

¹⁹Nomes retirados do documento por questões éticas

		<ul style="list-style-type: none"> - relata-se ainda, como possível irregularidade, que o consórcio/empresa que o compõe (?) já tinha endereço de sede no Centro de Abastecimento antes do processo licitatório - suposta impossibilidade ilegalidade da participação de Fundação no consórcio vencedor (parece necessário acionar o MP, na qualidade de fiscalizador das fundações) 	
5.	Problemas relacionados com a construção do <i>Shopping</i>	<p>Checar e documentar estas informações</p> <ul style="list-style-type: none"> - ausência de alvará de licenciamento no primeiro projeto; - modificação do projeto e ausência de novo licenciamento - ausência de engenheiro responsável, o que gerou notificações do CREA – verificar - plantas baixas não teriam registro em cartório – nelas supostamente se lê “material feito para estudo acadêmico” 	<ul style="list-style-type: none"> - demonstrar irregularidades da obra realizada no terreno do Centro de Abastecimento
6.	Descumprimento do prazo de conclusão da obra		<ul style="list-style-type: none"> - demonstrar irregularidades da obra realizada no terreno do Centro de Abastecimento
7.	Irregularidades da obra decorrentes da destruição de espaço tombado pelo IPAC	<ul style="list-style-type: none"> - verificar e historiar o processos decorrente da denúncia ao IPAC - verificar o Inquérito Civil Público que teria sido iniciado pelo Ministério Público Estadual (identificar número, promotor/a responsável, estado atual etc.) para apurar irregularidades quanto ao desrespeito ao tombamento - teria havido embargo da obra pelo IPAC, descumprido pela Concessionária. 	<ul style="list-style-type: none"> - demonstrar irregularidades da obra realizada no terreno do Centro de Abastecimento
8.	Problemas relacionados às contratações realizadas pela Concessionária e camelôs	<ul style="list-style-type: none"> - abusividade das cláusulas do contrato de aluguel - desconsideração do interesse público no que diz respeito às condições necessárias para a manutenção dos camelôs no espaço, especialmente considerando os efeitos da pandemia neste momento. - irregularidades relacionadas à constituição do condomínio e à cobrança das respectivas taxas - esclarecer limites existentes no Contrato de Concessão para a precificação dos aluguéis. - Verificar lei do despejo zero durante a pandemia – https://www.camara.leg.br/noticias/686196-congresso-derruba-veto-e-proibe-despejo-de-inquilinos-durante-emergencia-do-coronavirus/#:~:text=Em%20sess%C3%A3o%20do%20Congresso%20Nacional,veto%20e%20a%20favor.&text=A%20Lei%2014.010%2F20%20define,jur%C3%ADdicas%20privadas%20durante%20a%20pandemia. 	<ul style="list-style-type: none"> - demonstrar irregularidades da atuação da Concessionário na execução do contrato.
9.	Problemas relacionados à condução do Ministério Público diante das denúncias realizadas	<ul style="list-style-type: none"> - organizar as informações sobre as diferentes representações realizadas (há notícia de diferentes representações apresentadas pelo Sindicame, pela Associação dos Artesãos/ãs e pelo Deputado José Neto; 	<ul style="list-style-type: none"> - demonstrar a falta de resposta efetiva do sistema de justiça

		<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os números e o atual estado dos procedimentos administrativos decorrentes das representações (quantos ICPS? números? promotores/as responsáveis?) - há notícias de procedimentos administrativos em curso/arquivados perante: - Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente (Ernesto Cabral de Medeiros); - 21ª Promotoria de Justiça (Tiago de Almeida Quadros) - Promotoria Regional do Baixo Paraguaçu (?) - verificar se é útil acionar a Corregedoria do Ministério Público Estadual ou o CAOPAM-Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa 	
10	Problemas relacionados à condução do Poder Judiciário diante das ações em curso	<ul style="list-style-type: none"> - organizar as informações sobre as diferentes ações judiciais em curso, revelando a falta de efetividade da tutela jurisdicional - identificar os números das ações judiciais que supostamente foram movidas pelos artesãos do Centro de Abastecimento tentando impedir a sua retirada do espaço antes do início da obra do Shopping Popular 	- demonstrar a falta de resposta efetiva do sistema de justiça

Ações judiciais identificadas

0804813-54.2015.805.0080	ação cautelar preparatória de ação civil pública relacionada ao caso do BRT. (obs.: não tem relação com o caso do <i>shopping</i> popular)	Defensoria Pública	Observação: os processos 0014944-70.2015.805.0000 e 0015995-19.2015.805.0000 dizem respeito recursos (agravos de instrumento) propostos no curso desta ação
8001687-14.2020.805.0080	Ação cautelar preparatória de ação civil pública – caso <i>shopping</i> popular (processo licitatório, remoção dos/as trabalhadores do Centro e contratos firmados pela concessionária e camelôs)	Defensoria Pública	
8001793-73.2020.805.0080	Ação Popular – caso <i>shopping</i> popular (processo licitatório, remoção dos/as trabalhadores do centro)	Advogado	
8011216-57.2020.805.0080	Ação Popular – caso <i>shopping</i> popular (processo licitatório, remoção dos/as trabalhadores do centro)	Camelôs	Obs. o processo 8026574-11.2020.805.0000 diz respeito a uma recurso (agravo de instrumento) proposto pelas autoras contra a decisão do juiz de feira que indeferiu o pedido liminar
8001730-48.20020.805.0080	Ação Popular – caso <i>shopping</i> popular (contratos firmados entre concessionária e camelôs)	Ex-camelô	